**PROCESSO N°**

02001.001247/1992-97

NOME:

UHE

ANO:

1992

PROCEDÊNCIA

PORTO PRIMAVERA

CESP

REFERÊNCIA

VOLUME IX

ASSUNTO

IBAMA/MMA ADM.CENTRAL

PROCESSO: 02001.001247/92-97

PROCESSO: 02001.001247/92-97
INTERESSADO: COORDENADORIA_DE PALNEJAMENTO
SP

ASSUNTO: 20914

DATA: 25-03-1992 00:00:00

DOCUMENTO PROCEDENCIA: SAO PAULO

DOCUMENTO PROCEDENCIA: SAO PAULO
LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA USINA HIDRELETRICA
DE PORTO PRIMAVERA



ANDAMENTO

[illegible]



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos 30 dias do mês de junho de 2009, procedemos
abertura do volume nº IX do processo de nº
02001.001247/1992-97, que se inicia com folha nº 1562 Para
constar subscrevo e assino.

Intitida

EM BRANCO

Data

Ref. CESP

CT/M/3533/99

São Paulo, 16 de setembro de 1999

2320
RECEBI
27/09/99

PALA



Ilmo. Sr.

Dr. Celso Martins Pinto

DD. Diretor de Pesquisa e Divulgação do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

SAIN - Av. L - 4 Norte

Edifício Sede

Brasília - DF

Prezado Senhor,

Dando continuidade ao processo de licenciamento ambiental da UHE Eng. Sérgio Motta, estamos encaminhando os seguintes documentos:

- "Banco Ativo de Germoplasma Vegetal", Relatório parcial, julho de 1999, em atendimento ao item 2.18 das condições específicas da LO nº 024/98.
- "Monitoramento da Fauna Silvestre Relocada", Relatório parcial, julho de 1999, em atendimento ao item 2.19 das condições específicas da LO nº 024/98 e o item 3.2 do termo de compromisso com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Atenciosamente,


Daniel Antonio Salati Marcondes
Diretor de Meio Ambiente

Anexos: os citados

Al. Ministro Rocha Azevedo, 25
Fone PABX: (011) 2523611
Fax: (011) 2514904
(011) 2515426
01410 - 900 São Paulo - SP

Telex: 1131004 CESP BR
1130496 CESP BR
1131930 CESP BR
1134420 CESP BR

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL - DCA
FAX N° 061 - 316-1306
SAIN - Av. L4 - CEP 70800-200 - BRASÍLIA/DF- FONE: 061 316 1292

Fls. 1799
Proc. 1247/99
Rubr. 24

DESTINATÁRIO: José Eduardo Albernaz
Chefe do Escritório Regional em Presidente Epitácio

N° DE FAX: (18) 281-4522

DATA: 30/09/99

N° DE PÁGINAS INCLUINDO ESTA: 01

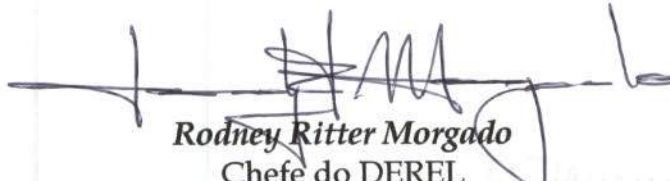
N° DO DOCUMENTO: 303 /99

MENSAGEM / TEXTO

Senhor Chefe,

Convidamos Vossa Senhoria a participar de vistoria, juntamente com 3 (três) técnicos deste DEREL, ao reservatório da UHE Porto Primavera, partindo de Presidente Epitácio, no período de 04 a 06/10/99.

Atenciosamente,


Rodney Ritter Morgado
Chefe do DEREL
Interino

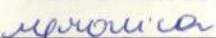
Fls.: 1564
Proc.: 1247/99
Rubr.: sm

FAX TRANSMITIDO EM :

30/09/99

ÀS 9:53 H

RESPONSÁVEL :



FAX N° o mesmo



DEPT. DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
 Chefe do Escritório Regional em Presidente Epitácio

Nº DE ARQUIVO: 181-1522	DATA: 26/09/99
Nº DE FOLHAS INCLUINDO ESTAB.	Nº DO DOCUMENTO: 1
MENSAGEM EM BRANCO	

Senhor Chefe

Convidamos /ossa Senhora a participar de visita juntamente com 3
 técnicos deste DERJ, no reservatório da UHE Porto Primavera, período de
 04 a 06/10/99.

Atenciosamente

Robson Riter Morgado
 Chefe do DERJ
 Interino

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL - DCA
FAX Nº 061 - 316-1306
SAIN - Av. L4 - CEP 70800-200 - BRASÍLIA/DF- FONE: 061 316 1292

Fls. 1630
Proc. 1241/92
Rubr. 5

DESTINATÁRIO: Alexandre Uhlig
Gerente da Divisão de Estudos e Licenciamento Ambiental - CESP

Nº DE FAX: (18) 281-4522 (11) 3138 4398

DATA: 30/09/99

Nº DE PÁGINAS INCLUINDO ESTA: 01

Nº DO DOCUMENTO: 302 /99

MENSAGEM / TEXTO

Senhor Gerente,

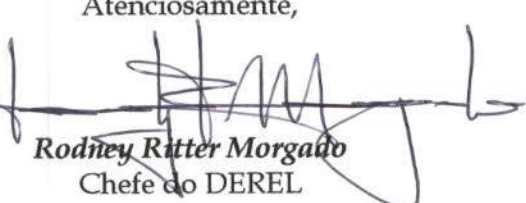
Conforme entendimentos anteriores, informamos que 3 (três) técnicos deste Instituto participarão de vistoria à UHE Sérgio Mota no período de 4 a 6 de outubro/99. Para tanto, solicitamos providências no sentido de providenciar a logística necessária para vistoriar, na medida do possível, os seguintes pontos:

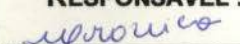
- sobrevôo geral no reservatório
- Meio Biótico:
 - áreas que serão desmatadas (cota 257)
 - área(s) de relocação de fauna (fragmentos florestais)
 - Fazenda Cisalpina
 - Fazenda Beira Rio
 - Local da Operação Resgate (previsão para a cota 257)
 - Unidades de Conservação (no sobrevôo)
 - Locais dos Projetos de monitoramento (cervos e grandes felinos)
 - Elevador e escala de peixes
- Meio Biótico e Físico:
 - Pontos críticos quanto à qualidade da água
 - Áreas degradadas em processo de recuperação
- Meio Físico:
 - Proteção das encostas marginais (Presidente Epitácio, trecho PM Zito - estaca 195 até o cais do Porto e Sabesp - 2ª etapa)
 - Locais de monitoramento do lençol freático (cota 253 e 257)
- Meio Sócio-Econômico:
 - Reassentamentos rurais (a definir: Lagoinha, Aruanda e Pedra Bonita)
 - Reassentamento urbano de Presidente Epitácio
 - Verificar o nível de implantação dos reassentamentos previstos para a cota 257
 - Reassentamento rural (apoio à mão-de-obra atingida)
 - Local das jazidas de argila de Três Lagoas em área de preservação permanente (no sobrevôo)
 - Parque Figueiral
 - conversa com oleiros em Porto João André

Fls.: 1565
Proc.: 1241/92
Rubr.: Am

No sentido de garantir a maior produtividade na vistoria, sugerimos que a mesma seja realizada em duas ou três equipes distintas.

Atenciosamente,


Rodney Ritter Morgado
Chefe do DEREL
Interino

FAX TRANSMITIDO EM :
30 / 09 / 99
ÀS 10:00H
RESPONSÁVEL :

FAX Nº 11-3138-4398



DESTINATARIO: Alexandre Lillo
Gerente da Divisão de Estudos e Licenciamento Ambiental - CELA

DATA: 30/09/99

Nº DE LICENÇA: 137

Nº DO DOCUMENTO: 137

Nº DE LICENÇA: 137

MENSAGEM/TEXTO

Senhor Gerente,

Conforme encaminhamentos anteriores, informamos que 3 (três) técnicos desta
Divisão de Estudos e Licenciamento Ambiental - CELA, no período de 1 a 5 de outubro de 99,
realizaram visitas técnicas aos locais de monitoramento, no sentido de proporcionar a logística necessária para
a realização das pesquisas, as seguintes pontas:

Local de estudo no reservatório

Local de estudo

• áreas que serão desmatadas (cota 257)

• áreas de reflorestamento (fragm. florestal)

• Fazenda Chapão

• Fazenda Bela Vista

• Local da Operação Resgate (previsão para a cota 257)

• Unidades de Conservação (no subvivo)

• Locais dos projetos de monitoramento (serviço)

• Instalação e escala de pesagem

• Instalação e fixação

• Monitoramento quanto à qualidade da água

• Áreas degradadas em processo de recuperação

Local de estudo

• Instalação das amostras marginais (Presidente Epitácio, trecho TM Xilo - estação 192)

• Local de estudo do Porto e Salsip - 2ª etapa

• Local de monitoramento do local de estudo (cota 257 e 258)

• Local de estudo do monitoramento

• Monitoramento em áreas (a definir: Lagoas, Fazenda e Pôrta Bonita)

• Monitoramento em áreas de Presidente Epitácio

• Verificar o nível de implantação dos reassentamentos previstos para a cota 257

• Monitoramento atual (acesso a malha rodoviária)

• Local das jazidas de mineração (no

Continua no Volume V

Diene A. A. Lôrte 7/10/99

No sentido de garantir a maior produtividade na visita, sugerimos que a
mesma seja realizada em duas ou três equipes distintas.

Atenciosamente,

Rodney Rêitor Morgado
Chefe de DECEL
Interino



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS DA UHE PORTO PRIMAVERA

Equipe: Alarico Antônio Cristino Jácomo
Dione Angélica de Araújo Côrte
Sílvia Regina Alvarez Guedes

Objetivo: Atender ao OF/GAB/PRM/PP/Nº 483/99, datado de 04/08/99, da Procuradoria da República em Presidente Prudente

1. INTRODUÇÃO

A decisão sobre a emissão da Licença de Operação nº 024/98, de 03/11/98 que autorizou a operação da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera com o enchimento do reservatório até a cota 253m foi tomada a partir da assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, doravante chamado apenas de TC, celebrado entre o Ministério Público, o IBAMA e a CESP no âmbito da Ação Civil Pública Cautelar (P.98.1202665-7) e da Ação Civil Pública Ambiental (P.98.1203722-5), ambas da 2ª Vara Federal de Presidente Prudente.

Neste sentido, o presente relatório tem como objetivo atender a um dos compromissos do IBAMA, mencionado no item 21.1 do Termo de Compromisso - TC supracitado. Assim sendo, passaremos a relatar a situação de cada um dos Programas Ambientais objeto do TC. A numeração apresentada é a mesma usada naquele documento. Ressalta-se que o presente relatório é fruto da análise de toda a documentação encaminhada pela CESP (documentos técnicos e relatórios) confirmada em vistoria realizada no período de 4 a 06/10/99.

II. PROGRAMAS RELATIVOS AO MEIO FÍSICO

1. Enchimento do Reservatório

1.1. O protocolo de regras descrevendo as etapas e ações a serem desenvolvidas quando do enchimento do reservatório foram entregues ao IBAMA em agosto de 1998. O enchimento do reservatório somente foi iniciado após a emissão da Licença de Operação nº 024/98.

EM BRANCO

1.2. O enchimento do reservatório foi realizado, com o acompanhamento do IBAMA, procurando observar as melhores condições e circunstâncias para minimizar os impactos à fauna atingida.

1.3. O acompanhamento dos aspectos mencionados neste item só poderá ocorrer após o início da operação na cota 257/259m.

2. Controle de Erosão e Assoreamento

2.1. Este Programa está sendo desenvolvido, pela CESP, no âmbito do Comitê de Bacias Hidrográficas em ambos os Estados.

2.2. Foram liberados recursos para a bacia dos rios Aguapeí e Peixe. Na bacia Aguapeí/Peixe, foi selecionado o córrego da Negrinha, município de Osvaldo, e no Pontal o Córrego da Água Sumida e ribeirão do Veado, no estado de São Paulo. No Mato Grosso do Sul, ainda não foram selecionadas as bacias hidrográficas, para início dos estudos.

Atividades a realizar:

- mapeamento dos processos erosivos;
- identificação e planejamento de áreas reflorestadas;
- caracterização das estradas secundárias e vicinais;
- cursos de reciclagem; e
- escolhas das bacias de intervenção.

2.3. Os recursos foram liberados mediante a apresentação de projetos específicos. Estes projetos não foram apresentados ao IBAMA.

2.4. O IBAMA ainda não recebeu relatórios demonstrativos das ações desenvolvidas e da aplicação dos recursos referidos.

3. Proteção das Encostas Marginais

3.1. Este Programa está concluído no que se refere à proteção de encostas referentes ao enchimento do reservatório até a cota 253m, pois era fundamental para garantir a segurança do mesmo. A proteção das encostas previstas até o enchimento do reservatório na cota 257/259m estarão sendo concluídas em março de 2000 e as atividades previstas para serem concluídas até o enchimento são:

- a estabilidade de encostas de Presidente Epitácio;
- a proteção de talude da Sabesp - 2º etapa.

4. Mitigação dos Impactos da Elevação do Nível do Lençol Freático

4.1. As atividades desenvolvidas visam acompanhar/avaliar os efeitos da elevação do lençol freático, como consequência do enchimento do reservatório até a cota 257/259m. Para isto, foram instalados diversos piezômetros (ver listagem abaixo) que já apresentaram variação do nível d'água nesta primeira fase de enchimento do reservatório quando se esperava que esta elevação viesse a ocorrer apenas na segunda fase. Nesta etapa, já foi observado o

EM BRANCO

umidecimento dos queimadores/fornos de alguns oleiros de Presidente Epitácio e pequenas trincas em casas de alvenaria, bem como alteração no escoamento das fossas. Este Programa tem sido desenvolvido em parceria com o IPT que tem acompanhado e diagnosticado cada situação. Está prevista a reposição ou recomposição dos usos e ocupações que porventura venham a ser afetados pela elevação do lençol freático em decorrência do enchimento do reservatório. Foi apresentado ao IBAMA, em julho de 1999, o estudo realizado pelo IPT que aborda este aspecto.

Ponto Visitado	Localização	Reclamação dos moradores
Olaria São João	Reta 1 - Patrimônio	Umidecimento dos fornos, afogamento das fossas e trincamentos de paredes
Casa de Alvenaria	Reta 1 - Patrimônio	trincamentos de paredes
Casa de Alvenaria	BR-267	trincamentos de paredes
Sítio Boa Vista	Estrada Boiadeiro	Elevação do nível d'água dos poços e trincamento de paredes da casa de alvenaria
Estância Pantaneira	Área Rural	Preocupação com relação às estruturas da Usina de Beneficiamento de Leite, casas de alvenaria e lagoa de estabilização de efluentes industriais.

5. Recuperação de Áreas Degradadas

5.1. O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas foi apresentado ao IBAMA em março de 1999 devidamente detalhado.

5.2. Com o objetivo de reintegrar áreas degradadas à paisagem, está sendo iniciada a recuperação das mesmas. Foram tomadas providências no sentido de recuperar áreas degradadas pelas obras complementares à obra principal tais como pontes e áreas de empréstimo utilizadas para retificação do traçado da BR 267. Nas áreas de empréstimo utilizadas para construção da barragem, foi dado o início do reafeiçoamento do terreno e regularização das áreas de bota-fora. Alguns problemas foram verificados em decorrência do enchimento do reservatório na cota 253 m, na margem direita, observou-se uma elevação do nível d'água, o que com certeza irá dificultar a recuperação da área.

III. PROGRAMAS RELATIVOS AO MEIO BIÓTICO

6. Desmatamento da Bacia de Inundação

6.1. O desmatamento foi realizado conforme orientação do Ibama, em conformidade com o modelo matemático apresentado pela CESP. A premissa do modelo proposto era de realizar o desmatamento em áreas que fossem prejudicar a beleza cênica, a navegabilidade e em áreas onde os parâmetros da qualidade da água pudessem estar em desacordo com os permitidos pela legislação. Entendemos como atendido ao que foi previsto no estudo. Contudo, verificamos in loco que seria necessário alguns ajustes no modelo apresentado, visto que na área, observou-se em alguns trechos do reservatório, grande quantidade de matéria vegetal afogada, vindo a afetar principalmente a questão relacionada a beleza

EM BRANCO

EM BRANCO

cênica, sem considerar também que outros parâmetros poderão vir a ser alterados ao longo do tempo.

6.2. Quanto ao atendimento dos levantamentos referentes ao resgate da flora antes do desmatamento, consideramos que esta questão vem sendo atendida, tendo em vista a apresentação do levantamento florístico e da formação do Banco de Germoplasma que também está sendo efetivado a contento. Porém, quanto aos desmatamentos para a cota 257/259m, temos a informar que o material entregue pela CESP para emissão da supressão, se encontra em análise neste Ibama. Contudo, em vistoria foi observado que as áreas que necessitam de desmatamento são praticamente pequenos trechos de mata ciliar, ao longo do reservatório, com exceção das áreas do rio do Peixe, que são extremamente densas, possuindo vegetação de porte alto o que conseqüentemente proporcionará grandes volumes de biomassa a serem retiradas nestes locais. Além disto, foi observada a dificuldade de penetração nestas áreas para a retirada deste material vegetal, sendo portanto, imprescindível que a CESP apresente uma solução para esta questão. A sua permanência na área poderá contribuir na alteração dos padrões de qualidade da água.

6.3. O estudo referente ao redimensionamento do desmatamento no rio do Peixe, deverá ser realizado. A Cesp contratou a Ufscar para realização desses estudos.

6.4. A CESP deverá preservar as ilhas temporárias entre as cotas 257/259m, que se formarão para refúgio da fauna, bem como enriquece-las com espécies vegetais. Foi possível verificar em vistoria processos de recuperação em uma das ilhas formadas pelo reservatório. Quanto aos animais ilhados, estes tem sido relocados para outras áreas, pois a operação resgate ainda continua ocorrendo.

7. Limpeza do Reservatório

7.1. Quanto aos procedimentos de desinfecção e limpeza do reservatório, observou-se in loco que as estruturas relativas as cotas de enchimento foram devidamente retiradas conforme previsto o programa.

8. Reflorestamento

8.1. A CESP enviou ao Ibama, o programa de reflorestamento ciliar e Recomposição de matas nativas, prevendo no Estado de São Paulo, 1.031 ha e 515 ha em áreas de terceiros e no Estado de Mato Grosso do Sul o plantio abrangerá áreas de cerca de 2.900 ha e em áreas de terceiros, 3.650 ha.

As mudas a serem utilizadas no plantio, estão sendo produzidas nos viveiros de Primavera/SP e Jupiá/MS.

Está sendo previsto o enriquecimento das áreas junto às margens do reservatório, onde vem ocorrendo regeneração natural, com a utilização de espécies que permitam o aumento da oferta de alimentos para a fauna, (embaúbas, maça-de-pacu, genipapo, figueiras, ingás etc).

Foram observadas em vistoria algumas áreas, inclusive áreas de empréstimo onde vem sendo efetuado os reflorestamentos.

EM BRANCO

Algumas destas áreas são; a Fazenda Santo Antônio e a Lagoinha, onde foi possível verificar o estágio das mudas. Na Fazenda Santo Antônio, o início do reflorestamento se deu a cerca de 4 meses, estando as mudas não muito desenvolvidas, devido ao longo período de seca nesta região, dificultando assim o crescimento destas, porém muitas espécies como; o açoita-cavalo, aroeira, ingá, pau d'alho, angico, genipapo, figueira, ipê-roxo, canelinha, ipê-tabaco, coração de negro, pau viola, cafezinho, feijão cru, estão presentes na área.

8.2.O incentivo aos proprietários rurais quanto a conscientização para o reflorestamento na margem paulista, de acordo com a CESP, está em andamento.

8.3.A CESP deverá enviar os relatórios referentes ao Programa de Reflorestamento, conforme acordado em vistoria técnica.

9. Inventário e Resgate de Flora

9.1.A CESP apresentou o levantamento florístico conforme solicitado pelo Ibama e MPF.

9.2.A CESP vem apresentando os relatórios referentes a coleta de propágulos de acordo com o Termo de Compromisso do MPF. Estão sendo previstas nestes estudos cerca de aproximadamente 30 espécies de cerrado e 30 espécies da área de planalto.

O Banco de Germoplasma funcionará do lado paulista e do Mato Grosso do Sul. Em Porto Primavera existe uma equipe que tem trabalhado nas coletas e duas pessoas que estão na cidade de Presidente Epitácio, responsáveis por este trabalho. Duas espécies em extinção fazem parte do programa, que é o Pó de Gonçalo e a Aroeira, conforme verificado in loco. As coletas deverão ocorrer até o enchimento definitivo do reservatório.

Foi observado através de vistoria por este Ibama, as atividades no viveiro de Porto Primavera, de beneficiamento de sementes e produção de mudas.

9.3.A CESP apresentou ao Ibama os estudos necessários ao levantamento florístico.

10. Pesquisa e Manejo da Fauna

10.1. Quanto aos estudos de capacidade de suporte, a CESP enviou aqueles solicitados para a cota 253m/257m, porém deverá ainda apresentar para a cota 257m, relatórios constando dos resultados dos estudos de capacidade de suporte, bem como dos novos procedimentos que deverão ser adotados para ajustar o Resgate de Fauna para a segunda fase, conforme a CESP, estes deverão ser finalizados e brevemente ser encaminhados ao Ibama. Porém, tem-se conhecimento de que algumas áreas foram selecionadas para se relocar a fauna para a cota 259. De acordo com a CESP, as áreas onde estão sendo realizados os estudos são; a Fazenda Bonita, Fazenda Nossa Senhora de Fátima e a Fazenda Buriti.

Sabe-se que algumas áreas na Fazenda Madeiral, Fazenda Buriti e Fazenda Primavera, foram utilizadas para relocação da fauna quando do enchimento até a cota 253m, e estão no momento sendo monitoradas pela CESP.

Foi observado in loco, a Fazenda Madeiral, que possui uma área de 100 hectares, constando desta área cerca de 56 animais soltos e monitorados. A área se apresenta bastante

EM BRANCO

degradada, porém em alguns locais a densidade da vegetação é considerável. Nesta área foram soltos principalmente o bugio, *Allouata caraya* e o macaco-prego, *Cebus apella*.

10.2. Nestas propriedades monitoradas estão sendo realizados programas de Educação Ambiental. A propriedade possui uma placa com a seguinte citação "Propriedade amiga da natureza". Este programa foi apresentado ao Ibama. Sabe-se que cerca de 6000 animais foram relocados, porém somente 10% estão sendo monitorados.

10.3. De acordo com a CESP, estão sendo prestado apoio à Polícia Militar Florestal através de materiais e equipamentos, para auxiliar na fiscalização. Apesar dos esforços de conscientizar os fazendeiros e a comunidade das cidades circunvizinhas, fomos informados pela CESP, que está havendo muita caça nas áreas onde houve maior concentração de animais, vários dentre os cervos do Pantanal, jacarés, capivaras, inclusive as onças estão sendo dizimados.

10.4. Quanto ao Plano de Monitoramento/acompanhamento da fauna a ser relocada para as respectivas fases de enchimento, este foi apresentado para a cota 253/259, porém, para a cota 259 deverá ser apresentado um relatório os estudos relativos a capacidade de suporte e um outro referente ao novo Plano com maior nível de detalhamento para o resgate, conforme já especificado no item 10.1 3 e posteriormente os relatórios de acompanhamento da fauna relocada.

10.5. Quanto a destinação de espécimes provenientes do resgate para instituições científicas, com prévia aprovação e autorização pelo Ibama, temos conhecimento que até o momento este procedimento vem ocorrendo a contento sem maiores problemas.

10.6. A CESP deverá encaminhar ainda os projetos que estão pendentes, como por exemplo; o de capacidade de suporte que deverá ser apresentado para a cota 257m e o acompanhamento dos últimos relatórios dos projetos da fauna.

10.7. Com relação à implementação dos projetos especiais a serem realizados com as espécies ameaçadas, temos a informar que alguns relatórios estão sendo entregues como o monitoramento de grandes felinos e do cervo do Pantanal, porém deverão ser apresentados os últimos relatórios das atividades que estão em andamento.

10.8. Quanto ao projeto de anilhamento de aves aquáticas, temos a informar que foi encaminhado ao Ibama o Relatório referente a 1º campanha.

11. Criação de Unidades de Conservação

11.1. Para a criação da Unidade de Conservação do rio Aguapeí, temos conhecimento que já foi decretada a criação do Parque Estadual do Aguapeí em 02/07/98 pelo Decreto nº 43.269/98, com cerca de 8.719,90 ha. A outra área é no rio do peixe com aproximadamente 12.000 ha.

11.2. De acordo com a CESP já foi concluída a demarcação das áreas destinadas a Unidades de Conservação.

11.3. Não foram ainda concluídas as obras de infra-estrutura para as Unidades de Conservação, pois depende ainda da aquisição das áreas.

EM BRANCO

11.4. De acordo com a CESP, para arcar com a desapropriação das áreas é necessário que seja providenciada a procuração do Estado de São Paulo para iniciar a aquisição.

11.5. Após aquisição das áreas a empresa deverá arcar com os custos de manutenção e administração.

11.6. De acordo com a CESP, o demonstrativo de despesas que deveria ser enviado ao Ministério Público, depende também da aquisição das áreas.

12. Conservação da Ictiofauna

12.1. Quanto a implementação da escada de peixes, temos a informar que esta se encontra em obras, já o elevador de peixes se encontra praticamente concluído e em fase de teste.

12.2. É imprescindível que quando da operação dos sistemas de transposição a Cesp identifique as espécies que estão conseguindo transpor o barramento, estimando as quantidades anuais, em número e em biomassa, através de amostragens nos períodos da piracema e envie relatórios anuais ao Ibama. Porém, no momento é importante que seja cancelado o peixamento que vem sendo realizado, tendo em vista não se ter informações suficientes a respeito das espécies que existem hoje no reservatório e daquelas que devem permanecer no lago, além dos estudos que são imprescindíveis de se realizar, no que tange aos locais de desova e reprodução, bem como dos possíveis habitats das espécies de maior significância desta região. Somente após a orientação dos estudos, poderá ser efetuado o peixamento. Um dos motivos fundamentais para este procedimento, diz respeito aos possíveis resultados benéficos que poderão ter as comunidades da ictiofauna quanto a utilização dos mecanismos de transposição, (escada e elevador de peixes) e que tal informação poderá ser mascarada, devido a execução de um peixamento inoportuno e muitas vezes inadequado.

13. Monitoramento de Macrófitas Aquáticas

13.1. A CESP encaminhou o programa de monitoramento de macrófitas aquáticas para este Ibama. Em vistoria foi verificado que em alguns pontos do reservatório já estão proliferando macrófitas, sendo muito provável que esta proliferação venha a ter conseqüências negativas tanto para o ecossistema do lago, como para a própria hidrelétrica, contudo a sua forma de controle deverá ser avaliada junto ao Ibama.

13.2. Sabe-se que no momento estão sendo realizados estudos controlados e com o aval do Ibama, em áreas restritas na UHE- Jupiá, com um produto químico para o controle destas plantas. Somente após os testes e a sua aprovação por este órgão poderá ser introduzido ou definido a forma de controle. Outras formas de controle que forem sugeridas serão avaliadas pelo Ibama.

EM BRANCO

IV. PROGRAMAS RELATIVOS AO MEIO SÓCIO-ECONÔMICO

14. Remanejamento da População Atingida

14.1 - A CESP reassentou todas as famílias consideradas beneficiárias do sub-programa de reassentamento coletivo atingidas pela cota 253m em seus lotes definitivos antes do enchimento do reservatório. Estão sendo tomadas as providências necessárias para que o mesmo aconteça para os atingidos pela cota 257m.

14.2 - A CESP apresentou ao IBAMA em 07/12/98, todos os projetos mencionados no TC e os respectivos cronogramas de implantação. Os equipamentos básicos de serviços estão aos poucos sendo definidos pelas comunidades. Por exemplo, o Reassentamento Fazenda Aruanda (Bataguassu/MS) decidiu pela construção de um Centro Comunitário (varandão, palco, salas de uso múltiplo, cozinha e sanitários) que está sendo construído ao lado da escola que também está em fase de acabamento. Por outro lado, a CESP está prestando assistência técnica agrônômica aos reassentados em todos os níveis (preparo da terra, aquisição de mudas, etc).

14.3 - As 30 famílias que estavam alojadas na Velha Porto XV (não consideradas beneficiárias) receberam da CESP um kit-construção e, em sistema de mutirão em parceria com a Prefeitura, construíram suas casas na área de expansão da Nova Porto XV, área esta que já havia sido cedida à Prefeitura.

14.4 - As residências definitivas dos reassentamentos rurais foram construídas, restando apenas 3 residências no reassentamento da Fazenda Aruanda que estão em fase final de acabamento. Houve atraso na conclusão deste serviço devido a problemas com a Terrasul, o que foi devidamente justificado pela CESP. Quanto à implantação da infra-estrutura (rede de abastecimento de água e de energia elétrica), a CESP concluiu a implantação das redes internas dos reassentamentos em todos eles. Contudo nos reassentamentos de Aruanda e Santa Ana a rede elétrica ainda não foi ligada à rede de transmissão rural e os beneficiários continuam sem água e energia elétrica. Porém, acreditamos que a CESP está tomando providências para resolver a questão. No caso de Santa Ana a ligação está prevista para os próximos 15 dias. Para Aruanda, a situação é mais complicada pois a rede rural existente não comporta a demanda do reassentamento e a CESP está negociando com a Enersul uma solução para a questão.

14.5 - A aquisição de terras para reassentar as famílias atingidas pela cota 257m está quase concluída. As 6 (seis) famílias de Castilho/SP deverão ser reassentadas na Fazenda Buritis, em Paulicéia/SP, pois o número reduzido de famílias inviabiliza a implantação de um novo reassentamento. O atraso na compra da terra para implantação do núcleo de Porto João André se deu por questões judiciais ligadas ao inventário dos bens do proprietário que faleceu durante o processo de aquisição da terra. Porém, esta questão está em fase final de negociação. Independentemente deste fato, o projeto do núcleo já foi elaborado e está sendo discutido com os beneficiários. Continua pendente a aquisição da terra para o reassentamento das 16 famílias de Três Lagoas/MS. A Terrasul indicou recentemente a área

...a respeito da situação da indústria de transformação do Estado de São Paulo, em especial a indústria de bens de consumo duráveis, que tem sofrido graves dificuldades devido à crise econômica mundial e à recessão interna.

...a respeito da situação da indústria de transformação do Estado de São Paulo, em especial a indústria de bens de consumo duráveis, que tem sofrido graves dificuldades devido à crise econômica mundial e à recessão interna.

...a respeito da situação da indústria de transformação do Estado de São Paulo, em especial a indústria de bens de consumo duráveis, que tem sofrido graves dificuldades devido à crise econômica mundial e à recessão interna.

...a respeito da situação da indústria de transformação do Estado de São Paulo, em especial a indústria de bens de consumo duráveis, que tem sofrido graves dificuldades devido à crise econômica mundial e à recessão interna.

...a respeito da situação da indústria de transformação do Estado de São Paulo, em especial a indústria de bens de consumo duráveis, que tem sofrido graves dificuldades devido à crise econômica mundial e à recessão interna.

EM BRANCO

a ser adquirida e a CESP está em processo de negociação com o proprietário. As demais famílias dos outros municípios já possuem lotes reservados nos reassentamentos existentes, inclusive na Fazenda Pedra Bonita, em Brasilândia/MS onde restam 32 propriedades disponíveis.

14.6 - Pelas razões expostas anteriormente, os projetos executivos do reassentamento de Porto João André e de Três Lagoas ainda não foram apresentados ao IBAMA.

15. Reinserção Produtiva do Setor de Areia e Cascalho

15.1 - A CESP está implantando o programa de acordo com o que foi previsto no EIA/RIMA.

15.2 - O IPT foi contrato para realizar o estudo das adaptações necessárias e relocação das instalações fixas dos setores e dos equipamentos flutuantes do setor de extração de areia.

16. Reinserção Produtiva do Setor Cerâmico-Oleiro

16.1 - O estoque de argila para os oleiros de Porto João André ainda não foi iniciado porque ainda não foi possível chegar a um acordo com aquela comunidade.

16.2 - A área indicada pela Terrasul, cuja escolha foi apoiada pela comunidade está em processo final de aquisição, conforme mencionado no item 14.5.

16.3 - Os estudos realizados pelo IPT demonstram que a argila cubada na Fazenda Cisalpina possui especificações técnicas similares àquela hoje utilizada pelos oleiros de Porto João André. Mesmo assim, a CESP tentou realizar testes com a argila nos equipamentos dos oleiros, mas não foi autorizada pelos mesmos. Porém, está disposta a promover a requalificação dos oleiros, caso seja necessário.

16.4 - A elevação do nível do lençol freático provocada pelo enchimento do reservatório aliada à pouca tecnologia dos oleiros de Porto João André dificultou a retirada da argila das suas antigas jazidas. Neste sentido, para que a produção não fosse interrompida a CESP estocou 40 m³ de argila para cada um dos 26 oleiros.

16.5 - O projeto do Reassentamento do Núcleo de Porto João André está em processo de licenciamento junto à SEMA/MS e para tanto está sendo discutido com a comunidade local. Contudo, a negociação não está sendo fácil, principalmente com os oleiros proprietários, sendo que os oleiros arrendatários e posseiros concordaram com a proposta da CESP.

16.6 - O atraso nas negociações mencionadas acima e conseqüentemente no licenciamento ambiental e início de implantação do novo Núcleo de Porto João André poderá comprometer o cronograma de enchimento do reservatório até a cota 257m.

EM BRANCO

16.7 - Para os oleiros que serão afetados pelo enchimento do reservatório até a cota 257m, a CESP está providenciando o estoque de argila conforme previsto no EIA e foi implementado para os atingidos pelo enchimento até a cota 253m, utilizando-se, para tanto, dos contratos de auto-estocagem. Conforme dito anteriormente, os estoques para os oleiros do núcleo de Porto João André não foram iniciados.

16.8 - Foram realizados, pelo IPT os estudos de identificação de jazidas de argila alternativas para os oleiros de Três Lagoas. As únicas jazidas identificadas se localizam em área de preservação permanente do reservatório e a autorização para exploração das mesmas está sendo analisada pelo IBAMA.

17. Apoio à Mão-de-Obra Atingida

17.1 - A CESP adquiriu as áreas correspondentes a 5 ha por família beneficiária para os municípios de Bataguassu, Santa Rita, Anaurilândia e Brasilândia no Mato Grosso do Sul, repassando-as às prefeituras após assumirem o compromisso de implantar a infra-estrutura nos lotes e apoiar a população beneficiária. Contudo, as prefeituras ainda não conseguiram fazer a sua parte. Apenas demarcaram os lotes e, em alguns casos, os distribuíram. Neste sentido, alguns beneficiários estão morando nos próprios lotes em condições precárias: barracos de lona ou madeira, sem água e energia elétrica. Segundo a Prefeitura de Bataguassu os recursos para implantação das residências (Projeto Casulo) já estão disponíveis e, provavelmente, serão iniciadas em 20 dias. Os demais municípios encontram-se em fase de aprovação do projeto junto ao INCRA, órgão responsável pela implantação do Projeto Casulo.

17.2 - No estado de São Paulo, a situação é diferente. Nenhuma das prefeituras assumiram o compromisso de implantar a infra-estrutura dos reassentamentos. Mesmo assim, algumas famílias de Panorama e de Presidente Epitácio optaram por receber 5 ha de terra. A CESP está decidindo como resolver esta questão.

18. Readequação da Atividade Pesqueira

18.1 - Na tentativa de definir a relação dos beneficiários deste programa a CESP solicitou aos representantes das três colônias de pescadores que indicassem os mesmos. Com base nos critérios gerais estabelecidos neste item do TC, as colônias apresentaram uma relação de aproximadamente 1800 beneficiários. Foram então revistos os critérios de identificação de beneficiários e uma segunda relação apresentou aproximadamente 600 beneficiários. Agora, a CESP promoverá a revisão desta relação no sentido de reconhecer os reais beneficiários do programa.

18.2 - A comissão foi constituída em dezembro de 1998.

18.3 - Quanto a este item, a CESP está aguardando a definição dos beneficiários para atender ao fornecimento de 1000m de redes de espera.

1.1 - O presente relatório tem por finalidade apresentar o andamento da execução do projeto de pesquisa, bem como os resultados obtidos até o momento.

1.2 - O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1983, sob o número de processo 301.001/83.

1.3 - O projeto de pesquisa tem por finalidade estudar a influência da temperatura na velocidade de reação química.

1.4 - O projeto de pesquisa foi dividido em duas partes: a primeira, que trata da determinação da velocidade de reação química em função da temperatura, e a segunda, que trata da determinação da energia de ativação da reação química.

1.5 - O projeto de pesquisa foi executado no Laboratório de Química Geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

EM BRANCO

1.6 - O projeto de pesquisa foi executado durante o período de 1983 a 1984.

1.7 - O projeto de pesquisa foi executado com o auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1.8 - O projeto de pesquisa foi executado com o auxílio financeiro do Laboratório de Química Geral da UFRJ.

1.9 - O projeto de pesquisa foi executado com o auxílio financeiro do Laboratório de Química Geral da UFRJ.

1.10 - O projeto de pesquisa foi executado com o auxílio financeiro do Laboratório de Química Geral da UFRJ.

18.4 - Até o momento, o IBAMA não proibiu a pesca no reservatório em função da formação do mesmo.

18.5 - A CESP apresentou ao IBAMA a proposta para a localização dos pontos de pesca, que está em processo de análise.

19 - Mitigação do Desemprego

19.1 - A CESP apresentou aos municípios o projeto de cursos de formação, recapacitação e requalificação de mão-de-obra para aproveitamento de matéria prima regional. Todos eles aderiram ao programa e através de convênios, a CESP está repassando recursos para a promoção dos cursos programadas. Várias pessoas estão sendo treinadas e os resultados já são perceptíveis, principalmente na área do artesanato.

19.2 - O programa continua em andamento, tendo sido disponibilizado pela CESP, por exemplo, o local para a comercialização do artesanato em Bataguassu/MS e Presidente Epitácio/SP.

19.3, 19.4 e 19.5 - O Projeto de construção de uma incubadora industrial e demais acessórios está sendo negociado com as prefeituras.

20. Resgate Arqueológico

20.1 - A CESP apresentou ao IBAMA o relatório sobre o resgate arqueológico realizado até a cota 253m. Após o resgate, o IPHAN liberou a área para o enchimento. Contudo, o relatório conclusivo sobre o resgate somente poderá ser apresentado após finalizado o resgate até a cota 257m.

20.2 - Está em andamento o resgate arqueológico até a cota 257m.

EM BRANCO

Documentação fotográfica adquirida
na visita à UHE Porto Primavera
no período de 04 a 06/10/99. Ressalta-se
que todos os reassentamentos rurais
possuem um dossiê fotográfico como
este, que a CESP nos forneceu como
exemplo.

Pione A. A. Lôrte 07/10/99



U.E. Sérgio Motta

Relatório Fotográfico

Fazenda Santa Ana

Anaurilândia/MS

M - Diretoria de Meio Ambiente

MG - Departamento de Implantação de Programas Ambientais

MGS - Divisão de Programas Sócio Econômicos



U.E. Sérgio Mota

EM BRANCO

Fazenda Santa Ana

Ananias

M - Ministério de São Paulo

MG - Departamento de Engenharia de Estruturas

MCS - Direção de Engenharia de Estruturas

Fls.: 1578
Proc.: 1247/93
Rubr.: Im.

Fls. 1632
Proc. 1247-93
Rubrica



Entrada Reassentamento Fazenda Santa Ana



Entrada Reassentamento Fazenda Santa Ana

C-229

Fla. 12
Proc. 12
12/12/12

12/12/12

12/12/12



Entrada Residência Fazenda Santa Ana

EM BRANCO



Entrada Residência Fazenda Santa Ana

Fis. 1682
Proc. 1247/92
Rubrica

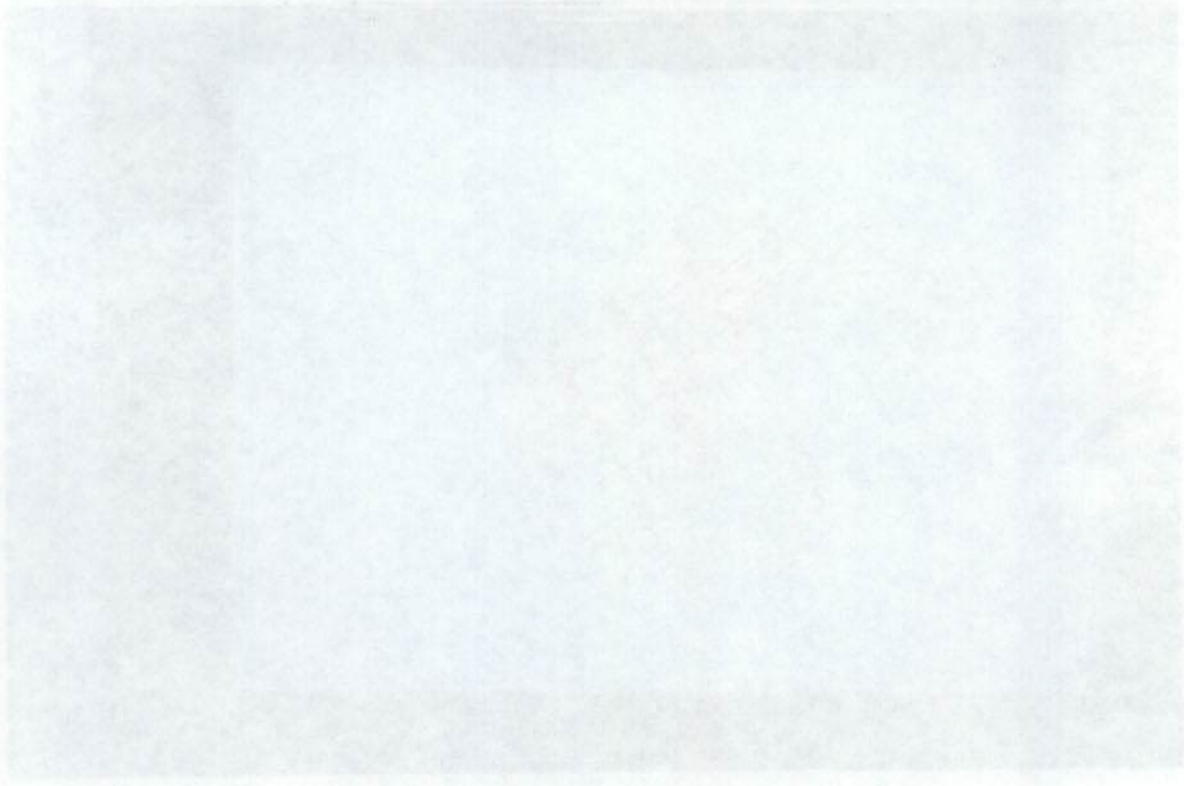


Planta geral do parcelamento

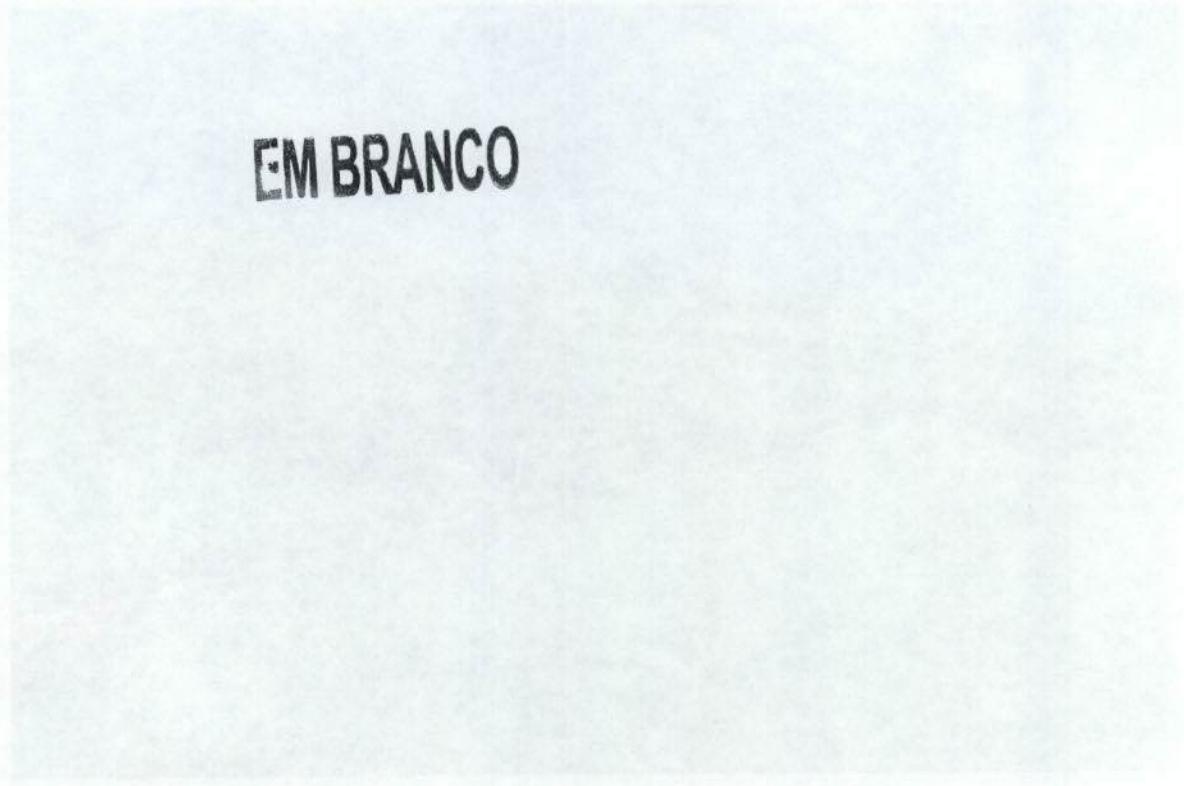


Vista aérea parcial do reassentamento

Fis.: 1579
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

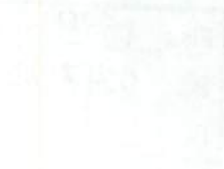


Planta geral do parcelamento



EM BRANCO

Vista aérea parcial do parcelamento



Fls. 1620
Proc. 1247/92
Rubrica



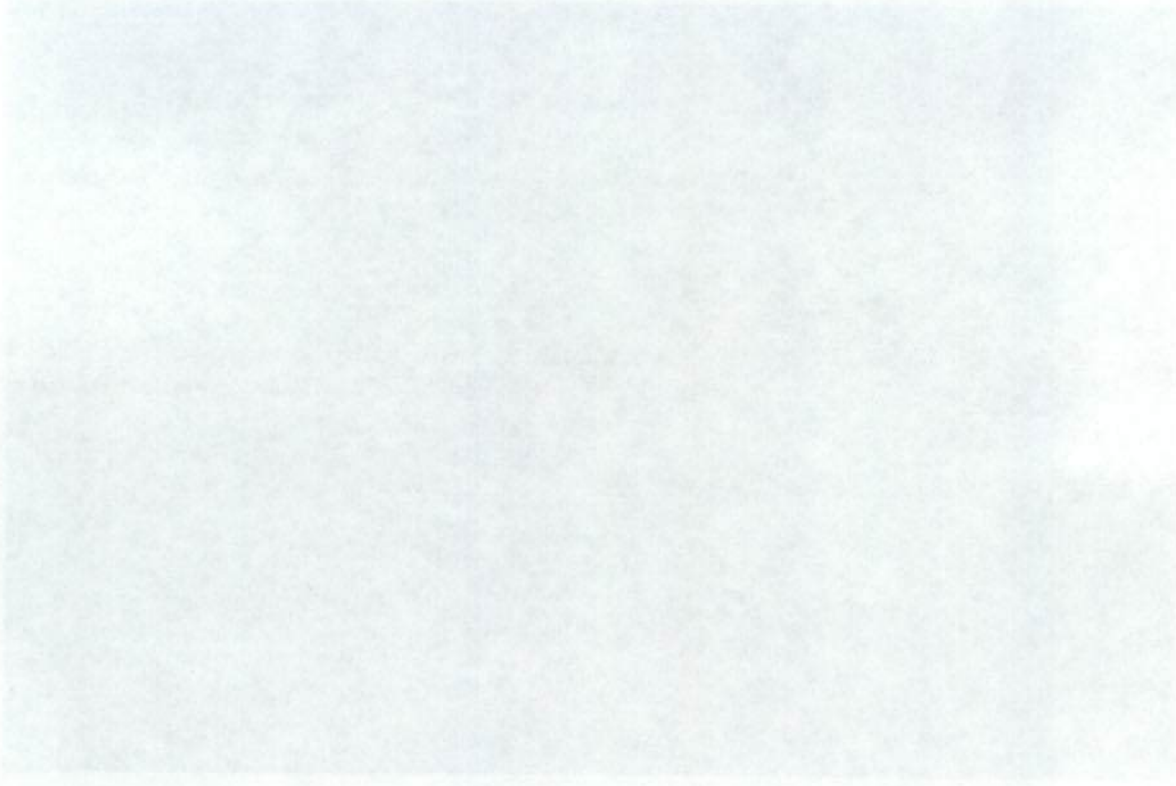
Vista aérea parcial do reassentamento



Vista aérea parcial de conservação do solo

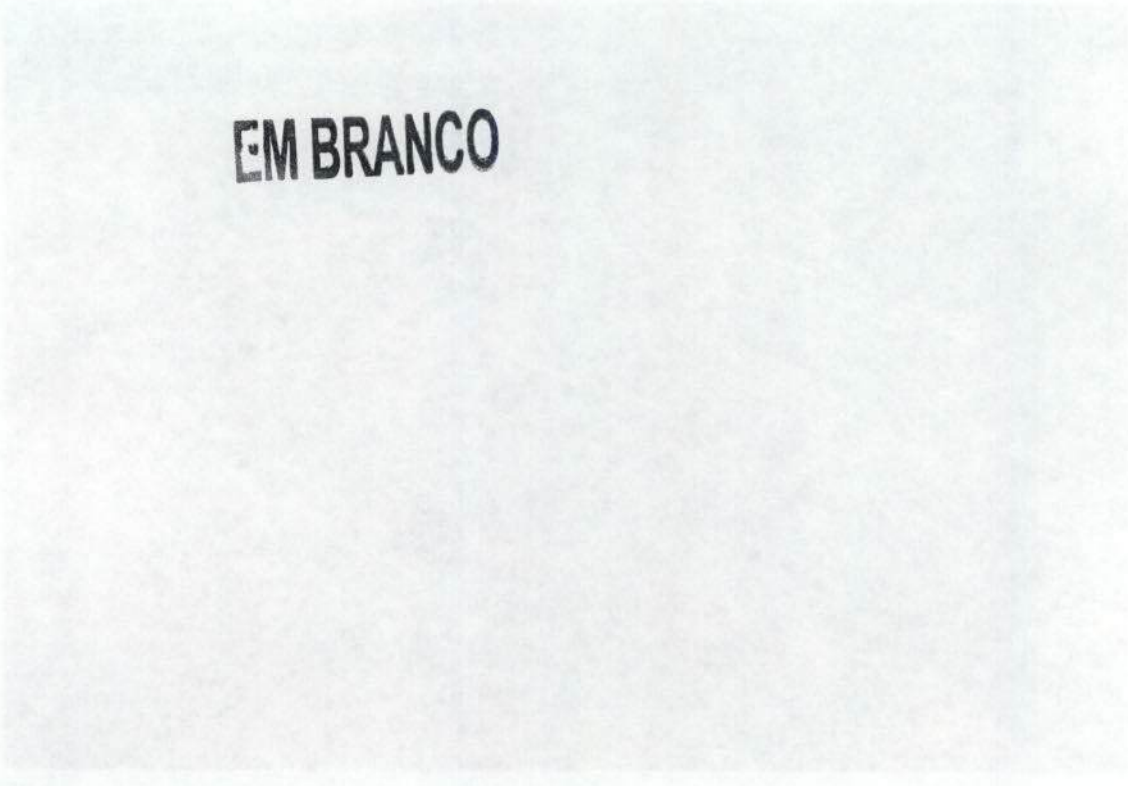
Fls.: 1580
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

File: 100-100000-100000
Page: 100000-100000
Date: 100000-100000



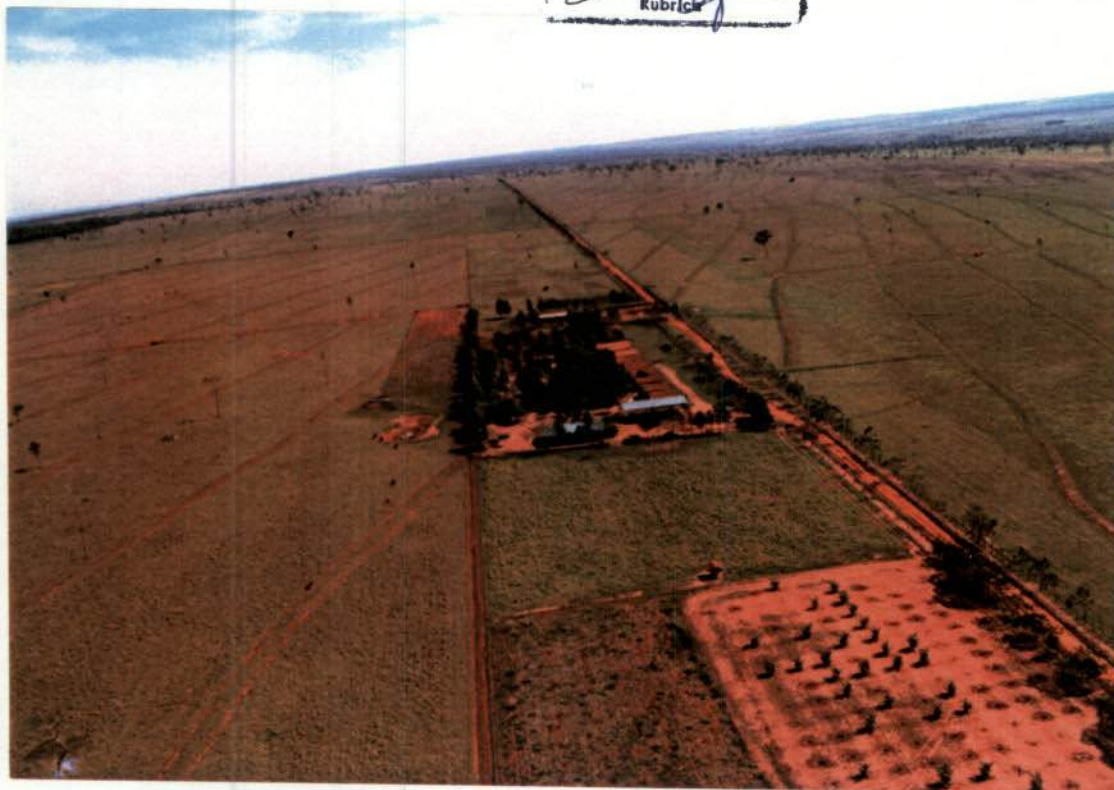
Vista aérea parcial do município de...

EM BRANCO



Vista aérea parcial do município de...

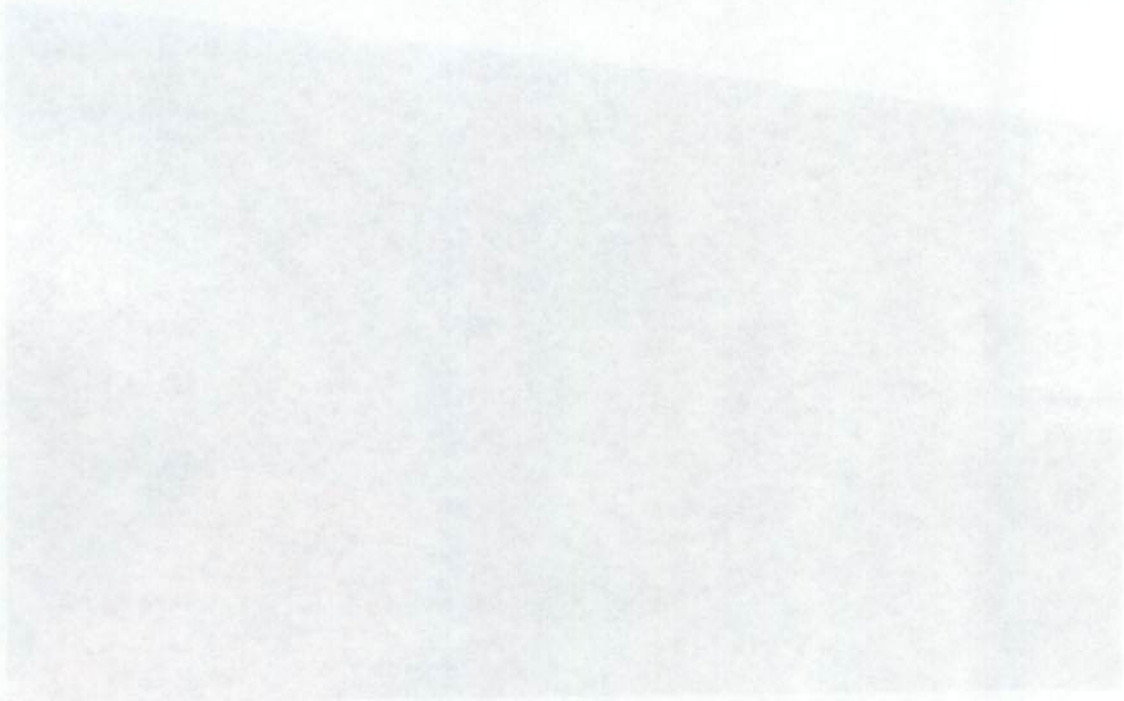
100000-100000-100000
100000-100000-100000
100000-100000-100000



Vista aérea parcial de conservação do solo

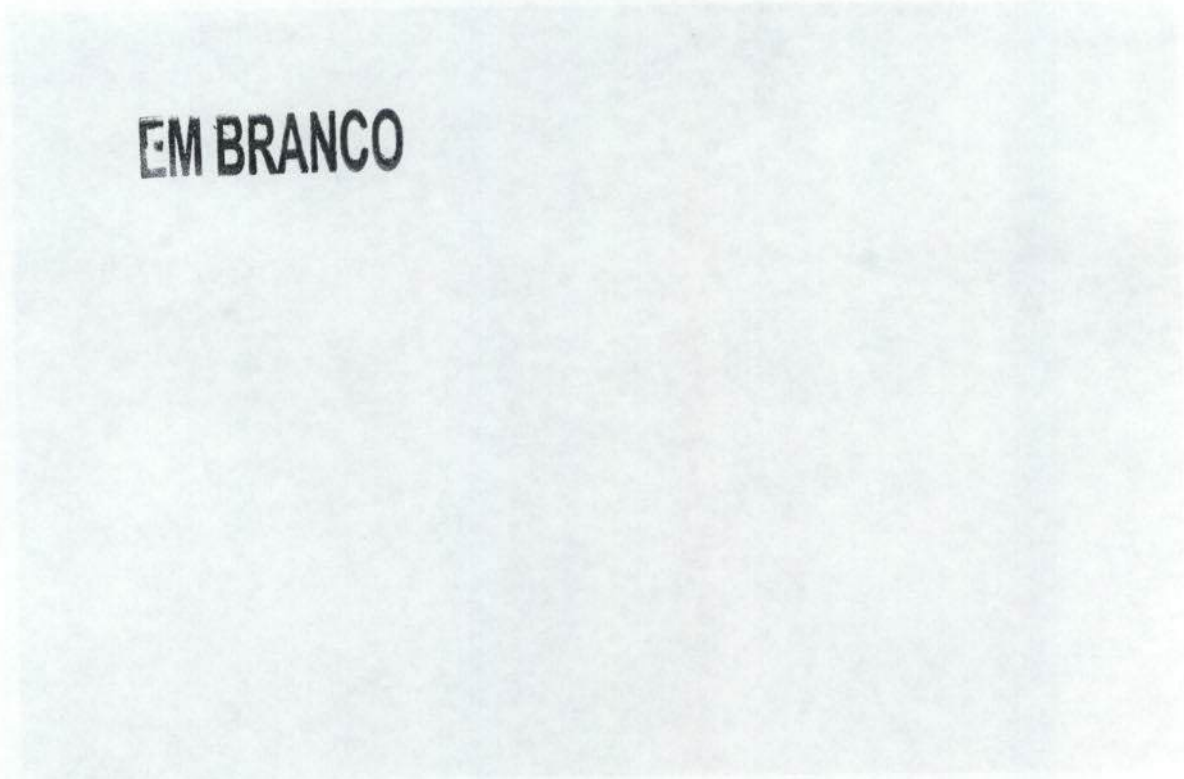


Encabeçamento de curvas, caixas de retenção de água e camalhões



Vota sobre o projeto de lei de criação do novo

EM BRANCO



Encabeço do projeto de lei de criação do novo

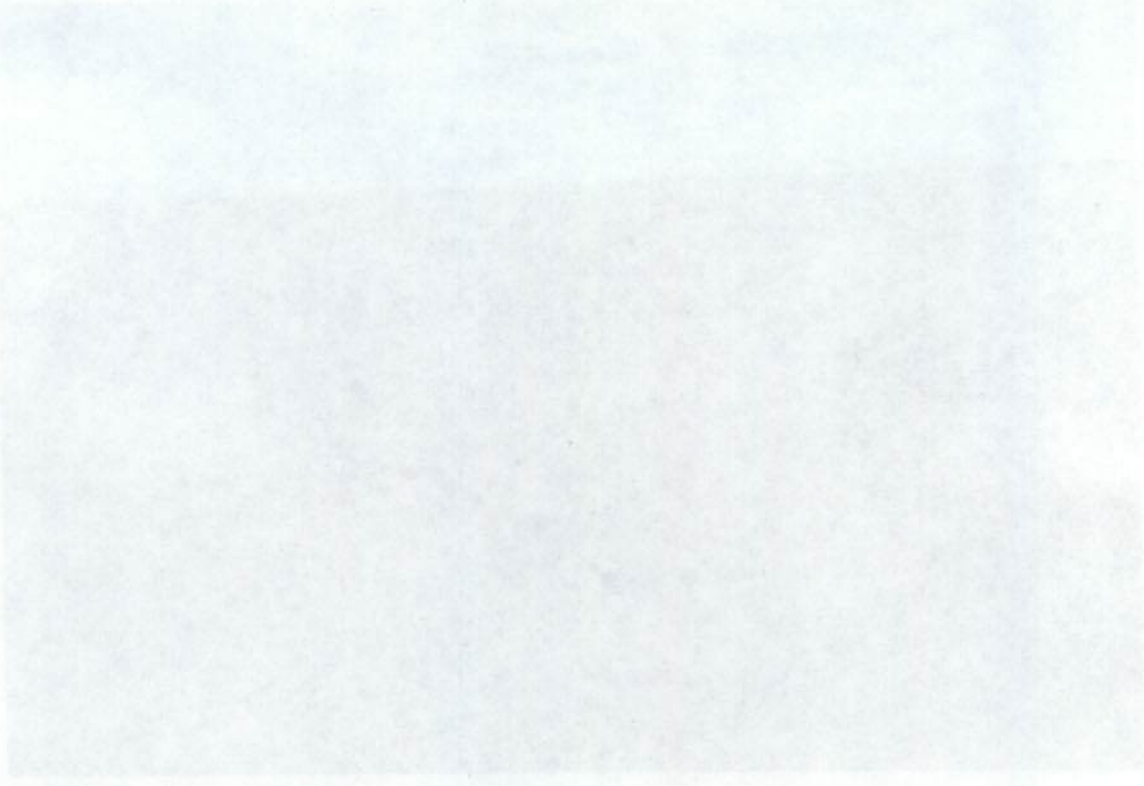


Construções de camalhões



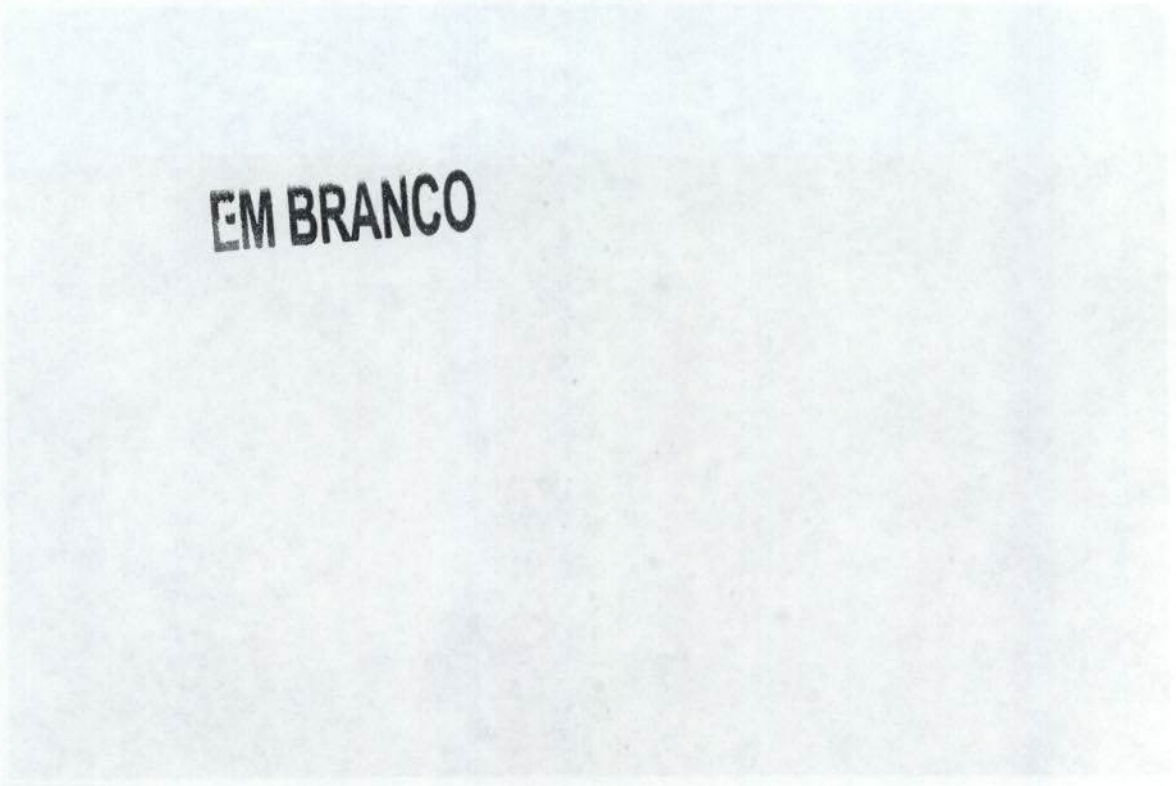
Construções de camalhões

C-2p



Considerar o candidato

EM BRANCO



Considerar o candidato



Fis. 1529
Proc. 1247-92
Rubrica



Encabeçamento de curvas de nível



Encabeçamento de curvas de nível

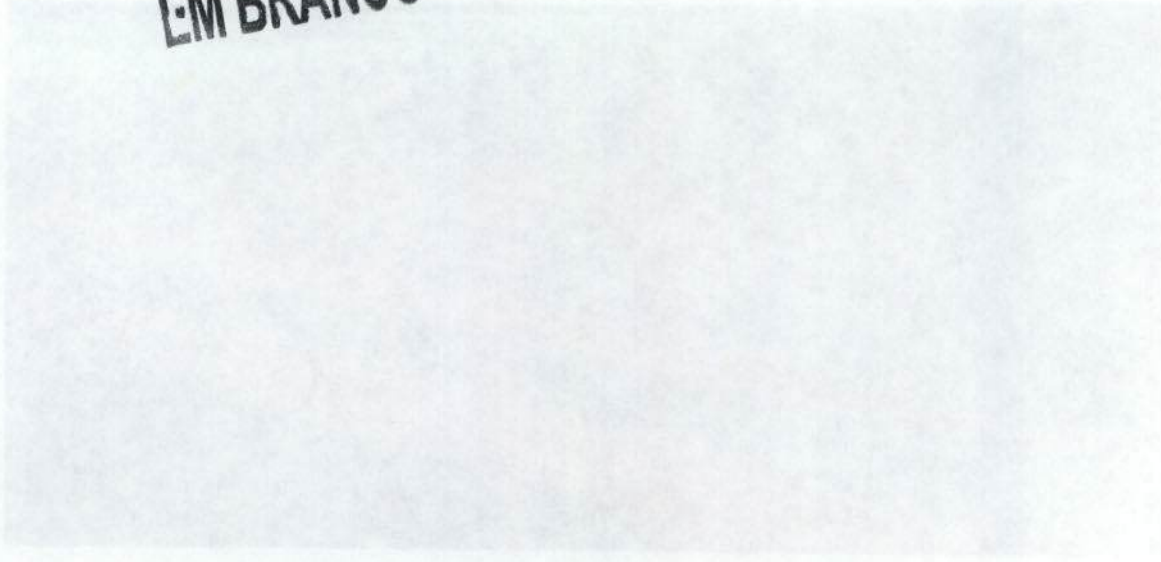
Fis.: 1583
Proc.: 1247/92
Rubr.: Am.

92/3



Encontro de curso de nível

EM BRANCO



Encontro de curso de nível



Fis. 1128
Proc. 1914-92
7
Rubrica



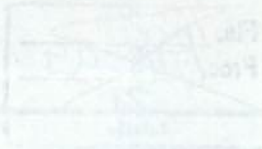
Acero Reserva Florestal



Acero Reserva Florestal

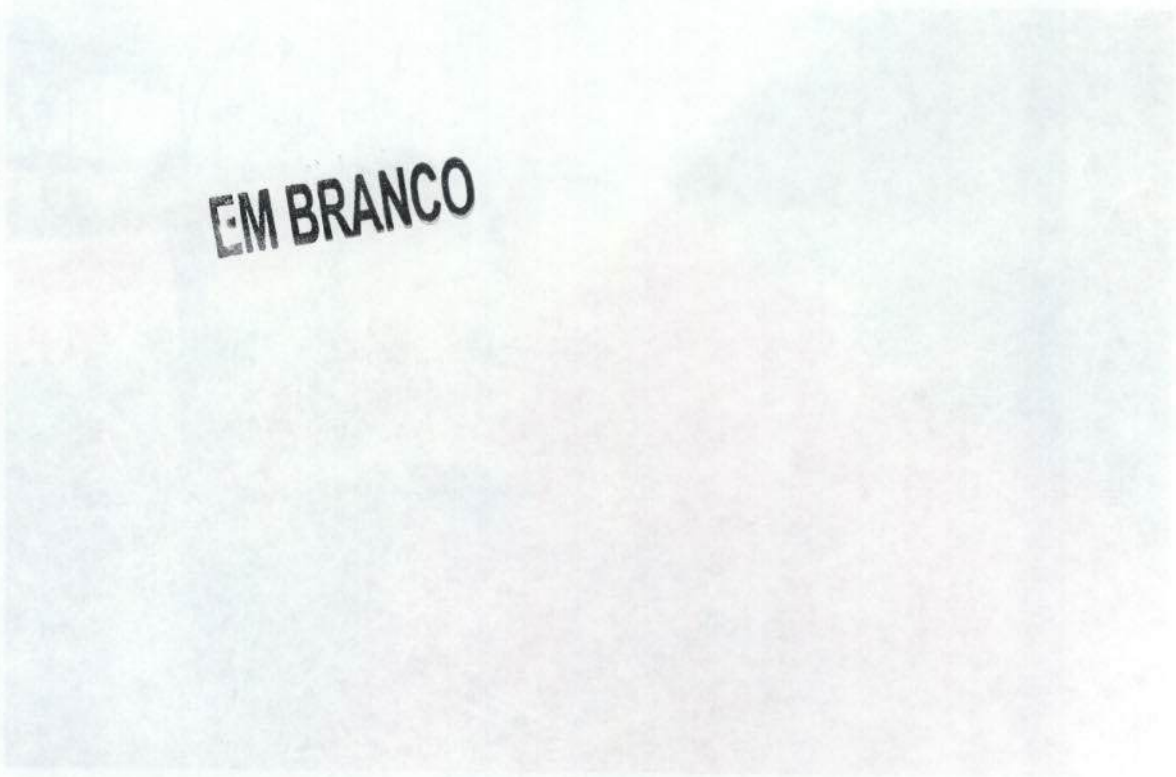
Fis.: 1584
Proc.: 1247/92
Rubr.: Am

92 3

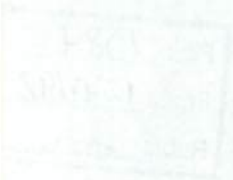


Acervo Histórico

EM BRANCO



Acervo Histórico



Fis. 1630
Proc. 1247/92
Rubrica



Reservatório de água potável - capacidade 50.000 litros

Fis.: 1585
Proc.: 1247/92
Rubr.: Jm.

EM BRANCO

Fls. 1640
Proc. 1247-92
Rubrica

Fls.: 1586
Proc.: 1247/92
Rubr.: Am.



Construção da rede elétrica

92-3

RECEIVED
FEB 12 1979

37
100

EM BRANCO

Copyright © 1979 by [illegible]

Fls. 1541
Proc. 1247-02
Rubrica

Fls.: 1587
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.



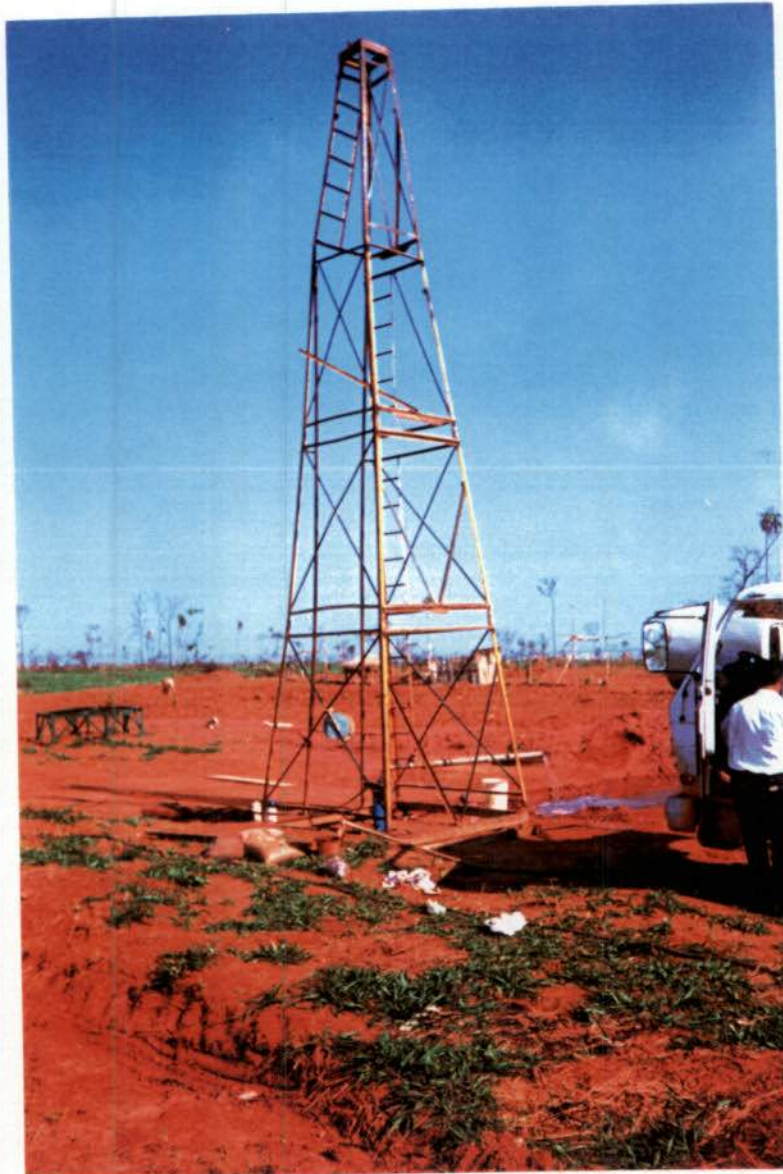
Base para o reservatório



EM BRANCO

Base para o vosso projeto

Fls. 1642
Proc. 1247-92
Rubrica dm.



Fls.: 1588
Proc.: 1247/92
Rubr.: dm.

Perfuração de poços

Fls. 100
Proc. 100
Data 10/10/10

EM BRANCO



Fls. 7112
Proc. 218/92
Rubrica

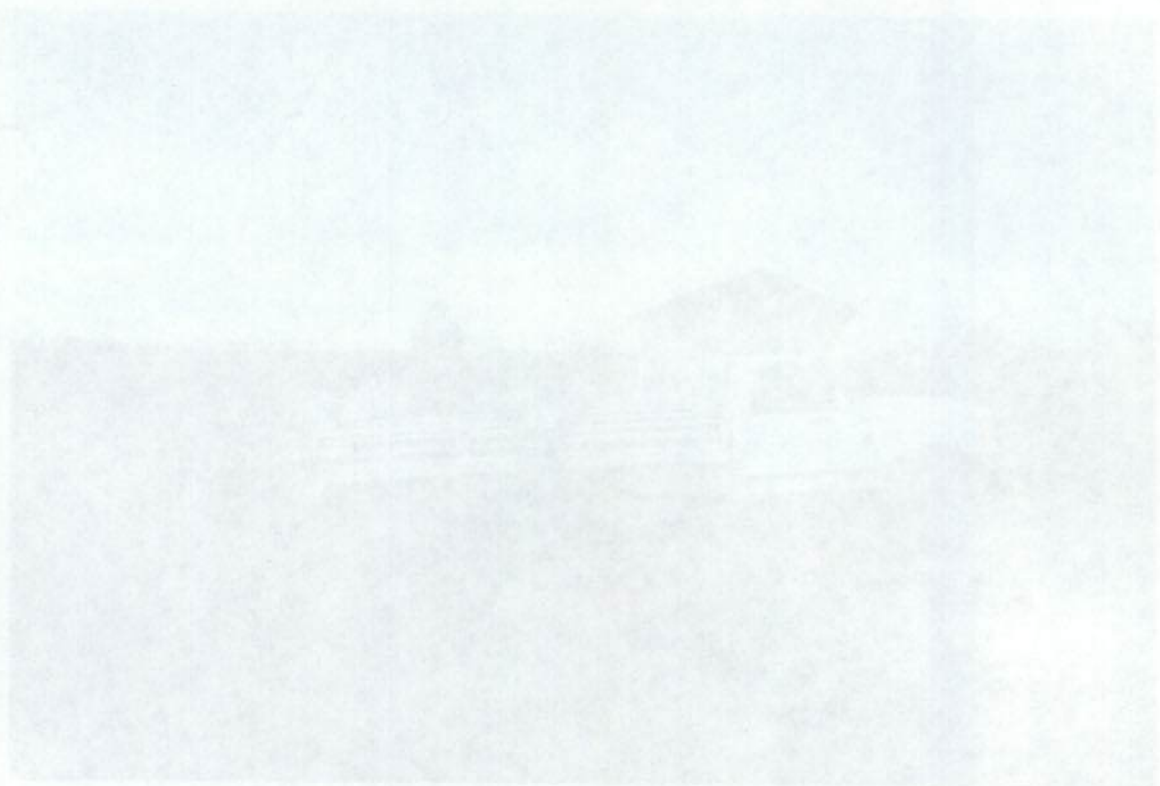
Fls.: 1589
Proc.: 1247/92
Rubr.: Im.

Distribuição cesta básica



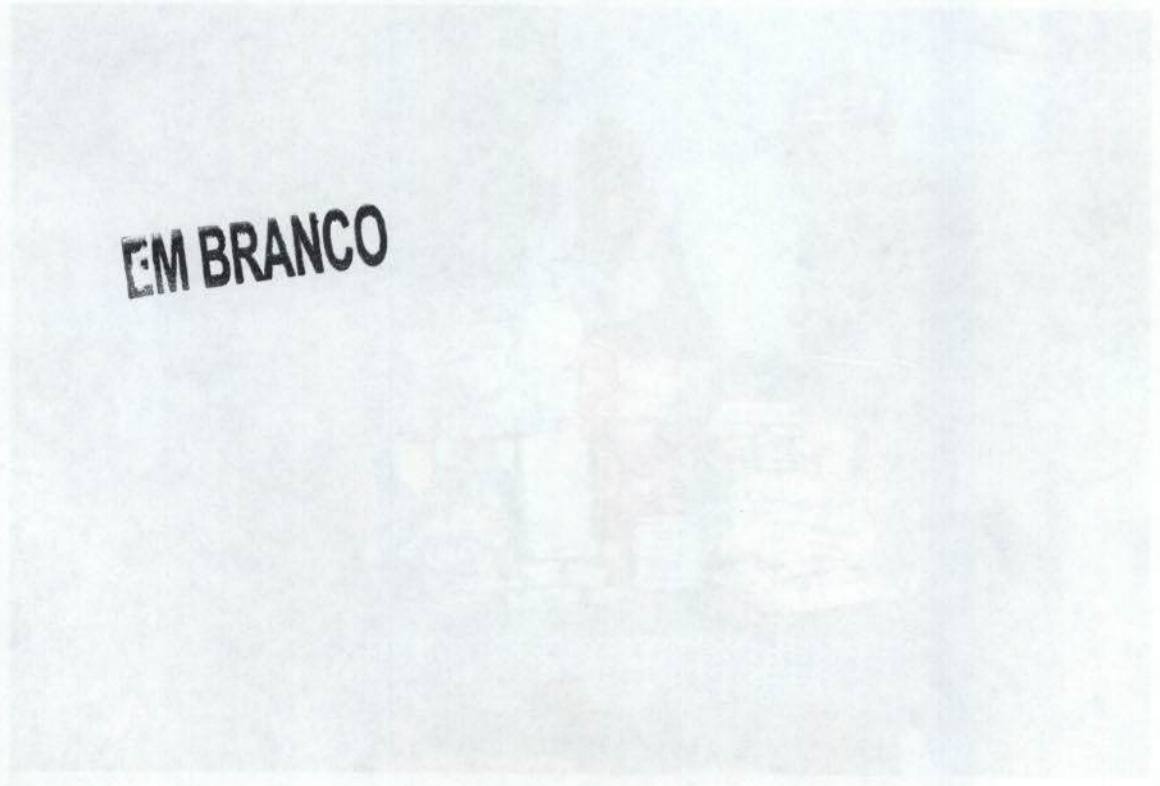
Distribuição cesta básica

CSP



Distribuição carta básica

EM BRANCO



Distribuição carta básica



Fis. 1544
Proc. 124-92
Rubrica

Distribuição cesta básica



Casa definitiva - Acabamento interno padrão

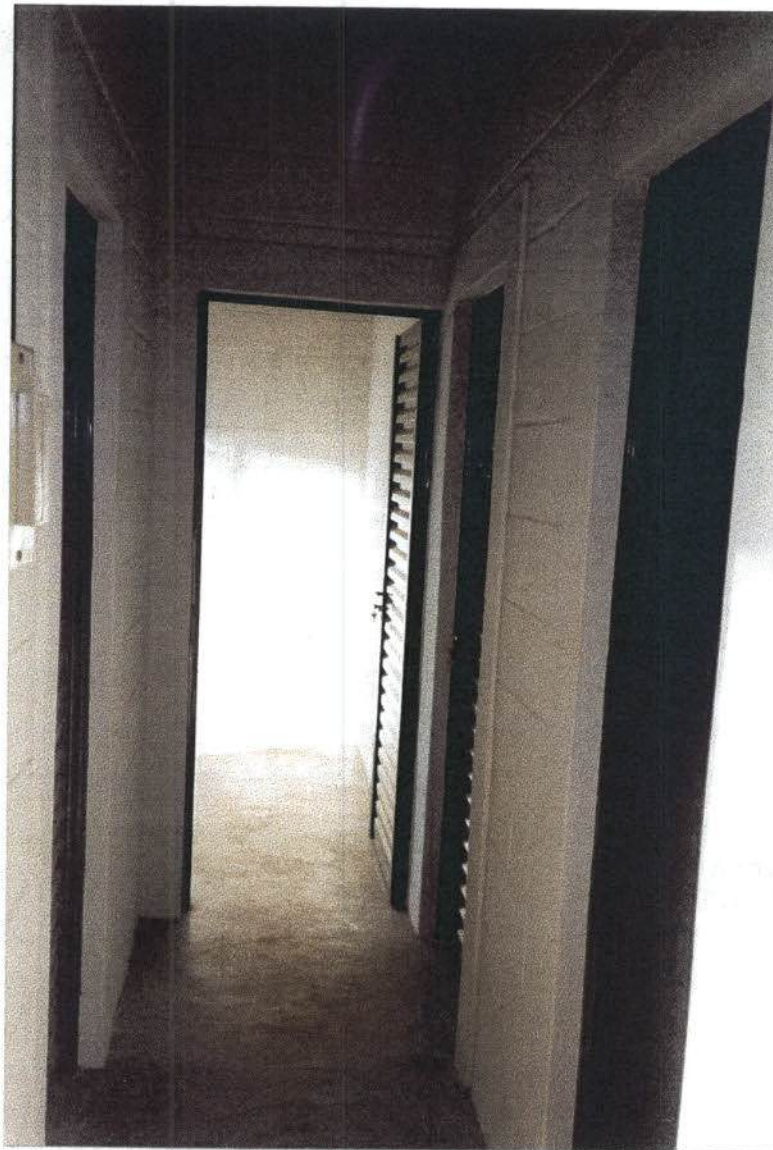
Fis. 1590
Proc. 124/92
Rubrica: dm.



EM BRANCO

Fis. ~~1645~~
Proc. ~~1247-92~~
Rubrica

Fis.: 1591
Pr.: 1247/92
Rubr.: Sm.

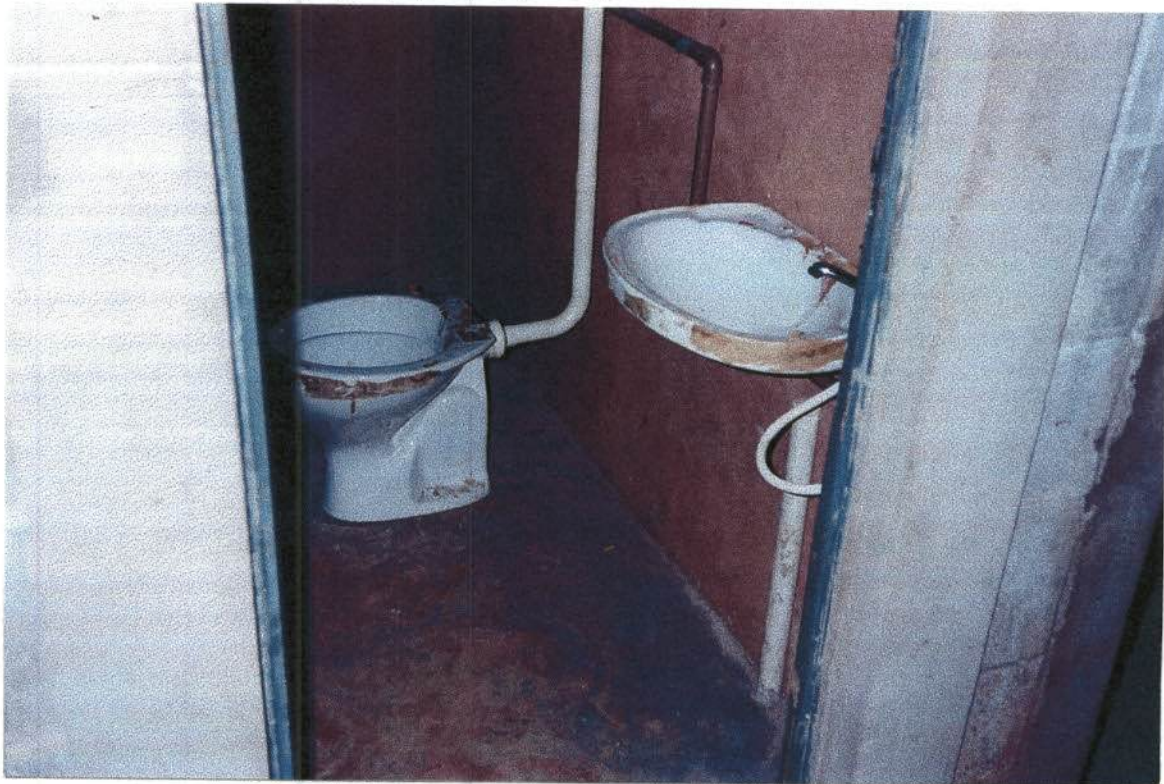


Casa definitiva - Acabamento interno padrão

EM BRANCO

Fls. 1592
Proc. 1247/92
Rubrica sm

Fls.: 1592
Proc.: 1247/92
Rubr.: sm



Casa definitiva - Acabamento interno padrão

EM BRANCO

Fls.: 1593
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

CESP Companhia
Energética de
São Paulo

Fls. 1617
Proc. 1247-92
Rubrica

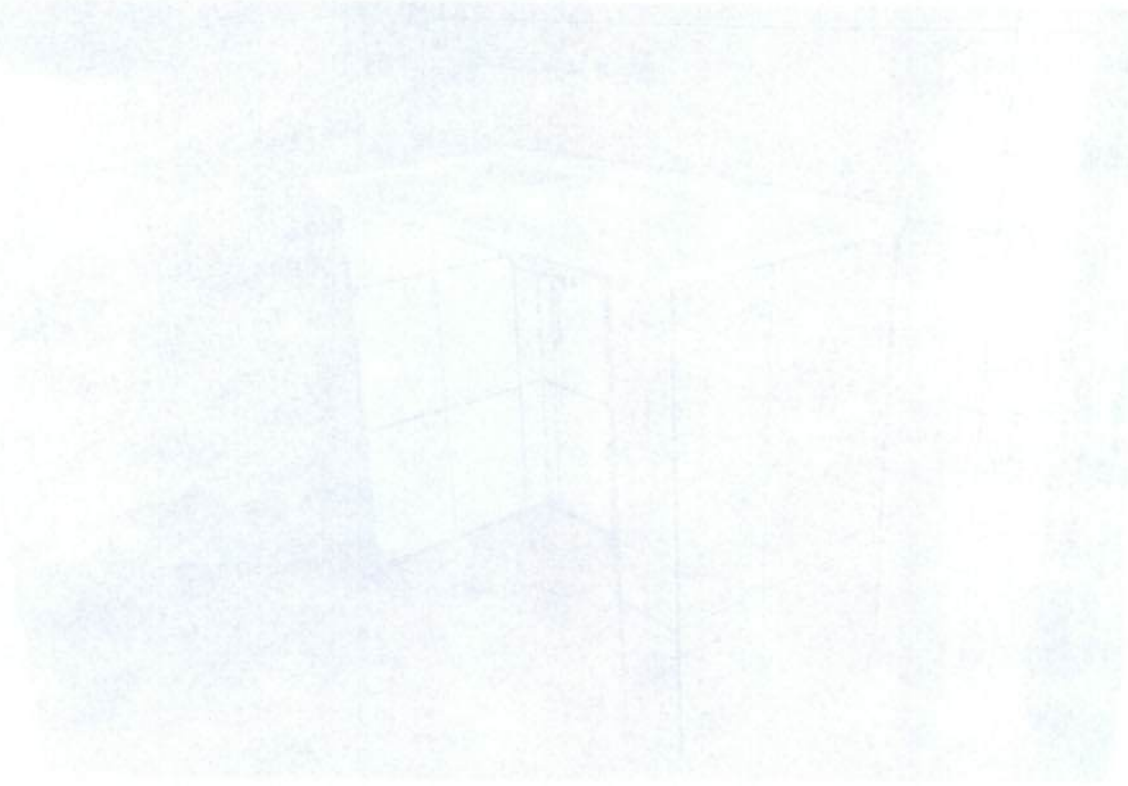


Casa definitiva com acabamento interno - recurso do beneficiário (cozinha)



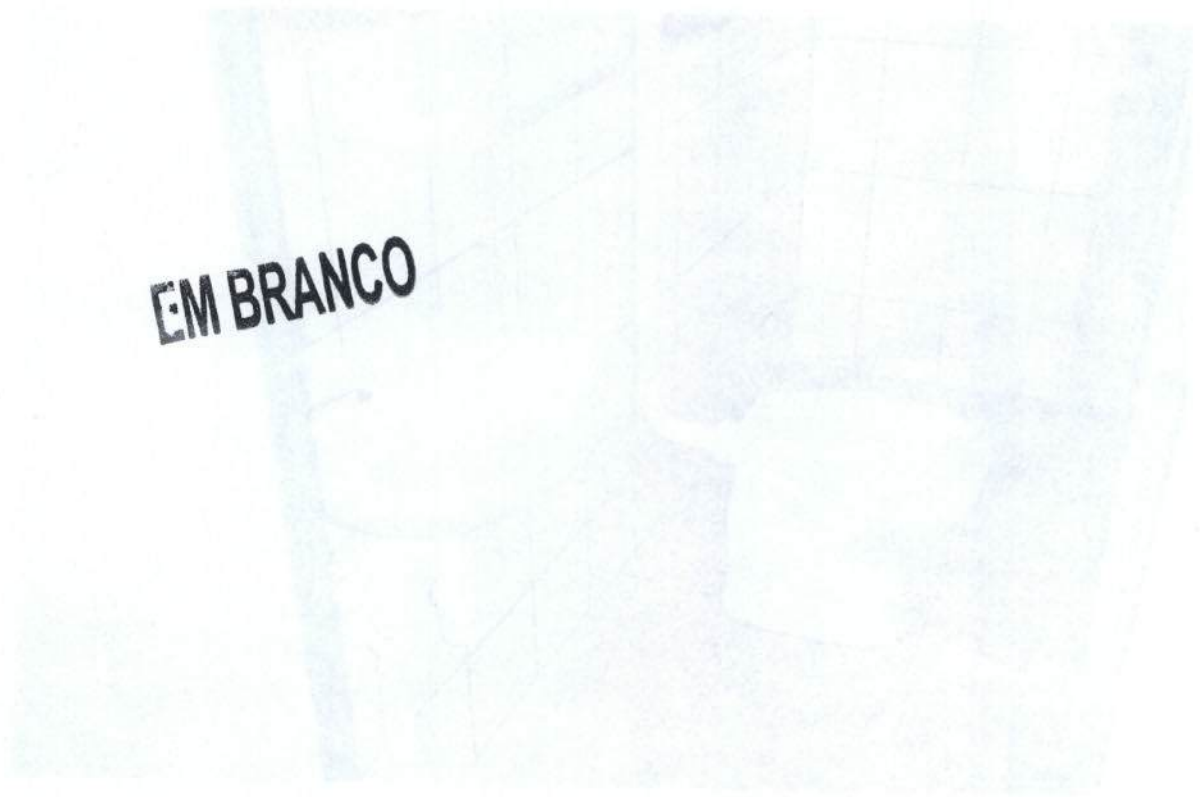
Casa definitiva com acabamento interno - recurso do beneficiário (banheiro)

2720



Projeto de Arquitetura - Arquiteto: [illegible]

EM BRANCO



Projeto de Arquitetura - Arquiteto: [illegible]

Fls. 1749
Proc. 1547/92
Rubrica



Casa definitiva com acabamento interno - recurso do beneficiário (corredor)



Demarcação para construção de terraços (curva de nível)

Fls.: 1594
Proc.: 1247/92
Rubr.: Im.

EM BRANCO



Fis. ~~1549~~
Proc. ~~1247/92~~
Rubrica

Fis.: 1595
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

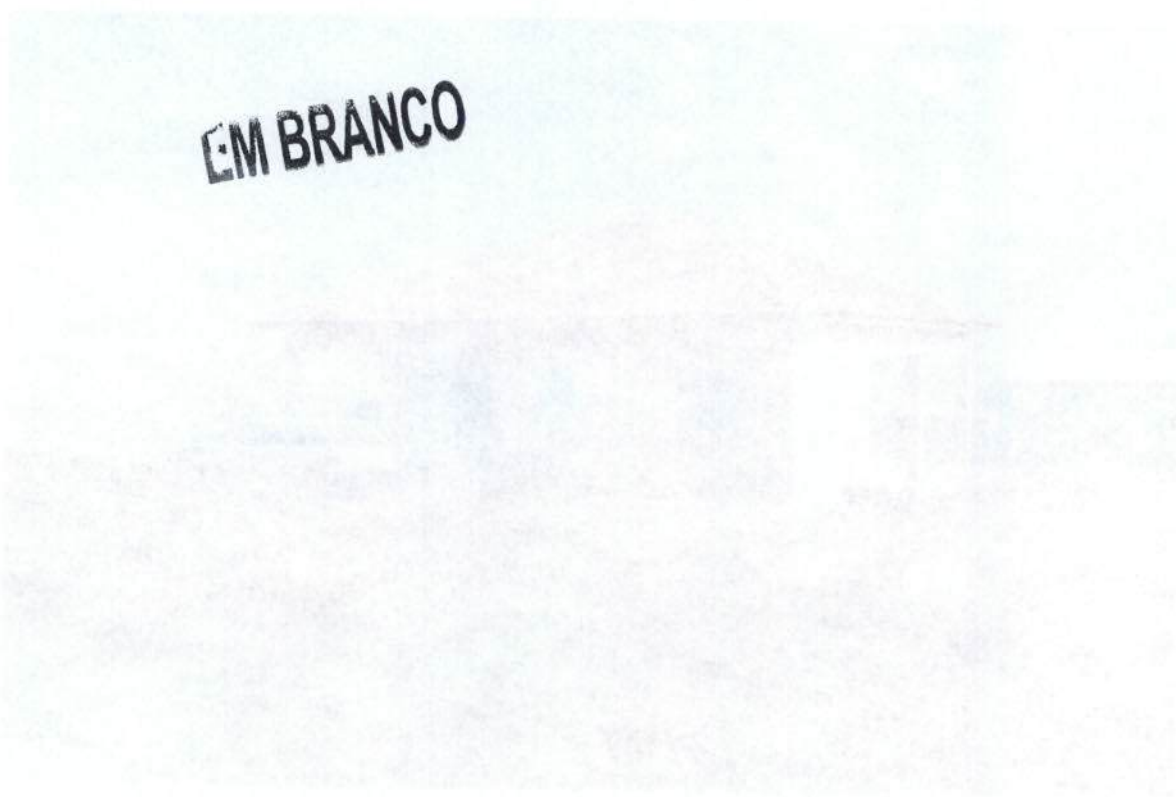
Casa definitiva acabada



Casa definitiva ampliada



EM BRANCO



Fls. 1540
Proc. 1547/92
Rubrica 27

Fls. 1596
Proc. 1247/92
Rubr.: Im.



Casa Definitiva Habitada



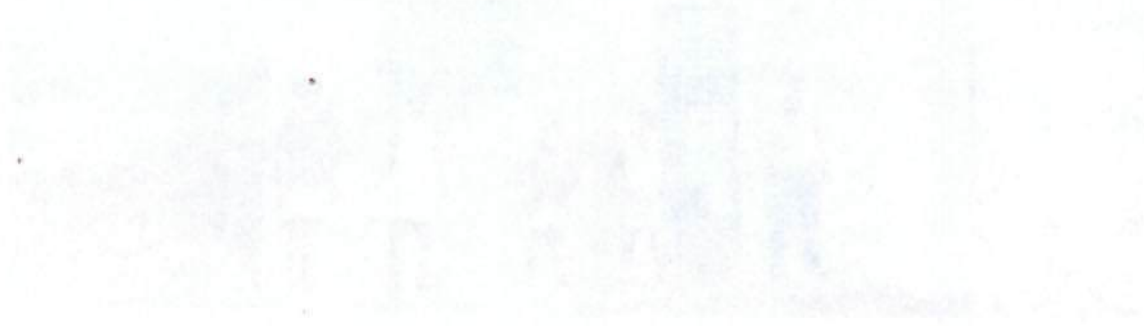
Casa Definitiva Habitada

72-00



algebra 101-2-1-1-1

EM BRANCO



algebra 101-2-1-1-1

Fls. 1657
Proc. 1247-99
Rubrica dm

Fls.: 1597
Proc.: 1247/92
Rubr.: dm

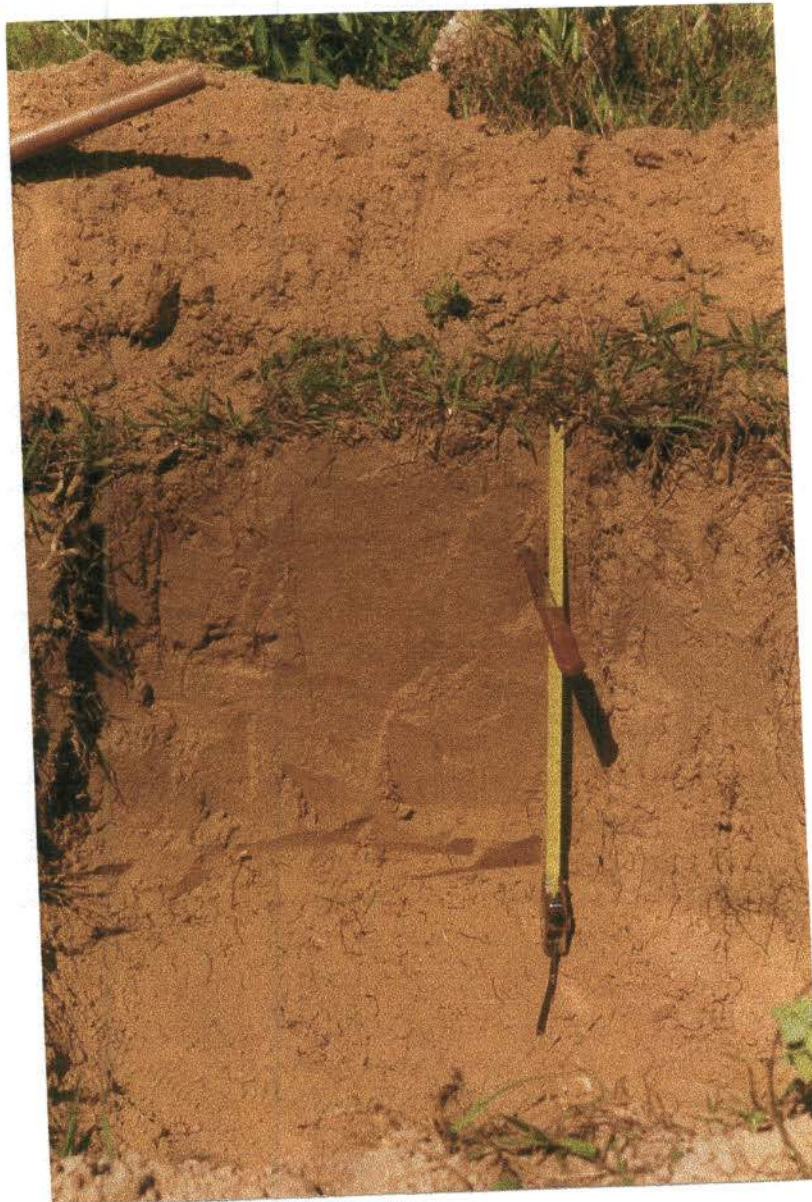


Construção da rede elétrica

EM BRANCO

Fis. ~~1652~~
Proc. ~~1247/92~~
Rubrica

Fis.: 1598
Proc.: 1247/92
Rubr.: sm.



Abertura de trincheiras para análise de solos

EM BRANCO



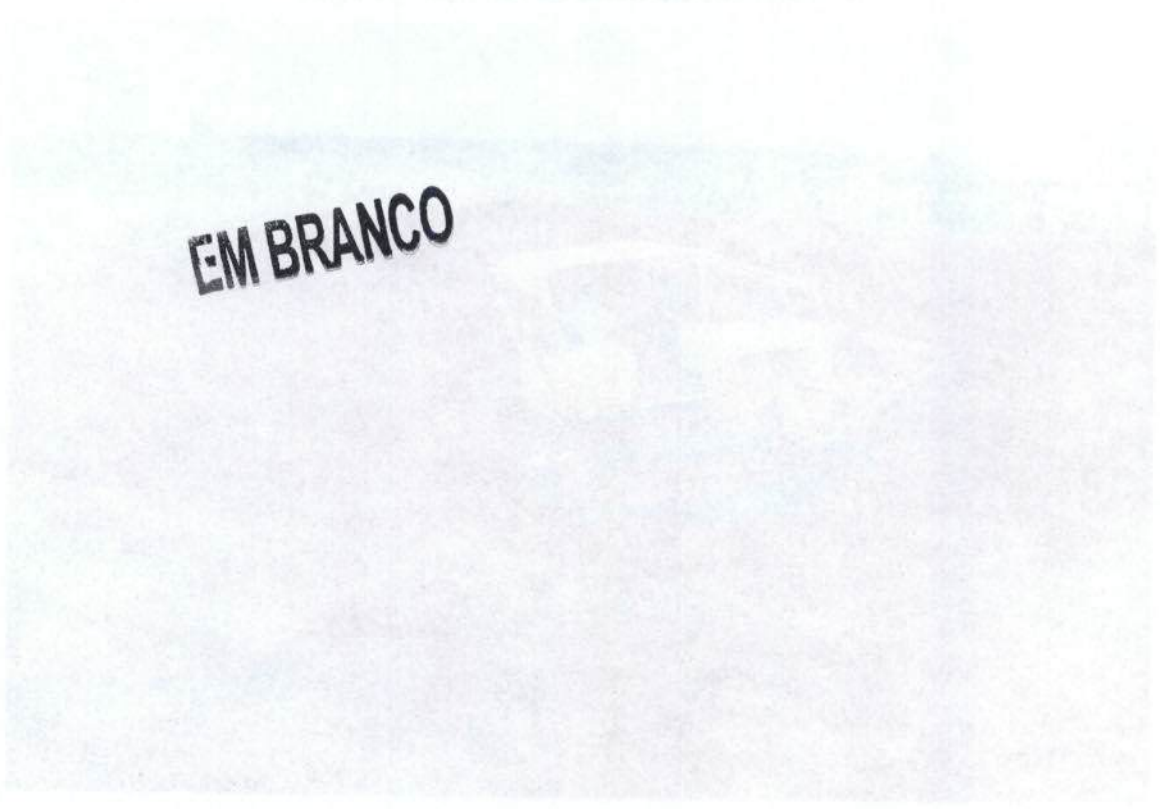
Fis. ~~1053~~
Proc. ~~1247/92~~
Rubrica

Fis.: 1599
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

Construção de caixa de retenção de água



Construção de caixa de retenção de água



EM BRANCO



Fls. 1654
Proc. 1247/92
Rubrica

Reserva Florestal

Fls. 1600
Proc. 1247/92
Rubr. Sm.



Reserva Florestal

EM BRANCO

Fls. ~~1656~~
Proc. ~~1247-92~~
Rubrica

Fls. 1601
Proc. 1247/92
Rubr.: dm.

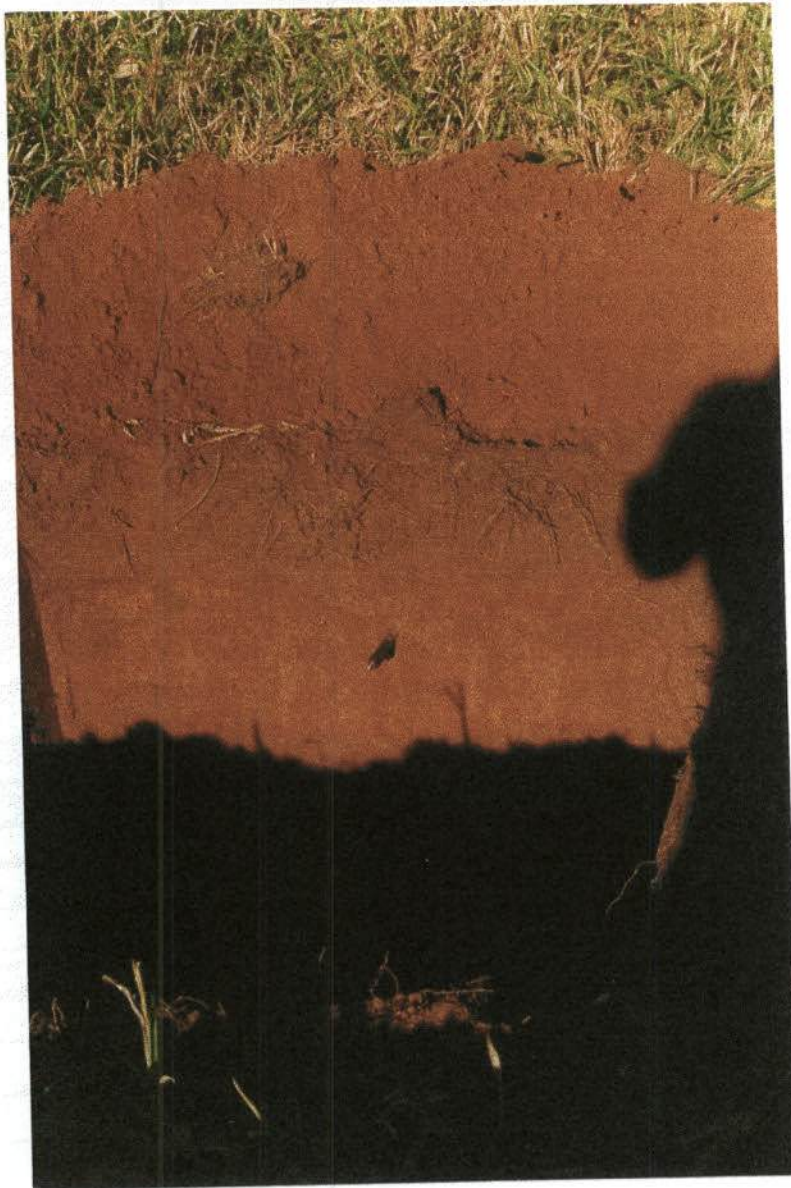


Construção de cercas - lotes de pecuária

EM BRANCO

Fis: ~~1056~~
Proc: ~~124792~~
Rubric: ~~[assinatura]~~

Fis: 1602
Proc: 1247192
Rubr: sm.



Abertura de trincheiras para análise de solos

EM BRANCO

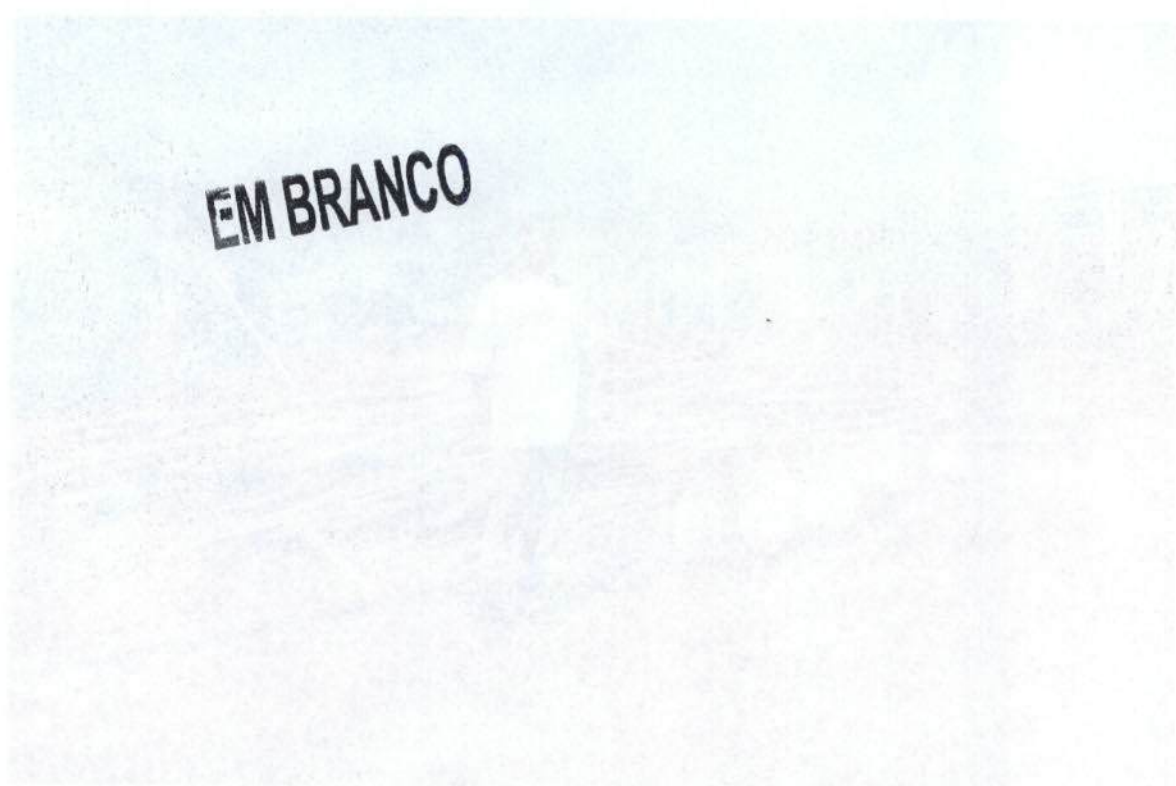


Cerca de bambu - horta caseira



Balaio agrícola

Fls.: 1603
Proc.: 1347/92
Rubr.: 1m



EM BRANCO

Fls. 1658
Proc. 1208/92
Rubrica

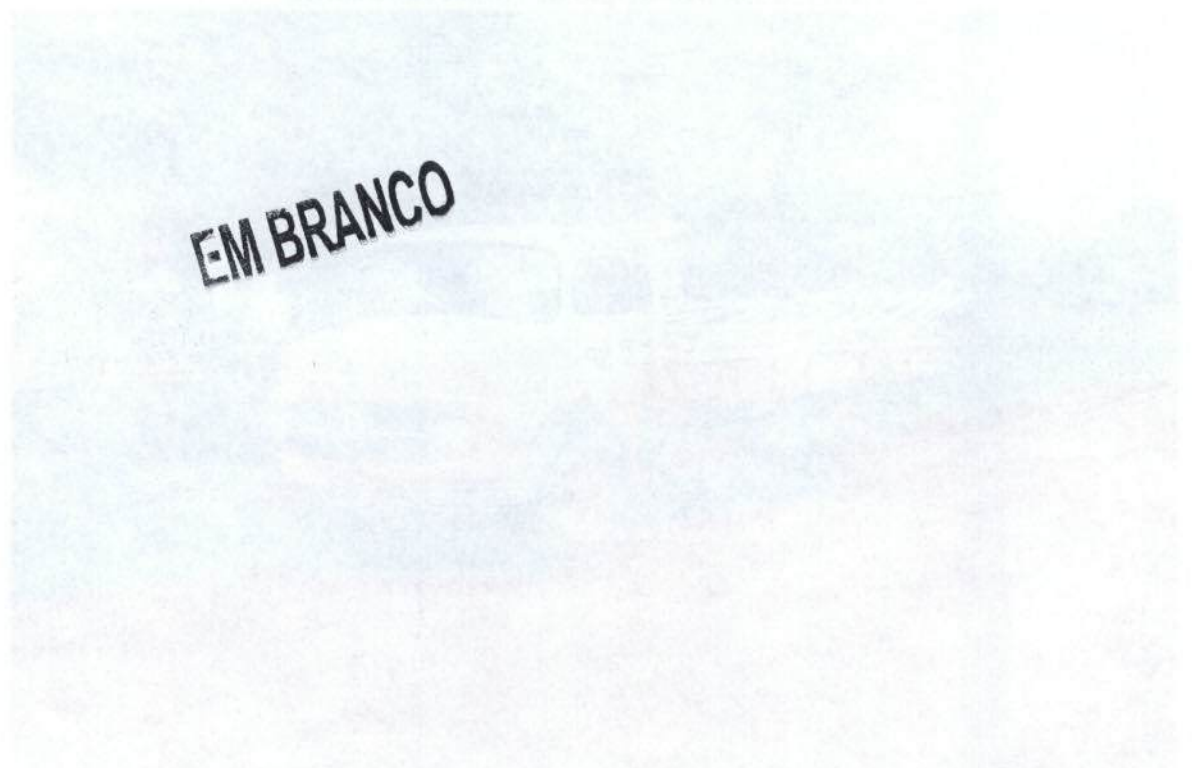


**Distribuição de mudas - pomar caseiro - CESP
e Prefeitura Municipal de Anaurilândia/MS**



**Transporte e distribuição de bambu, para ser utilizado
na cerca de hortas caseiras e confecções de balaies**

Fls.: 1604
Proc.: 1347/92
Rubr.: Sm.



EM BRANCO



**Distribuição de mudas - pomar caseiro - CESP
e Prefeitura Municipal de Anaurilândia/MS**



**Distribuição de mudas - pomar caseiro - CESP
e Prefeitura Municipal de Anaurilândia/MS**



EM BRANCO





Fls. 1660
Proc. 1247/92
Rubrica

Lote experimental - Prefeitura Municipal de Anaurilândia/MS (cultura de napier)



**Distribuição de mudas - pomar caseiro - CESP
e Prefeitura Municipal de Anaurilândia/MS**

Fls.: 1606
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

EM BRANCO



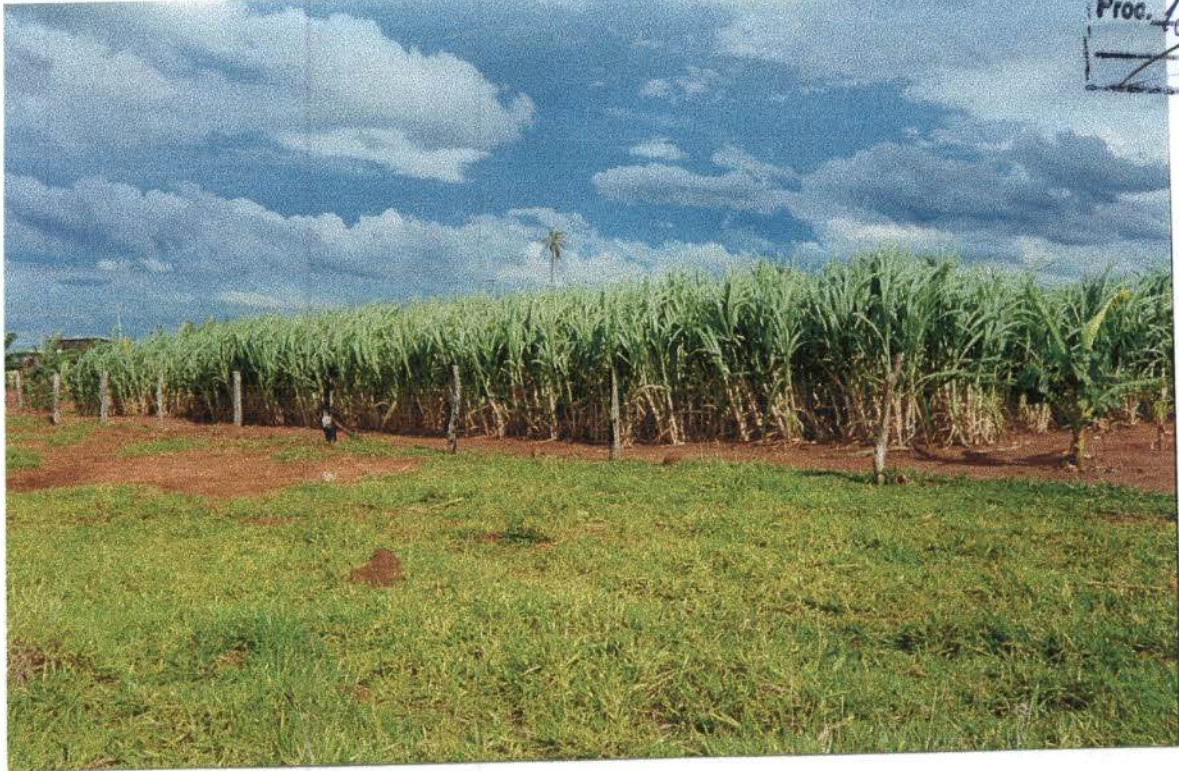
Horta caseira



Lote experimental - Prefeitura Municipal de Anaurilândia/MS (cultura de cana)

Fls.: 1607
Proc.: 1247/92
Rubr.: dm.

EM BRANCO



Cultura de cana



Cultura de napier

1920

EM BRANCO



Fis. 7163
Proc. 1247/92
Rubrica sm.

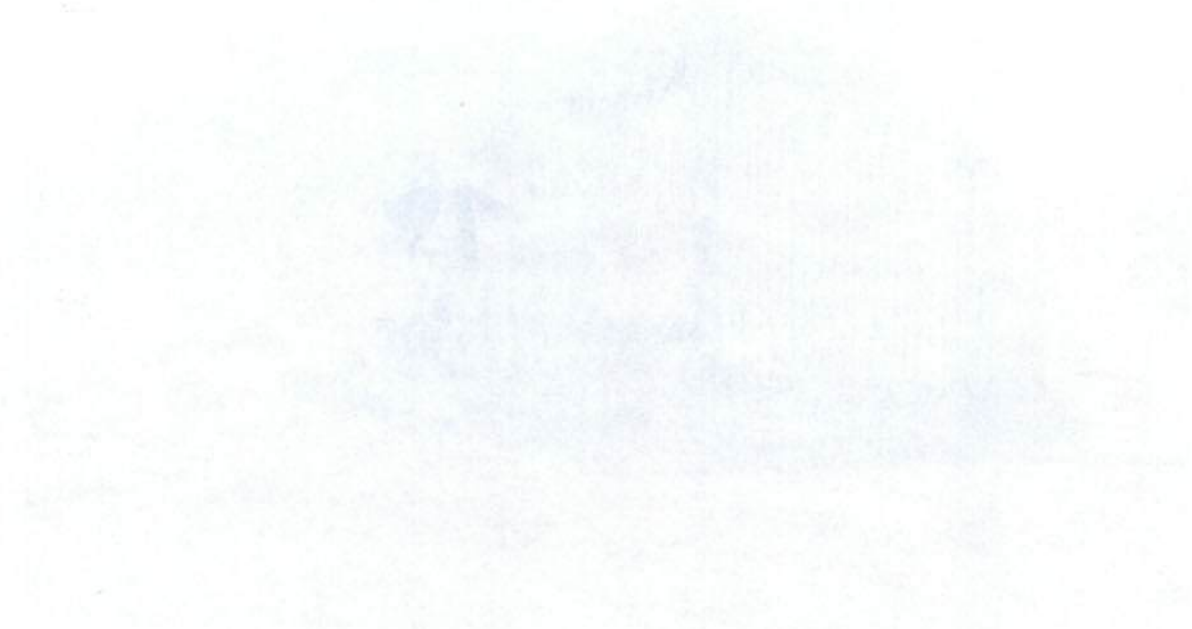
Paiol de milho



Milho armazenado no paiol

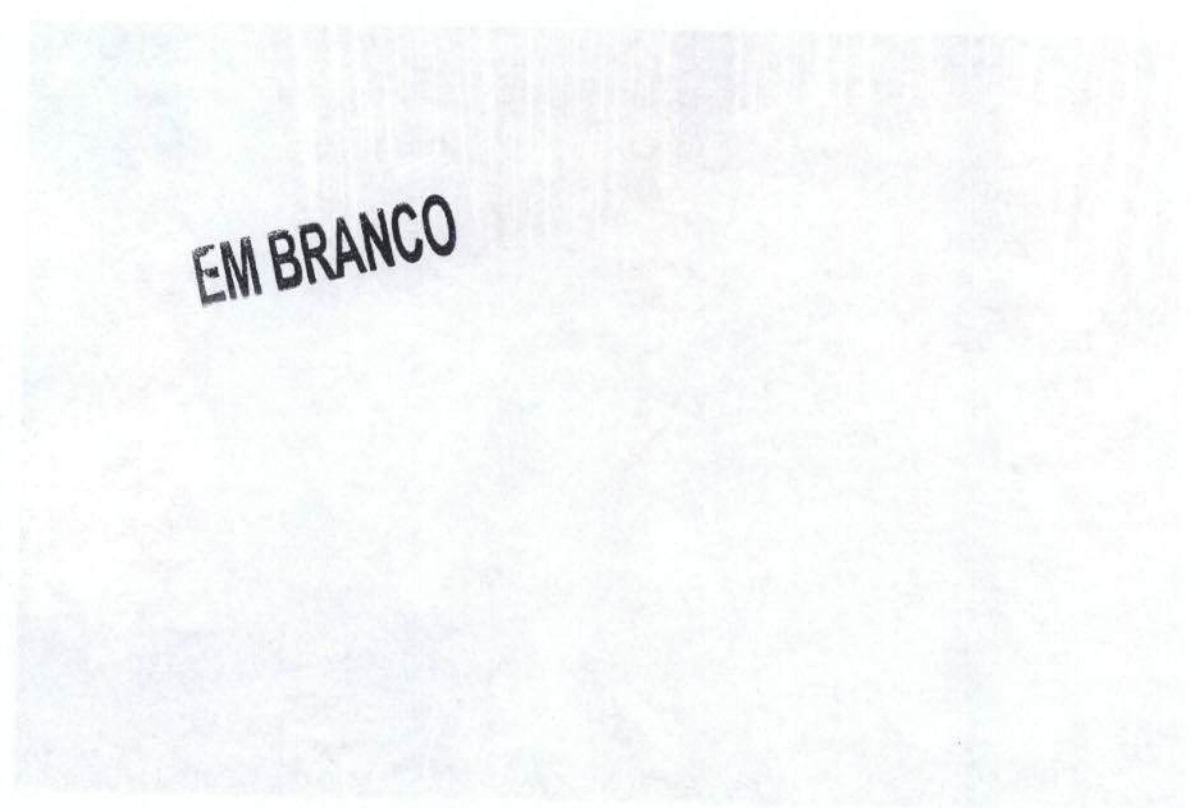
Fis.: 1609
Proc.: 1247/92
Rubr.: sm.

92-0



white on black

EM BRANCO



white on black



Cultura do milho em fase de colheita



Milho em espiga, após a colheita

EM BRANCO

Fis. 1065
Proc. 1247/92
Rubrica dm



Fis.: 1611
Proc.: 1247/92
Rubr.: dm

Cultura da mandioca



Cultura de milho e arroz

EM BRANCO



1666
Proc. 1247/92
Rubrica

Fls.: 1612
Proc.: 1247/92
Rubr.: dm.

Colheita de arroz



Cultura de feijão

EM BRANCO



Fls. 1663
Proc. 1247/92
Rubrica

Fls.: 1613
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

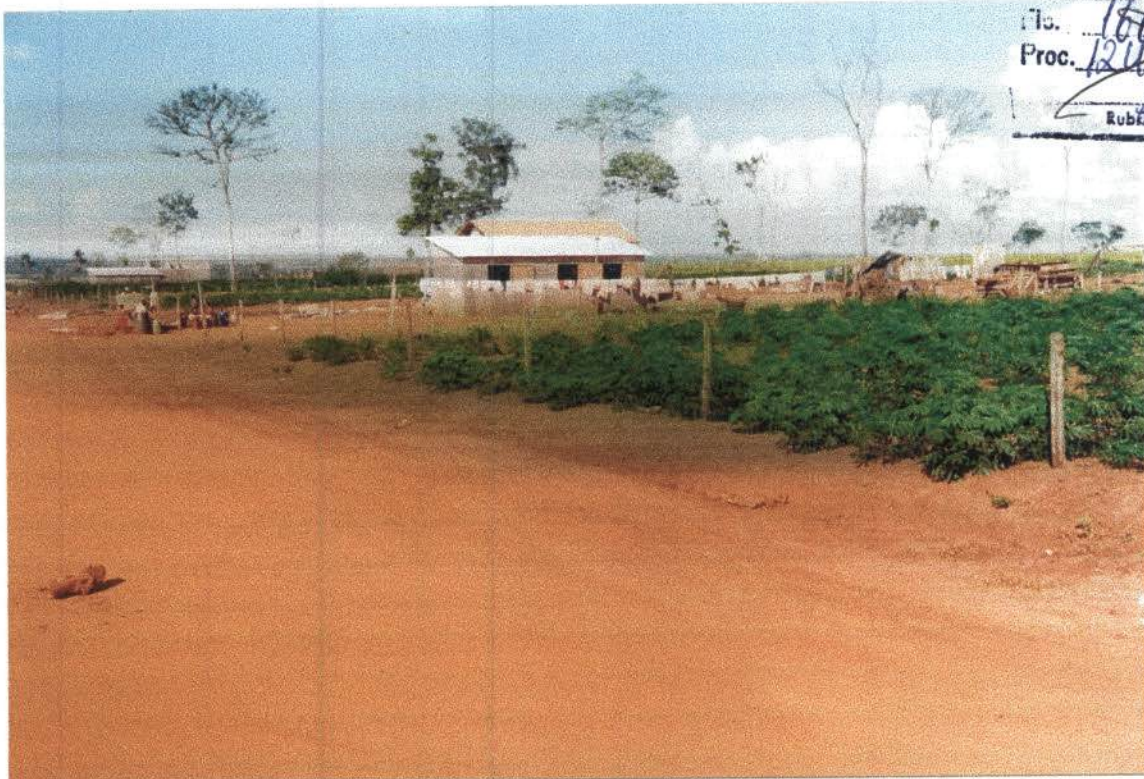
Cultura de arroz (fase de colheita)



Colheita de arroz

92/3

EM BRANCO



Cultura de subsistência (mandioca)



Cultura de arroz

EM BRANCO

Fls. 1669
Proc. 1247/92
Rubrica



Fls.: 1615
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

Pomar de citros



Cultura de subsistência (batata doce)

EM BRANCO



Fis. 1670
Proc. 1247/92
Rubrica

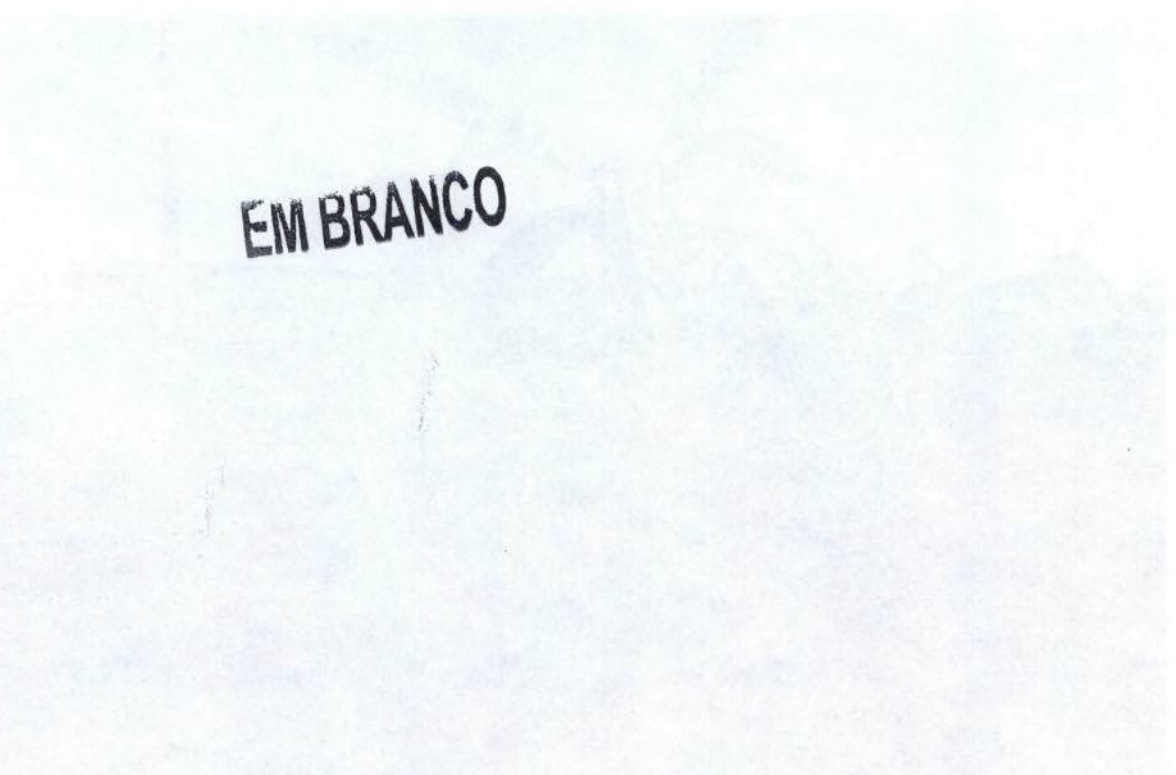
Fis. 1616
Proc. 1247/92
Rubr. Ln.

Plantio de bananeiras



Plantio de bananeiras

423



EM BRANCO

Fls. 1617
Proc. 1247/92
Rubrica



Pomar caseiro

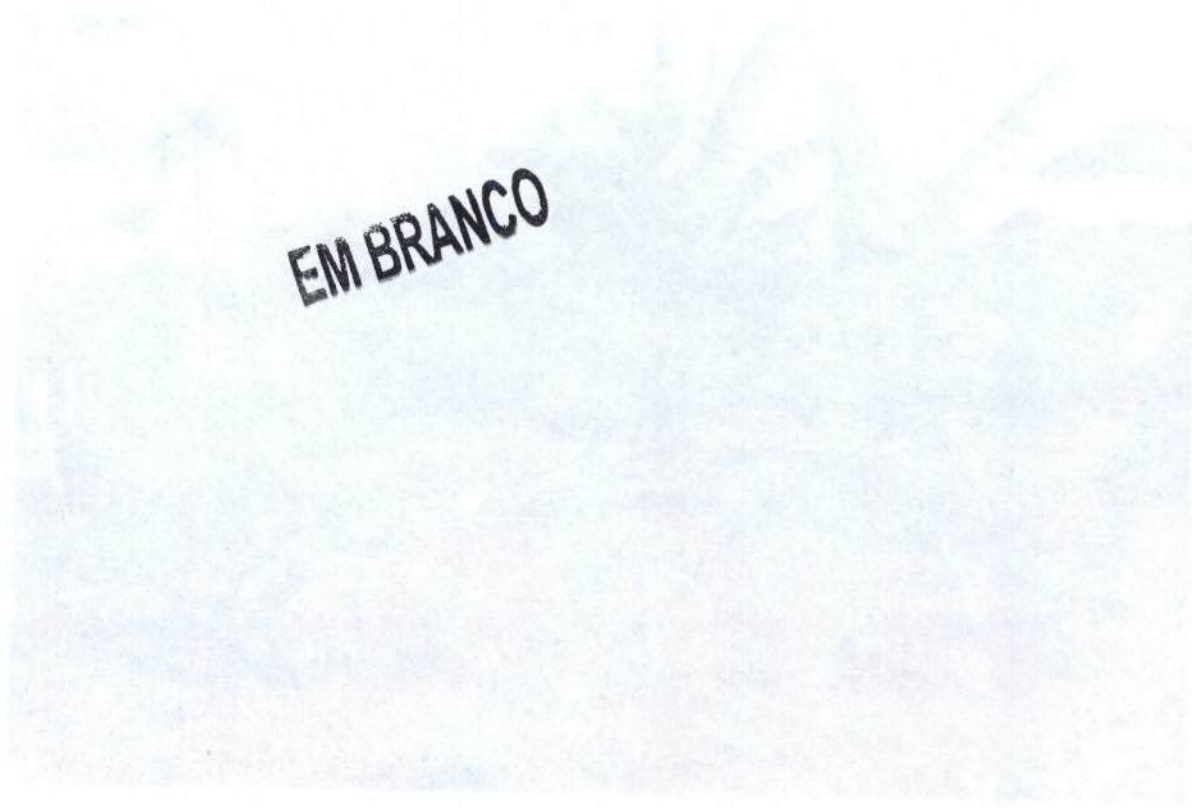
Fls.: 1617
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.



Pomar caseiro



EM BRANCO





Fls. 1679
Proc. 1247/02
Rubrica [assinatura]

Fls.: 1618
Proc.: 1247/02
Rubr.: Am.

Vista aérea parcial - lotes agrícola

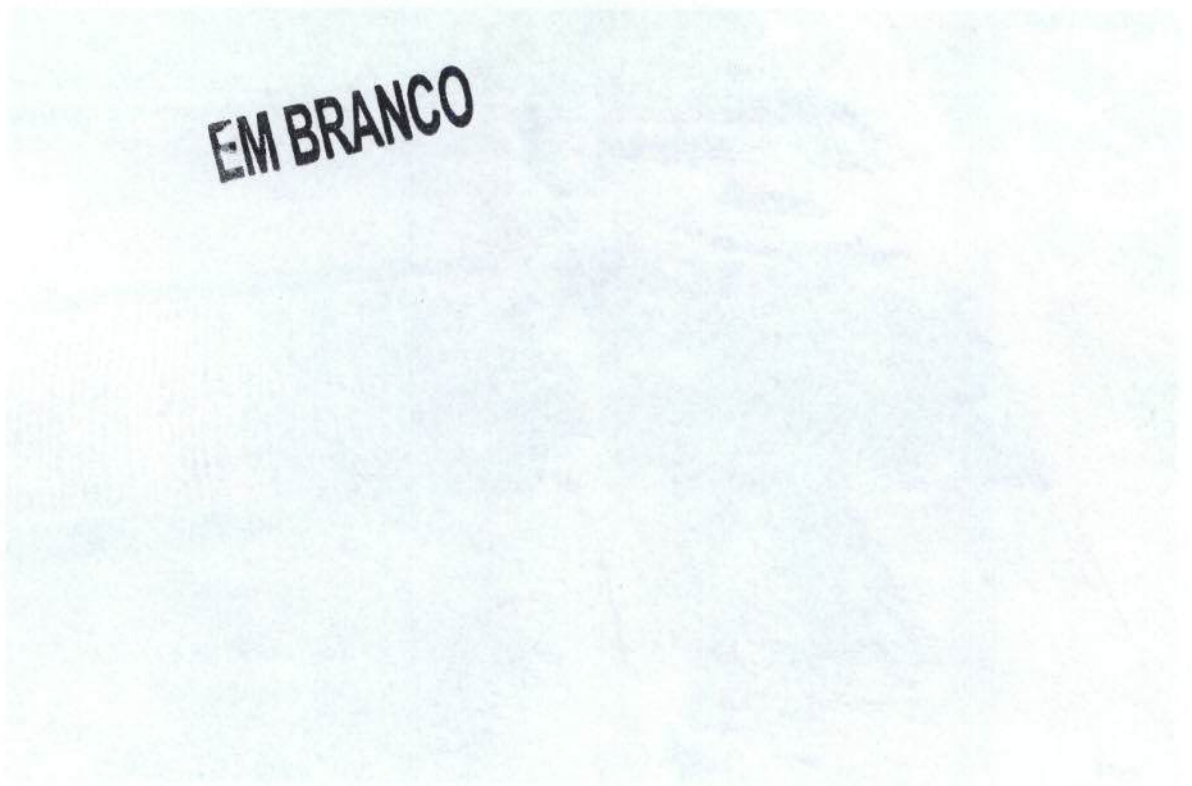


Vista aérea parcial - lotes agrícola



Alcides Lima - 1940-1941

EM BRANCO



Alcides Lima - 1940-1941



Fls. 1628
Proc. 1209/92
Rubrica [assinatura]

Fls.: 1619
Proc.: 1247/92
Rubr.: Im.

Lote de Pecuária



Lote de Pecuária

92-3

EM BRANCO



Fls. 1620
Proc. 1247/92
Rubrica sm

Fls.: 1620
Proc.: 1247/92
Rubr.: sm

Barracão de Ordenha - Lote de Pecuária



Barracão de Ordenha - Lote de Pecuária

EM BRANCO



Fls.	1675
Proc.	1247/92
Rubrica	

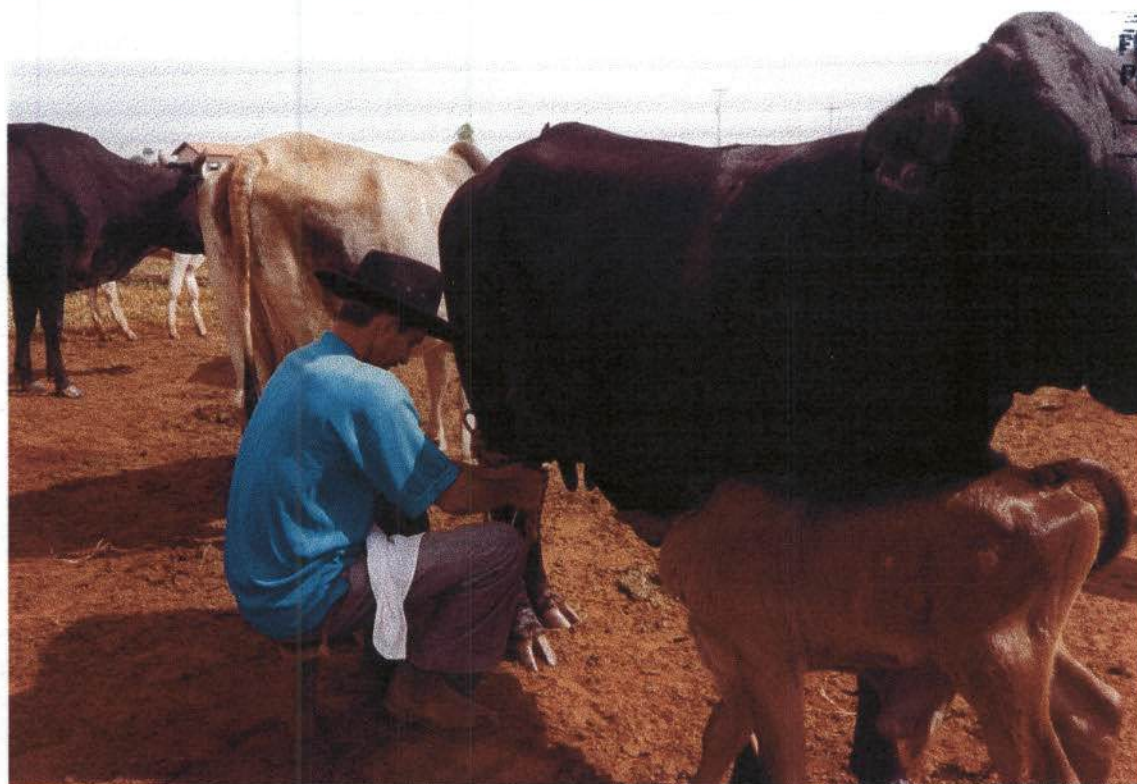
Fls.	1621
Proc.	1247/92
Rubr.	Am.

Rebanho Leiteiro



Rebanho Leiteiro

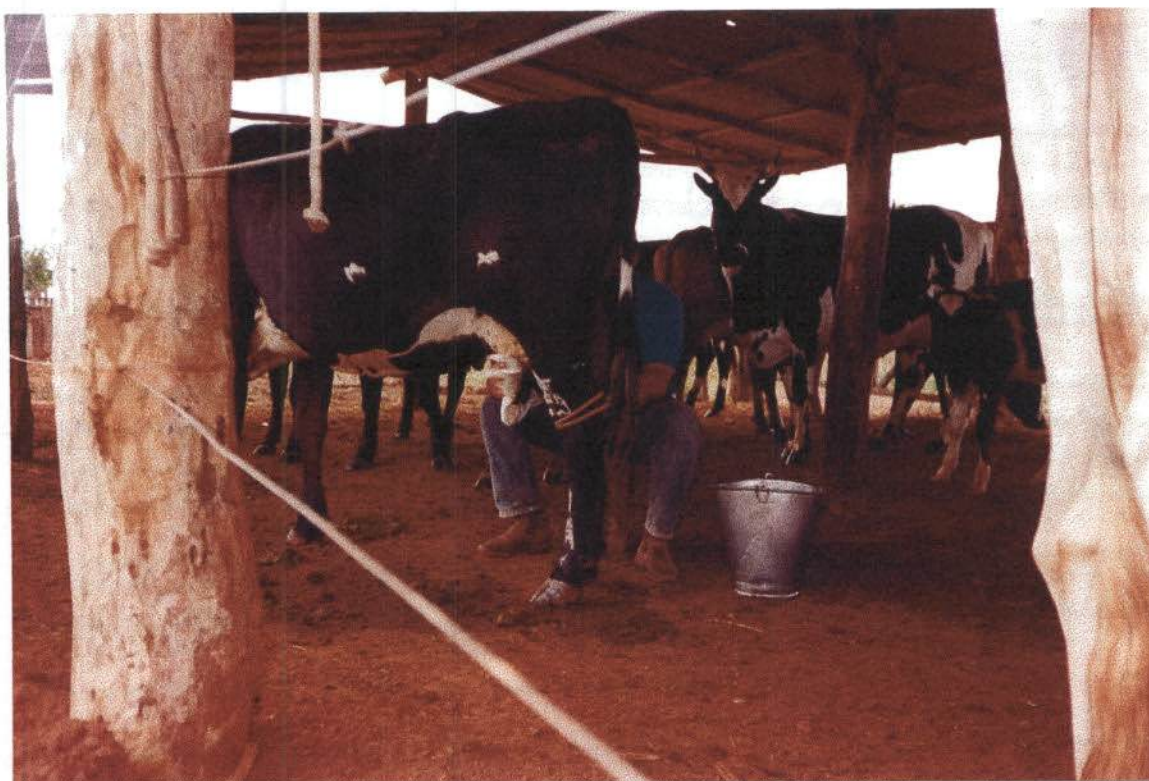
LIM BRANCO



Fls. 1676
Proc. 1247/92
Rubrica

Fls.: 1622
Proc.: 1247/92
Rubr.: dm.

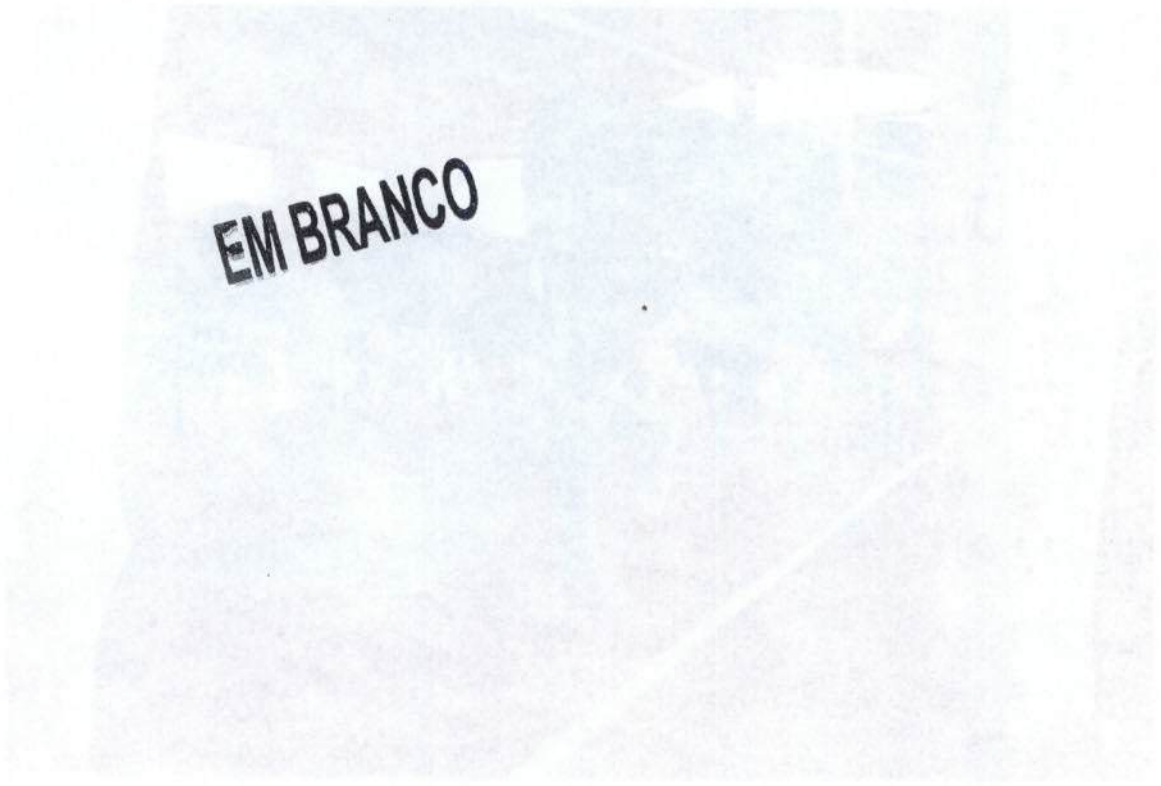
Ordenha Manual



Ordenha Manual



intensity: 0.000000



intensity: 0.000000



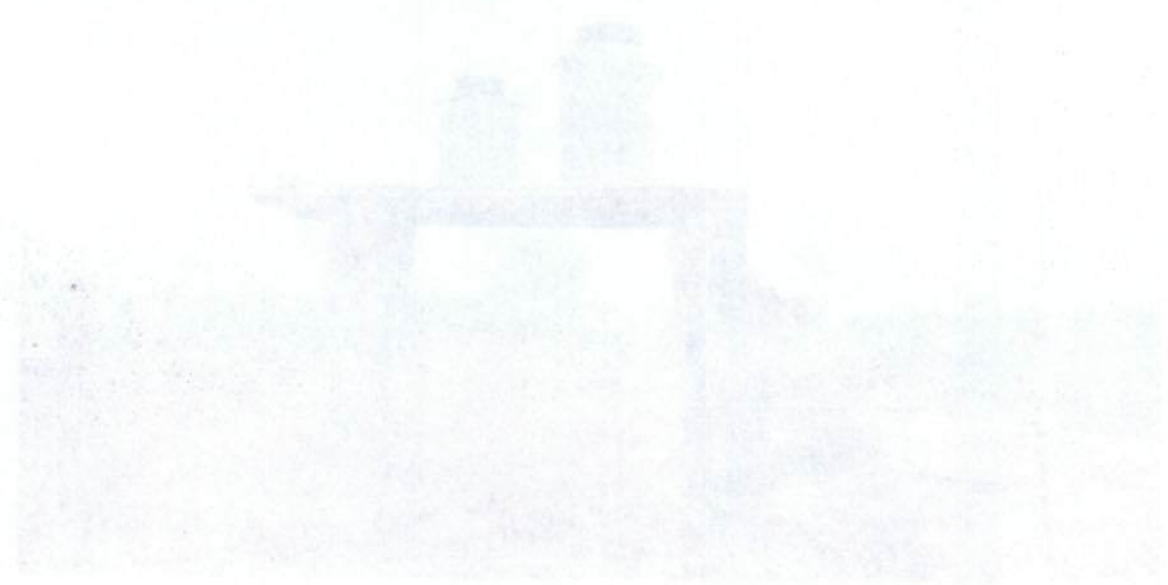
Leite para Comercialização



Banca para Galão de Leite



EM BRANCO





Fls. 898
Proc. 1247/92
Rubrica

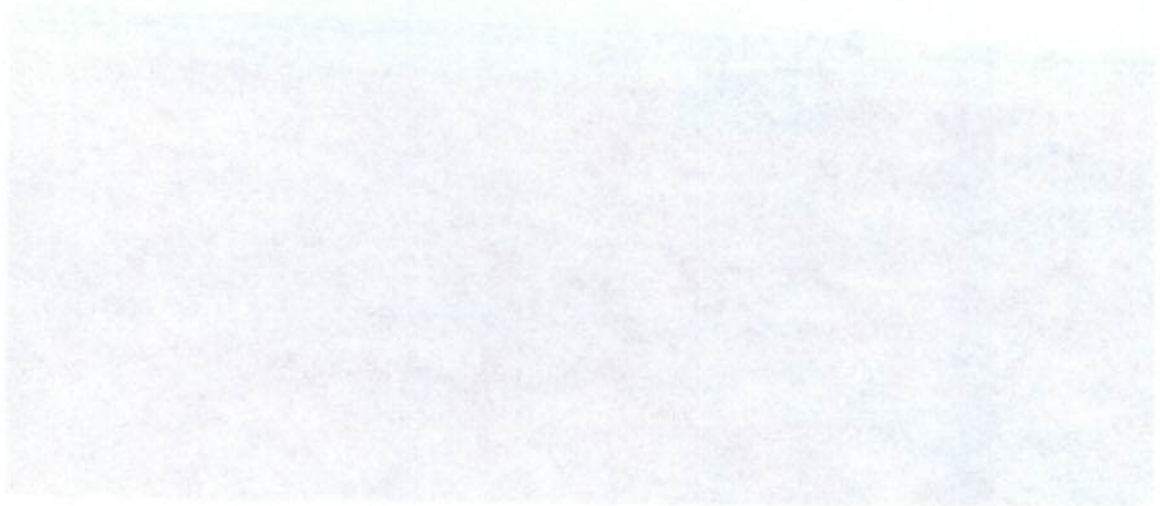
Fls.: 1624
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

Preparo do solo

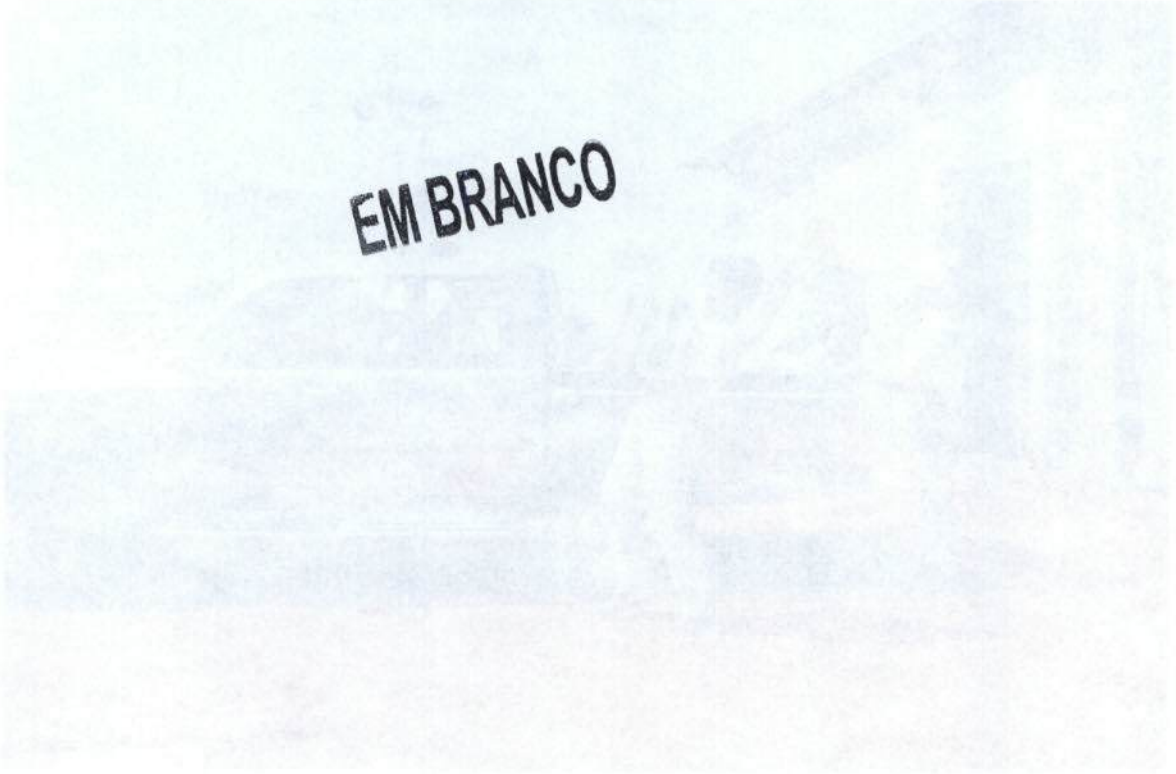


Distribuição de sementes

92-3

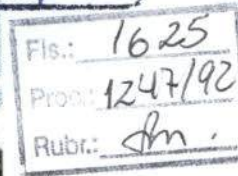


1992-1993



EM BRANCO

1992-1993



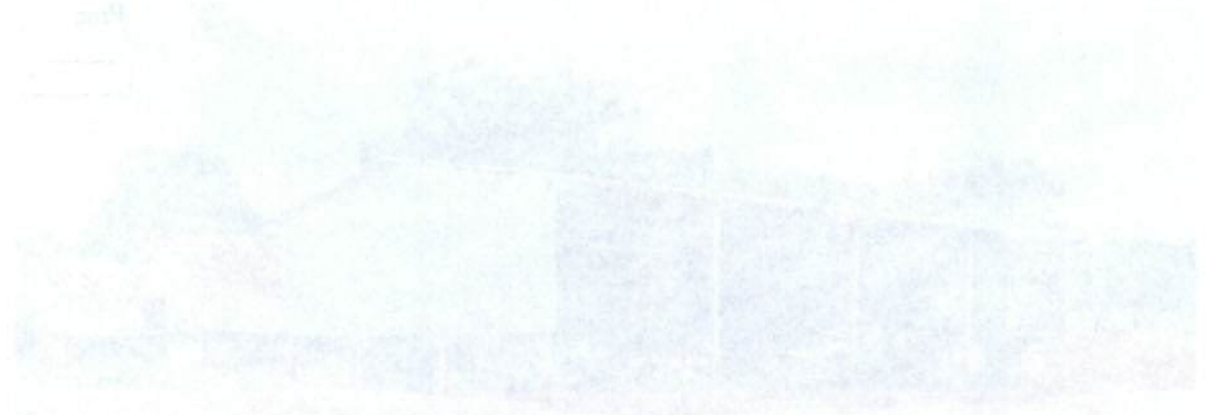
Barracão para máquinas e implementos agrícolas



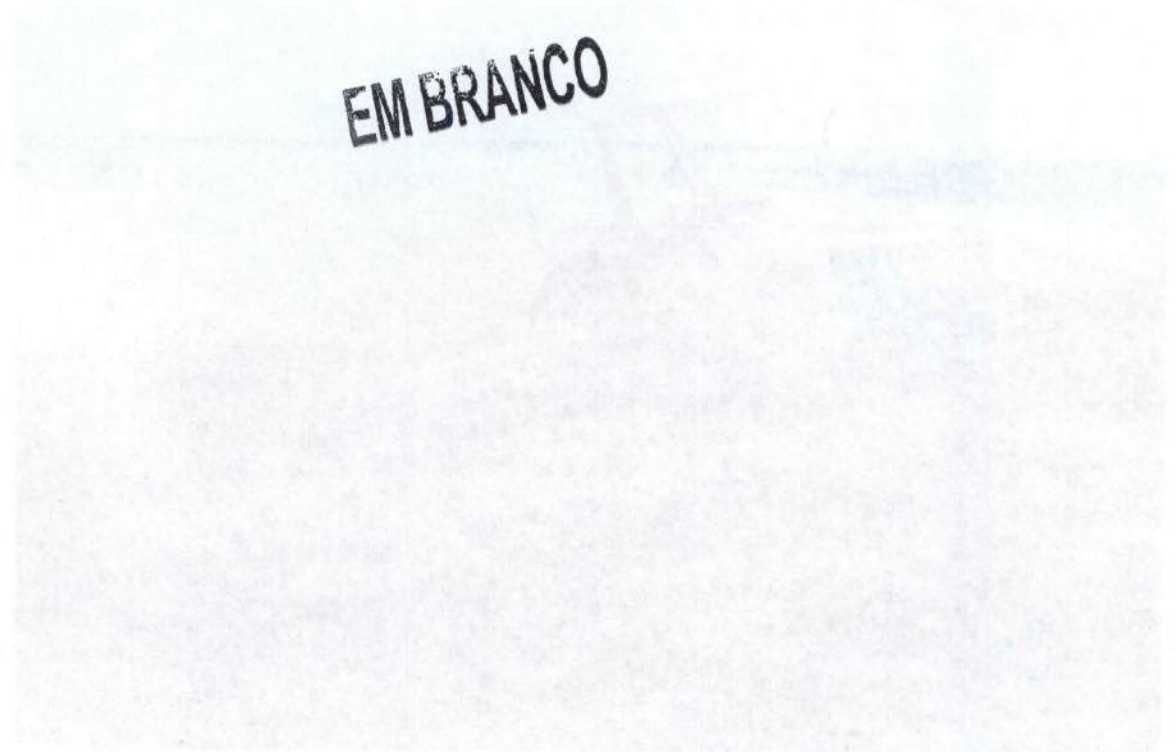
Preparo do solo

223

1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025
2026
2027
2028
2029
2030



EM BRANCO





Fls. 1580
Proc. 21123

Rubrica

Fls.: 1626
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

Retirada de amostra de solos para análise



Retirada de amostra de solos para análise

EM BRANCO



Fls. 1581
Proc. 1247-92
Rubrica

Fls.: 1627
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

Construção de terraços



Construção de terraços



EM BRANCO





Ponto de respaldo casa definitiva



Casa definitiva em fase de acabamento



EM BRANCO





Fls. 1629
Proc. 1247/92
Rubrica

Fls.: 1629
Proc.: 1247/92
Rubr.: Jm.

Esquadrejamento casa definitiva



Alicerce casa definitiva

9222



EXEMPLO DE TEXTO

EM BRANCO



EXEMPLO DE TEXTO



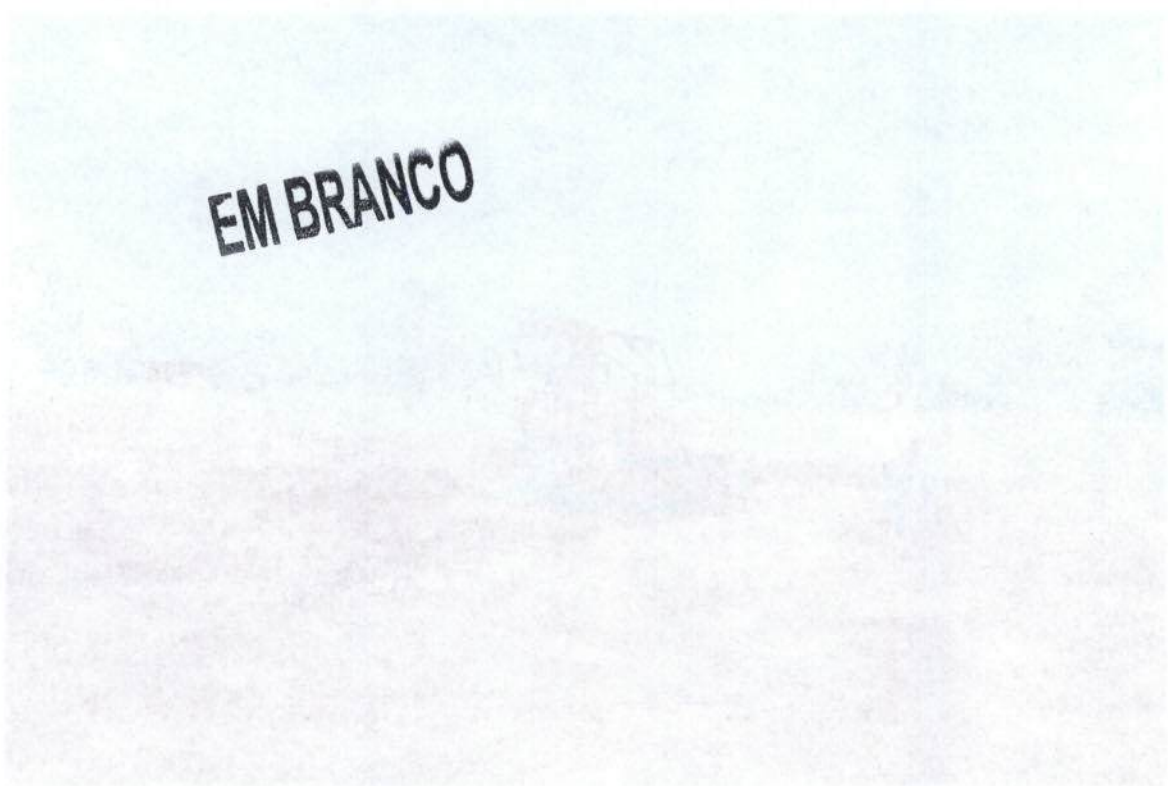
Terraplanagem casa definitiva



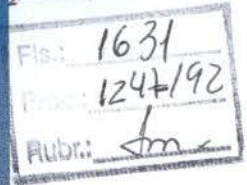
Terraplanagem casa definitiva

92-3

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10



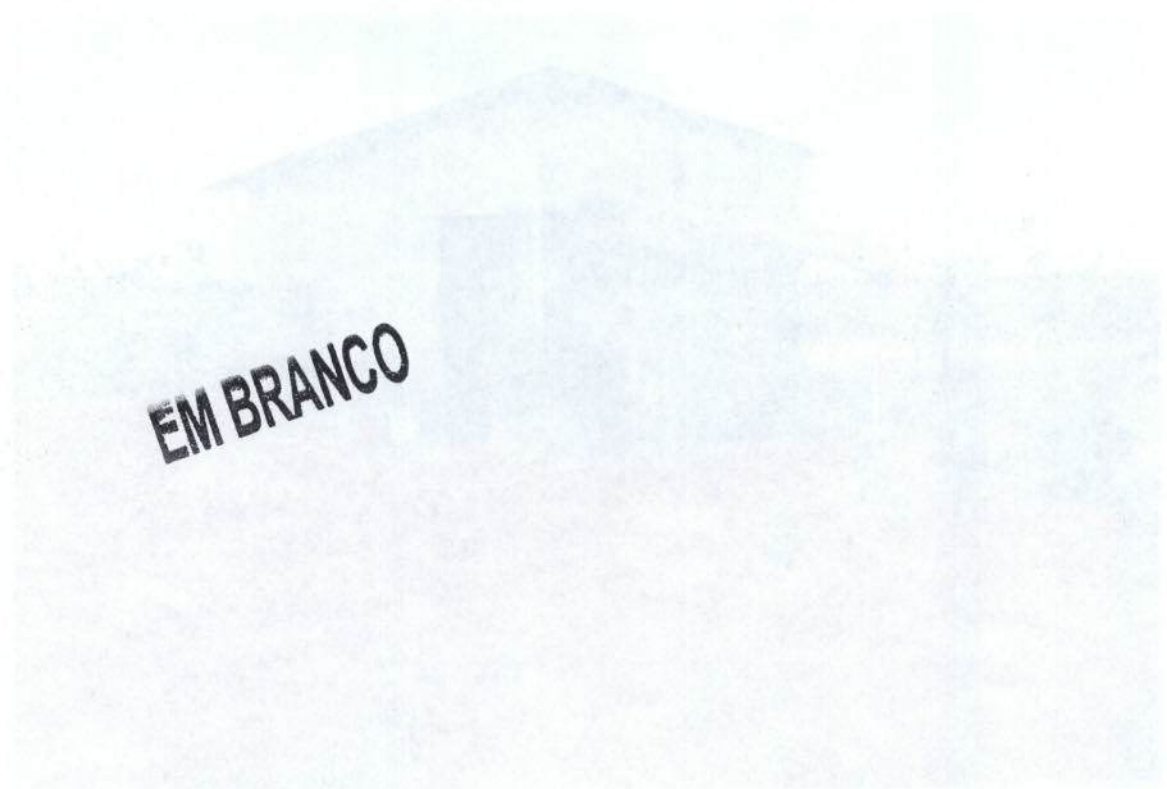
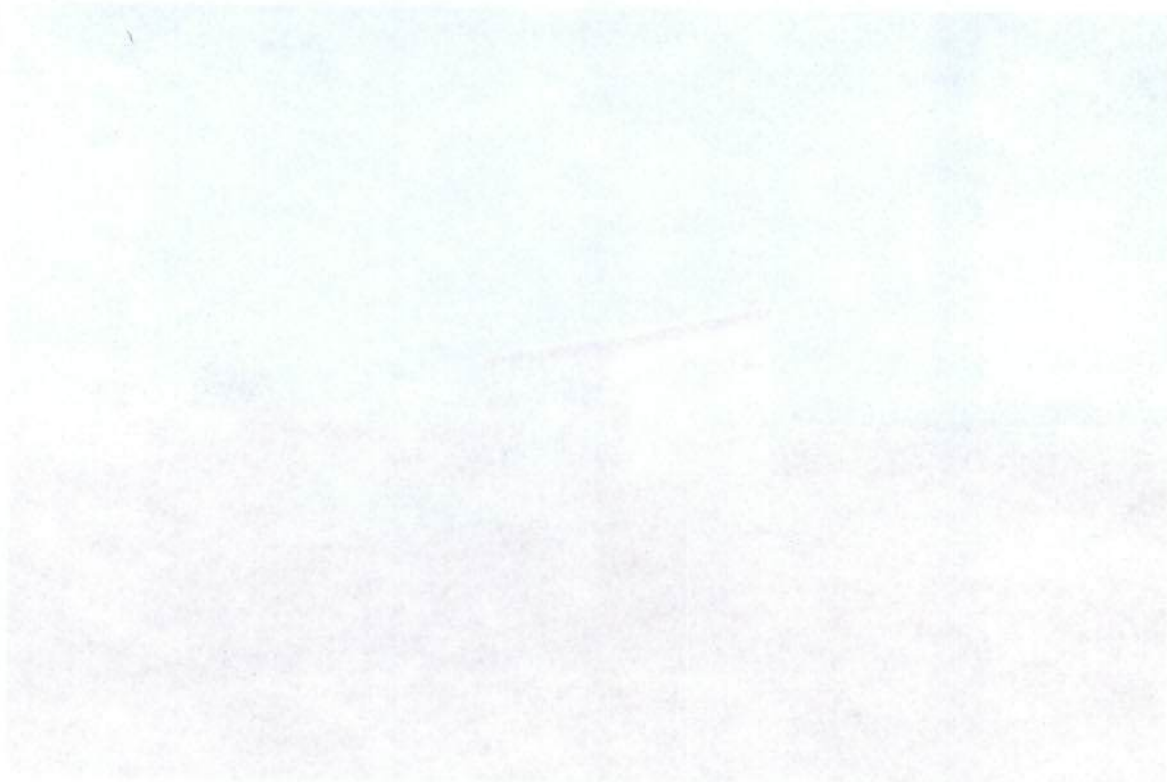
EM BRANCO



Casa provisória



Casa provisória



EM BRANCO



Fis.
Proc.

Fis.: 1632
Proc.: 1247/92
Rubr.: Im.

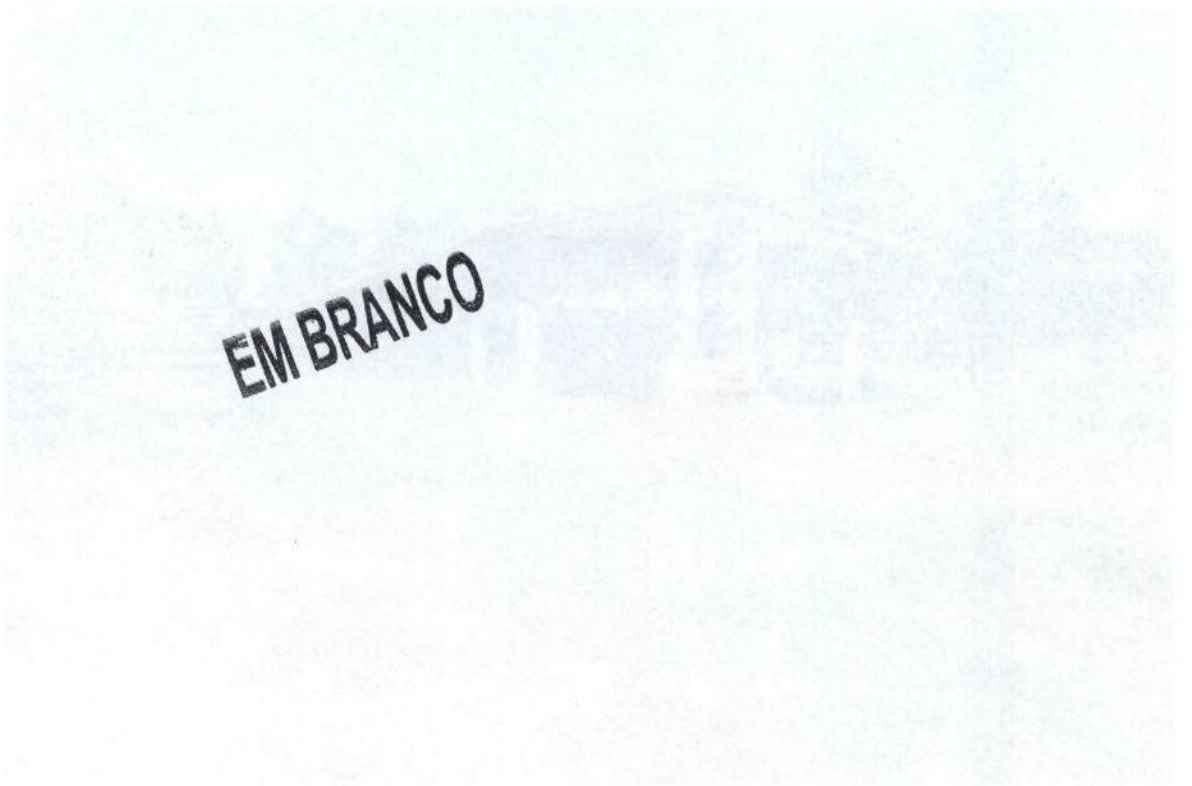
Curral Fazenda Santa Ana



Curral Fazenda Santa Ana

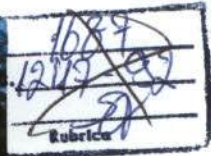
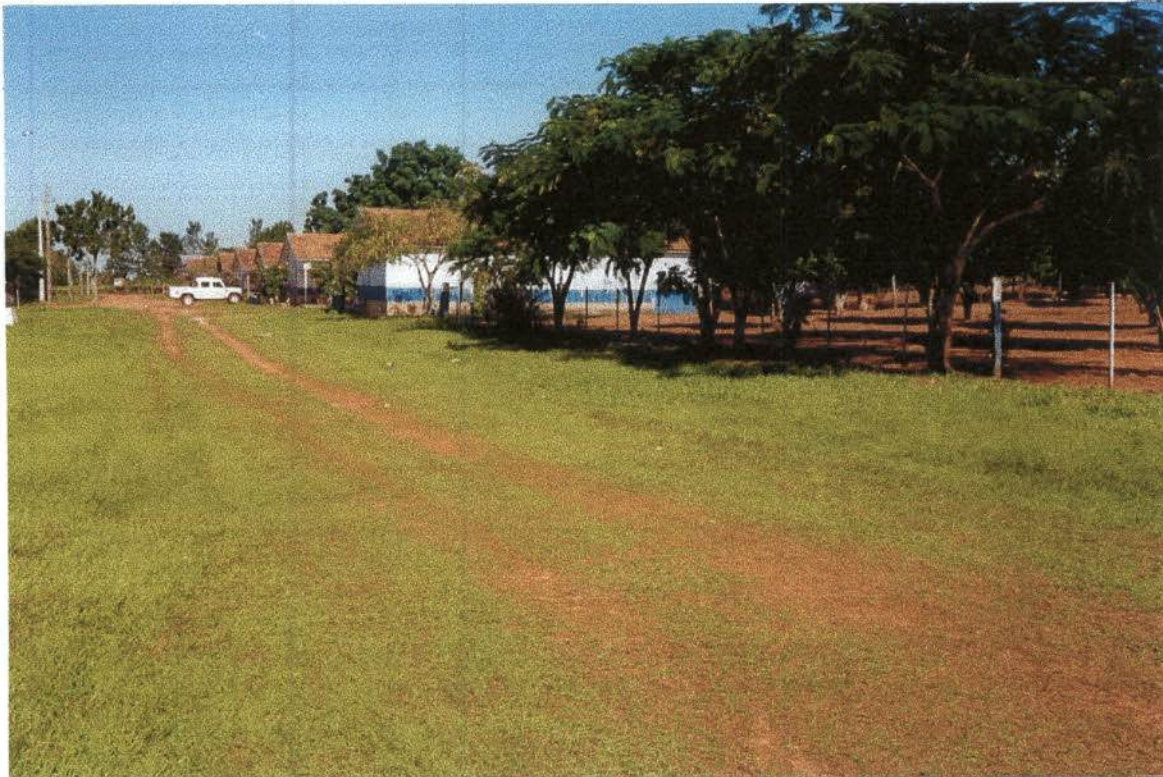


2025-01-01



EM BRANCO

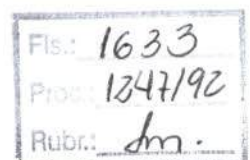
2025-01-01

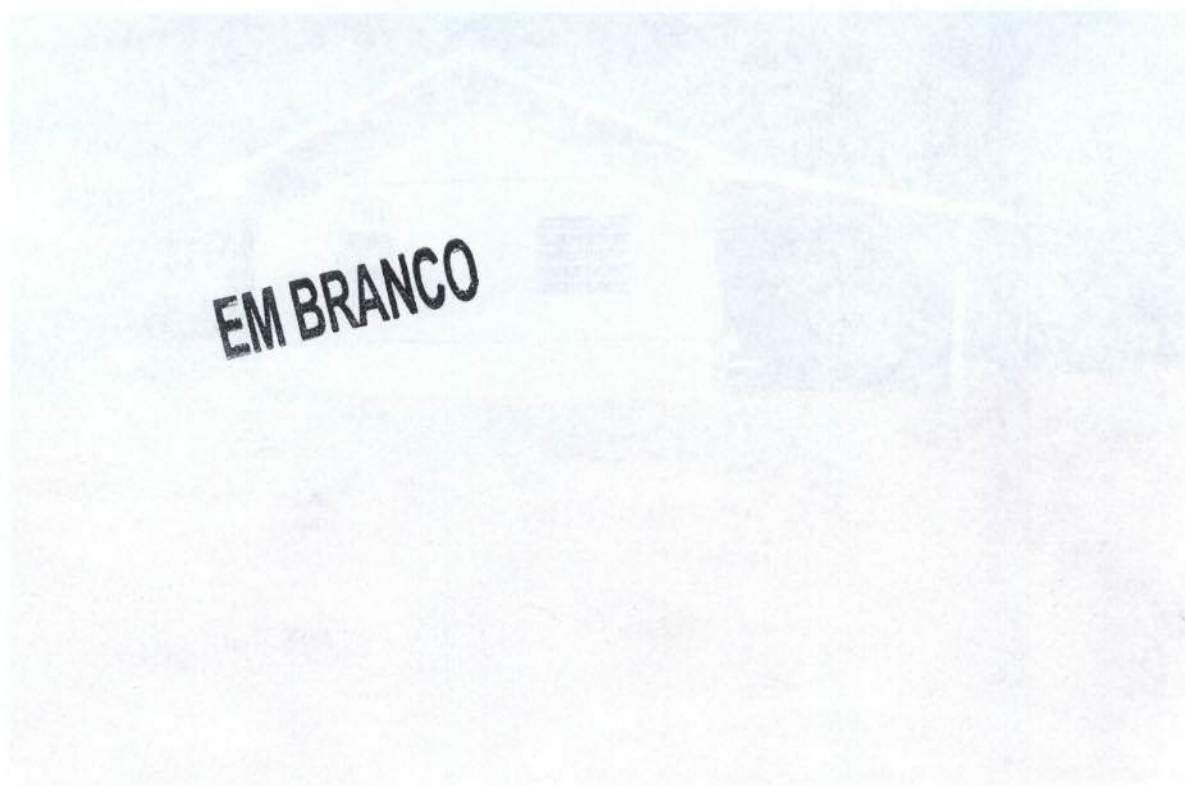


Colônia Fazenda Santa Ana



Escritório CESP







Cascalhamento das estradas



Cascalhamento das estradas

Fis. 1634
Proc. 1247/92
Rubr.: Sm.



Imagem de baixa resolução

EM BRANCO

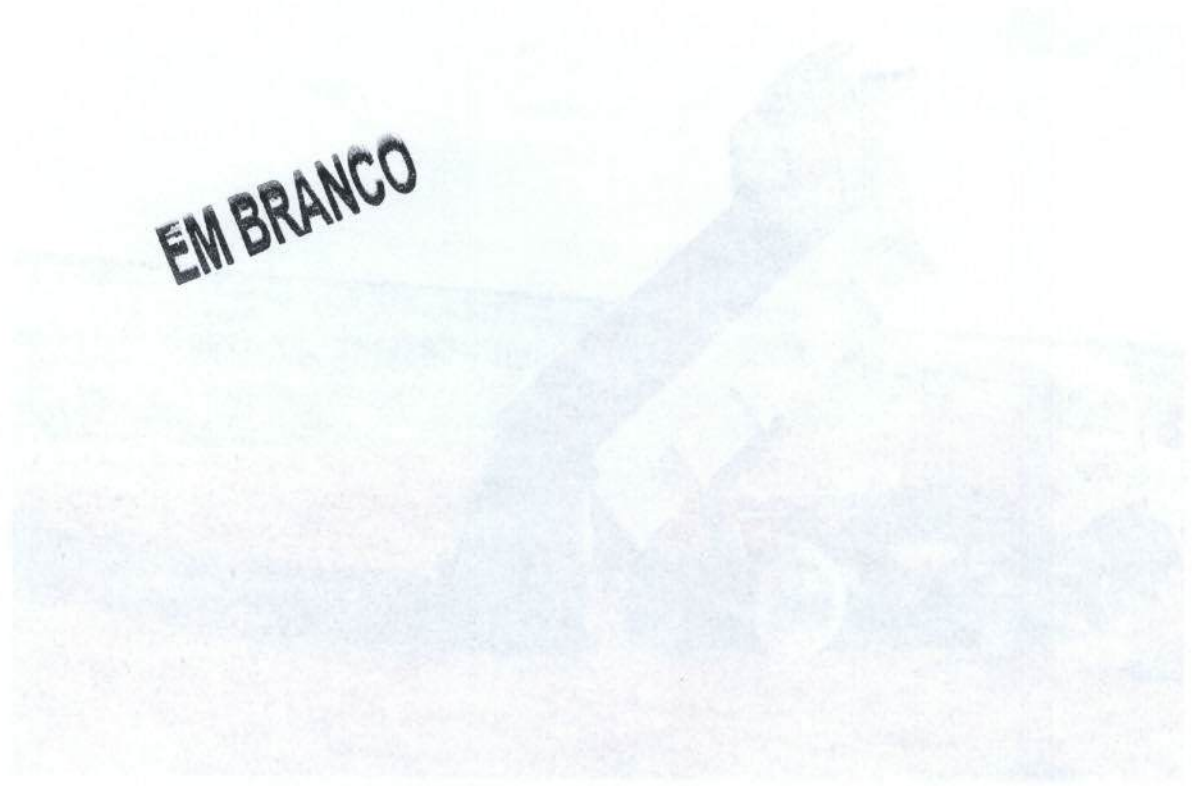


Imagem de baixa resolução

Fls. 1630
Proc. 1247/92
Rubrica



Conservação de estradas



Conservação de estradas

Fls. 1635
Pi. 1247/92
Rubrica: Am.



retrato de um rio

EM BRANCO

retrato de um rio



Fis. 1680
Proc. 1247/92
Rubrica

Conservação de estradas



Conservação de estradas

Fis.: 1636
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

EM BRANCO



Bebedouro para animais



Bebedouro para animais



EM BRANCO

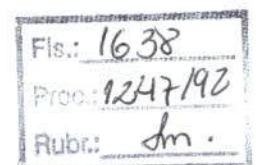




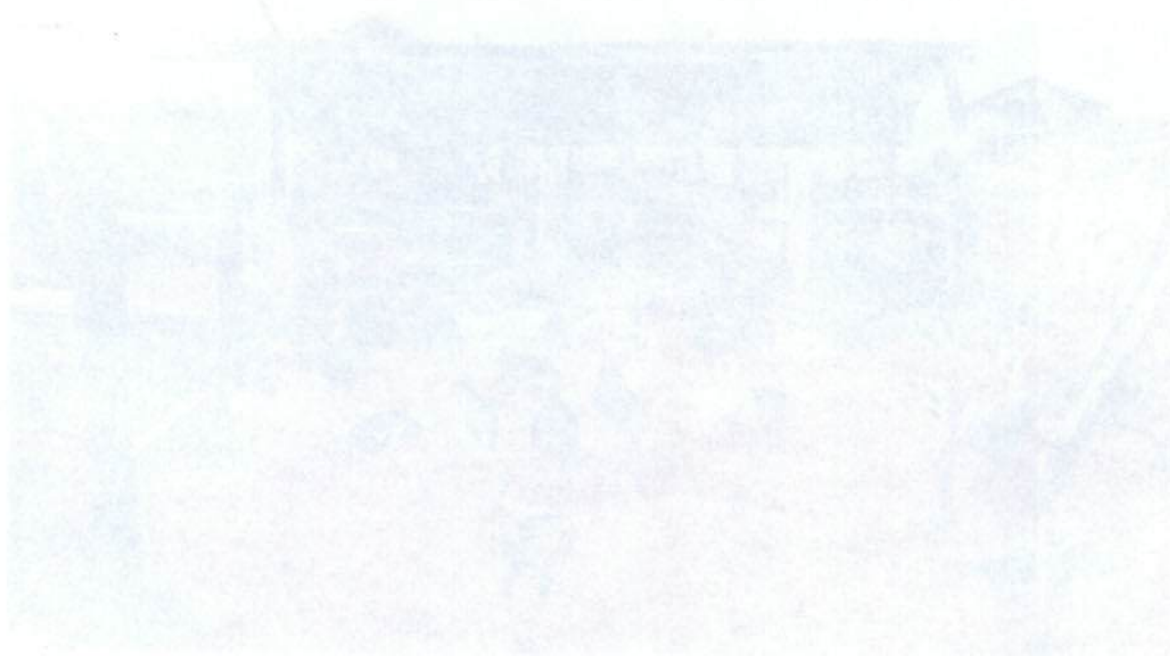
Criação de pequenos animais (aves)



Criação de pequenos animais (aves)

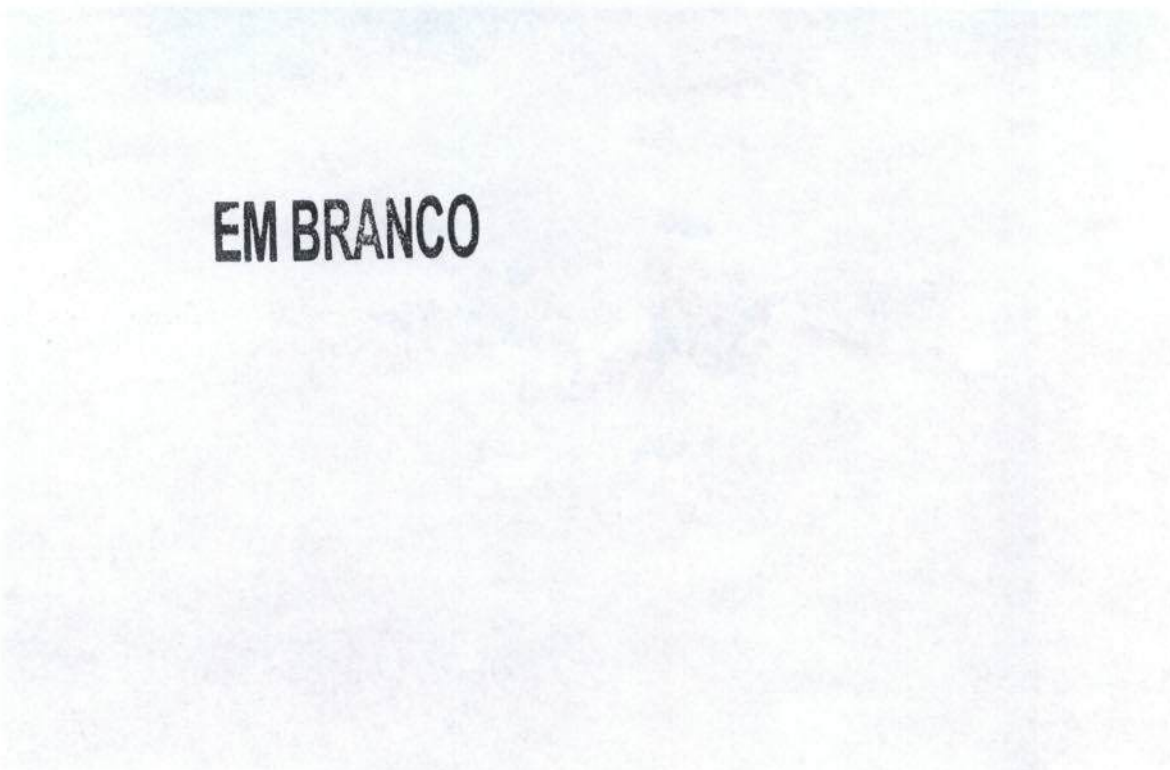


92-0



1990-1991

EM BRANCO



1990-1991



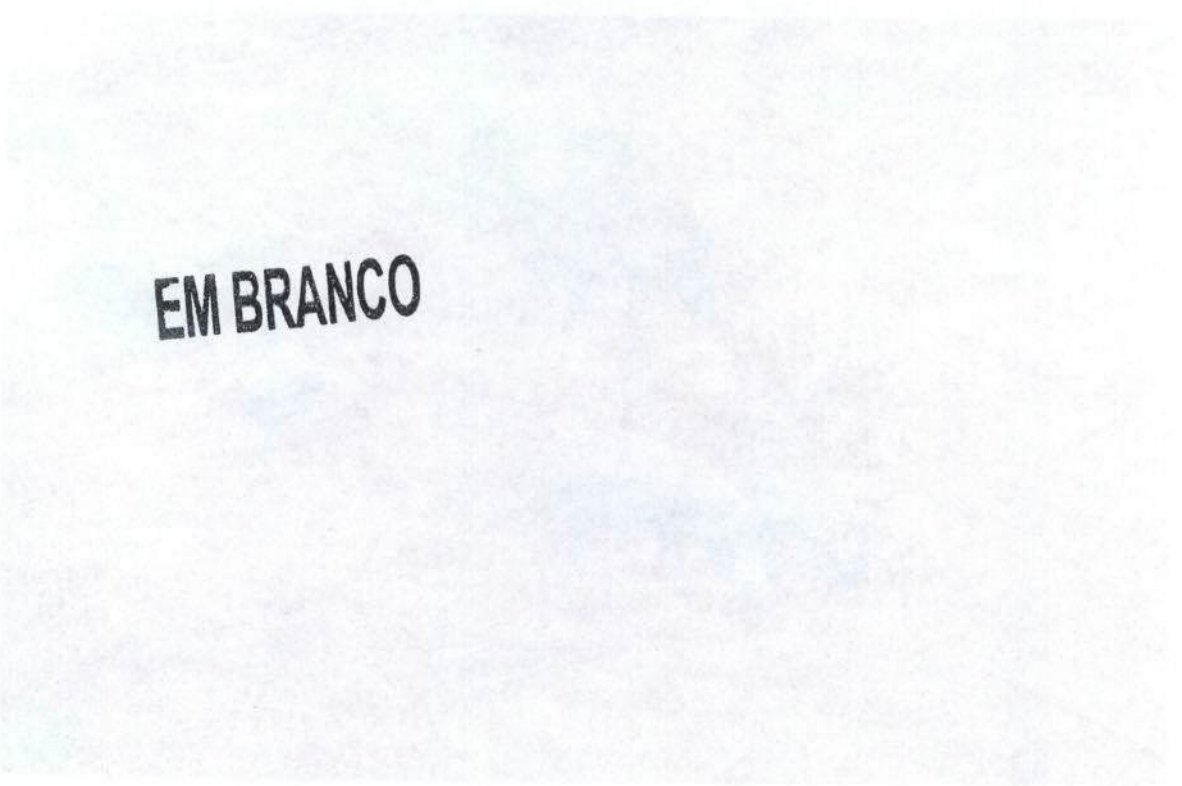
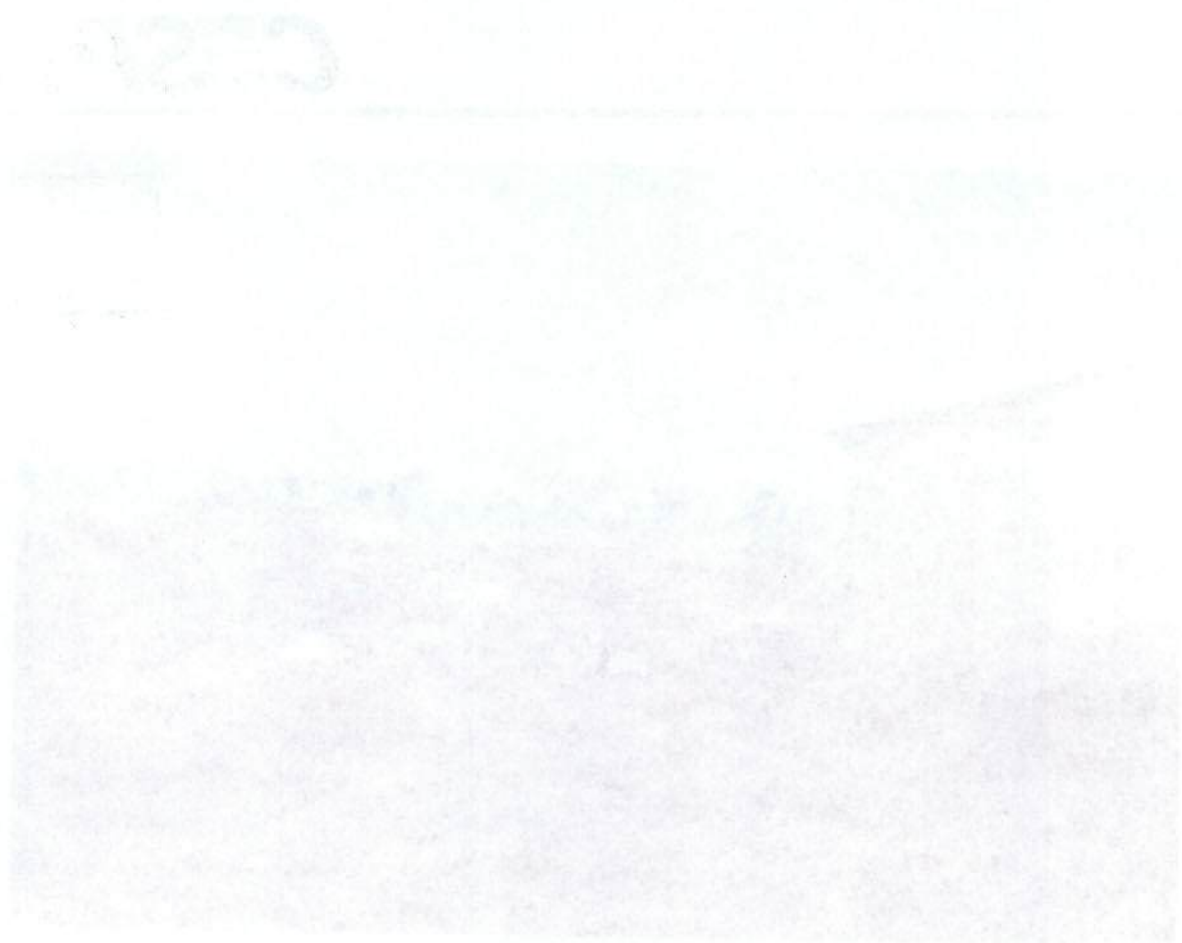
Fls. 1639
Proc. 1247/92
Rubrica Am.

Criação de pequenos animais (cabras)



Criação de pequenos animais (suínos)

Fls.: 1639
Proc.: 1247/92
Rubr.: Am.



EM BRANCO

Fls. 164
Proc. 1247/92
Rubrica



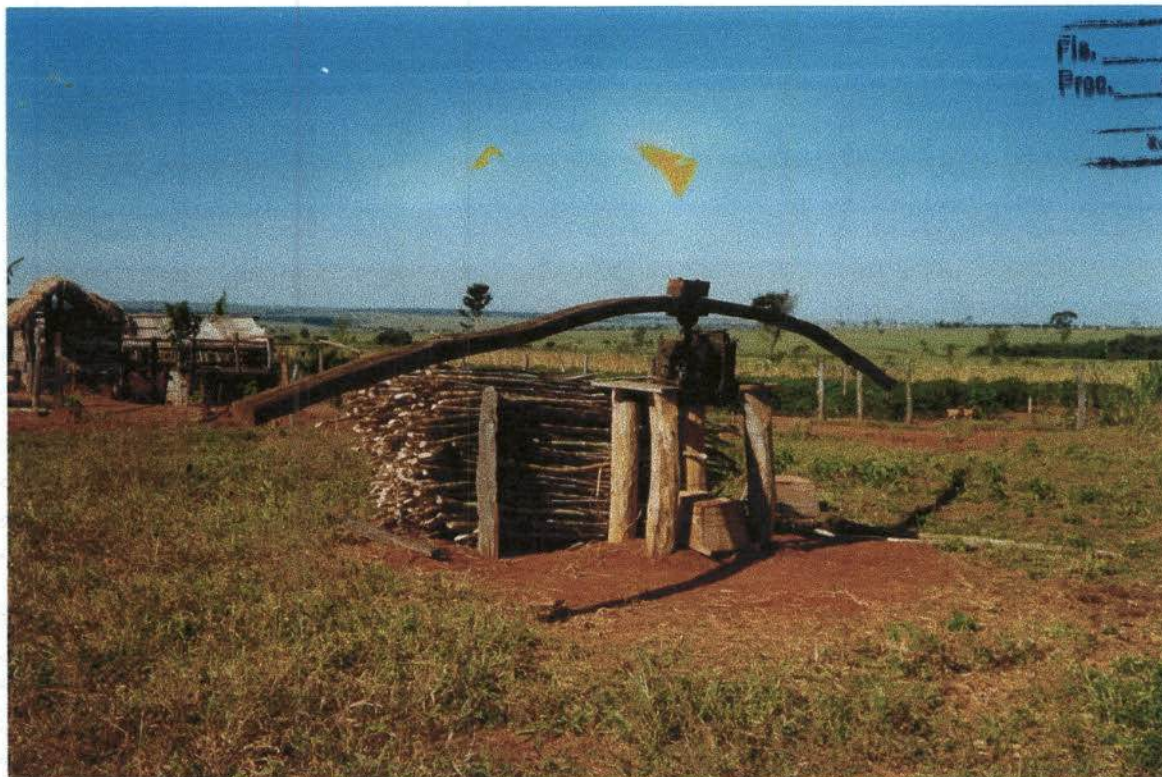
Transporte de cana para plantio e industrialização



Transporte de cana para plantio e industrialização

Fls.: 1640
Proc.: 1247/92
Rubr.: sm.

EM BRANCO

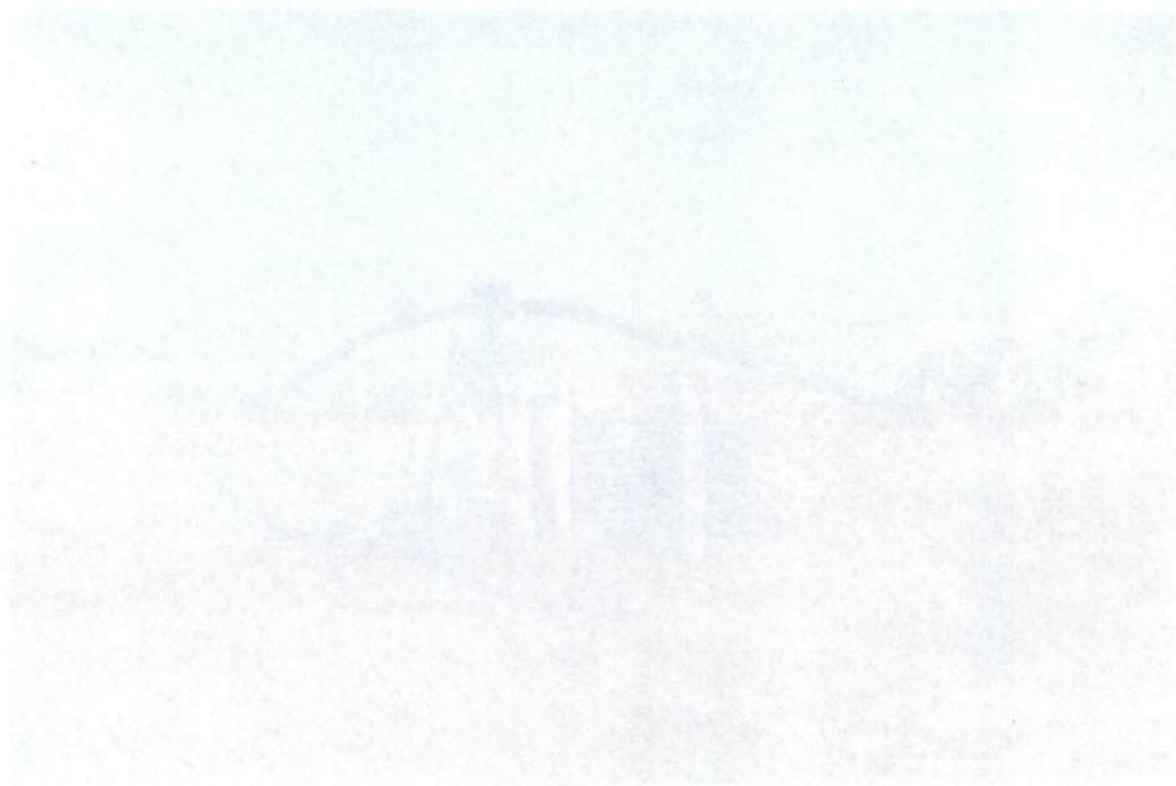


Engenho artesanal de industrialização da cana de açúcar

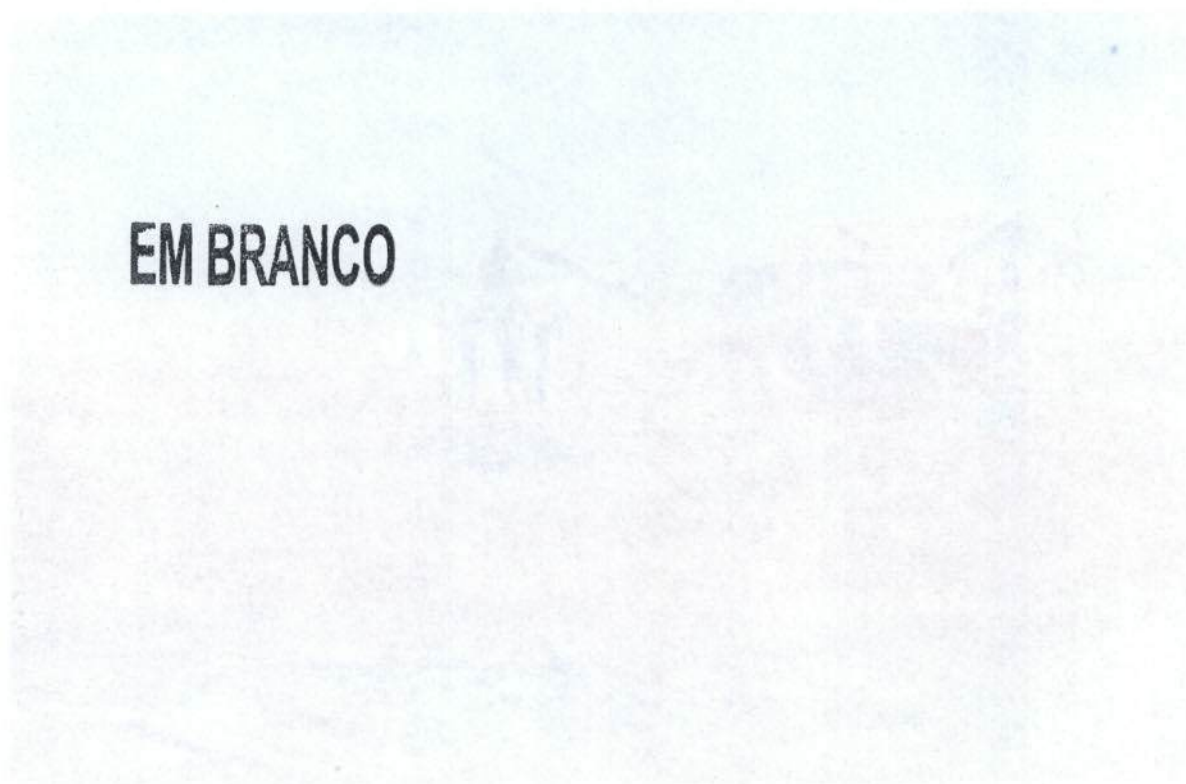


Engenho artesanal de industrialização da cana de açúcar

Fls.:	1641
Proc.:	1247/92
Rubr.:	Im.



EM BRANCO





Fls. 1642
Proc. 1247/92
Rubricado

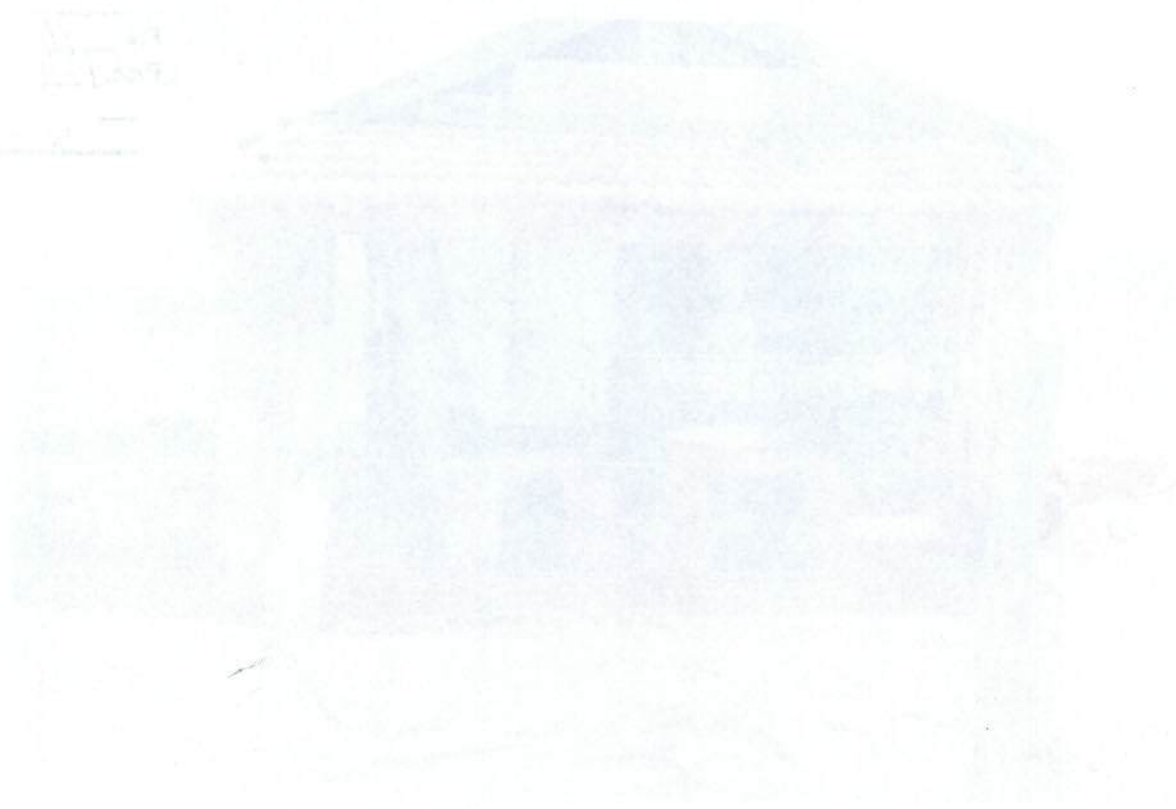
Barracão rústico com fornos para confecção de rapaduras e derivados



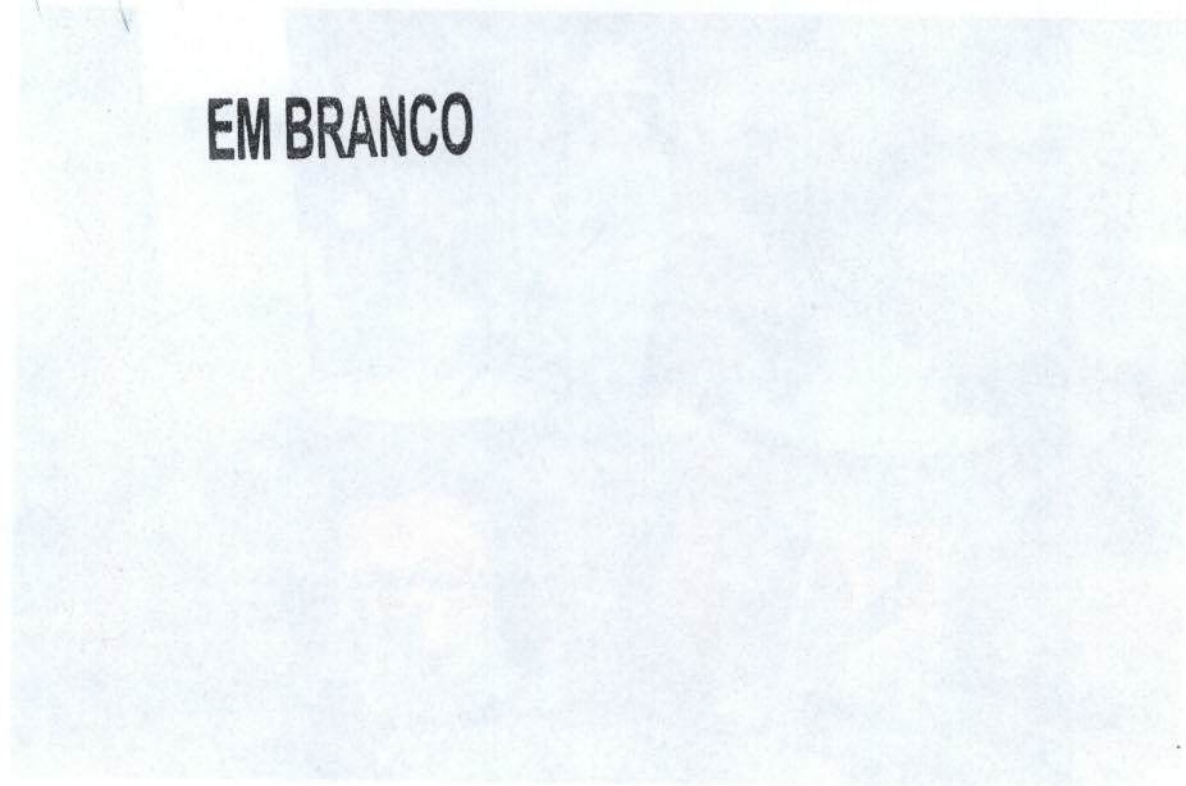
Fornos no preparo das rapaduras

Fls.: 1642
Proc.: 1247/92
Rubr.: Am.

02-3



EM BRANCO





Rapaduras secando



Produção de rapaduras

Fis.: 1643
Proc.: 1247/92
Rubr.: sm.

EM BRANCO



Produção de rapaduras



Construção de cercas - lotes de pecuária

Fls.:	1644
Proc.:	1247/92
Rubric:	Sm.

EM BRANCO



Fla.	1645
Proc.	1247/92
Assinatura	[assinatura]
Rubrica	[assinatura]

Instalação de rede hidráulica



Instalação de rede hidráulica

Fla.	1645
Proc.	1247/92
Assinatura	[assinatura]
Rubrica	[assinatura]

EM BRANCO



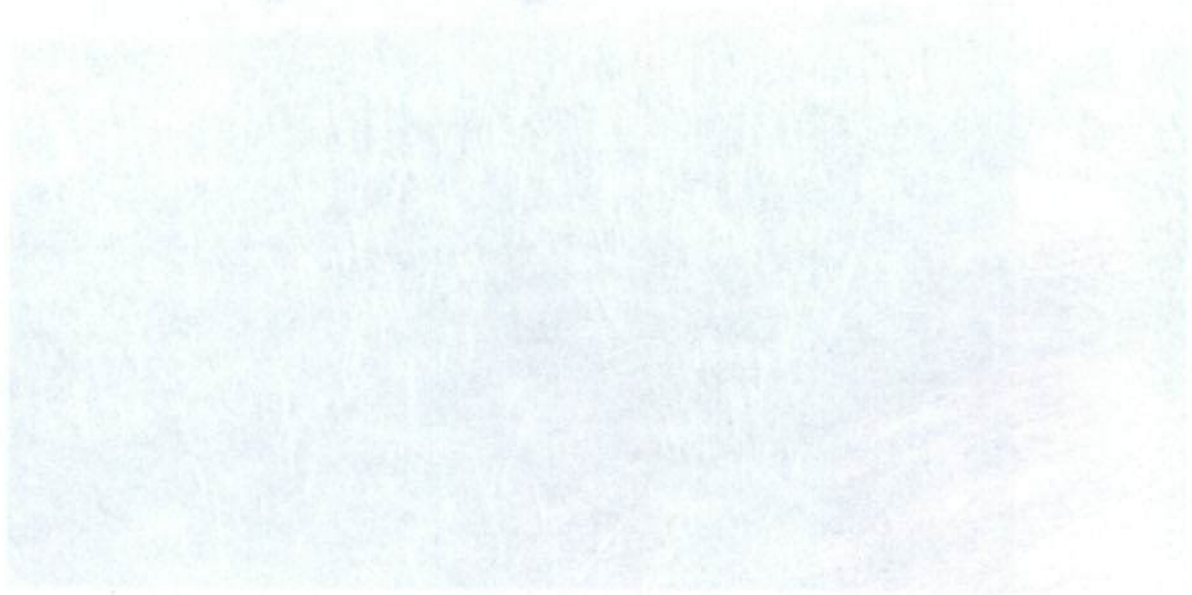
Fls.	1646
Proc.	1247/92
Rebrito	

Cultura de arroz

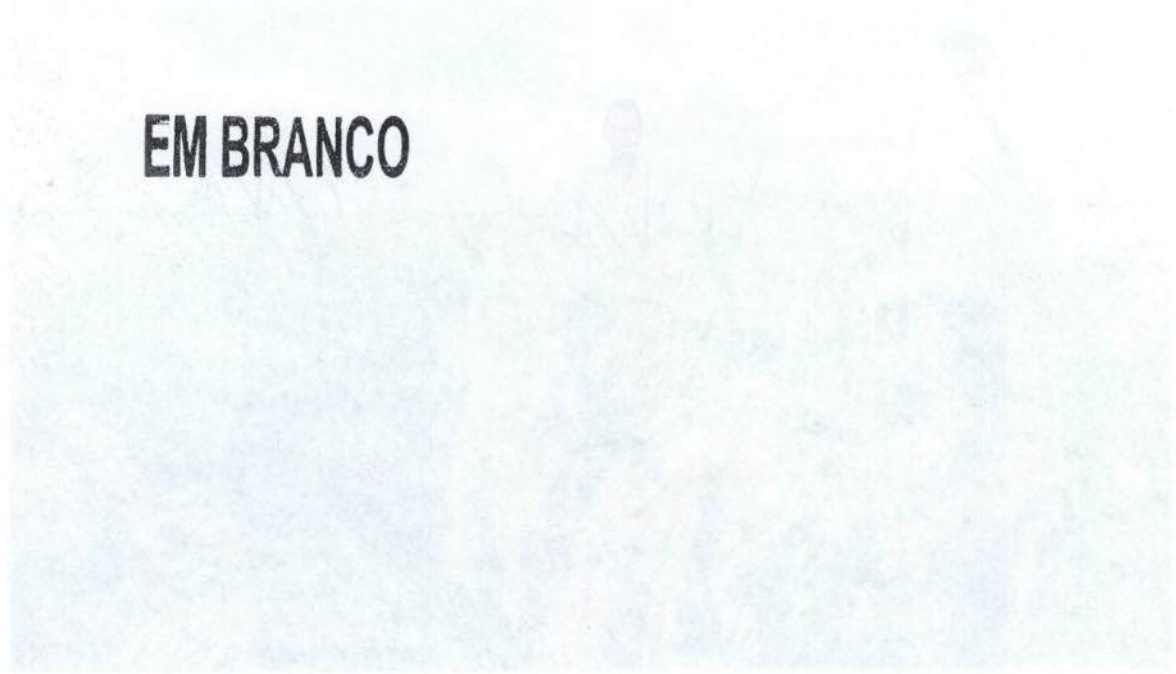


Cultura de arroz (fase de colheita)

Fls.	1646
Proc.	1247/92
Rebrito	lm.



EM BRANCO





Cavalete para água com capacitação



Distribuição de água potável para residência

EM BRANCO



Fls. 1601
Proc. 1247192
Rubrica

Fls.: 1648
Proc.: 1247192
Rubr.: Jm.

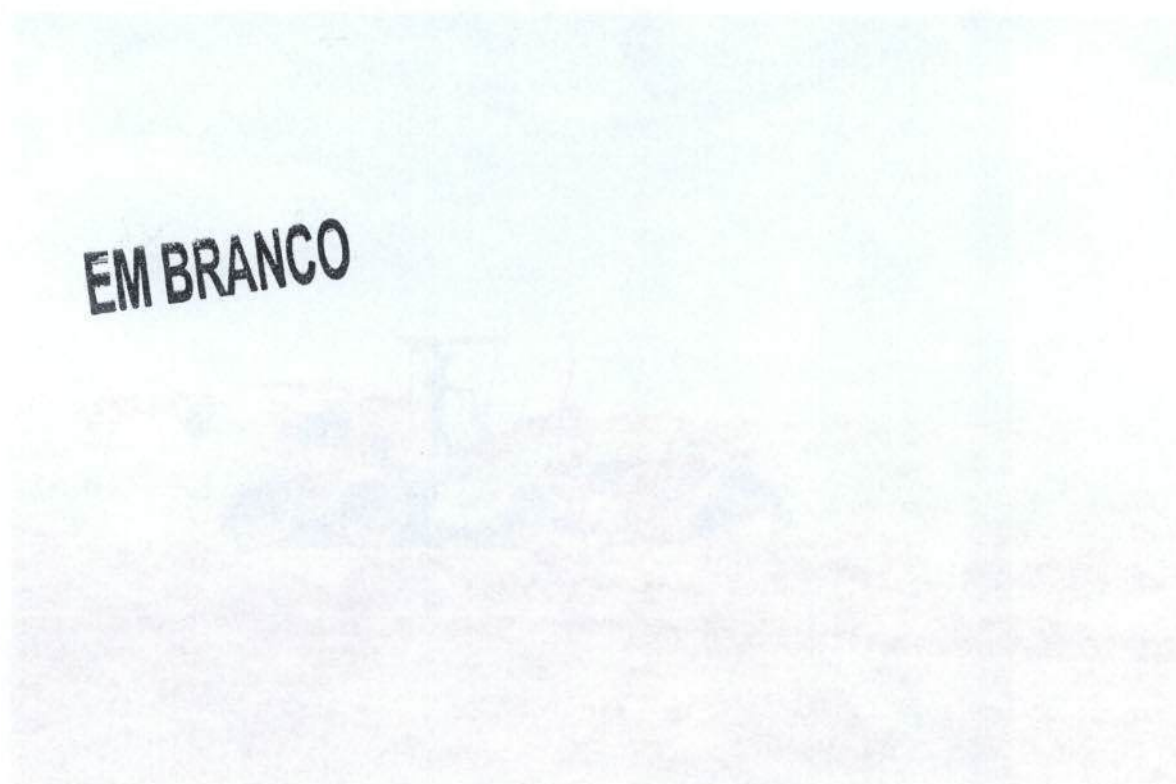
Distribuição de água potável para animais



Limpeza e terraplanagem para construção do campo de futebol



EM BRANCO





Fls. 1703
Proc. 209-02
Bateria

Fls.: 1649
Proc.: 1247/92
Rubr.: Im -

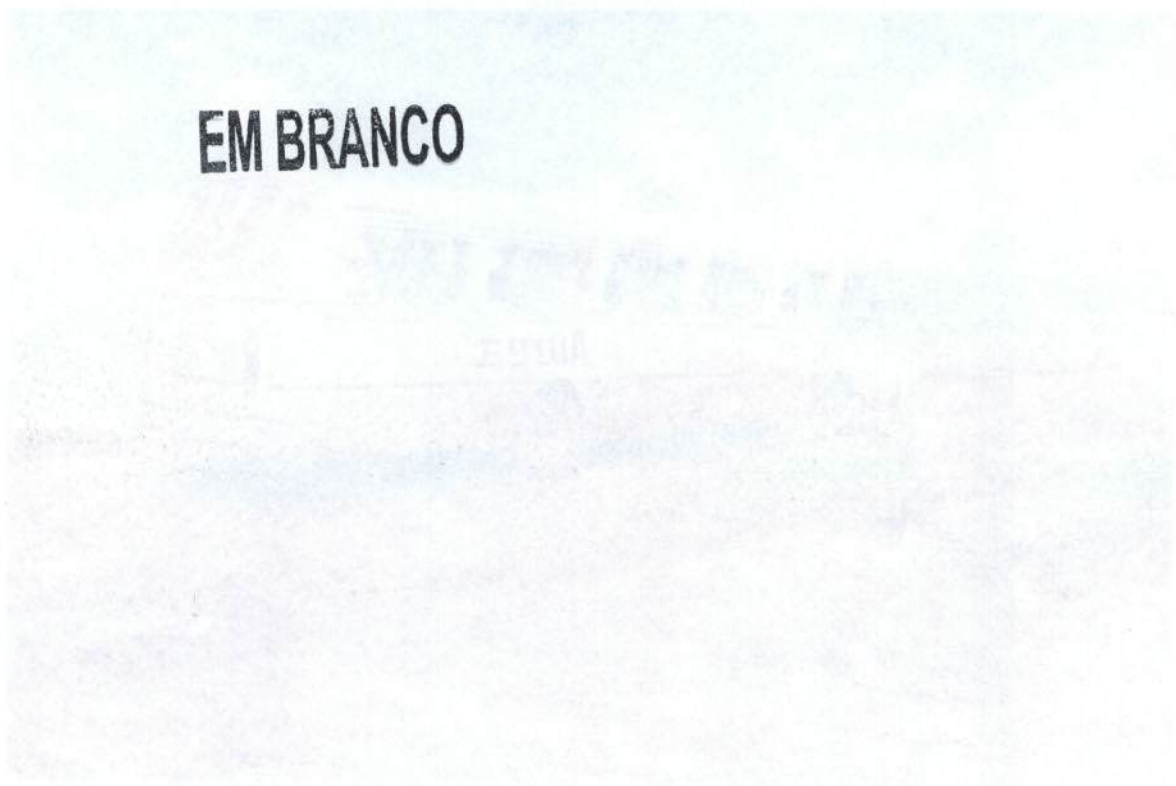
Limpeza e terraplanagem para construção do campo de futebol



Transporte escolar



EM BRANCO





Fis. 1508
Proc. 1218/89
Rubrica

Fis.: 1650
Proc.: 1247/92
Rubr.: Am.

Posto Policial (Vila Quabracho)

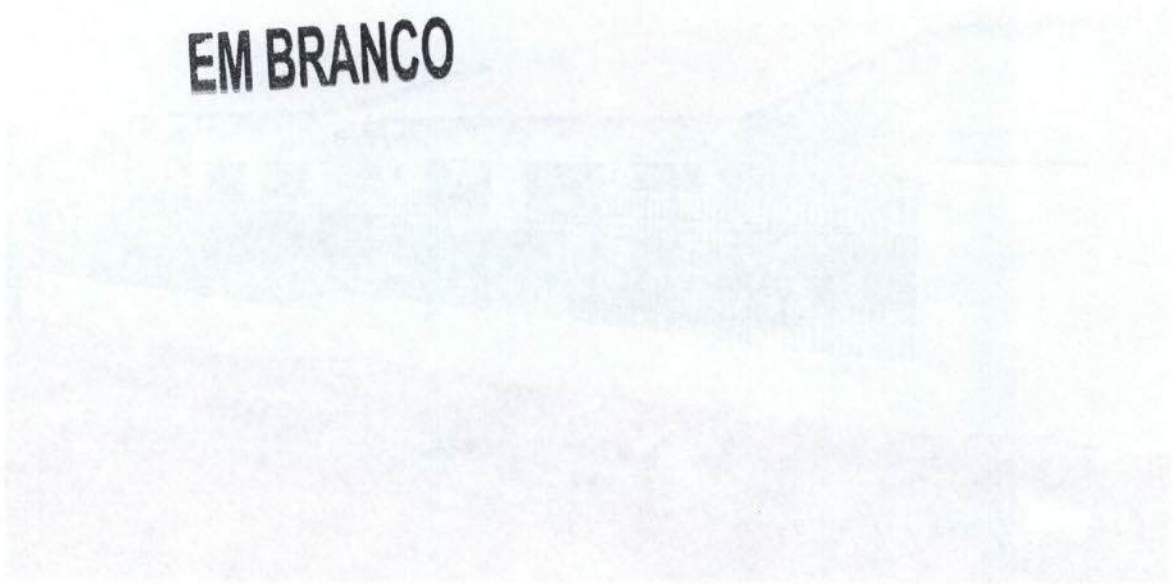


Creche (Vila Quebracho)



For information only

EM BRANCO



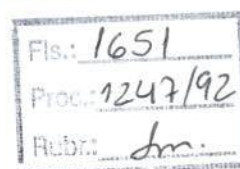
For information only



Posto de Saúde (Vila Quebracho)



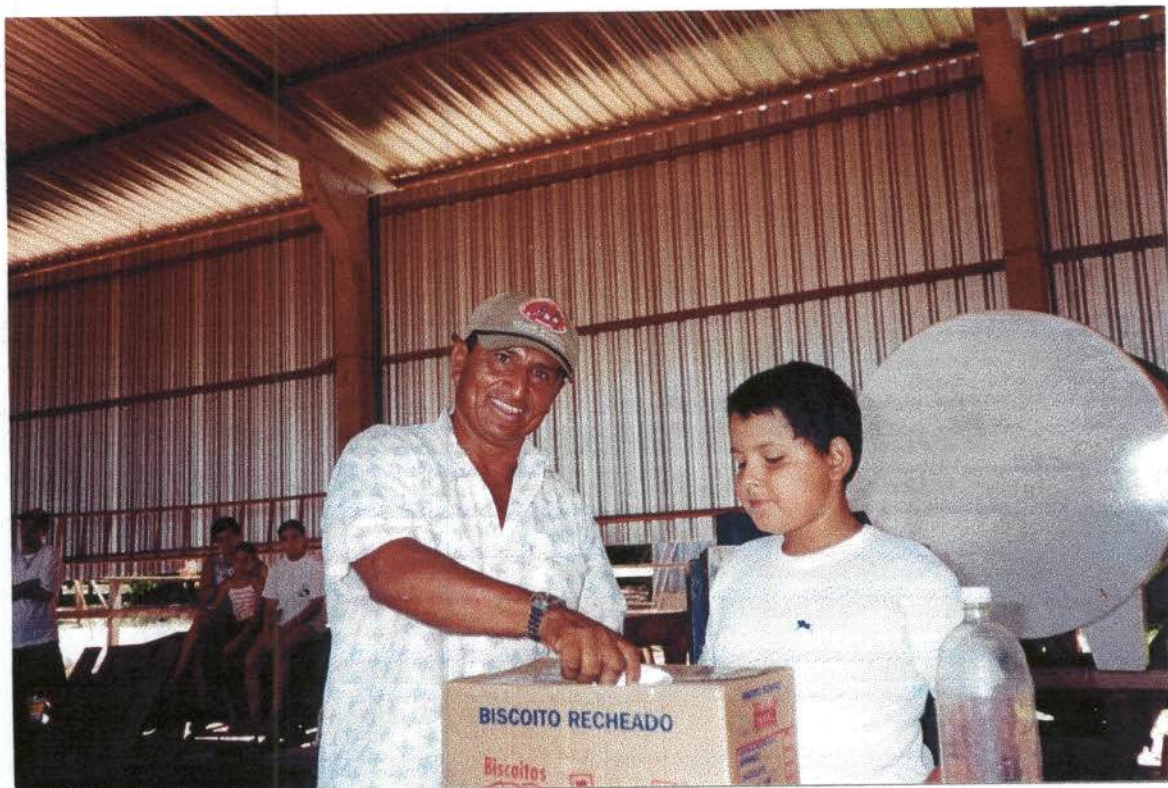
Formação e eleição da Diretoria da Associação



EM BRANCO



Formação e eleição da Diretoria da Associação

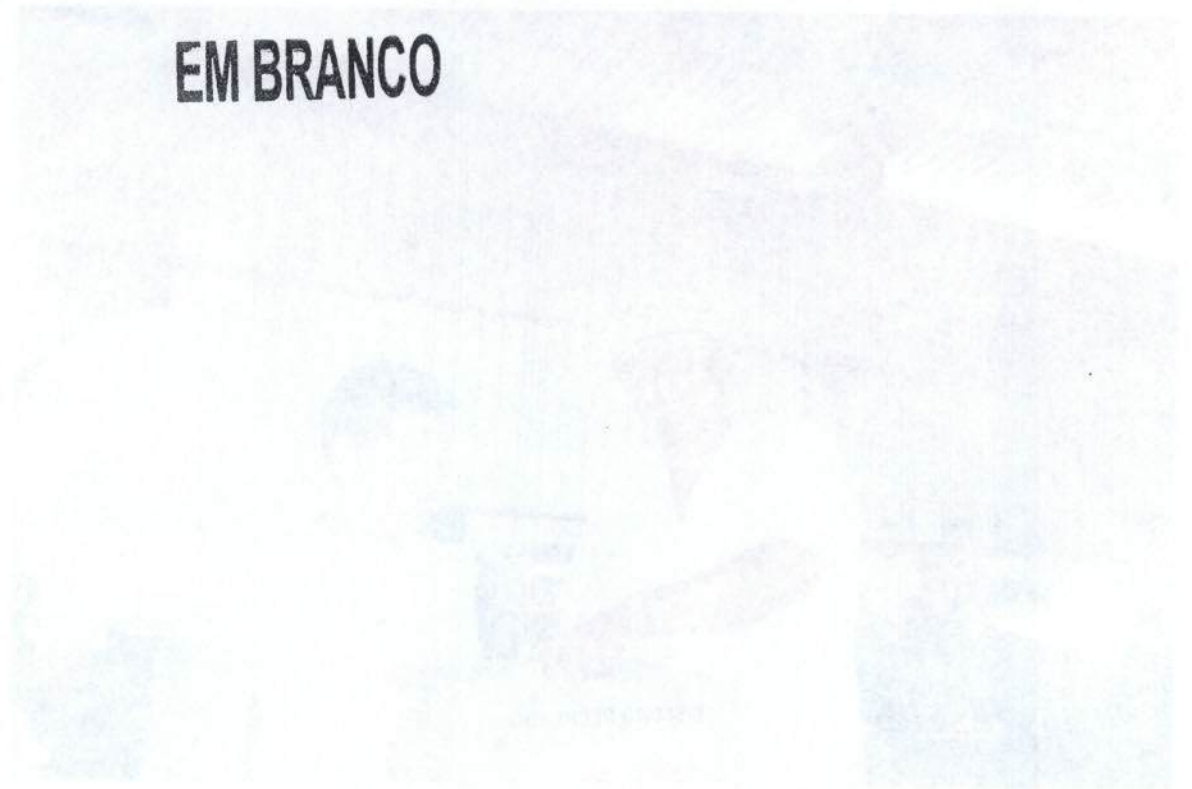


Formação e eleição da Diretoria da Associação

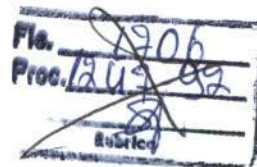
Fls.: 1652
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.



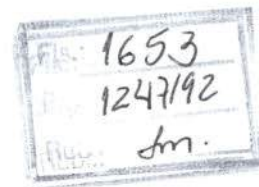
EM BRANCO



U.H.E. Sérgio Motta



Relatório Fotográfico



Fazenda Santa Ana

Anaurilândia/MS

Colaboradores:

Téc. Milton Camargo Filho

Téc. Claudemir Pedro Pivetta

**Presidente Epitácio- SP.
Junho/99**

U.F.E. Sérgio Matta

Relatório Fotográfico

Exatidão de Jato

Análise de Jato

Colaboração

Dr. Milton Carneiro Filho

Dr. Cláudio Pires e Pires

EM BRANCO

Presidente Epitácio

Jacobs

Acompanhamento das atividades previstas no termo de compromisso CESP - Ministério Público Federal e do Estado de São Paulo

homologado em 13/11/96

Item	Atividade	Prazo	Situação	Desde	Documento	Responsável	Observação
1.	DO ENCHIMENTO DO LAGO		AE Encaminhado ao IBAMA	13/08/1998	CT/M/342/98	E	Atendido
1.1.	Apresentar protocolo de regras		O enchimento do reservatório na cota 253 m observou as melhores condições para o deslocamento da fauna			EMGF	Atendido
1.2.	Encaminhamento mediante cronograma que observe as melhores condições para mitigação do impacto ambiental.		Não iniciado			TO	
1.3.	Operar o reservatório entre as cotas 257/259 m						
2.	CONTROLE DE EROSÃO E ASSOREAMENTO		Em andamento			MGF	
2.1.	Atuar como agente junto aos comitês de bacias, dispondo de recursos financeiros, materiais e técnicos.		Em andamento			MGF	
2.2.	Aplicar recursos, no combate à erosão e ao assoreamento, no montante entre R\$ 1,4 e 2,8 milhões, no prazo de 8 anos.		Em andamento			MGF	
2.3.	Liberar recursos mediante a existência de projetos específicos aprovados pelos comitês de bacias hidrográficas		AN Não iniciado			MGF	
2.4.	Apresentar relatórios das ações desenvolvidas e da aplicação dos recursos referidos.						
3.	PROTEÇÃO DE ENCOSTAS MARGINAIS		Encaminhado ao IBAMA 1º relatório	04/02/1999	CT/M/420/99	MPL	Atendido
3.1.	Realizar monitoramento das encostas marginais.						
4.	ELEVACÃO NO NÍVEL DO LENÇOL FREÁTICO		Em andamento			MPL	
4.1.	Monitorar a elevação no nível do lençol freático						
4.1a.	Enviar estudos do IPT em nível de detalhe	13/06/1998	Encaminhado ao IBAMA	14/07/1999	CT/M/2694/99	MPL	Atendido
5.	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS						
5.1.	Apresentar detalhamento do programa de recuperação das áreas degradadas	13/02/1999	Encaminhado ao IBAMA	19/03/1999	CT/M/1024/99	MGF	Atendido
5.2.	Iniciar a execução no prazo previsto no cronograma apresentado		Em andamento			MGF	Em andamento
5.3.	Enviar relatórios de implantação		AN Não iniciado			MGF	
6.	DESMATAMENTO DA BACIA DE INUNDAÇÃO		AE Encaminhado ao IBAMA	19/03/1999	CT/M/1024/99	MGF	Atendido
6.1.	Apresentar comprovação da execução do programa de desmatamento do lado paulista		Solicitada AD ao IBAMA	19/03/1999	CT/M/1025/99	MGF	
6.2.	Iniciar os desmatamentos acima da cota 253 m após a conclusão do levantamento e resgate da flora, e a emissão da Autorização para Supressão da Vegetação.					MGF	
6.3.	Redimensionar o desmatamento no rio do Peixe.		A Ufscar foi contratada para realizar o estudo			MGF	
6.4.	Preservar as ilhas temporárias para refúgio da fauna, bem como enriquecê-las com espécies vegetais.		Não iniciado, aguardando enchimento do reservatório na cota 257/259 m			MGF	
7.	LIMPEZA DO RESERVATÓRIO		AE Encaminhado ao IBAMA	07/12/1998	CT/M/4997/98	MGS	Atendido
7.1.	Concluir as atividades de limpeza do reservatório						
8.	REFLORESTAMENTO		13/02/1999 Encaminhado ao IBAMA	19/03/1999	CT/M/1024/99	MGF	Atendido
8.1.	Apresentar detalhamento do programa de reflorestamento na margem paulista		Em andamento			MGF	Em andamento
8.2.	Incentivar os proprietários rurais, a concretizar o reflorestamento na área da bacia do reservatório.		AN Não iniciado			MGF	
8.3.	Enviar relatórios das atividades executadas.						
9.	INVENTÁRIO E RESGATE DE FLORA						
9.1.	Apresentar resultados do levantamento florístico	13/12/1998	Encaminhado ao IBAMA	05/10/1998	CT/M/4095/98	MGF	Atendido
9.2.	Apresentar resultados de coleta de propágulos	13/01/1999	Encaminhado ao IBAMA	04/02/1999	CT/M/420/99	MGF	Atendido
9.3.	Apresentar projeto específico de inventário florístico	13/01/1999	Encaminhado ao IBAMA	07/12/1998	CT/M/4997/98	MGF	Atendido

Fls. 1709
Proc. 1807-92
Rubr. 1654
1247/92
Rubr. 1m.

EM BRANCO

Acompanhamento das atividades previstas no termo de compromisso CESP - Ministério Público Federal e do Estado de São Paulo homologado em 13/11/98

Item	Atividade	Prazo	Situação	Desde	Documento	Responsável	Observação
10	PESQUISA E MANEJO DA FAUNA						
10.1	Apresentar projeto para capacidade de suporte das áreas para 2ª etapa	13/03/1999	Encaminhado ao IBAMA	19/03/1999	CT/M/1024/99	MPL	Atendido
10.2	Apresentar proposta de programa de educação ambiental	13/12/1998	Encaminhado ao IBAMA	07/12/1998	CT/M/4997/98	MPL	Atendido
10.3	Prestar apoio à Polícia Militar Florestal		Aguardando manifestação da PMF			MGF	
10.4	Apresentar plano de monitoramento da fauna relocada.		Encaminhado ao IBAMA	13/08/1998	CT/M/3421/98	MPL	Atendido
10.5	A destinação de espécies proveniente do resgate para instituições, devem estar autorizadas pelo IBAMA.					MGF	Atendido
10.6	Executar os projetos de monitoramento de fauna	SM	Em andamento			MPL	
10.7	Executar os contratos com as instituições de pesquisas, referente a espécies ameaçadas.		Em andamento			MGF	
10.8	Executar projeto de anilhamento de aves aquáticas	13/01/1999	Encaminhado ao IBAMA relatório da 1ª campanha	07/12/1998	CT/M/4997/98	MPL	
11	criação de UNIDADES DE CONSERVAÇÃO						
11.1a	Promover a criação de Unidade de Conservação, do rio Aguapeí		Decretada a criação do Parque Estadual do Aguapeí em 2/7/98 pelo Decreto nº 43.269/98, com 8.719,90 ha			MPL	Atendido
11.1b	Promover a criação de outra Unidade de Conservação no Estado de São Paulo, totalizando, uma área mínima de 16.438,74 ha.		Encaminhada proposta indicando uma área no rio do Peixe com aproximadamente 12.000 ha			MPL	
11.2	Proceder a demarcação das áreas.	120 dias PL	Concluído			AP	Atendido
11.3	Realizar obras de infra-estrutura		Não iniciado, dependendo da aquisição da área			MGF	
11.4	Arcar integralmente com os custos de desapropriação.		Aguardando procuração do Estado de São Paulo, para iniciar a aquisição	22/06/1999	OF/M/2407/99	MGF	
11.5	Arcar com os custos de manutenção e administração		TV Não iniciado, dependendo da aquisição da área			MGF	R\$ 200.000,00 ao ano
11.6	Encaminhar ao Ministério Público cópia do demonstrativo de despesas e previsão de gastos de cada ano.		AN Não iniciado, dependendo da aquisição da área			MGF	
12	DA CONSERVAÇÃO DA ICTIOFAUNA						
12.1	Implementar a escada e elevador de peixes.		Em andamento			MGF	
12.2	Monitorar a eficácia das estruturas e encaminhar relatório	AN	Não iniciado, aguardando instalação das estruturas			MPL	
13	MONITORAMENTO DE MACROFITAS AQUÁTICAS						
13.1	Implantar imediatamente programa de monitoramento de macrofitas aquáticas.		Encaminhado ao IBAMA relatório da 1ª campanha	30/06/1998	CT/M/2858/98	MPL	Atendido
13.2	Apresentar programa de controle da proliferação das plantas aquáticas.	3 anos PE	Não iniciado, programa previsto para iniciar três anos após o enchimento do reservatório			MPM	
14	DO REMANEJAMENTO DA POPULAÇÃO ATINGIDA						
14.1	Reassentar todas famílias atingidas pela cota 253 m	AE Concluído				MGS	Atendido
14.2	Apresentar projeto executivo do reassentamento definitivo	13/12/1998	Encaminhado ao IBAMA	07/12/1998	CT/M/4997/98	MGS	Atendido
14.3	Retirar as 30 famílias existente na Velha Porto XV.		Concluído			MGS	Atendido
14.4	Concluir a construção das residências definitivas, bem como da infra-estrutura das famílias atingidas na cota 253 m.	13/05/1999	Concluído. Faltam 3 casas em Bataçassu			MGS	Atendido
14.5	Reassentar em lotes e residências definitivos as famílias atingidas na cota 257/259 m	30 dias AE	Não iniciado, dependendo da aquisição da área			MGS	
14.6	Apresentar projeto executivo e cronograma de implantação, para os impactados da cota 257/259 m	60 dias AA	Dependendo da aquisição da área			MGS	
15	SETOR DE AREIA E CASCALHO						
15.1	Realizar os programas previstos para manutenção do nível de emprego e melhoria da qualidade/produção da produção		Em andamento			MGS	
15.2	Apresentar soluções definitivas para adaptações do setor de extração de areia.		O IPT foi contratado para realizar o estudo			MGS	

Atualizado em 01/09/1999

Fls. 1908
Proc. 1247-92
Publ. 2

1655
1247/92

EM BRANCO

Acompanhamento das atividades previstas no termo de compromisso CESP - Ministério Público Federal e do Estado de São Paulo
homologado em 13/11/98

Item	Atividade	Prazo	Situação	Desde	Documento	Responsável	Observação
16. SETOR CERAMICO-OLEIRO							
16.1.	Concluir a estocagem prévia de 8 anos de argila.	90 dias AE	Em andamento			MGS	
16.2.	Adquirir a área destinada ao reassentamento do Porto João André.		Em andamento			MGS	
16.3.	Caso constatado alterações nas especificações da argila cubada na fazenda Cisalpina, a CESP deverá promover a requalificação dos oleiros.		Não iniciado, dependendo do remanejamento da população			MGS	
16.4.	Garantir o estoque de argila, aos oleiros do Porto João André que tiverem suas jazidas atingidas pela cota 253 m.		Estocado 40 m³ para cada um dos 25 oleiros			MGS	Atendido
16.5.	Construir as residências definitivas do Porto João André e as unidades industriais que optaram pelo reassentamento no novo núcleo, ou a devida indenização.		Não iniciado, dependendo da aquisição da área			MGS	
16.6.	Construir e entregar o novo núcleo oleiro do Porto João André	60 dias AE	Não iniciado, dependendo da aquisição da área			MGS	
16.7.	Concluir a formação do estoque de argila para os oleiros		Não iniciado, dependendo da aquisição da área			MGS	
16.8.	Concluir os estudos que identifiquem as jazidas alternativas para os oleiros de Três Lagoas		Encaminhado ao IBAMA	09/03/1999	CT/M/874/99	MGS	Atendido
17. APOIO A MÃO-DE-OBRA ATINGIDA							
17.1.	Adquirir 5 ha para cada família beneficiada		Aguardando indicação de área pela PM de Pres. Epitácio. Nos outros municípios que optaram por este programa encontra-se concluído.			MGS	Atendido
17.2.	Estender o benefício às famílias da margem paulista, concedendo alternativa de indenização equivalente a 20 salários mínimos.		Concluído para a cota 253 m. Em negociação com as demais prefeituras.			MGS	Em andamento
18. READEQUAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA							
18.1.	Reconhecer como beneficiários os pescadores comprovadamente filiados, em dezembro de 1997, a três colônias de pescadores existentes na área de inundação.		Aguardando revisão da lista pelas colônias de pesca			MGS	
18.2.	Constituir a comissão executiva	13/01/1999	A comissão executiva foi constituída	03/12/1998		MGS	Atendido
18.3.	Fornecer aos beneficiários 1.000 metros de redes de espera.		Aguardando definição dos beneficiários			MGS	
18.4.	Fornecer cesta básica aos pescadores beneficiários, durante o período de eventual proibição da pesca pelo IBAMA.		A proibição da pesca não foi decretada e, portanto, a cesta básica não foi fornecida.			MGS	Cancelado
18.5a	Apresentar localização dos pontos de pesca		Encaminhado ao IBAMA	07/12/1998	CT/M/4996/98	MGS	
18.5b	Construir a infra-estrutura dos referidos pontos.	90 dias PE	Aguardando aprovação do IBAMA			MGS	
19. MITIGAÇÃO DO DESEMPREGO							
19.1.	Apresentar aos municípios projeto de cursos de formação, capacitação e requalificação da mão-de-obra.	13/01/1999	Concluído			M	Atendido
19.2.	Implantar a estrutura necessária.		PP Em andamento			M	
19.3.	Construir uma incubadora industrial e demais construções necessárias.		Em andamento			M	em área disponibilizada pelo município
19.4.	Os módulos serão administrados pelos municípios.					M	
19.5.	A obrigação de executar as cláusulas 19.3. e 19.4. ficará condicionada àqueles municípios que assumirem a responsabilidade pela liberação da área e manutenção das instalações.					M	

Fls.: 1656
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

Fls. 1709
Proc. 1247/92
Rubr. 37



EM BRANCO

Acompanhamento das atividades previstas no termo de compromisso CESP - Ministério Público Federal e do Estado de São Paulo

homologado em 13/11/98

Item	Atividade	Prazo	Situação	Desde	Documento	Responsável	Observação
20.	RESGATE ARQUEOLÓGICO						
20.1.	Apresentar relatório conclusivo sobre o resgate arqueológico realizado até a cota 253 m.		Encaminhado ao IBAMA	07/12/1998	CT/M/4996/98	MGS	Atendido
20.2.	Garantir a continuidade do programa de resgate arqueológico.		Em andamento			MGS	
22.	CLÁUSULAS FINAIS						
22.1.	Apresentar ao IBAMA relatórios de implantação e execução dos programas.		Em andamento			MPL	
22.2.	Descumprir as obrigações estatuídas acarreta multa diária de R\$ 100.000,00.						
22.3.	A presente transação não inibe ou restringe as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão competente.						
22.4.	Dar publicidade ao presente termo de ajuste, fazendo constar no instrumento licitatório, em caso de privatização					M	

AA - aquisição da área

AE - antes do enchimento

AN - anual

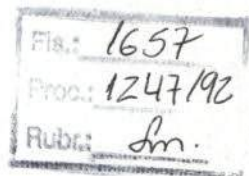
PE - pós-enchimento

PI - pós identificação do local

PP - pós projeto aprovado

SM - semestral

TV - toda vida





EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

URGENTE

Fls. 1711
Proc. 1247/92
Rubr. Raquel

MEMO Nº 01.432 /99- IBAMA/DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL

Em 29 de outubro de 1999

Fls.: 1658
Proc.: 1247/92
Rubr.: Am.

À: PROGE

Assunto: Permanência dos Ranchos de Pesca e Lazer no município de Castilho-SP e exploração de jazida de argila em Três Lagoas-MS em área sob a influência da UHE Porto Primavera.

Devido à necessidade de esclarecimentos para tomada de decisão e à urgência que o assunto requer, solicitamos dessa PROGE o que se segue:

- reavaliação quanto à permanência dos Ranchos de Pesca e Lazer no município de Castilho-SP, bem como a possível exploração de jazida de argila para a continuidade da atividade ceramista em Três Lagoas-MS;
- lembramos que tais ranchos e jazida encontram-se situados em Área de Preservação Permanente-APP, por ocasião da UHE Porto Primavera;
- para tanto, estamos encaminhando cópia do Memorando enviado à Sra. Presidente do IBAMA sobre o problema, os volumes IV e V do processo da UHE Porto Primavera, bem como Proposta da CESP para manutenção dos Ranchos de Pesca e Lazer no município de Castilho-SP.

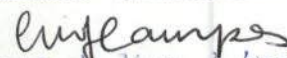
Atenciosamente,


Gisela Damm Forattini

Diretoria de Controle Ambiental
Diretora

A Dra. Paula May
para exame e parecer

Em, 03 / 11 / 99


Preenchimento da Maria Luiza Campos
Chefe da Subprocuradoria de Estudos e Pareceres
PROGE/IBAMA
OAB - DF 3047

Em 29 de outubro de 1999

A: PROGE

- EM BRANCO**

Diretora
 Diretoria de Controle Ambiental
 Gisela Damam Fortatini

Fls.	1712
Proc.	1247/92
Libr.	Raquel

Fls.:	1659
Proc.:	1247/92
Rubric:	Im.

24/08/99

OBS:

Solicitamos o seu posicionamento/posição face ao parecer técnico e o parecer da PROGE que sugere a derruba da sumária das edificações que

EM BRANCO

10/10/2011
10/10/2011
10/10/2011

10/10/2011

10/10/2011

10/10/2011
10/10/2011
10/10/2011
10/10/2011
10/10/2011
10/10/2011
10/10/2011
10/10/2011
10/10/2011
10/10/2011

EM BRANCO

Dra. Gisela / DIREF.

Recomendo reunião
DIREF / PROGE para
avertarem posição, tomar
como exemplo a questão
de mineração em áreas de
preservação permanente (áreas
de proteção)

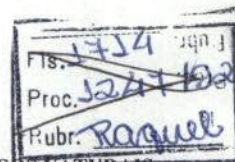
M. Cerqueira -
Marília Marreco Cerqueira
Presidente do IBAMA

26.08.99
Marília Marreco Cerqueira

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL



MEMO Nº 01.288 /99- IBAMA/DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL

MMA - IBAMA

Documento

10100.004077/99-33

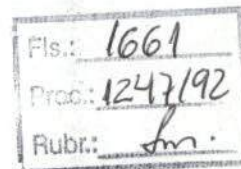
GABIN

Data: 27/ 9/ 99 Prazo: ___/___/___

Brasília-DF, 20 de agosto de 1999.

À Sra. Presidente do IBAMA

Assunto: Derrubada das instalações e ranchos existentes junto ao lago da UHE Porto Primavera



- Considerando que o licenciamento ambiental procedido para a UHE Porto Primavera observou os procedimentos técnicos, administrativos e legais pertinentes;
- considerando que as edificações e sítios existentes são anteriores à implantação da hidrelétrica, não se caracterizando, à época, nenhuma intervenção procedida em áreas cuja vegetação fosse considerada de preservação permanente;
- considerando que a partir do enchimento do reservatório muitas construções ficaram situadas em faixas inferiores a cem metros da represa (área de preservação permanente);
- considerando que a permanência dos sítios e edificações em questão, em área considerada de preservação permanente, além de não estarem implicando em supressão daquela vegetação protegida por lei, verdade é que - conforme resta provado pela documentação fotográfica constante do respectivo processo, bem como constatado através de vistorias técnicas realizadas -, verifica-se que em diversas propriedades foi promovido um efetivo plantio de mudas, gerando enriquecimento da cobertura vegetal, naquela região, constituída em grande parte por antigas pastagens;
- considerando que não há qualquer interesse local contrário à manutenção dos sítios de lazer em questão, o que foi confirmado em recente visita de lideranças locais, inclusive do Prefeito de Castilho, recebido pelo Dr. Rômulo em 18 de agosto p. p. e, considerando ainda que a retirada das edificações existentes ao redor da represa, representaria um grave precedente com relação à ocorrência de centenas de situações semelhantes em todo país, a exemplo das inúmeras casas construídas ao redor do Lago do Paranoá, em Brasília,



INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTROLE DE QUALIDADE
IBRACON
RUA JACQUES KILIAN, 100 - JARDIM PAULISTA
Cidade de São Paulo - Estado de São Paulo



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO TÉCNICA DE CONTROLE DE QUALIDADE

Local: Brasília-DF

Data: 1999-11-11

Localidade de origem: Brasília-DF

Objeto: Instalação das instalações elétricas existentes no prédio da Diretoria de Planejamento

Considerando que o planejamento e a execução de obras de infraestrutura são atividades de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do país, o IBRACON, por meio de seus técnicos, realizou uma inspeção técnica no local mencionado.

Constatando que as condições e situações existentes são adequadas para a realização das obras, o IBRACON, após a realização da inspeção, concluiu que a execução das obras pode ser realizada sem a necessidade de intervenções técnicas adicionais.

Considerando que a partir do conhecimento do planejamento e da execução das obras, o IBRACON, por meio de seus técnicos, realizou uma inspeção técnica no local mencionado, a fim de verificar se as condições e situações existentes são adequadas para a realização das obras.

EM BRANCO

Considerando que a execução das obras de infraestrutura são atividades de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do país, o IBRACON, por meio de seus técnicos, realizou uma inspeção técnica no local mencionado. Constatando que as condições e situações existentes são adequadas para a realização das obras, o IBRACON, após a realização da inspeção, concluiu que a execução das obras pode ser realizada sem a necessidade de intervenções técnicas adicionais.

Considerando que a execução das obras de infraestrutura são atividades de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do país, o IBRACON, por meio de seus técnicos, realizou uma inspeção técnica no local mencionado. Constatando que as condições e situações existentes são adequadas para a realização das obras, o IBRACON, após a realização da inspeção, concluiu que a execução das obras pode ser realizada sem a necessidade de intervenções técnicas adicionais.

Fls. 1715
Proc. 1247/92
Rubr. Raquel

concluimos que:

- não se justifica nenhuma ação deste Instituto no sentido de derrubada ou retirada das instalações e ranchos já existentes;
- deverá o IBAMA, através das respectivas Representações Estaduais, intensificar as atividades de fiscalização, coibindo as eventuais instalações que venham a se implantar em áreas cuja vegetação esteja sujeita ao regime de preservação permanente;
- nos casos de atividades de exploração de argila já existentes, que estão situadas em área de preservação permanente, deverão ter a respectiva licença ambiental concedida pelo órgão estadual de meio ambiente e o correspondente registro do DNPM para exploração de mineral de Classe II, além da autorização deste Instituto, o que deverá ser objeto de urgente vistoria e adoção das medidas pertinentes.

Atenciosamente,

Fls.: 1662
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.


Gisela Damm Forattini
Diretoria de Controle Ambiental
Diretora

EM BRANCO




...de
... ..

... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

Atenciosamente,


Cláudio Daniel Ferreira
Direção de Controle Ambiental
Diretoria

EM BRANCO



Fls.:	1663
Proc.:	1247/92
Rubr.:	Sm

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

OFÍCIO GP/Nº 597 /99-I.

Brasília, 08 de novembro de 1999.

Senhor Procurador,

Encaminho Relatório de Acompanhamento de Implantação dos Programas Ambientais da UHE Sérgio Motta (Porto Primavera), conforme estabelecido no item 21 do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado em 23 de outubro de 1998, entre o IBAMA, a CESP e o Ministério Público.

Atenciosamente,

Marília Marreco Cerqueira
MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA
Presidente do IBAMA

À Sua Senhoria o Senhor
Dr. LUIS ROBERTO GOMES
Procurador da República em São Paulo
SÃO PAULO - SP

OFÍCIO GCM-522-991

Brasília, 02 de novembro de 1999

Senhor Procurador,

Compromisso de Assesamento de Contas, firmado em 23 de outubro de 1998, entre o IBAMA e a Companhia Saneamento de São Paulo (CSP), para a realização de Assesamento de Contas, conforme estabelecido no item 2.1 do Formulário de Referência, em anexo.

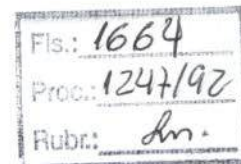
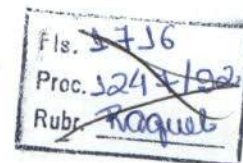
EM BRANCO

A Sua Senhoria a Senhora
D. LUIS ROBERTO COMES
Procurador da República em São Paulo
SÃO PAULO - SP

PARECER/PROGE/IBAMA Nº 666/99

PROCESSO Nº 1247/92 - SP

REFERÊNCIA: Licenciamento UHE Porto Primavera - Sérgio Mota



Senhora Chefe da Subprocuradoria de Estudos e Pareceres,

Reiteramos a Informação PROGE nº 887/99 no sentido de reafirmar que em área de preservação permanente, nos termos do art. 3º § do Código Florestal, alterado pela MP nº 1885 (antiga 1736), só há possibilidade de implantação de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, ainda assim, à critério do órgão ambiental competente, que analisará a compatibilidade com o interesse ambiental que é prevalente.

Fora isso, ainda que tecnicamente favorável, qualquer projeto fugiria do amparo legal, não podendo este IBAMA conceder qualquer licença ou autorização, sob pena de responsabilização.

É o parecer, s.m.j.

Brasília-DF, 11 de novembro de 1999.

Paula Souza May
Procuradora Autárquica

Paula Souza May
Procuradora Autárquica
Mat. 1187908

De acordo.

À DIRCOF.

Em 12/11/99

Conceição de Maria Jinkings Campos
Chefe da Subprocuradoria de Estudos e Pareceres
PROGE / IBAMA
OAB - DF 3047

De acordo.

À DIRCOF.

Em 12/11/99

emprego.

Conceição de Mota Jinkings Campos
Chefe da Subprocuradoria de Estudos e Pareceres
PROGE / IBAMA
OAB - DF 3047

De ordem

À DEREL.

para conhecimento e
providências.

18.11.99

URGENTE

[Assinatura]
GAB 10CH

À Sra. Diretora da DCA, em tempo, à PROGE
Solicito, com a devida vênia,
reexame pela PROGE, haja vista
que o Parecer/PROGE/IBAMA nº 666/99
trata da implantação de obras, atividades,
etc, em APP, sendo que a situação
objeto de nossa consulta é a manutenção
de ranchos já existentes.
Em 22.11.99

[Assinatura]
Rodney Ritter Morgado
Chefe do DEREL
IBAMA

2807
RECEBI
19, 11, 99
IBAMA



Fis.: 1665
Proc.: 1247/92
Rubr.: An.

São Paulo, 18 de novembro de 1999.

Ofício SOS/JUR nº 127/99

Exmo. Sr.
Robley Pitter
Diretoria de Controle Ambiental

Na oportunidade me que cumprimenta V. Exa. a **Fundação SOS Mata Atlântica** serve-se da presente para solicitar o quanto segue:

É de conhecimento de V. Exa. que a Fundação SOS Mata Atlântica conjuntamente com diversas outras organizações da sociedade civil, discutiu todo o processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Sérgio Mota, antiga Porto Primavera.

Tal ação sempre contrária a operação deste empreendimento não impediu que por fim este fosse concluído. Em que pese tais decisões a situação ainda está sendo analisada e observada por todos os que se envolveram no processo.

Isto posto vimos por meio desta solicitar uma cópia referente ao relatório sobre a vistoria que este departamento efetuou recentemente que verificou a situação ambiental de tal empreendimento.

Certa de poder contar com vossa colaboração, elevamos os votos de estima e consideração.


Mário Mantovani
Diretor

Dr. Derlei

Pergunto como
a SOS Mata
Atlântica tem
conhecimento
de nessa vizinhança?

Em 19.11.99



Rodney Ritter Mergado
Chefe do DEREL
IBAMA

RECEBI
19.11.99
2
IBAMA

A Dra. Silvia,
assessoria jurídica

Em, 17/05/2000

Derlei

Derlei Lopes Rosado
Gerente de Área
IBAMA/DIRCOF/DEREL/DIAF



Fls.: 1666
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

FROM : FUNDACAO SOS MATA ATLANTICA

PHONE NO. : 5511 885 1680

NOV. 19 1999 12:38PM P1



Fundação SOS Pró-Mata Atlântica

Mensagem Via Telefax

Tel: (011) 887-1195 * Fax: (011) 885-1680

www.sosmatatlantica.org.br

e-mail: smata@sosmatatlantica.org.br

PARA Exmo. Sr. Robley Pitter

DE Fundação

DATA 13/11

REF: ASSUNTO Opinio

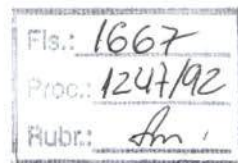
EM BRANCO

EM BRANCO

INFORMAÇÃO/IBAMA/PROGE/Nº 1488/99

REF. Proc. 1247/92 - SP

Licenciamento UHE Porto Primavera



Sra. Chefe da Subprocuradoria de Estudos e Pareceres,

Novamente reiteramos o posicionamento desta PROGE, esclarecendo que são três as hipóteses possíveis:

1) implantação de obra ou projeto em APP já existente, cuja possibilidade é a prevista na legislação citada, ou seja, cumpridos os requisitos da MP 1885 e atendido o interesse ambiental;

2) manutenção de obras ou projetos em áreas transformadas em APP, que se encaixa na mesma previsão legal supra, devendo ser considerado previamente, no processo de licenciamento, que a criação de novas áreas de APP implicará na desapropriação ou relocação de imóveis e atividades ali existentes;

3) manutenção de obras ou projetos anteriores a lei (Código Florestal), estes sim passíveis de permanência.

Isso posto, colocamos V.Sa. à vontade para obter de um colega, segunda opinião.

Brasília, 29 de novembro de 1999.

Paula Souza
Procuradora
Mz.

De acordo.

ao DEREL, informando que acompanhamos a Infamigos reito, pelos seus fundamentos jurídicos.

Em 02/12/99

Conceição de Maria Jinkings Campos

Chefe da Subprocuradoria de Estudos e Pareceres
PROGE / IBAMA
OAB - DF 3047

A Dra Gisela (Diretora da DCA)

Em função dos reiterados pronunciamentos da PROGE sobre a questão, entendo que a decisão deve ser adotada em nível institucional.

Em 02/12/99

Rodney Ritter Morgado
Chefe do DEREL
IBAMA

De Acordo.

A Dra Maelia, presidente do IBAMA, solicitamos sua orientação quanto à questão pois não conseguimos consenso com a PROGE.

Gisela Damm Forattini

Gisela Damm Forattini
Diretora de Controle Ambiental
IBAMA

20/12/99

Fls.	1418
Proc.	1247/92
Rub.	Raquel

FROM : CESP-DIR. MEIO AMBIENTE D

PHONE NO. : 55 011 2594639

FEB. 17 2000 01:00PM P1

Mensagem por Telex

CESP Companhia
Energética de
São PauloM/0566/00
16/2/00

Para	:	Dra. Gisela Damm Foratini
Empresa	:	IBAMA/DF
Fax nº	:	(0xx-61) 226-5588
De	:	Dr. Daniel Antonio Salati Marcondes
Empresa	:	CESP/M
Fax nº	:	(0xx11) 3138-4398

Assunto : UHE Eng. Sérgio Motta

Confirmação de reunião sobre monitoramento da fauna relocada.

Fls.	1668
Proc.	1247/92
Rub.	Im.

Conforme acertado no encontro de 14/2/00, vimos confirmar a reunião para tratarmos sobre o monitoramento da fauna relocada durante o enchimento do reservatório da UHE Eng. Sérgio Motta na cota 253 m, devido aos problemas já relatados.

A reunião será nos dias 14 e 15/3/99 em Presidente Epitácio. Aguardamos a confirmação dos participantes.

Atenciosamente,


Daniel Antonio Salati Marcondes
Diretor de Meio Ambiente

325
Recebido
21/02/2000
Assinatura


De ordem

do DEREL.

21.02.00

Dayse *Rocha* Corrêa
Coordenadora
IBAMA/DCA/GAB

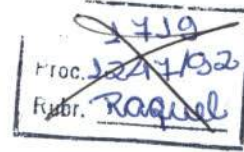
À dra Silvia/Klaug
mopica.
Em, 22/2/2000

Rorodo

Detlei Lopes Rosado
Gerente de Área
IBAMA/DIRCOF/DEREL/DIAP



DOCUMENTO



Protocolo
IBAMA/DIRCOF
Nº 904/2000

Data: 18/02/00

Recebido: Afrip

de ordem, ao soler

Afrip
18/02/00

Nº Documento : 10100.000697/00

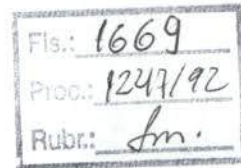
Nº Original : 565/00

Interessado : COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

Data : 17/02/00

Assunto : ENCAMINHA CÓPIA DA RESOLUÇÃO ANEEL E DOS DECRETOS QUE DECLARAM DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AS ÁREAS NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA UHE ENG. SÉRGIO MOTA.

ANDAMENTO



De : GABIN

Para : DIRCOF

Data de Andamento: 17/02/00 17:53:00

Observação: DE ORDEM, PARA CONHECIMENTO E DEMAIS PROVIDÊNCIAS.

Assinatura da Chefia do(a) GABIN
Eleonora Calvarras Bueno Ribeiro
Chefe do Gabinete
IBAMA

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

318
Recebido
21/02/2000
Assinatura

À Dra. Silvia,
Anexo ao processo
22/2/2000


Derlei Lopes Rosado
Gerente de Área
IBAMA/DIRCOF/DEREL/DIAP

Mensagem por Telefax

USP

Energetica de
São Paulo

Fls. ~~3420~~
Proc. ~~3297/96~~
Rubr. Raquel

M/0565/00
16/2/00

Para	:	Dra. Marília Marreco Cerqueira
Empresa	:	IBAMA/DF
Fax nº	:	(0xx61) 322-1058
De	:	Dr. Daniel Antonio Salati Marcondes
Empresa	:	CESP/M
Fax nº	:	(0xx11) 3138-4398

MMA - IBAMA

Documento

10100.000697/00-81

GABIN

Data: 17/2/00 Prazo: 1

Assunto	Resolução ANEEL nº 30, de 24/2/99, publicada no DOU de 26/2/99; Decreto s/nº, de 10/9/93, publicado no DOU de 13/9/93; Decreto nº 87.802, de 16/11/82, publicado no DOU de 17/11/82.
---------	--

Encaminhamos cópias da resolução ANEEL e dos decretos que declaram de utilidade pública para fins de desapropriação, as áreas necessárias à formação do reservatório da UHE Eng. Sérgio Motta, conforme solicitado na reunião de 14/2/00.

Fls.: 1670
Proc.: 1247/92
Rubr.: dm.

Atenciosamente,

Daniel Antonio Salati Marcondes
Diretor de Meio Ambiente

Anexas: as citadas (06 pags).

EM BRANCO



Is. 1421
Proc. 1247/92
Rubr. Roque

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1999

Declara de utilidade pública área necessária à implantação da 2ª etapa da UHE Porto Primavera.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com Deliberação da Diretoria, e tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 4.217, de 26 de dezembro de 1966, no inciso XXXV do art. 40 do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 06 de outubro de 1997, na alínea "b" do art. 151 do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, regulamentado pelo Decreto nº 35.851, de 16 de julho de 1954, no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.785, de 21 de maio de 1956 e no art. 10 da Lei nº 9.991, de 7 de julho de 1993, alterada pelo art. 30 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e o que consta do Processo nº 48300.001490/98-25, resolve:

Art. 1º Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Energética de São Paulo - CESP, a área de propriedade particular no total de 62.855.332,00 ha (sessenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e três hectares, quatrocentos e três decímetros e vinte centímetros), nos Municípios de Ananilândia, Baaguanu, Santa Rita do Rio Pardo, Brasília e Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul, e Municípios de Tardim Sampaio, Presidente Epitácio, Caiuá, Panorama, Paulicéia, Presidente Venceslau, Ouro Verde, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho e Cuiabá, Estado de São Paulo e áreas localizadas nos Rios Paraná e Uruguai, necessárias à implantação da segunda etapa do reservatório da Usina Hidrelétrica Porto Primavera.

§ 1º A área de terra de que trata este artigo se descreve e caracteriza como abaixo, sendo as coordenadas do sistema UTM referidas ao Meridiano central de São W e totalizando 62.855.332,00 ha:

Inicia no ponto 7, de coordenadas N 7.527.274,55 e E 297.301,07, situado no Estado de Mato Grosso do Sul, na divisa do Canteiro de Obras da Usina Porto Primavera, no limite de aquisição do Reservatório da Usina Porto Primavera, com 259,00m + 50,00m/horiz.; segue pelo limite de aquisição com 259,00m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 8, de coordenadas N 7.540.197,00 e E 299.175,00, estaca máxima da aquisição no Ribeirão das Três Barras, segue pelo limite de aquisição, com 259,00m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 9, de coordenadas N 7.542.023,00 e E 317.775,00, estaca máxima da aquisição no Ribeirão Machado, segue pelo limite de aquisição, com 259,00m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 10, de coordenadas N 7.545.257,00 e E 331.830,00, estaca situada na lateral da faixa de domínio da Estrada da Prefeitura Municipal de Ananilândia, travessa do Ribeirão Quiterô, segue pelo limite de aquisição, com 259,00m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 11, de coordenadas N 7.549.062,00 e E 328.535,00, estaca máxima da aquisição no Rio Quiterô, segue pelo limite de aquisição, com 259,00m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 12, de coordenadas N 7.564.275,00 e E 348.721,00, estaca situada na lateral da faixa de domínio da Estrada da Prefeitura Municipal de Ananilândia, travessa do Ribeirão Quiterô, segue pelo limite de aquisição, com 259,00m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 13, de coordenadas N 7.565.020,00 e E 348.254,00, estaca máxima da aquisição no Ribeirão Quiterô, segue pelo limite de aquisição, com 259,00m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 14, de coordenadas N 7.577.330,00 e E 355.755,00, estaca inicial do degrau altimétrico passando da cota 259,00m + 50,00m/horiz. para a cota 259,20m + 50,00m/horiz.; segue pelo limite de aquisição, com 259,20m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 15, de coordenadas N 7.589.573,00 e E 362.612,00, estaca situada na lateral da faixa de domínio da Estrada da Prefeitura Municipal de Baaguanu, segue pelo limite de aquisição, com 259,20m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 16, de coordenadas N 7.596.974,00 e E 370.634,00, estaca situada na lateral da faixa de domínio da Rodovia Federal Manoel da Costa Lima (BR 267), do DNRE - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, segue pelo limite de aquisição, com 259,20m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 17, de coordenadas N 7.601.814,00 e E 354.806,00, estaca situada na lateral da faixa de domínio da Estrada da Prefeitura Municipal de Baaguanu, segue pelo limite de aquisição, com 259,20m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 18, de coordenadas N 7.597.089,00 e E 329.315,00, estaca máxima da aquisição no Rio Pardo, divisor dos municípios de Baaguanu e Santa Rita do Pardo, segue pelo limite de aquisição, com 259,20m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 19, de coordenadas N 7.617.647,00 e E 374.074,00, estaca máxima da aquisição no Rio Taquarupé, divisor dos municípios de Santa Rita do Pardo e Brasília, segue pelo limite de aquisição, com 259,20m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 20, de coordenadas N 7.616.462,00 e E 384.503,00, estaca inicial do degrau altimétrico, passando da cota 259,20m + 50,00m/horiz. para a cota 259,70m + 50,00m/horiz.; segue pelo limite de aquisição, com 259,70m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem

numérica crescente das estações, até o ponto 21, de coordenadas N 7.637.352,00 e E 398.189,00, estaca inicial do degrau altimétrico, passando da cota 259,70m + 50,00m/horiz. para a cota 260,00m + 50,00m/horiz.; segue pelo limite de aquisição, com 260,00m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 22, de coordenadas N 7.650.175,43 e E 400.218,20, estaca situada no término da transição do limite de aquisição, passando da cota 260,00m + 50,00m/horiz. para a cota 264,00m; segue pelo limite de aquisição, com 264,00m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 23, de coordenadas N 7.653.066,45 e E 401.330,30, estaca na cota 264,00m; segue pelo limite de aquisição, com 264,00m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 24, de coordenadas N 7.659.412,00 e E 398.596,00, estaca situada na lateral da faixa de domínio da Estrada da Prefeitura Municipal de Brasília, travessa do Rio Verde, segue pelo limite de aquisição, com 264,00m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 25, de coordenadas N 7.676.508,00 e E 379.040,00, estaca máxima da aquisição no Rio Verde, divisor dos municípios de Brasília e Três Lagoas, segue pelo limite de aquisição, com 264,00m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 26, de coordenadas N 7.660.807,00 e E 406.807,00, estaca inicial do degrau altimétrico, passando da cota 264,00m para a cota 264,40m; segue pelo limite de aquisição, com 264,40m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 27, de coordenadas N 7.664.972,00 e E 412.195,00, estaca inicial do degrau altimétrico, passando da cota 264,40m para a cota 264,70m; segue pelo limite de aquisição, com 264,70m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 28, de coordenadas N 7.669.030,00 e E 415.875,00, estaca inicial do degrau altimétrico, passando da cota 264,70m para a cota 265,00m; segue pelo limite de aquisição, com 265,00m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 29, de coordenadas N 7.673.264,00 e E 418.908,99, estaca inicial do degrau altimétrico, passando da cota 265,00m para a cota 265,30m; segue pelo limite de aquisição, com 265,30m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 30, de coordenadas N 7.682.874,10 e E 424.917,92, estaca, inicial do degrau altimétrico, passando da cota 265,30m para a cota 266,00m; segue pelo limite de aquisição, com 266,00m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 31, de coordenadas N 7.688.564,02 e E 431.037,49, estaca inicial do degrau altimétrico, passando da cota 266,00m para a cota 266,30m; segue pelo limite de aquisição, com 266,30m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 32, de coordenadas N 7.700.961,15 e E 433.940,33, situado na divisa do Canteiro de Obras da Usina Jupiá, segue acompanhando a divisa do Canteiro de Obras da Usina Jupiá, até o ponto 33, de coordenadas N 7.700.962,14 e E 434.147,85, situado na margem direita do Rio Paraná, divisor dos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo, atravessa o Rio Paraná, até sua margem esquerda, Estado de São Paulo, até o ponto 34, de coordenadas N 7.700.833,00 e E 435.175,00, segue acompanhando a divisa do Canteiro de Obras da Usina Jupiá, até o ponto 35, de coordenadas N 7.700.768,00 e E 435.723,00, situado no limite de aquisição, com 266,30m; segue pelo limite de aquisição, com 266,30m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 36, de coordenadas N 7.694.267,00 e E 436.530,00, estaca final do degrau altimétrico, passando da cota 266,30m para a cota 266,60m; segue pelo limite de aquisição, com 266,60m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 37, de coordenadas N 7.680.117,00 e E 429.774,00, estaca final do degrau altimétrico, passando da cota 266,60m para a cota 265,50m; segue pelo limite de aquisição, com 265,50m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 38, de coordenadas N 7.670.935,00 e E 428.368,00, estaca final do degrau altimétrico, passando da cota 265,50m para a cota 265,00m; segue pelo limite de aquisição, com 265,00m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 39, de coordenadas N 7.670.935,00 e E 428.368,00, estaca final do degrau altimétrico, passando da cota 265,00m para a cota 265,00m; segue pelo limite de aquisição, com 265,00m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 40, de coordenadas N 7.660.636,00 e E 428.852,00, estaca situada na linha divisora dos municípios de São João do Pau d'Alho e Paulicéia, segue pelo limite de aquisição, com 265,00m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 41, de coordenadas N 7.666.469,00 e E 422.072,00, estaca final do degrau altimétrico, passando da cota 265,00m para a cota 264,70m; segue pelo limite de aquisição, com 264,70m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 42, de coordenadas N 7.661.358,00 e E 417.344,00, estaca final do degrau altimétrico, passando da cota 264,70m para a cota 264,00m; segue pelo limite de aquisição, com 264,00m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 43, de coordenadas N 7.659.565,00 e E 409.602,00, estaca final do degrau altimétrico, passando da cota 264,00m para a cota 260,00m; segue pelo limite de aquisição, com 260,00m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 44, de coordenadas N 7.652.767,00 e E 412.105,00, estaca final do degrau altimétrico, passando da cota 260,00m + 50,00m/horiz. para a cota 260,20m + 50,00m/horiz.; segue pelo limite de aquisição, com 260,20m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 45, de coordenadas N 7.650.879,27 e E 412.214,07, estaca final do degrau altimétrico, passando da cota 260,20m + 50,00m/horiz. para a cota 260,00m + 50,00m/horiz.; segue pelo limite de aquisição, com 260,00m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 46, de coordenadas N 7.643.782,00 e E 411.576,00, estaca de término da transição do limite de aquisição, passando da cota 260,00m + 50,00m/horiz. para a cota 262,80m; segue pelo limite de aquisição, com 262,80m, no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 47, de coordenadas N 7.643.075,00 e E 411.392,00, estaca de início da transição do limite de aquisição, passando da cota 262,80m para a cota 260,00m + 50,00m/horiz.; segue pelo limite de aquisição, com 260,00m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica crescente das estações, até o ponto 48, de coordenadas N 7.639.166,00 e E 411.464,00, estaca de término da transição do limite de aquisição, passando da cota 260,00m + 50,00m/horiz. para a cota 262,80m; segue pelo limite de

aquisição, com 262,80m, no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 49, de coordenadas N 7.636.527,00 e E 415.408,00, estaca situada na linha divisora dos municípios de Paulicéia e Santa Mercedes; segue pelo limite de aquisição, com 262,80m, no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 50, de coordenadas N 7.636.107,00 e E 416.456,00, estaca situada na linha divisora dos municípios de Paulicéia e Santa Mercedes; segue pelo limite de aquisição, com 262,80m, no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 51, de coordenadas N 7.638.190,00 e E 412.376,00, estaca situada na linha divisora dos municípios de Paulicéia e Santa Mercedes; segue pelo limite de aquisição, com 262,80m, no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 52, de coordenadas N 7.637.612,00 e E 409.615,00, estaca situada na lateral da faixa de domínio da Estrada da Prefeitura Municipal de Panorama, travessa do Rio do Peixe; segue pelo limite de aquisição, com 259,70m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 53, de coordenadas N 7.633.134,25 e E 406.546,72, estaca final do degrau altimétrico, passando da cota 260,00m + 50,00m/horiz. para a cota 259,70m + 50,00m/horiz.; segue pelo limite de aquisição, com 259,70m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 54, de coordenadas N 7.618.022,00 e E 403.716,00, estaca situada na lateral da faixa de domínio da Estrada da Prefeitura Municipal de Panorama, travessa do Rio do Peixe; segue pelo limite de aquisição, com 259,70m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 55, de coordenadas N 7.614.721,00 e E 413.150,00, estaca situada na linha divisora dos municípios de Panorama e Ouro Verde; segue pelo limite de aquisição, com 259,70m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 56, de coordenadas N 7.610.871,00 e E 412.283,00, estaca máxima de aquisição no Rio do Peixe, divisor dos municípios de Ouro Verde e Presidente Venceslau; segue pelo limite de aquisição, com 259,70m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 57, de coordenadas N 7.611.688,00 e E 412.068,00, estaca situada na linha divisora dos municípios de Presidente Venceslau e Caiuá, segue pelo limite de aquisição, com 259,70m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 58, de coordenadas N 7.618.118,00 e E 398.264,00, estaca de término da transição do limite de aquisição, passando da cota 259,70m + 50,00m/horiz. para a cota 260,00m; segue pelo limite de aquisição, com 260,00m, no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 59, de coordenadas N 7.598.327,00 e E 392.387,00, estaca de início da transição do limite de aquisição, passando da cota 260,00m para a cota 259,20m + 50,00m/horiz.; segue pelo limite de aquisição, com 259,20m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 60, de coordenadas N 7.594.150,00 e E 385.237,00, estaca de término da transição do limite de aquisição, passando da cota 259,20m + 50,00m/horiz. para a cota 260,00m; segue pelo limite de aquisição, com 260,00m, no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 61, de coordenadas N 7.591.297,00 e E 380.682,00, estaca situada na lateral da faixa de domínio da Rodovia Estadual Raposo Tavares (SP 270), do DER - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem; segue pelo limite de aquisição, com 260,00m, no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 62, de coordenadas N 7.588.586,00 e E 379.139,00, estaca de início da transição do limite de aquisição, passando da cota 260,00m para a cota 259,20m + 50,00m/horiz.; segue pelo limite de aquisição, com 259,20m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 63, de coordenadas N 7.580.000,00 e E 385.220,00, estaca máxima de aquisição no Córrego Santa Cruzinha, divisor dos municípios de Presidente Epitácio e Caiuá; segue pelo limite de aquisição, com 259,20m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 64, de coordenadas N 7.572.136,00 e E 392.683,00, estaca máxima de aquisição no Rio Santa Anália; segue pelo limite de aquisição, com 259,20m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 65, de coordenadas N 7.578.397,00 e E 383.330,00, estaca situada na linha divisora dos municípios de Caiuá e Presidente Epitácio; segue pelo limite de aquisição, com 259,20m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 66, de coordenadas N 7.574.738,00 e E 373.788,00, estaca situada na lateral da faixa de domínio da Estrada da Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio, travessa do Córrego dos Xavantes; segue pelo limite de aquisição, com 259,20m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 67, de coordenadas N 7.570.277,75 e E 365.784,85, estaca final do degrau altimétrico, passando da cota 259,20m + 50,00m/horiz. para a cota 259,00m + 50,00m/horiz.; segue pelo limite de aquisição, com 259,00m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 68, de coordenadas N 7.560.768,00 e E 367.402,00, estaca situada na lateral da faixa de domínio da Estrada da Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio, travessa do Ribeirão das Anhuas; segue pelo limite de aquisição, com 259,00m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 69, de coordenadas N 7.542.327,00 e E 358.422,00, estaca máxima de aquisição no Ribeirão Água Sumida, divisor dos municípios de Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio; segue pelo limite de aquisição, com 259,00m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 70, de coordenadas N 7.531.992,00 e E 370.776,00, estaca máxima de aquisição no Córrego Laranjeira; segue pelo limite de aquisição, com 259,00m + 50,00m/horiz., no sentido da ordem numérica decrescente das estações, até o ponto 71, de coordenadas N 7.530.382,00 e E 339.771,00, estaca máxima da aquisição no Córrego Guará, divisor dos municípios de Teodoro Sampaio e Rosana; segue acompanhando o Córrego Guará, a jusante até o ponto 74A, de coordenadas N 7.531.130,00 e E 329.840,00, limite máximo do Reservatório da Usina Porto Primavera - 1ª Fase, com 253,00m (remansada); segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido montante do Rio Paraná, até o ponto 70A, de coordenadas N 7.534.110,00 e E 337.948,00, limite máximo da cota, no Córrego Laranjeira; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido montante do Rio Paraná, até o ponto 69A, de coordenadas N 7.545.605,00 e E 353.965,00, limite máximo da cota, no Ribeirão Água Sumida; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido mon-

Fls. 1671

Proc. 1247/92

in.

EM BRANCO



ente do Rio Paraná, até o ponto 58A, de coordenadas N 7.558.675,00 E 370.025,00, limite máximo da cota, no Ribeirão das Anhuéras; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido montante do Rio Paraná, até o ponto 66A, de coordenadas N 7.575.298,00 E e 371.090,00, limite máximo da cota, no Córrego dos Xavantes; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido montante do Rio Paraná, até o ponto 63A, de coordenadas N 7.582.529,00 E e 381.770,05, limite máximo da cota, no Rio Santo Anastácio; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido montante do Rio Paraná, até o ponto 61A, de coordenadas N 7.591.398,00 E e 380.702,00, situado no encontro da cota com a lateral da faixa de domínio da Rodovia Estadual Raposo Tavares (SP 270) do DER - Departamento de Estradas e Rodagem; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido montante do Rio Paraná, até o ponto 59A, de coordenadas N 1.597.752,00 E e 392.920,00, limite máximo da cota, no Córrego do Iêdo; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido montante do Rio Paraná, até o ponto 58A, de coordenadas N 7.619.680,00 E e 395.898,00, situado na Região da Lagoa São Paulo; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido montante do Rio Paraná, até o ponto 66A, de coordenadas N 7.610.920,00 E e 419.156,00, limite máximo da cota, no Rio do Peixe; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido montante do Rio Paraná, até o ponto 53A, de coordenadas N 1.633.345,00 E e 405.960,00, situado no encontro da cota com a margem esquerda do Rio Paraná, Estado de São Paulo; atravessa o Rio Paraná, até sua margem direita, Estado de Mato Grosso do Sul, até o ponto 21A, de coordenadas N 7.634.325,00 E e 405.230,00, situado no encontro da margem direita do Rio Paraná com a cota 253,00m (remansada); segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido montante do Rio Paraná, até o ponto 20A, de coordenadas N 1.632.090,00 E e 392.531,00, limite máximo da cota no Rio Taquari; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido jusante do Rio Paraná, até o ponto 19A, de coordenadas N 7.616.120,00 E e 376.885,00, limite máximo da cota, no Rio Taquari; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido jusante do Rio Paraná, até o ponto 20A, de coordenadas N 7.601.117,00 E e 347.370,00, limite máximo da cota, no Rio Pardo; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido jusante do Rio Paraná, até o ponto 16A, de coordenadas N 1.597.081,00 E e 372.398,70, situado no encontro da cota com a lateral da faixa de domínio da Rodovia Federal Manoel da Costa Lima (BR 267), do DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagem; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido jusante do Rio Paraná, até o ponto 13A, de coordenadas N 7.653.920,00 E e 349.328,00, limite máximo da cota, no Ribeirão Quebrado; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido jusante do Rio Paraná, até o ponto 11A, de coordenadas N 7.548.728,00 E e 329.768,00, limite máximo da cota, no Rio Quiterio; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido jusante do Rio Paraná, até o ponto 9A, de coordenadas N 7.539.060,00 E e 318.918,00, limite máximo da cota, no Ribeirão Machado; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido jusante do Rio Paraná, até o ponto 8A, de coordenadas N 7.535.190,00 E e 302.810,00, limite máximo da cota, no Ribeirão das Três Barras; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido jusante do Rio Paraná, até o ponto 7A, de coordenadas N 7.527.320,00 E e 197.480,00, situado no encontro da cota, com a divisa do Cantão de Ubatuba do Estado de São Paulo; segue pela cota 253,00m (remansada), no sentido jusante do Rio Paraná, até o ponto 7, onde teve início esta descrição.

§ 2º A Companhia Energética de São Paulo - CESP deverá localizar as terras destinadas à formação do reservatório, bem como as demais necessárias à instalação da UHE Porto Primavera, promovendo a gestão sócio-patrimonial das mesmas.

Art. 2º A empresa concessionária referida no art. 1º fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, desapropriação de que trata o artigo anterior, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência para fins de imissão provisória na posse do bem, nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

§ 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1999

Declara de utilidade pública área necessária à implantação da UHE Santa Clara

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com Deliberação da Diretoria, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no inciso XXXV do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, na alínea "b" do art. 15º do Decreto nº 2.464, de 10 de julho de 1994, regulamentado pelo Decreto nº 3.851, de 16 de julho de 1994, no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, no art. 10 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, alterada pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e o que consta do Processo nº 18.500.00041-9/99-92, resolve:

Art. 1º Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Construtora Queiroz Galvão S. A., a área de terra de propriedade particular no total de 2.508.184 ha (dois milhões e oitenta e oito hectares, dez e dez mil e quatrocentos e quarenta e oito hectares), nos Municípios de Nauque e Serra dos Almores, Estado de Minas Gerais, e Mucuri, Estado da Bahia, necessária à implantação das obras, caminho, acesso e acampamentos, bem como do futuro reservatório e respectiva faixa de proteção ambiental da Usina Hidrelétrica Santa Clara.

§ 1º A área de terra de que trata este artigo se descreve e justifica como abaixo, sendo as coordenadas do sistema UTM referidas ao Meridiano central de 45º W e totalizando 2.508.184 ha:

Inicia-se no ponto M0, de coordenadas 372.973.384 m E e 8.021.090.347 m N, na margem esquerda do Rio Mucuri; com o ângulo de 129º40'43,8" e distância de 580.03547 metros; encon-

tramos o ponto M1 de coordenadas 373.419.800 m E e 8.020.720.004 m N; com o ângulo de 205º17'17,7" e distância de 286.72071 metros; ultrapassamos o Rio Mucuri; encontramos, na margem direita, o ponto M2 de coordenadas 373.297.321 m E e 8.020.460.759 m N; com o ângulo de 246º12'51,6" e distância de 753.95237 metros; encontramos o ponto M3 (margem direita) de coordenadas 372.607.409 m E e 8.020.156.678 m N; com o ângulo de 281º53'32,1" e distância de 595.75546 metros; encontramos o ponto M4 (margem direita) de coordenadas 372.024.441 m E e 8.020.279.446 m N; com o ângulo de 256º35'57,9" e distância de 544.84276 metros; encontramos o ponto M5 (margem direita) de coordenadas 371.494.432 m E e 8.020.153.175 m N; com o ângulo de 276º28'57,1" e distância de 759.27521 metros; encontramos o ponto M6 (margem direita) de coordenadas 370.740.003 m E e 8.020.238.824 m N; com o ângulo de 333º05'38,4" e distância de 1433.15041 metros; encontramos o ponto M7 (margem direita) de coordenadas 370.091.462 m E e 8.021.516.836 m N; com o ângulo de 13º06'49,4" e distância de 708.85908 metros; encontramos o ponto M8 (margem direita) de coordenadas 370.252.291 m E e 8.022.207.209 m N; com o ângulo de 30º36'00,9" e distância de 484.95108 metros; encontramos o ponto M9 (margem direita) de coordenadas 370.499.153 m E e 8.022.624.626 m N; com o ângulo de 284º38'38,8" e distância de 637.88916 metros; encontramos o ponto M10 (margem direita) de coordenadas 369.881.966 m E e 8.022.783.893 m N; com o ângulo de 23º38'27,7" e distância de 460.85204 metros; encontramos o ponto M11 (margem direita) de coordenadas 369.492.699 m E e 8.022.539.235 m N; com o ângulo de 199º54'01,3" e distância de 474.19191 metros; encontramos o ponto M12 (margem direita) de coordenadas 369.331.291 m E e 8.022.093.359 m N; com o ângulo de 194º18'41,6" e distância de 459.31781 metros; encontramos o ponto M13 (margem direita) de coordenadas 369.207.862 m E e 8.021.609.537 m N; com o ângulo de 270º57'12,3" e distância de 1139.54102 metros; encontramos o ponto M14 (margem direita) de coordenadas 368.068.479 m E e 8.021.628.498 m N; com o ângulo de 290º52'07,5" e distância de 1544.54994 metros; encontramos o ponto M15 (margem direita) de coordenadas 366.625.233 m E e 8.022.178.711 m N; com o ângulo de 312º35'49,4" e distância de 1952.32970 metros; encontramos o ponto M16 (margem direita) de coordenadas 365.188.082 m E e 8.023.500.123 m N; com o ângulo de 303º47'54,3" e distância de 1913.86383 metros; encontramos o ponto M17 (margem direita) de coordenadas 365.597.661 m E e 8.024.564.752 m N; com o ângulo de 277º59'14,9" e distância de 1706.64498 metros; encontramos o ponto M18 (margem direita) de coordenadas 361.907.573 m E e 8.024.801.902 m N; com o ângulo de 291º20'06,4" e distância de 1571.94944 metros; encontramos o ponto M19 (margem direita) de coordenadas 360.444.054 m E e 8.025.373.537 m N; com o ângulo de 318º45'01,4" e distância de 1324.86545 metros; encontramos o ponto M20 (margem direita) de coordenadas 359.570.517 m E e 8.026.369.630 m N; com o ângulo de 299º48'35,6" e distância de 1224.94940 metros; encontramos o ponto M21 (margem direita) de coordenadas 358.467.764 m E e 8.026.902.956 m N; com o ângulo de 347º56'31,0" e distância de 613.36807 metros; seguindo esse alinhamento, ultrapassamos assim para a margem esquerda do Rio Mucuri e encontramos o ponto M22 (margem esquerda) de coordenadas 358.819.068 m E e 8.027.405.754 m N; com o ângulo de 105º04'24,1" e distância de 1130.81969 metros; encontramos o ponto M23 (margem esquerda) de coordenadas 359.910.980 m E e 8.027.111.678 m N; com o ângulo de 129º34'30,7" e distância de 1355.03182 metros; encontramos o ponto M24 (margem esquerda) de coordenadas 360.955.424 m E e 8.026.248.401 m N; com o ângulo de 86º05'04,1" e distância de 694.74573 metros; encontramos o ponto M25 (margem esquerda) de coordenadas 361.648.548 m E e 8.026.295.842 m N; com o ângulo de 116º13'16,2" e distância de 751.46994 metros; encontramos o ponto M26 (margem esquerda) de coordenadas 362.322.688 m E e 8.025.961.815 m N; com o ângulo de 48º06'31,4" e distância de 1122.41382 metros; encontramos o ponto M27 (margem esquerda) de coordenadas 363.158.227 m E e 8.026.713.272 m N; com o ângulo de 113º56'36,9" e distância de 561.00135 metros; encontramos o ponto M28 (margem esquerda) de coordenadas 363.670.952 m E e 8.026.485.597 m N; com o ângulo de 198º00'04,3" e distância de 768.07482 metros; encontramos o ponto M29 (margem esquerda) de coordenadas 363.435.559 m E e 8.025.755.119 m N; com o ângulo de 107º42'08,7" e distância de 941.75611 metros; encontramos o ponto M30 (margem esquerda) de coordenadas 364.330.753 m E e 8.025.468.756 m N; com o ângulo de 130º04'45,1" e distância de 437.81959 metros; encontramos o ponto M31 (margem esquerda) de coordenadas 364.549.139 m E e 8.025.089.291 m N; com o ângulo de 107º16'00,8" e distância de 894.87051 metros; encontramos o ponto M32 (margem esquerda) de coordenadas 365.403.680 m E e 8.024.823.673 m N; com o ângulo de 6º33'04,7" e distância de 582.49199 metros; encontramos o ponto M33 (margem esquerda) de coordenadas 365.470.138 m E e 8.023.402.361 m N; com o ângulo de 8º17'32,0" e distância de 987.45358 metros; encontramos o ponto M34 (margem esquerda) de coordenadas 365.812.550 m E e 8.026.374.491 m N; com o ângulo de 80º39'37,9" e distância de 484.23815 metros; encontramos o ponto M35 (margem esquerda) de coordenadas 366.096.789 m E e 8.026.379.496 m N; com o ângulo de 189º49'37,2" e distância de 1001.30862 metros; encontramos o ponto M36 (margem esquerda) de coordenadas 365.925.891 m E e 8.028.272.679 m N; com o ângulo de 168º50'49,9" e distância de 638.17171 metros; encontramos o ponto M37 (margem esquerda) de coordenadas 366.049.331 m E e 8.024.766.759 m N; com o ângulo de 105º39'38,0" e distância de 562.08024 metros; encontramos o ponto M38 (margem esquerda) de coordenadas 366.590.539 m E e 8.024.614.978 m N; com o ângulo de 186º57'09,6" e distância de 925.12651 metros; encontramos o ponto M39 (margem esquerda) de coordenadas 366.799.435 m E e 8.023.713.745 m N; com o ângulo de 67º43'21,2" e distância de 1026.06490 metros; encontramos o ponto M40 (margem esquerda) de coordenadas 367.748.918 m E e 8.024.102.709 m N; com o ângulo de 130º56'48,1" e distância de 477.68917 metros; encontramos o ponto M41 (margem esquerda) de coordenadas 368.109.726 m E e 8.023.789.652 m N; com o ângulo de 229º40'55,2" e distância de 909.04976 metros; encontramos o ponto M42 (margem esquerda) de coordenadas 367.416.607 m E e 8.023.201.470 m N; com o ângulo de 106º30'47,5" e distância de

975.91150 metros; encontramos o ponto M43 (margem esquerda) de coordenadas 368.352.266 m E e 8.022.924.080 m N; com o ângulo de 51º54'18,4" e distância de 784.20464 metros; encontramos o ponto M44 (margem esquerda) de coordenadas 368.969.427 m E e 8.023.407.908 m N; com o ângulo de 44º41'20,4" e distância de 1147.59323 metros; encontramos o ponto M45 (margem esquerda) de coordenadas 369.776.482 m E e 8.024.223.771 m N; com o ângulo de 95º42'18,5" e distância de 838.79211 metros; encontramos o ponto M46 (margem esquerda) de coordenadas 370.631.020 m E e 8.024.138.420 m N; com o ângulo de 149º21'32,9" e distância de 540.27899 metros; encontramos o ponto M47 (margem esquerda) de coordenadas 370.906.376 m E e 8.023.673.555 m N; com o ângulo de 83º51'28,9" e distância de 620.72861 metros; encontramos o ponto M48 (margem esquerda) de coordenadas 371.523.542 m E e 8.023.739.968 m N; com o ângulo de 157º50'13,2" e distância de 880.94050 metros; encontramos o ponto M49 (margem esquerda) de coordenadas 371.855.570 m E e 8.022.924.118 m N; com o ângulo de 194º59'36,2" e distância de 697.29512 metros; encontramos o ponto M50 (margem esquerda) de coordenadas 371.675.474 m E e 8.022.250.560 m N; com o ângulo de 143º47'46,5" e distância de 787.68898 metros; encontramos o ponto M51 (margem esquerda) de coordenadas 372.140.730 m E e 8.021.614.957 m N; com o ângulo de 96º13'30,7" e distância de 797.77511 metros; encontramos o ponto M52 (margem esquerda) de coordenadas 372.933.801 m E e 8.021.528.449 m N; com o ângulo de 174º50'14,0" e distância de 439.88651 metros; encontramos o ponto M53 (margem esquerda) de coordenadas 372.973.384 m E e 8.021.090.347 m N; onde se iniciou esta descrição, fechando-se assim um polígono, com um perímetro de 45.993 km e área de 2.508.184 ha.

§ 2º A Concessionária referida neste artigo deverá fiscalizar a área do reservatório de Usina Hidrelétrica Santa Clara, promovendo a gestão sócio-patrimonial das mesmas.

Art. 2º A Construtora Queiroz Galvão S. A. fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, a desapropriação de que trata o artigo anterior, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência para fins de imissão provisória na posse do bem, nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1999

Autoriza a CADAM - Caelim da Amazônia S.A. a ampliar a geração termelétrica localizada no Município de Almerim, Estado do Pará.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com Deliberação da Diretoria, e tendo em vista o disposto no inciso XXXV do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, e no inciso I do art. 7º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, e o que consta do Processo nº 48.500.001566-9/95, resolve:

Art. 1º Autoriza a CADAM - Caelim da Amazônia S.A. a ampliar a geração termelétrica, com instalação de um grupo gerador a diesel de 5.300 kW de potência instalada, totalizando 20.100 kW com unidades existentes, localizada nas suas instalações industriais, no Município de Almerim, Estado do Pará.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida destina-se ao uso exclusivo da Autorizada, em conformidade com as condições estabelecidas no inciso I do art. 7º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996.

Art. 2º Em conformidade da presente Autorização, constitui obrigação da Autorizada:

I - ampliar a geração termelétrica de que trata o art. 1º, para início de operação comercial até 31 de março de 1999;

II - cumprir e fazer cumprir as normas pertinentes à autoprodução de energia elétrica, respondendo perante a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, usuários e terceiros, pelas consequências danosas decorrentes da exploração da central geradora;

III - efetuar o pagamento, nas épocas próprias definidas, da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, nos termos da legislação específica;

IV - submeter-se à fiscalização da ANEEL;

V - organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração, comunicando à ANEEL qualquer alteração das características de suas unidades geradoras;

VI - manter em arquivo, à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos, projetos, registros operativos e de produção de energia elétrica;

VII - observar e cumprir a legislação ambiental e de recursos hídricos, providenciando as licenças correspondentes;

VIII - submeter-se a toda e qualquer regulamentação de caráter geral emanada na qual venha a ser estabelecida pela ANEEL, especialmente aquelas relativas à produção de energia elétrica para uso exclusivo, nos termos desta Autorização;

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações fixadas neste artigo, a Autorizada incorrerá nas penalidades de advertência e multa de até dois por cento do faturamento ou do valor estimado da energia que deveria estar sendo produzida, correspondente aos últimos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Art. 3º Constituem direitos da Autorizada:

I - acessar livremente, na forma da legislação, o sistema de transmissão e distribuição mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e de conexão, quando devidos;

II - modificar ou ampliar, desde que previamente autorizado pela ANEEL, a central geradora e as instalações de interesse restrito da central geradora.

Fis.: 1672
Proc.: 1247192
Rubr.: *Am*

EM BRANCO

O Presidente da República
no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Co
stituição, e dando em vista o disposto nas alíneas "b" do art. 151 do Co
stituição, e dando em vista o disposto nas alíneas "b" do art. 151 do Co

EM BRANCO

limite da aquisição no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 36, onde faz um degrau altimétrico para fins de remanso; segue pelo limite de aquisição, na cota 266,00 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 37, onde faz um degrau altimétrico para fins de remanso; segue pelo limite de aquisição, na cota 265,50 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 38, onde faz um degrau altimétrico para fins de remanso; segue pelo limite de aquisição, na cota 265,00 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 39, ponto máximo da aquisição no Rio Aguaípe; divisor dos municípios de Castilho e São João do Pau D'Alho; segue pelo limite de aquisição, na cota 265,00 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 40, situado no divisor dos municípios de São João do Pau D'Alho e Paulicéia; segue pelo limite de aquisição, na cota 265,00 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 41, onde faz um degrau altimétrico para fins de remanso; segue pelo limite de aquisição, na cota 264,70 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 42, onde faz um degrau altimétrico para fins de remanso; segue pelo limite de aquisição, na cota 264,00 m e da curva de cota 260,30 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 43, onde faz um degrau altimétrico para fins de remanso; segue pelo limite de aquisição, paralelo e distante 50,00 m da curva de cota 260,40 m, até o marco 44, onde faz um degrau altimétrico para fins de remanso; segue pelo limite de aquisição paralelo e distante 50,00 m da curva de cota 260,20 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 45, onde faz um degrau altimétrico para fins de remanso; segue pelo limite de aquisição, paralelo e distante 50,00 m da curva de cota 260,00 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 46; segue pelo limite de aquisição, na cota 260,00 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 47; segue pelo limite de aquisição, paralelo e distante 50,00 m da curva de cota 260,00 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 48; segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 49, situado no divisor dos municípios de Paulicéia e Santa Mercedes; segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 50, ponto máximo de aquisição no Ribeirão das Marrancas, divisor dos municípios de Santa Mercedes e Panoramã; segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 51; segue pelo limite de aquisição, na cota 260,00 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 52; segue pelo limite de aquisição, paralelo e distante 50,00 m, da curva de cota 260,00 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 53, onde faz um degrau altimétrico para fins de remanso; segue pelo limite de aquisição, paralelo e distante 50,00 m da curva de cota 259,70 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 54, situado na cerca lateral da faixa de domínio da estrada municipal da Prefeitura Municipal de Panoramã; atravessa a estrada e segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 55, situado no divisor dos municípios de Panoramã e Ouro Verde; segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 56, ponto máximo de aquisição no Rio Peixe, divisor dos municípios de Ouro Verde e Presidente Venceslau; segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 57, situado no divisor dos municípios de Presidente Venceslau e Caiçá; segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 58, onde faz um degrau altimétrico para fins de remanso; segue pelo limite de aquisição, na cota 260,00 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 59, onde faz um degrau altimétrico para fins de remanso; segue pelo limite de aquisição, paralelo e distante 50,00 m da curva de cota 259,20 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 60, situado no limite de aquisição, na cota 260,00 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 61, situado na faixa de domínio da Rodovia Estadual Raposo Tavares; segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 62; segue pelo limite de aquisição, paralelo e distante 50,00 m da curva de cota 259,20 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 63, ponto máximo de aquisição no Córrego Santa Cruzinha, divisor dos municípios de Presidente Epitácio e Caiçá; segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 64, ponto máximo de aquisição no Rio Santo Antônio; segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 65, situado no divisor dos municípios de Presidente Epitácio e Caiçá; segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 66, situado na cerca lateral da faixa de domínio da estrada municipal da Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio; atravessa a estrada e segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 67, onde faz um degrau altimétrico para fins de remanso; segue pelo limite de aquisição, paralelo e distante 50,00 m da curva de cota 259,00 m, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 68, situado na cerca lateral da faixa de domínio da estrada municipal, da Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio; atravessa a estrada e segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 69, ponto máximo de aquisição no Ribeirão Água Sumida, divisor dos municípios de Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio; segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 70, ponto máximo de aquisição no Córrego Laranjeira; segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 71, ponto máximo de aquisição no Córrego Quatro Estacas, até o marco 72, ponto máximo de aquisição no Córrego do Boqueleto; segue pelo limite de aquisição, no sentido da ordem numérica decrescente das estacas, até o marco 73, situado na cerca de divisa do Canteiro de Obras de Uiruna Fort Primavera; segue com o eixo de 14951'NW, por um distância de 136,56 m, confrontando com o Canteiro de Obras de Uiruna Fort Primavera, até o marco 74, situado na margem esquerda do Rio Paranaíba, Estado de São Paulo, atravessa o Rio Paraná até sua margem direita, Estado do Mato Grosso do Sul, marco 1, onde teve início o desvio.

EM BRANCO

Fis.: 1675
Proc.: 1247/92
Rubr.: *Im.*

Fis. 1425
Proc. 5247/92
Rubr. Raquel
-05-

FROM : CESP-DIR.MEIO AMBIENTE Dm

PHONE NO. : 55 011 2594639

FEB. 17 2000 03:23 PM ES

13558

SEÇÃO I

DIÁRIO OFICIAL

Nº 174 SEGUNDA-FEIRA, 13 SET 1993

Art. 2º A CESP - Companhia Energética de São Paulo fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, a desapropriação de que trate o art. 1º deste Decreto, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência para fins de imissão provisória na posse do bem, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.363, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.586, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de setembro de 1993; 172º da Independência e 105ª da República.

ITAMAR FRANCO
Paulino Cicero de Vasconcellos

MINISTERIO DA JUSTICA

DECRETOS DE 10 DE SETEMBRO DE 1993

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, da Constituição, e 23 da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, e tendo em vista o constante dos respectivos processos do Ministério da Justiça, resolve

DECLARAR

que perderam a nacionalidade brasileira, de acordo com os arts. 12, § 4º, inciso II, da Constituição, e 22, inciso I, da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949:

ANNA EPP, brasileira naturalizada, natural da Rússia, nascida a 6 de maio de 1929, filha de Jakob Kleasen e de Anna Kleasen, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade canadense (Proc. nº 8000-19682/92);

BEATRIZ DI PALMA, natural do Estado de São Paulo, nascida a 20 de maio de 1955, filha de Pasquale Di Palma e de Maria Ecchiassi, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade canadense (Proc. nº 8000-16327/92);

BRUNO PRESUTTI, natural do Estado de São Paulo, nascido a 19 de dezembro de 1961, filho de Elío Presutti e de Carmela Ramolo Presutti, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade canadense (Proc. nº 8000-2269/93);

CÉSAR AUGUSTO DA SILVA CAVALCANTE, natural do Estado do Rio de Janeiro, nascido a 21 de março de 1957, filho de Augusto de Barros Cavalcante e de Abigail da Silva Cavalcante, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade portuguesa (Proc. nº 8000-19526/90);

CHU CHUNG KWAÍ, brasileiro naturalizado, natural da China, nascido a 15 de setembro de 1938, filho de Chu Yen Pao e de Chu Lin Zen, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade alemã (Proc. nº 8000-19556/92);

DENIS LEE, natural do Estado de São Paulo, nascido a 20 de março de 1962, filho de Lee Chai Gee e de Vilma Giordano Lee, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade norte-americana (Proc. nº 8000-2879/93);

EDEL ROHSIG, que passou a assinar-se EDEL BELLO, natural do Estado do Rio Grande do Sul, nascido a 29 de janeiro de 1952, filha de Helmut R. e de Helga Horst Rohsig, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade alemã (Proc. nº 8000-22225/92);

EDUARDO FARIAS SANTOS, que passou a assinar-se EDUARDO FARIAS, natural do Estado da Paraíba, nascido a 11 de dezembro de 1958, filho de Fernando Farias Santos e de Maria da Penha Farias Santos, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade norte-americana (Proc. nº 8000-1141/93);

GERALDO MONTEIRO DE SOUZA, que passou a assinar-se CERRY KELLY, natural do Estado do Ceará, nascido a 15 de novembro de 1940, filho de Francisco João Monteiro e de Maria José Monteiro de Souza, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade norte-americana (Proc. nº 8000-2444/93);

JOHANN EPP, brasileiro naturalizado, natural da Rússia, nascido a 6 de agosto de 1924, filho de Jakob Epp e de Helena Epp, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade canadense (Proc. nº 8000-10075/92);

LITA DIANA HOWARD, natural do Estado do Rio Grande do Sul, nascida a 14 de outubro de 1972, filha de Carl Owen Howard e de Beverly Mariana Howard, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade norte-americana (Proc. nº 8000-19547/92);

Brasília, 10 de setembro de 1993.
172º da Independência e 105ª da República.

ITAMAR FRANCO
Maurício Corrêa

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, da Constituição, e 23 da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, e tendo em vista o constante dos respectivos processos do Ministério da Justiça, resolve

DECLARAR

que perderam a nacionalidade brasileira, de acordo com os arts. 12, § 4º, inciso II, da Constituição, e 22, inciso I, da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949:

ADALICE CRISTINA RANGEL CHAVES, que passou a assinar-se CRISTINA RANGEL LONG, natural do Estado da Bahia, nascida a 8 de junho de 1958, filha de Fernando Chaves e de Rita Rangel Chaves, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade norte-americana (Proc. nº 8000-24368/92);

ALMERINDA SETSUKO KAKISOÉ, que passou a assinar-se ALMERINDA SETSUKO LEE, natural do Estado do Amazonas, nascida a 7 de maio de 1949, filha de Nagahiro Kakisoé e de Yoriko Kakisoé, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade norte-americana (Proc. nº 8000-24371/92);

ANA MARIA DE MEDEIROS COMARÓ, que passou a assinar-se ANA MARIA COMARÓ-SCHALLY, natural do Estado do Ceará, nascida a 11 de junho de 1943, filha de Clodomir Cavalcante Comaró e de Dalmira Medeiros Comaró, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade norte-americana (Proc. nº 8000-24369/92);

DARCY BERNARDINI, que passou a assinar-se DARCY R. BLAINE, natural do Estado de São Paulo, nascido a 15 de setembro de 1936, filho de Alfredo Rodrigues Filho e de Benedita Lima Rodrigues, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade norte-americana (Proc. nº 8000-22224/92);

DÉCIO HERINGER COUTINHO, natural do Estado de Minas Gerais, nascido a 4 de março de 1963, filho de Daniel Inês Coutinho e de Guilhermina Maria dos Lopes, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade norte-americana (Proc. nº 8000-22225/92);

JANICE NATIAS PRADO, que passou a assinar-se JANICE PRADO DOW, natural do Estado da Bahia, nascida a 14 de janeiro de 1932, filha de Artur Feijreira Prado e de Inês Natias Prado, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade norte-americana (Proc. nº 8000-22234/92);

JOSÉ ANTONIO LUCIANO, natural do Estado do Rio de Janeiro, nascido a 21 de maio de 1936, filho de Maria Luiza Luciano, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade neerlandesa (Proc. nº 8000-1509/93);

MARIA BEATRIZ CHAI LEAN CHU, natural do Estado de São Paulo, nascida a 6 de março de 1969, filha de Chu Chung Kwaí e de Kuo Chai For, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade alemã (Proc. nº 8000-22240/92);

MARIA DA CONCEIÇÃO FLOR QUINTAL, natural do Estado de São Paulo, nascida a 6 de dezembro de 1940, filha de Agostinho da Quintal e de Justina Rosa de Orecles Flor Quintal, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade norte-americana (Proc. nº 8000-22237/92);

MARIA DE FÁTIMA BARROS LIMA, que passou a assinar-se MARIA DE FÁTIMA LIMA BARNETT, natural do Estado do Ceará, nascida a 1º de setembro de 1957, filha de Luiz Soares Lima e de Maria Salete Barros Lima, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade norte-americana (Proc. nº 8000-22238/92);

MARLENE FERREIRA DA ROSA, que passou a assinar-se MARLENE DA ROSA SOUZA, natural do Estado do Rio de Janeiro, nascida a 18 de março de 1934, filha de Eugênio Ferreira da Rosa e de Jurama Marinho da Rosa, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade norte-americana (Proc. nº 8000-22239/92);

MIRIAM TRENTINI, natural do Estado do Rio Grande do Sul, nascida a 5 de fevereiro de 1952, filha de Orlando Trentini e de Cristina Pauli Trentini, por ter adquirido, voluntariamente, a nacionalidade norte-americana (Proc. nº 8000-1175/93).

Brasília, 10 de setembro de 1993.
172º da Independência e 105ª da República.

ITAMAR FRANCO
Maurício Corrêa

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPUBLICA

MENSAGEM

Nº 586, de 10 de setembro de 1993. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 21.721-9/160.

Nº 587, de 10 de setembro de 1993. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 915/93.

Nº 588, de 10 de setembro de 1993. Encaminhamento ao Congresso Nacional do projeto de lei que "integra a categoria funcional de Agente de Portaria no Anexo X da Lei nº 7.095, de 9 de janeiro de 1990".

Nº 589, de 10 de setembro de 1993. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto de Medida Provisória nº 349, de 10 de setembro de 1993.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Processo

GO-07, de 6 de setembro de 1993. "Aprova, fide as informações, em 6.9.1993, o processo nº 00600.002838/89-83 encaminhado ao Ministério do Estado do Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República).

PROCESSO Nº 00600.002838/89-83
ORIGEM: Secretarias de Planejamento e Coordenação da Presidência da República
ASSUNTO: Acumulação de cargos públicos

PARECER Nº GO-07

HOMOLOGO o SUBSÉQUENTE, para os fins e efeitos dos artigos 40 e 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, o Parecer em anexo da lavra do eminente Consultor da União, Senhor WILSON TELES DE MACÊDO, pelo que resulta superado o Parecer nº PC-20, de 3 de fevereiro de 1990.

Brasília, 6 de setembro de 1993.
GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTEIRO
Advogado-Geral da União

EM BRANCO

BRASIL.

Brasília, 16 de novembro de 1982.
1619 da Independência e 949 da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Esther de Figueiredo Ferraz

Decreto nº 87.802, de 16 de novembro 1982.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra e benfeitorias necessárias à formação da primeira etapa do reservatório da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, da CESP - Companhia Energética de São Paulo, nos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra "a", do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1934, e no artigo 59, letra "f", do Decreto-lei nº 3.365, de 11 de junho de 1941, e o le conste do Processo NME nº 702.305/82.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terra e benfeitorias particulares, localizadas nos Municípios de Anauri, Estado de Mato Grosso do Sul e Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo, numa extensão total de 115.186,57 ha (cento e quinze mil, quatrocentos e sessenta e sete hectares e setenta e sete ares), necessárias à formação da primeira etapa do reservatório da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera.

Art. 2º - A área total de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº 10.000-370, aprovada por ato do Diretor da Divisão de Concessões de Água e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo NME nº 702.305/82, e sua descrição:

Nº	Área (ha)	Área (m²)	Coordenadas	Área (m²)
1224	7.511.106,59	320.251,61	-22°13'55"	52939'03"
493/1	7.510.585,00	315.324,10	-22°25'12"	52947'12"
25	7.512.162,00	300.581,27	-22°23'06"	52956'18"
MD E	7.512.284,31	300.587,48	-22°23'03"	52956'19"

Art. 3º - Fica autorizada a CESP - Companhia Energética de São Paulo a promover a desapropriação das referidas áreas de terra, na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo Único - Nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 11 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 11 de maio de 1956, fica a exproprieção autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de habilitar na posse das áreas de terras abrangidas por este Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de novembro de 1982.
1619 da Independência e 949 da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Cesar Cals Filho

Decreto nº 87.803, de 16 de novembro de 1982

Autoriza estrangeiros a adquirirem direitos sobre terrenos que constam, situados nos Municípios do Rio de Janeiro e Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro; Fortaleza, Estado do Ceará; Recife, Estado de Pernambuco e Salvador, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 205, do Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a adquirir:

a) o domínio útil;

Fis.: 1676
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

EM BRANCO

Fis.: 1677
Proc.: 1247/92
Rubr.: *Am.*

Fis. 1726-06
Proc. 1247/92
Rubr. *Raquel*

PART. FEIRA, 17 NOV 1982

DIÁRIO OFICIAL

SICAO I

21355

SM Regulamento de Lei de Serviço Militar
1 Regimento Militar
..... Organização Militar da Ativa e Órgão
de Formação de Reserva. Simultaneamente
10
2 Tiro-de-Guerra

Decreto nº 97.801 de 16 de novembro de 1982

Altera o Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971, que regulamenta o Decreto-lei nº 369, de 22 de setembro de 1969, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III e V da Constituição

DECRETA:

Art. 1º As normas acerca do funcionamento da Comissão Nacional de Moral e Civismo, criada pelo Decreto-lei nº 369, de 22 de setembro de 1969, a sua estrutura, a competência das suas unidades e as atribuições dos seus dirigentes serão fixadas em regulamento interno, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, na forma do artigo 31 do Decreto nº 87.662, de 25 de março de 1982.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de novembro de 1982;
1619 da Independência e 949 da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Esther de Figueiredo Ferraz

Decreto nº 97.802, de 16 de novembro 1982.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra e benfeitorias necessárias à formação da primeira etapa do reservatório da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, de CESP - Companhia Energética de São Paulo, nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra "h", do Decreto nº 24.641, de 10 de junho de 1934, e no artigo 59, letra "f", do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 702.305/82,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terra e benfeitorias de propriedade particular, localizadas nos Municípios de Anaurilândia e Bataguassu, Estado do Mato Grosso do Sul e Teodoro Sampaio, Presidente Epitácio e Caspary, Estado de São Paulo, numa área total de 115.496,67 ha (cento e quinze mil, quatrocentos e noventa e seis hectares e seis ares), necessárias à formação da primeira etapa do reservatório da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera.

Art. 2º - A área total de terra, referida no artigo anterior, compreendendo aquela constante da planta de situação nº 100-PP-CAD-319, aprovada por ato do Diretor da Divisão Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 702.305/82, e sua descrição:

P	COORDENADAS			
	PORTO	N	E	LATITUDE LONGITUDE
N 10		7.514.267,00	299.014,28	-22°22'52" 52°57'12"
N 12		7.570.254,42	237.376,93	-22°24'40" 52°58'00"
N 16		7.570.267,37	236.047,35	-22°24'41" 52°58'15"
N 18		7.523.105,72	226.041,40	-22°23'02" 52°56'51"
N 20		7.574.120,18	247.247,35	-22°22'32" 52°58'00"
N 22		7.524.385,43	297.729,52	-22°22'26" 52°58'09"
N 24/1		7.527.714,58	297.321,07	-22°20'54" 52°58'08"
N 24/2		7.527.761,97	297.328,06	-22°20'53" 52°58'09"
N 26/1		7.540.149,20	299.177,30	-22°13'56" 52°56'54"
N 26/2		7.542.893,21	302.616,73	-22°12'35" 52°57'33"
N 28/1		7.549.078,65	320.597,00	-22°09'13" 52°56'54"
N 28/2		7.556.045,70	310.375,65	-22°09'03" 52°57'02"
N 30/1		7.554.540,95	348.289,59	-22°09'06" 52°58'31"
N 30/2		7.569.573,31	362.607,11	-22°07'33" 52°58'44"
N 32/1		7.592.654,08	369.470,06	-22°05'53" 52°58'18"
N 32/2		7.597.017,45	376.688,28	-22°03'31" 52°58'10"
N 34/1/1		7.592.461,20	379.343,00	-22°03'04" 52°58'50"
N 34/1/2		7.591.350,80	360.608,50	-22°02'05" 52°58'12"
N 34/2/1		7.593.654,10	379.365,80	-22°04'05" 52°58'12"
N 34/2		7.568.564,04	373.136,50	-22°04'08" 52°58'07"
N 36/1		7.564.753,01	378.962,70	-22°03'12" 52°58'10"
N 36/2		7.580.015,10	366.177,00	-22°02'12" 52°58'10"
N 38/1/1		7.573.136,00	397,69	-22°02'12" 52°58'10"
N 38/1/2		7.574.493,90	383,5	-22°02'12" 52°58'10"
N 38/2		7.574.779,01	373,77	-22°02'12" 52°58'10"
N 40/1		7.540.725,49	367.385,11	-22°03'16" 52°58'10"
N 42/1		7.553.074,00	350.777,14	-22°03'16" 52°58'10"
N 44/1/1		7.542.335,30	358.470,50	-22°03'06" 52°58'10"
N 44/1/2		7.531.495,60	389.279,00	-22°03'06" 52°58'10"
N 46/1		7.531.306,59	329.951,61	-22°03'05" 52°58'10"
N 48/1/1		7.514.556,00	315.524,10	-22°02'50" 52°58'10"
N 48/1/2		7.512.162,05	300.581,77	-22°02'50" 52°58'10"
N 50/1		7.532.245,53	300.557,98	-22°02'50" 52°58'10"

Art. 3º - Fica autorizada a CESP - Companhia Energética de São Paulo a promover a desapropriação das referidas áreas de terra, na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único - Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 7.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse das áreas de terra abrangidas por este Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de novembro de 1982;
1619 da Independência e 949 da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Cesar Cals Filho

Decreto nº 97.803, de 16 de novembro de 1982

Autoriza estrangeiros a adquirirem direitos sobre terrenos que encionam, situados nos Municípios do Rio de Janeiro e Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro; Fortaleza, Estado do Ceará; Recife, Estado de Pernambuco e Salvador, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 205, do Decreto-lei nº 3.769, de 5 de setembro de 1946,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizados a adquirir:

a) o domínio útil;

EM BRANCO

025-18 741 1245.

AC/ADMIR.

Fis.	5+24
Proc.	1247/92
Rubr.	Raquel

Fis.	1678
Proc.	1247/92
Rubr.	dm

Decreto N° de 27/01/2000 da Prefeitura do Município de Castilho

Quanto ao item 7 do referido Decreto, esclarecemos que conforme preconiza a legislação ambiental vigente, as margens do rio Paraná são consideradas áreas de preservação permanente, como consequência os ranchos e pesqueiros deveriam ser retirados.

Porém, considerando o item 11, onde o Decreto menciona a importância da permanência destes ranchos, torna-se necessário que sejam efetivadas algumas providências pela CESP no sentido de permitir a continuidade destas atividades de forma que não afetem o ambiente local:

- identificar e propor soluções para os problemas de saneamento básico;
- não permitir novas construções na área;
- realizar monitoramento do lençol freático e sua influência nas fossas, e apresentar medidas mitigadoras;
- implantar o reflorestamento ciliar nas propriedades remanescentes, conforme previsto na proposta da CESP; e
- propor medidas de educação ambiental, com a finalidade de garantia da manutenção da mata ciliar.

EM BRANCO



Prefeitura do Município de Castilho

Praça da Matriz, 267 - Fone (018) 761 1220 - Fax (018) 761 1265 - CEP 16920 000
C.G.C. 45.663.556/0001-06

Fls.: 1679
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

Fls. 1428
Proc. 1247/92
Rubr. Raquel

DECRETO Nº., DE 27 DE JANEIRO DE 2.000.

"Dispõe sobre a declaração de interesse público de área que especifica e dá outras providências."

ADÃO SEVERINO BATISTA, Prefeito Municipal de Castilho, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com inciso III, do artigo 72 da Lei Orgânica deste Município,

CONSIDERANDO que o Município de Castilho recebeu da EMBRATUR o título de Estância Turística;

CONSIDERANDO que o turismo é a principal fonte de renda do Município de Castilho;

CONSIDERANDO que os turistas que passam pela cidade de Castilho são os principais frequentadores do comércio local e, portanto, os grandes fomentadores da atividade comercial de Castilho;

CONSIDERANDO que o turismo no Município de Castilho é sustentado pelos ranchos e pesqueiros localizados nas margens do Rio Paraná, onde milhares de pessoas dos mais variados lugares se comprazem mediante a prática de pescaria e demais atividades ligadas ao divertimento que o Rio Paraná proporciona;

CONSIDERANDO que a escassez de hotéis na região que possam abrigar os turistas, fazendo com que os mesmos em sua esmagadora maioria, fiquem alojados nos pesqueiros e ranchos localizados dentro do território do Município de Castilho;

CONSIDERANDO que está devidamente comprovado que o enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica Sérgio Mota não importará na inundação de todos os ranchos e pesqueiros existentes no Município;

CONSIDERANDO que mesmo ante a inocorrência de inundação dos ranchos e pesqueiros, o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, por entender que as margens do Rio Paraná é área de preservação permanente onde estão localizados os ranchos e pesqueiros, está tencionando exigir que a CESP, empresa responsável pela construção da Hidrelétrica, desaproprie os mesmos, retirando-os da posse de seus proprietários e, por conseguinte, impedindo a frequência de turistas no local;

CONSIDERANDO que a concretização da desocupação dos ranchos e pesqueiros implicará em consequências traumáticas à toda população de Castilho e região, importando seriamente na diminuição da circulação de dinheiro, mitigando as condições sociais da coletividade castilhense, além de aumentar assustadoramente o número de miseráveis no Município;

CONSIDERANDO que é do interesse desta Administração a manutenção de todos os ranchos e pesqueiros construídos às margens do Rio Paraná, a fim de evitar que esse



EM BRANCO



Prefeitura do Município de Castilho

Praça da Matriz, 247 - Fone (018) 741 1220 - Fax (018) 741 1245 - CEP 16920 000
C.G.C. 45.663.556/0001-06

Fis.: 1680
Proc.: 4247/92
Rubr.: Sm.

Is 1729
Proc. 4247/92
Rubr. Raquel

eventual infortúnio se perpetre, o que viria a se constituir em prejuízos de consequências irreparáveis;

CONSIDERANDO a inquestionável presença do interesse público na manutenção dos ranchos e pesqueiros;

CONSIDERANDO que o interesse na manutenção dos ranchos e pesqueiros não representa apenas um interesse local (com maior predominância), mas também, por via reflexa, um interesse do Estado e da União (com menor predominância), mesmo porque não há interesse municipal que não o seja reflexamente da União e do Estado-Membro;

CONSIDERANDO o dever do Administrador Público de zelar pelos princípios constitucionais, dentre os quais o de sempre procurar zelar pela dignidade de vida da população que encontra-se sob sua administração, a fim de fazer prevalecer o tão decantado Estado Democrático de Direito;

CONSIDERANDO, por outro lado, que uma simples questão formal atinente à classificação ou não dos ranchos e pesqueiros como área de preservação permanente jamais poderá sobrepor-se ao interesse público;

CONSIDERANDO, enfim, os princípios da legalidade, moralidade, finalidade e publicidade que devem nortear os atos da Administração Pública,

DECRETA:

Artigo 1º:- Fica a área localizada nas margens do Rio Paraná dentro dos limites territoriais do Município de Castilho, declarada de INTERESSE PÚBLICO, para o fim de impedir que faça a mesma parte da área desapropriável pela CESP por força do enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica Sérgio Mota.

Artigo 2º:- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTILHO/SP., 26 de janeiro de 2.000.

ADÃO SEVERINO BASTITA
Prefeito Municipal

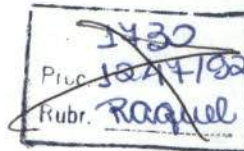
Publicado e registrado nesta Secretaria Geral na data supra

JUCELINO RODRIGUES VIEIRA
Secretário Administrativo

EM BRANCO



DOCUMENTO



Protocolo

IBAMA/DIRCO

Nº 375

Data 27.01.00

Recebido: mp

DE ORDEM, AO DEZEL
Hãmup
27/01/2000

Nº Documento : 10100.000275/00

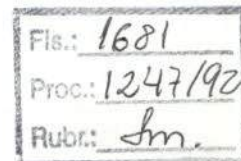
Nº Original : S/N

Interessado : JULIO VAZQUEZ VAZQUEZ

Data : 26/01/2000

Assunto : SOLICITA QUE CONSIDERE A MEDIDA DA INTIMAÇÃO RECEBIDA DE CEDER RANCHOS A CESP MEDIANTE PAGAMENTO DE VALOR DECIDIDO PELA MESMA.

ANDAMENTO



De : GABIN

Para : DIRCOF

Data de Andamento: 26/01/2000 10:40:00

Observação: PARA CONHECIMENTO E DEMAIS PROVIDÊNCIAS.

Assinatura da Chefia do(a) GABIN

Eleonora Calvo

Chefe do Gabinete

IBAMA

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

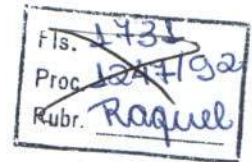
Assinatura e Carimbo



A Dra Monica,
Favor fazer repõe
Em, 03/2/2000

Derlei Lopes Rosado
Gerente de Área
IBAMA/DIRCOF/DEREL/DIAP

Recebido
120
12/12/00
IBAMA

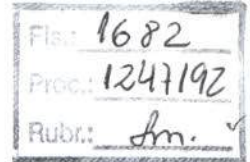


MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Coordenação-Geral de Assuntos Técnicos-Administrativos

Protocolo Geral

(Nº de Protocolo: 00000.000498/2000-00)



Data do Protocolo: 24/01/2000 Hora do Protocolo: 08:19:07
Cadastramento: Coordenação-Geral de Assuntos Técnicos-Administrativos
IROM BEZERRA DE SOUZA
Nº do Documento: 0 Data do Documento: 17/01/2000
Tipo do Documento: CARTA
Procedência: Externa de pessoa física
Julio Vazquez Vazquez
BRASIL - SP - DESCALVADO
Interessado: Julio Vazquez Vazquez
Recurso Financeiro: Não Arquivado: Não
Data para resposta:

Resumo: CONSIDERAÇÃO / INTIMAÇÃO / CESSÃO / RANCHO / DESAPROPRIAÇÃO - Solicita que considere a medida da intimação recebida de ceder ranchos a CESP mediante pagamento de valor decidido pela mesma ou seriam desapropriados compulsivamente até 15 de fevereiro de 2000. Tal desapropriação se dá a fim de construir uma represa da CESP e informa que a desapropriação foi transferida para a responsabilidade do IBAMA.

TRAMITAÇÕES

Data da Tramitação: 24/01/2000 Hora da Tramitação: 08:19:07
Cadastramento: Coordenação-Geral de Assuntos Técnicos-Administrativos
IROM BEZERRA DE SOUZA
Destino: Interno para pessoa jurídica
Ministério do Meio Ambiente
Coordenação-Geral de Assuntos Técnicos-Administrativos
Encaminhamento: O próprio Data para resposta:
Despacho: Este trâmite foi gerado automaticamente pelo sistema, indicando a entrada do documento no órgão/unidade que o cadastrou.

De ordem,
Ao IBAMA.
Em 24.1.2000.
P/Professora.

Suely Sampur
Coordenadora de Apoio
Técnico-Administrativo/GM

04

MMA - IBAMA
Documento
10100.000275/00-61
GABIN

Data: 26/01/00 Prazo: / /

EM BRANCO

EM BRANCO

Descalvado, 17 de janeiro de 2000.

Ilmo. Sr. Ministro

José Sarney Filho

MMA: Protocolo GABIN	
Nº 000498	2000
DATA 24/01/2000	RUBRICA <i>[assinatura]</i>

Fis.: 1683
Proc.: 1247/92
Rubr.: <i>lm.</i>

Is 1732
Proc. 1247/92
Rubr. <i>Raquel</i>


Jupiá é uma vila do município de Três Lagoas-MS., com trezentas famílias e 100 (cem) Ranchos de pesca na barranca do Rio Paraná. O turismo interno progressa rapidamente com milhares de visitantes anuais que facilitam o sustento de centenas de famílias outrora pescadores profissionais e, indiretamente, promove o desenvolvimento de negócios e atividades comerciais de Hotelaria e outras afins.

Os Ranchos anexos à vila gozam de iluminação, água encanada e recolhimento municipal de lixo em razão do pagamento de IPTU já que situados em Terreno urbano.

A construção de uma represa da CESP está a promover uma elevação do nível médio do Rio em torno de 1,50 m o que é totalmente insuficiente para causar dano a qualquer edificação. No mês passado recebemos intimação oral de ceder nossos ranchos a CESP mediante pagamento de valor decidido pela mesma ou seríamos desapropriados compulsivamente até 15 de Fevereiro 2000. Foi aquela correria.

Agora nos é comunicado que tal desapropriação foi transferida para a responsabilidade do IBAMA, Órgão que Vossa Senhoria comanda.

Na expectativa de que o bom senso tradicional de Vossa Senhoria e de sua família se



EM BRANCO

Is. 1733
Proc. 1247/92
Rubr. Raquel

imponha, pedimos que considere a medida acima que, se efetivada, trará a centenas de famílias de Jupia desemprego e infelicidades sem conta.

Fis.: 1684
Proc. 1247/92
Rubr. dm.

Agradeço antecipadamente sua resposta no sentido de que seja esclarecida a real situação atual de nossas propriedades em relação a qualquer eventual processo desapropriatório. Se tal processo é realmente necessário? Em sendo necessário, deverá inevitavelmente abranger a pequena área urbana ora em tela? A imensa área rural nessas cercanias já não atingiria o objetivo ambiental procurado?

No aguardo sereno e sem mais
por hora,



JULIO VAZQUEZ VAZQUEZ

...a
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..
... ..
... ..
... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

... ..
... ..

EM BRANCO





DOCUMENTO

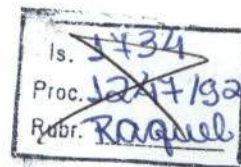
Nº Documento : 10100.000351/00

Nº Original : 332/00

Interessado : COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

Data : 31/01/2000

Assunto : REITERAÇÃO DE SOLICITAÇÃO SOBRE QUESTÕES AFETAS À UHE ENG. SÉRGIO MOTA ENCHIMENTO NA 2ª FASE.



Protocolo
IBAMA/DIRCOF
Nº 460/2000
Data: 01.02.2000
Recebido: *[assinatura]*

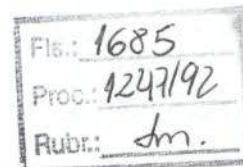
ANDAMENTO

De : GABIN

Para : DIRCOF

Data de Andamento: 31/01/2000 10:35:00

Observação: PARA AS PROVIDÊNCIAS PERTINENTES.



176
Recebido
01/02/2000
Assinatura
[assinatura]
IBAMA

Assinatura da Chefia do(a) GABIN
Cleozera Calazans Bueno Ribeiro
Chefe do Gabinete
IBAMA

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

De ordem

do Diretor

Para informar.

01.02.00

Deyse Rocha Corrêa
Coordenadora
IBAMA/DEA/GAB

À Dra Moirica,
Para preparar
resposta.

Em 06/2/2000

Derlei

Derlei Lopes Rosado
Gerente de Área
IBAMA/DIRCOF/DEREL/DIAP

172
Recbido
17/02/2000
Assinatura
IBAMA

CESPCompanhia
Energética de
São PauloIs. ~~1435~~
Proc. ~~1247/92~~
Rubr. *Raquel*

São Paulo, 28 de Janeiro de 2000.

MPL/334/00

Fls.: 1686
Proc.: 1247/92
Rubr.: *Am.*

Para : Dra Marília Marreco Cerqueira
Empresa : IBAMA
Fax nº : (067) 322-1058

De : Dr. Daniel Antonio Salati Marcondes
Empresa : CESP - Diretoria de Meio Ambiente
Fax nº : (011) 259-4639

**Assunto : Reiteração de solicitação sobre questões afetas à UHE Eng Sérgio Motta
Enchimento na 2ª Fase**

Vimos solicitar à V.S., manifestação sobre as questões abaixo relacionadas, que já foram encaminhadas à esse IBAMA, em mais de uma oportunidade, permanecendo sem resposta até o presente:

Proposta para a Manutenção dos Ranchos de Pesca e Lazer do Município de Castilho - SP

A proposta foi encaminhada para apreciação pela CT/M/4388/98, em 28/10/98, sendo que, posteriormente, reiteramos pedido de análise pelas CT/M/662/99, em 24/2/99; CT/M/2196/99, em 7/6/99; CT/M/3703/99, em 4/10/99 e por Fax em 17.11.99.

Solicitamos incluir nessa proposta, a manutenção dos Ranchos de Pesca e Lazer do Município de Três Lagoas - MS, pois os mesmos se encontram em idêntica situação. Os Ranchos de Castilho - SP, o que já foi descrito e enviado à esse IBAMA, conforme acima informado

Proposta para Exploração de Argila para a continuidade da atividade ceramista, no Polo de Três Lagoas - MS

Foi enviado pela CT/M/874/99, em 9/3/99, o Relatório Técnico MPP-PP-PR-RE-030-98, sobre os trabalhos de identificação e prospecção geológica de cinco áreas com ocorrência de argila e reiterado o pedido de análise pelas CT/M/2196/99, em 7/6/99; CT/M/3703/99, em 4/10/99 e por FAX em 17/11/999.

*14*MMA - IBAMA
Documento

10100.000351/00-47

GABIN

Data: 31/01/00 Prazo: / /

EM BRANCO

-DIR. MEIO AMBIENTE D

PHONE NO. : 55 011 2594639

Fls.	1735-4
Proc.	1247/92
Rubr.	Raquel

JAN. 31 2000 08:44AM P2



Companhia
Energética de
São Paulo

Fls.:	1687
Proc.:	1247/92
Rubr.:	Sm.

Rogamos que a apreciação das referidas questões seja feita o mais breve possível, a fim de permitir que os encaminhamentos e ações necessárias sejam realizados a tempo, evitando o comprometimento do cronograma, para o enchimento da 2ª fase.

No aguardo de manifestação, aproveitamos o ensejo para renovar nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,



Daniel Antonio Salati Marcondes
Diretor de Meio Ambiente

EM BRANCO



DOCUMENTO

Nº Documento : 10100.000440/00

Nº Original : S/Nº

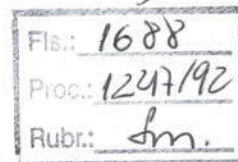
Interessado : ASSESSORIA PARLAMENTAR

Data : 04/02/2000

Assunto : REF: AUDDIÊNCIA COM O SENHOR MINISTRO, O SENADOR RAMEZ TEBET, (PMDB/MS) E O DEPUTADO MALULY NETTO (PFL/SP), SOLICITA AGILIDADE NO PROCESSO DE PERMANÊNCIA DOS RANCHOS À MARGEM DE REPRESA, NO MUNICÍPIO DE CASTLHO/SP.



Protocolo
IBAMA/DIRCO
Nº 593/00
Data: 04.02.00
Recebido: *Am. p.*



ANDAMENTO

De : GABIN

Para : DIRCOF

Data de Andamento: 04/02/2000 14:27:00

Observação: DE ORDEM, À DRª GISELA PARA PROVIDÊNCIA INFORMAÇÃO A PRESIDENTE.

235
Recebido
07/02/2000
Assinatura
IBAMA

Assinatura da Chefia do(a) GABIN
Glauco Galvarros Bueno Ribeiro
Chefe do Gabinete
IBAMA

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

URGENTE

De ordem,

ao DEREC

Para preparar
informação,
tendo em vista
a reunião agenda-
da pela Presidência
com o Sr. Senador,
para a dia 11.02.00
às 11 horas.

07.02.00
Dayse Rocha Corrêa
Coordenadora
ISAMA/PC/MS
[Assinatura]



**Ministério do Meio Ambiente
Assessoria Parlamentar**

Dra. Gisela

Fls.	5434
Proc.	1247/92
Rubr.	<i>Raquel</i>

MMA - IBAMA
Documento
10100.000440/00-75
GABIN
Data: 4/2/00 Prazo: 1/1/

**Nota
02/02/2000**

Fls.	1689
Proc.	1247/92
Rubr.	<i>Sm.</i>

De: Irismar Naves Mendes
Chefe da Assessoria Parlamentar

Para: Magno Bacelar
Chefe de Gabinete do Ministro

Por ocasião de audiência com o Senhor Ministro, o Senador Ramez Tebet (PMDB/MS) e o Deputado Maluly Netto (PFL/SP), solicitaram agilidade no processo de permanência dos ranchos à margem de represa, no Município de Castilho/SP.

O Senhor Ministro recebeu informações da área técnica do Ibama de que tal procedimento não iria ocorrer. Entretanto, a Procuradoria-Geral daquele Instituto emitiu parecer contrário.

Os parlamentares cobram solução imediata, uma vez que a CESP ameaça a derrubada dos ranchos.

Sugiro comunicar o ocorrido à Presidência do Ibama, determinando que a mesma mantenha contato junto à CESP, no sentido de serem tomadas providências necessárias à resolução do problema.

Je ordon
p. 1/16 6156

7/7 providențelor
informații în
spa. Peridinte

03/10/2000
E. I. I.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Fls. 1738
Proc. 1247192
Rubr. Raquel
Fls. 1690
Proc. 1247192
Rubr. dmi

MEMO CIRCULAR Nº 01.013/2000/IBAMA/DCA

Brasília-DF, 09 de março de 2000.

Ao: Representante do IBAMA no Estado de São Paulo
Dr. ANTÔNIO RUBENS COSTA DE LARA

Cumprimentando Vossa Senhoria, informamos que, no período de 13 a 17 de março do corrente ano, será realizada vistoria técnica a área da UHE Engenheiro Sérgio Motta, localizada na divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Para tanto, encaminhamos, em anexo, a programação de viagem e convidamos essa Representação Estadual a participar dos trabalhos. Ressaltamos que as respectivas despesas deverão ser de responsabilidade dessa Representação.

Atenciosamente,

ORIGINAL FOI ASSINADO

Gisela Damm Forattini
Diretoria de Controle Ambiental
Diretora

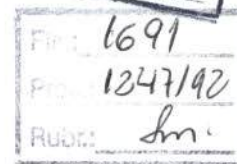
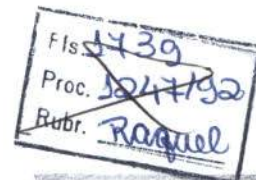
FAX TRANSMITIDO EM:
10/03/99
AS 16:10 H
RESPONSÁVEL:
Munio
FAX Nº 11-881 8599

EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS



OFÍCIO CIRCULAR Nº 01.013/2000 - IBAMA/DCA

Brasília/DF, 09 de março de 2000.

Senhor Diretor,

Cumprimentando Vossa Senhoria, informamos que, no período de 13 a 17 de março do corrente ano, será realizada vistoria técnica à área da UHE Engenheiro Sérgio Motta, localizada na divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Para tanto, encaminhamos, em anexo, a programação de viagem e convidamos essa Secretaria a participar dos respectivos trabalhos.

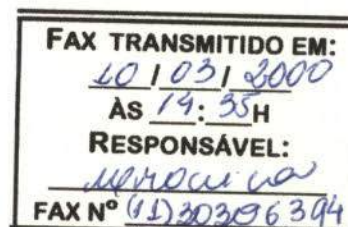
Atenciosamente,

Gisela Damm Forattini
Diretoria de Controle Ambiental
Diretora

A Sua Senhoria, o Senhor
JOÃO ROBERTO RODRIGUES
Diretor do DAIA - Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo - SMA
Rua Nicolau Gagliard, 401 - Alto de Pinheiro
05.429-010 - São Paulo

Fax: 011.3030.6394/6879/6177

G:\DCA00\OFICIO\OEMAS_PP.DCC



EM BRANCO

PROGRAMAÇÃO DE VISTORIA - UHE Engenheiro Sérgio Motta

Fis.	1740
Proc.	1247/92
Rubr.	Raquel

Fis.:	1692
Proc.	1247/92
Rubr.:	dm.

SÃO PAULO/MATO GROSSO DO SUL

- Chegada a Presidente Prudente dia 13/03, às 19:36 H
- Deslocamento para Presidente Epitácio dia 14/03, às 7:30 H
- Retorno a Presidente Prudente (Bióloga Silvia Guedes dia 15/03, voo para Brasília confirmado para 15:40 h, e demais técnicos no dia 17/03, voo para Brasília confirmado para 15:40 h)

ÁREAS A SEREM VISTORIADAS NO PERÍODO DE 14 A 17/03

Meio Biótico

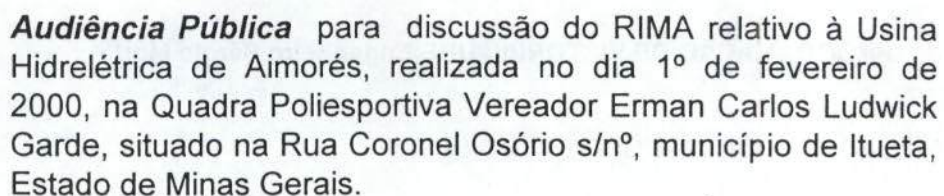
- Sobrevôo à área do empreendimento
- banco de germoplasma
- bases de resgate e áreas de soltura
- Fazendas Cizalpina e Beira Rio
- áreas já reflorestadas
- locais de armazenamento do material lenhoso
- áreas a serem suprimidas (cotas 257 e 259)
- limites da cota 259 m
- Unidades de Conservação
- Áreas a serem desmatadas em Mato Grosso e São Paulo
- reunião para discutir questões referentes a UC, Programa de Fauna e Flora, desmatamento e sistema de transposição

Meio Físico

- canteiros de obras, áreas de empréstimo e preservação permanente
- tratamento das encostas do reservatório, margens dos ribeirões, de Presidente Epitácio, etc., até a cota 259 m
- reunião para discutir os relatórios conclusivos de implantação/monitoramento dos programas ambientais: controle de erosão e assoreamento (inclusive paredão das araras), proteção das encostas marginais, do monitoramento da elevação do nível do lençol freático, de recuperação das áreas degradadas e monitoramento da qualidade da água

Meio Sócio-Econômico

- reassentamentos urbanos, rurais
- energia elétrica em Aruana e Santa Ana
- Oleiros de Bataguassu e Nova Porto XV, estoques de Paulicéia, Panorama, Ouro Verde e Castilho
- projeto agropecuário dos oleiros de Anaurilândia
- relocação das áreas de lazer em Panorama e Presidente Epitácio
- implantação das áreas de lazer em Anaurilândia, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Três Lagoas e Paulicéia
- sistema de tratamento de esgoto de Panorama
- infra-estrutura portuária de Presidente Epitácio e Panorama
- colônias de pescadores, ranchos e pontos de pesca

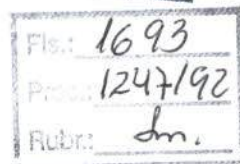
**NOME:**

IDENTIDADE:

ENDEREÇO/TELEFONE:

ÓRGÃO:

PERGUNTAS:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

OFÍCIO CIRCULAR Nº 013/2000 - IBAMA/DCA

Brasília/DF, 09 de março de 2000.

Senhora Coordenadora,

Cumprimentando Vossa Senhoria, informamos que, no período de 13 a 17 de março do corrente ano, será realizada vistoria técnica à área da UHE Engenheiro Sérgio Motta, localizada na divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Para tanto, encaminhamos, em anexo, a programação de viagem e convidamos essa Fundação a participar dos respectivos trabalhos.

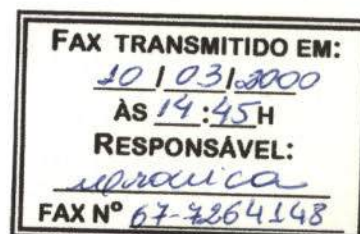
Atenciosamente,

Gisela Damm Forattini
Diretoria de Controle Ambiental
Diretora

A Sua Senhoria, a Senhora
ZULEIDE TOMIKO KATAYAMA
Coordenadora de Licenciamento e Fiscalização
Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEMAP
Parque dos Poderes Bloco 12
79.031-902 - Campo Grande/MS

Fax: 067.726-4148 - 726.4045

G:\DCA00\OFICIO\OEMAS_PP.DOC



EM BRANCO

LINEAR Comunicação e Publicidade Fone/Fax: 225 3566 226 3007	MEIO AMBIENTE		
	JORNAL: HOJE EM DIA - MG		
	DATA: 08 MAR 2000	PAG: 6	CADERNO ECONOMIA

Venda de hidrelétrica depende do Ibama

SÃO PAULO - O processo de privatização da Companhia de Geração do Paraná está esperando decisão da Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para que possa encher um pouco mais o lago da Hidrelétrica Ministro Sérgio Motta, conhecida como Hidrelétrica de Porto Primavera, e com isso instalar novas turbinas. Se o Ibama aprovar, o processo de privatização terá prosseguimento e ela será vendida com uma dívida de R\$ 8,5 bilhões.

Segundo o secretário de Energia do Estado, Mauro Arce, a intenção é privatizar a Cesp Geração do Paraná na segunda quinzena de agosto. De acordo com ele, há muitas companhias interessadas, nacionais e internacionais. A Cesp Paraná, uma companhia geradora de energia elétrica com sete hidrelétricas que tem um potencial de produzir 7 mil mega-

watts, ao ser vendida estará levando dívida de R\$ 8,5 bilhões. Em 2001, o comprador deverá resgatar R\$ 1 bilhão ou renegociar com os credores. Mesmo assim, várias companhias internacionais, como a Duke, Enron, AES além do grupo nacional VBC estão interessados na compra da empresa.

Por causa desta dívida a Cesp Paraná não foi cindida. A questão é como cindir uma dívida deste tamanho, sendo que pelo menos 30% dela é causada pela Hidrelétrica de Porto Primavera, que demorou 15 anos para ser construída. Cerca de R\$ 7,5 bilhões deverão ser pagos em um prazo de 20 a 25 anos. Por causa desta dívida é que o governador Mário Covas preferiu privatizá-la de uma só vez. A Cesp Paraná inclui as hidrelétricas de Jaguari, Três Irmãos, Jupia, Porto Primavera, Ilha Solteira, Barragem Paraitinga e Paraibuna.

Fls. 1412
Proc. 1247/92
Rubr. Raquel

Fls. 1694
Proc. 1247/92
Rubr. Sm.

EM BRANCO



DOCUMENTO

Fls. ~~1743~~
Proc. ~~1241/92~~
Rubr. *Raquel*

Fls.: 1695
Proc.: 1241/92
Rubr.: *fm*

Nº Documento : 10100.004077/99

Nº Original : 01.288/99

Interessado : DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL

Data : 27/08/99

Assunto : DERRUBADA DAS INSTALAÇÕES E RANCHOS EXISTENTES JUNTO AO LAGO DA UHE
PORTO PRIMAVERA. C/ ANEXO.

ANDAMENTO

De : GABIN

Para : DIRCOF

Data de Andamento: 27/08/99 11:46:00

Observação: À DRA. GISELA, CONFORME DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE.

Assinatura da Chefia do(a) GABIN

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

[Assinatura]

Assinatura e Carimbo

Eleonora Cabral de Sousa Ribeiro
Chefe do Gabinete
IBAMA

*Ao DEREL
Acertar reunião com
a PROGE.*

[Assinatura]
Gisela Damm Forattini
Diretoria de Controle Ambiental
Diretora
IBAMA

OBS:

22/08/99

Solicitamos o seu posicionamento/posição face ao parecer técnico e o parecer da PROGE que sugere a derruba da sumária das edificações que

Dra. Gisela / DIRECOP.

Recomendo reunião
DIRECOP / PROGE para
• acertarem posição. Pegar
como exemplo a questão
de mineração em áreas de
preservação permanente (utilidade
de pública)

M. Cerqueira -

Marília Marreco Cerqueira
Presidente do IBAMA

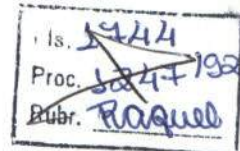
26.08.99

Marília Marreco Cerqueira

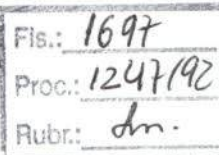
EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL



MEMO Nº 01.288 /99- IBAMA/DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL



MMA - IBAMA

Documento

10100.004077/99-33

GABIN

Data: 27/8/99 Prazo: ___/___/___

Brasília-DF, 26 de agosto de 1999.

À Sra. Presidente do IBAMA

Assunto: Derrubada das instalações e ranchos existentes junto ao lago
da UHE Porto Primavera

- Considerando que o licenciamento ambiental procedido para a UHE Porto Primavera observou os procedimentos técnicos, administrativos e legais pertinentes;
- considerando que as edificações e sítios existentes são anteriores à implantação da hidrelétrica, não se caracterizando, à época, nenhuma intervenção procedida em áreas cuja vegetação fosse considerada de preservação permanente;
- considerando que a partir do enchimento do reservatório muitas construções ficaram situadas em faixas inferiores a cem metros da represa (área de preservação permanente);
- considerando que a permanência dos sítios e edificações em questão, em área considerada de preservação permanente, além de não estarem implicando em supressão daquela vegetação protegida por lei, verdade é que - conforme resta provado pela documentação fotográfica constante do respectivo processo, bem como constatado através de vistorias técnicas realizadas -, verifica-se que em diversas propriedades foi promovido um efetivo plantio de mudas, gerando enriquecimento da cobertura vegetal, naquela região, constituída em grande parte por antigas pastagens;
- considerando que não há qualquer interesse local contrário à manutenção dos sítios de lazer em questão, o que foi confirmado em recente visita de lideranças locais, inclusive do Prefeito de Castilho, recebido pelo Dr. Rômulo em 18 de agosto p. p. e, considerando ainda que a retirada das edificações existentes ao redor da represa, representaria um grave precedente com relação à ocorrência de centenas de situações semelhantes em todo país, a exemplo das inúmeras casas construídas ao redor do Lago do Paranoá, em Brasília,



EM BRANCO

Fls.: 1698
Proc.: 1247/92
Rubr.: In.

Fls. 5745
Proc. 1247/92
Rubr. Raquel

concluimos que:

- não se justifica nenhuma ação deste Instituto no sentido de derrubada ou retirada das instalações e ranchos já existentes;
- deverá o IBAMA, através das respectivas Representações Estaduais, intensificar as atividades de fiscalização, coibindo as eventuais instalações que venham a se implantar em áreas cuja vegetação esteja sujeita ao regime de preservação permanente;
- nos casos de atividades de exploração de argila já existentes, que estão situadas em área de preservação permanente, deverão ter a respectiva licença ambiental concedida pelo órgão estadual de meio ambiente e o correspondente registro do DNPM para exploração de mineral de Classe II, além da autorização deste Instituto, o que deverá ser objeto de urgente vistoria e adoção das medidas pertinentes.

Atenciosamente,



Gisela Damm Forattini
Diretoria de Controle Ambiental
Diretora



EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fls.	1746
Proc.	124792
Assin.	Raquel

Fls.:	1699
Proc.:	124792
Rubr.:	Im

Dr. Berley

Consideramos urgente a decisão do IBAMA quanto à permanência dos Ranchos de Pesca e Lazer de Pastilha/SP e à exploração de jazidas de argila em Área de Preservação Permanente - APP do reservatório da UHE Porto Primavera.

Para subsidiar a decisão encaminhamos, em anexo, os Pareceres Técnico e Jurídico sobre a questão.

13/08/99

Dione A. J. Lôrte

Dione Angélica de Araújo Côrte

Chefe de Divisão

IBAMA / DIRPE / PALA / PSL

Portaria n.º 1.833/97-P, de 22/12/97

ao Dr. Rodney,
Conforme sua solicitação, segue para seu conhecimento e encaminhamento ao GAB/DIRECOF. e posterior orientação.

Em, 13/8/99

Rosado

Derlei Lopes Rosado

Chefe da Divisão de Avaliação de Projetos

IBAMA DIRECOF DIREL/DIAP

A Dra. Gisela

Sugiro que seja dado conhecimento desta questão à Sr. Presidente do IBAMA para decisão institucional, haja vista a existência de divergência entre as áreas técnica e jurídica deste Instituto. Vale lembrar que é a água que se aproximou dos Ranchos (antigos no local) e não o contrário.

Em 18.08.99

Rodney Ritter Morgado

Chefe do DEREL

Interino

14/05/2014

EM BRANCO

1447
Proc. 1247/92
Rubr. Raquel

Subsídio à decisão do IBAMA quanto à permanência dos Ranchos de Pesca e Lazer de Castilho/SP e à exploração de jazidas de argila em Área de Preservação Permanente - APP do reservatório da UHE Porto Primavera.

Brasília-DF, 13 de agosto de 1999.

OS FATOS

- A CESP consultou o IBAMA sobre a possibilidade da permanência dos Ranchos de Pesca e Lazer de Castilho/SP e a exploração de jazidas de argila em Área de Preservação Permanente - APP do reservatório da UHE Porto Primavera.
- A equipe técnica manifestou-se favorável, tecnicamente, ao pleito pelas razões expostas no PARECER nº 96/99 - IBAMA/DIRPED/PALA/PSL, de 14/06/99, desde que fossem tomadas as providências também mencionadas no Parecer, mas sugeriu que a questão fosse analisada juridicamente.
- A PROGE informou através da Informação PROGE nº 887/99, de 23/07/99 que não existe amparo legal para o exercício das atividades em área de preservação permanente, não havendo como embasar esta decisão juridicamente.

CONSEQUÊNCIAS DA DECISÃO SUGERIDA PELA PROGE:

- Fls.: 1700
Proc.: 1247/92
Rubr.: dm.
1. Quanto aos Ranchos de Pesca e Lazer (216 propriedades)
 - forte pressão da população que ocupa a área há muitos anos e não tem interesse em sair dali;
 - várias famílias de caseiros, sem residência e emprego;
 - abre-se um precedente, onde, teoricamente, o IBAMA deveria, a partir de então, solicitar a remoção de inúmeras atividades similares que hoje ocupam, ilegalmente, as margens de reservatórios no país;
 - mas, estaríamos cumprindo o que preconiza a legislação.
 2. Quanto às jazidas de argila de Três Lagoas/MS
 - a atividade ceramista na região seria extinta, pois esta é a única jazida remanescente;
 - a CESP teria que indenizar o setor por suas perdas, que, no entanto, poderá, ilegalmente, continuar explorando a argila em APP;
 - o IBAMA deveria assumir a mesma atitude impedindo que a atividade seja exercida em APP nos vários outros municípios que margeiam o rio Paraná;
 - mas estaríamos cumprindo a lei.

CONSEQUÊNCIAS DA DECISÃO DE ACEITAR O PLEITO DA CESP

1. Quanto aos Ranchos de Pesca e Lazer
 - estaríamos privilegiando "infratores" que ocupam APP, ilegalmente;
 - o precedente aberto, dá margem à solicitação de regularização das inúmeras atividades que hoje são exercidas ilegalmente em APP, fato este desejado por grande parte da sociedade que margeia reservatórios;
 - geração de empregos, desenvolvimento do turismo;
 - mas ... estaríamos agindo sem amparo legal.
2. Quanto às jazidas de argila de Três Lagoas
 - manutenção da atividade ceramista;
 - geração de emprego e renda;
 - regularização de atividade praticada ilegalmente;
 - mas ... estaríamos sem base jurídica para apoiar esta decisão.

EM BRANCO

OBSERVAÇÃO:

Fls:	1701
Proc:	1247/92
Rubr:	Ln.

Fls:	1748
Proc:	1247/92
Rubr:	Raquel

A Medida Provisória nº 1885 - 39, de 28/07/99 que dá nova redação aos artigos 3º e 44 da Lei nº 4771/65, que não foi considerada no Parecer PROGE nº 887/99, dá uma abertura para o uso de áreas com vegetação de preservação permanente quando preconiza que:

"A supressão total ou parcial de florestas e de mais formas de vegetação permanente ... somente será admitida quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de atividade pública ou interesse social ..."

As atividades em questão (ranchos de lazer e exploração de argila) não foram declaradas de utilidade pública, mas acreditamos que, pelo menos a exploração de argila que é responsável pelo desenvolvimento de um setor econômico da região, poderia sê-lo.

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE INCENTIVO À PESQUISA E DIVULGAÇÃO - DIRPED
PROGRAMA DE ANÁLISE E LICENCIAMENTO AMBIENTAL - PALA
PROJETO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO - PSL

Fls. 1702
Proc. 1247/92
Rubr. Sm.

Fls. 1449
Proc. 1247/92
Rubr. Raquel

PARECER Nº96 /99 - IBAMA/DIRPED/PALA/PSL

Brasília, 14 de junho de 1999

Dos técnicos: Alarico Antônio.C.Jácomo
Maria de Lourdes Monte de Oliveira
Sílvia Regina Alvarez Guedes

Para: Dione Angélica Araújo Côrte

Assunto: Permanência dos Ranchos de Pesca e Lazer de Castilho/SP e exploração de jazidas de argila em Área de Preservação Permanente do reservatório da UHE Porto Primavera

I INTRODUÇÃO

A Usina de Porto Primavera, localizada no rio Paraná, possui Licença de Operação para operar com o reservatório na cota 253,00m e continua a implantar os programas ambientais com vistas a receber a Licença de Operação para operar com o reservatório atingindo a cota 257/259,00m conforme previsto em projeto.

A área a ser desapropriada para formação do reservatório foi definida por um decreto antigo, o qual não tivemos acesso, e que foi, recentemente substituído pela Resolução nº 30, de 24/02/99, da Agência Nacional de energia Elétrica - ANEEL, em anexo. Esta resolução declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Energética de São Paulo - CESP, uma área de aproximadamente 62.855ha para implantação da 2ª etapa da UHE Porto Primavera.

Esta área é definida estabelecendo-se uma cota de desapropriação variada, conforme pode-se verificar na referida resolução. Em muitos pontos, esta cota de desapropriação foi definida como 259,00+50,00m/horiz., sendo que a partir da região do Rio Pardo esta cota foi subindo gradativamente a montante, até a cota máxima de 262,80m, no divisor dos municípios de Santa Mercedes e Panorama.

Esta área de desapropriação, assim definida, gerou espaços diferenciados no entorno imediato do reservatório. Em alguns casos, a faixa de preservação permanente, prevista na legislação como sendo de 100,00m, devido à declividade natural do terreno, foi totalmente desapropriada. Em outros, a faixa desapropriada se restringiu a uma pequena margem de segurança.

Assim sendo, percebe-se no entorno do reservatório, várias situações distintas, como por exemplo:

- parte da cidade de Presidente Epitácio, encontra-se às margens do reservatório;
- algumas casas de lazer ou de fazendas, foram desapropriadas, sendo que outras, mesmo se localizando na mesma distância horizontal do reservatório, não o foram, pois se localizavam numa cota acima daquela definida para desapropriação;

SECRET
INFORME DE REVISÃO DE PROJETO DE LEI Nº 1.234, DE 1964
DO SENADO DA REPÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 1.234, DE 1964

Artigo 1º - Fica instituído o

Artigo 2º - Fica instituído o

Artigo 3º - Fica instituído o

INTRODUÇÃO

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir o

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir o

EM BRANCO

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir o

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir o

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir o

- a esta área desapropriada, foi incorporada como de preservação e devidamente desapropriada, por exemplo, a Fazenda Cisalpina (aproximadamente 10.000ha), adquirida para ser um dos refúgios para a fauna oriunda do resgate.

Nesta fase do licenciamento, a CESP consultou este Instituto, sobre duas situações inerentes à faixa ciliar de preservação permanente:

1. a permanência dos ranchos de pesca e lazer de Castilho/SP; e
2. permanência de jazidas de exploração de argila no município de Três Lagoas/MS.

1. Ranchos de Pesca e Lazer de Castilho/SP.

A CESP consultou o IBAMA, em 28/10/98, reiterando a solicitação em 24/02/99, sobre a permanência dos denominados Ranchos de Pesca e Lazer de Castilho. Conforme documento anexo, tratam-se de 216 propriedades localizadas nas margens do rio Paraná, que, embora estejam localizadas na cota prevista para desapropriação, não serão inundadas pelo enchimento do reservatório. Destes, apenas 31 ranchos estarão sujeitos a inundações periódicas, por períodos inferiores a 5% do tempo, condição esta, já existente hoje e não decorrente do enchimento do reservatório, mas das enchentes naturais do rio.

Na verdade, conforme pode-se verificar nas fotos constantes às folhas 1.404 a 1.410 do presente processo, embora as residências ali instaladas sejam denominadas de ranchos, são casas de lazer de padrão médio/alto, ocupadas nos finais de semana por moradores do próprio município e municípios vizinhos. Grande parte destas casas possuem caseiros que ali residem permanentemente.

Conforme pode-se verificar nos documentos constantes às folhas 1.496 a 1.537, existe grande interesse por parte da comunidade e da Prefeitura Municipal de Três Lagoas na permanência dos citados ranchos.

No sentido de atender a esta solicitação, a CESP propõe, ao invés da desapropriação, realizar um acordo de "servidão de uso", permitindo a utilização dessas propriedades após a formação do reservatório.

Na área atingida existem as fossas sanitárias que devem ser objeto de cuidados, já que são responsáveis pelo risco de transmissão de doenças, ou contaminação de poços de abastecimento. As residências aí existentes apresentam um sistema de abastecimento baseado na captação de água subterrânea e um sistema de esgoto utilizando-se de fossas sanitárias. O problema de contaminação do aquífero ou desmonoramento de poços de abastecimento poderá ocorrer com a elevação do nível do lençol freático. Assim sugere-se o acompanhamento dos efeitos do lençol freático, e apresentação de propostas de medidas mitigadoras para minimizar os impactos previstos.

2. Jazidas de exploração de argila no município de Três Lagoas/MS.

Para continuidade da atividade ceramista no município de Três Lagoas, a CESP, de acordo com o previsto no EIA/RIMA, está promovendo a formação de estoques de argila para 8 anos de consumo. Para proporcionar a continuidade da atividade após o término dos estoques foi realizado um amplo estudo de prospeção geológica no município visando descobrir e quantificar novas jazidas.

Assim, foram identificadas apenas cinco áreas potencialmente interessantes para garantir a continuidade da atividade de maneira economicamente viável. Porém, estas áreas se localizam na área de preservação permanente do reservatório e a CESP solicitou ao IBAMA, em 09/03/99, a autorização para exploração destas jazidas. Entretanto, julgamos ser necessário a regularização junto ao DNPM, visando legalizar a exploração do material argiloso.

EM BRANCO

Fls.: 1704
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

Fls.: 1751
Proc.: 1247/92
Rubr.: Raquel

3. Posicionamento técnico

Quanto à permanência dos ranchos de Castilho, entendemos que, tecnicamente, é aconselhável a permanência dos mesmos na área onde se encontram, pelas seguintes razões:

- estão localizados na região há muitos anos;
- a atividade de lazer ali praticada gera emprego e renda para o município e poderá ser potencializada com a formação do reservatório;
- a mata ciliar no entorno das residências encontra-se melhor preservada do que em áreas não ocupadas por residências, onde a mata ciliar foi devastada dando lugar a pastagens.

Contudo, deverão ser tomadas as seguintes providências:

- realizar levantamento criterioso no sentido de identificar as residências que não serão afetadas pelo enchimento do reservatório, no sentido de garantir a segurança dos seus moradores;
- identificar e propor soluções para os problemas de saneamento básico;
- não sejam permitidas novas construções na área.
- realizar monitoramento do lençol freático e sua influência nas fossas, e apresentar medidas mitigadoras.
- indenizar as propriedades que serão inundadas.
- implantar o reflorestamento ciliar nas propriedades remanescentes, conforme previsto na proposta da CESP.
- propor medidas de educação ambiental, com a finalidade de garantia da manutenção da mata ciliar.

Quanto à exploração de jazidas de argila na área de preservação permanente do reservatório, também somos favoráveis, tecnicamente, à sua exploração, baseando-se nas seguintes premissas:

- são as únicas jazidas existentes para garantir a continuidade da atividade no município, ressaltando que a mesma é de grande importância na economia regional;
- as antigas jazidas também se localizavam às margens do rio Paraná;

Contudo, a CESP deverá tomar providências no sentido de garantir a recuperação das áreas, após término da exploração das jazidas, que deverão ser devidamente licenciadas pelo órgão competente.

4. Conclusão:

Portanto, tecnicamente, somos favoráveis ao pleito da CESP. Porém, sugerimos encaminhar à PROGE, no sentido de verificar a possibilidade de exploração da jazida de argila, bem como da permanência das propriedades na faixa de preservação permanente.

Silvia Regina Oliveira
Silvia Regina A. Oliveira
BIOLOGA - REG. 00773/84

Maria de Lóides Monte de Oliveira
Geógrafa
IBAMA/DIRPEO/PALA/PSL

Atílio Antônio Celestino de Sá
Biólogo - REG. 00773/84
Geógrafo

De acordo

Diene A. A. Corte 15/06/99
Diene Angélica de Araújo Corte
Chefe do 1º
134 M-101RPE1 / L
Fortaria n.º 1.833/97-P, de 22/12/97

EM BRANCO

Fis. ~~1752~~
Proc. ~~1247/92~~
Rubr. ~~Raquel~~

Fis.: 1705
Proc.: 1247/92
Rubr.: In.



INFORMAÇÃO PROGE No. 88-7/99
Processo No. 02001.001247/92-97

Brasília, 23 de junho de 1.999.

Assunto: Licenciamento Ambiental da **UHE Porto Primavera** – Vol. IV.

Senhora Chefe da Subprocuradoria de Estudos e Pareceres

Trata o presente expediente de consulta sobre a possibilidade de exploração de jazida de argila e de permanência de propriedades na faixa de preservação permanente, resultante do reservatório da **UHE Porto Primavera**.

Preliminarmente registramos que só veio a nossa análise o Volume IV do processo em referência e que, portanto, não nos foi possível fazer uma análise pormenorizada de todo o procedimento.

Vejamos, portanto, quais são os mandamentos legais atinentes ao assunto:

O Código Florestal, ao tratar da matéria o fez da seguinte forma:

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, **pelo só efeito desta Lei**, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas (g.n.):

.....

b – ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d' água naturais ou artificiais”

De outra parte, o artigo 18 da Lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, dispõe o seguinte:

h

BRASIL
1990



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
BRASÍLIA, DF, 1990

Conservação Ambiental em Litorais Urbanizados - Vol. IV

Sistema Cadeia de Suprimento de Alimentos e Nutrientes

Trata o presente expediente de consulta sobre a possibilidade de
exploração de jazidas de argila e de betão de cimento na faixa de
pressão, com base nos dados levantados no decorrer do Projeto de Pesquisa.

Previamente aos levantamentos que se vão fazer em âmbito do Volume IV
do processo em referência e que portanto não nos foi possível fazer um estudo
de viabilidade de todo o empreendimento.

Vejamos, portanto, quais são os principais pontos levantados no

EM BRANCO

O Código Florestal trata da matéria e os dados levantados

Art. 2º. Consideram-se de preservação
permanente, para os efeitos desta Lei, as
florestas e demais formas de vegetação natural
situadas (a):

a - no topo das montanhas, nas encostas ou nas
b - no entorno das lagoas, rios ou nascentes

De outra parte o artigo 18 da Lei 6.938/81 que rege a Política
Nacional do Meio Ambiente dispõe o seguinte:

“São transformadas em reservas ou estações ecológicas, sob a responsabilidade do IBAMA, as florestas e as demais formas de vegetação natural de preservação permanente, relacionadas no art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal, e os pousos das aves de arribação protegidas por convênios, acordos ou tratados assinados pelo Brasil com outras nações.

Parágrafo único. As pessoas físicas ou jurídicas que, de qualquer modo, degradarem reservas ou estações ecológicas, bem como outras áreas declaradas como de relevante interesse ecológico, estão sujeitas às penalidades previstas no art. 14 desta Lei”.

A Resolução CONAMA 04/85, fixa que:

“Art. 3º - São Reservas Ecológicas:

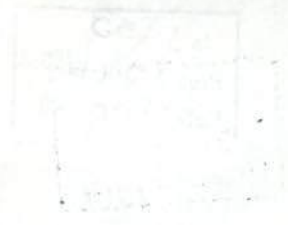
.....
b) - as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

.....
III - ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, desde o seu nível mais alto medido horizontalmente, em faixa marginal cuja largura mínima será:

- de 30 (trinta) metros para os que estejam situados em áreas urbanas;
- de 100 (cem) metros para os que estejam em áreas rurais, exceto os corpos d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;
- de 100 (cem) metros para as represas hidrelétricas”. (g.n.)

Como se vê, embora o Código Florestal não tenha especificado, qual seria a faixa ao redor de tais ocorrências, que seriam delimitadas como de preservação permanente, tendo no entanto as declarado **pelo só efeito desta Lei**, essa delimitação foi feita por intermédio da Resolução acima mencionada, ao ensejo do artigo 18 da Lei 6.938/81.

A



São transferidas em caráter de urgência, sob a responsabilidade do IBAMA, as florestas e as demais formas de vegetação natural de preservação permanente, relacionadas no art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal, e os pontos das áreas de amortecimento, protegidas por convênios, acordos, arranjos ou entendimentos com outras entidades.

Parágrafo único. As pessoas físicas ou jurídicas que, qualquer modo, tenham em posse ou usufruto, de qualquer natureza, bens ou direitos de natureza ambiental, bem como bens e direitos de natureza ambiental, de relevante interesse ecológico, estão sujeitas às penalidades previstas no art. 14 desta Lei.

A Resolução CONAMA nº 185, de 1985, que:

Art. 3º - São as Resoluções Ecológicas:

(I) - as florestas e demais formas de vegetação natural preservadas;

II - as áreas das lagoas, lagos ou reservatórios de água naturais ou artificiais, desde que não tenham sido modificados horizontalmente, em forma permanente ou temporária;

EM BRANCO

III - as áreas (menos parte de que seja o canal principal) das lagoas, lagos ou reservatórios de água naturais ou artificiais, desde que não tenham sido modificados horizontalmente, em forma permanente ou temporária;

IV - as áreas (menos parte de que seja o canal principal) das lagoas, lagos ou reservatórios de água naturais ou artificiais, desde que não tenham sido modificados horizontalmente, em forma permanente ou temporária;

V - as áreas (menos parte de que seja o canal principal) das lagoas, lagos ou reservatórios de água naturais ou artificiais, desde que não tenham sido modificados horizontalmente, em forma permanente ou temporária;

Constatado o fato de que o Conselho Nacional do Meio Ambiente, por meio de suas decisões, tem sido responsável por danos ambientais, que sejam danosos como de preservação permanente, desde que não tenham sido objeto desta Lei, esta determinação não tem por intenção a Resolução mencionada, de 1985, de nº 185.

Fls.	1707
Proc.	1247792
Rubr.	Im.

Fls.	1754
Proc.	1247792
Rubr.	Raquel

Apesar disto tudo, entendemos ser a alínea "b" do artigo 2º do Código Florestal uma norma que exige delimitação mais específica para sua correta aplicação e eficácia em face de questões controvertidas ou complexas com as quais nos deparamos quando da análise de processos de licenciamentos para tais atividades.

Exemplo disto é o objeto da consulta ora sob exame, onde mais uma vez refulge da análise que o interesse ou o embaraço está adstrito, principalmente, ao âmbito privado, quer seja, entre empreendedores e proprietários que em face da desapropriação a ser procedida e os valores a serem pagos, buscam uma forma – considerada tecnicamente viável pelo **Parecer No. 96/99 IBAMA/DIRPED/PALA/PSL, fls., 1560 a 1562** – de compatibilizar utilização e permanência em área de preservação permanente.

No entanto, ao **IBAMA**, como executor da Política Nacional do Meio Ambiente, cabe a inarredável missão de, dos processos de licenciamento ambiental, atentar para o equilíbrio ecológico.

Desta forma, embora tecnicamente aceitável, a utilização deverá, obrigatoriamente, estar em perfeita consonância com as normas legais acima mencionadas, o que não nos parece ocorrer na espécie, vez que para a exploração de jazida de argila, estar-se-á interferindo diretamente na integridade dos atributos que constituem a vegetação considerada de preservação permanente, que como a expressão está a indicar, é perene, indeterminada e não suscetível de alterações.

De igual forma a manutenção das residências, com toda sua consequência em termos espaciais, sanitários e outros, não se nos afigura amparada legalmente.

A Medida Provisória 1.736, mensalmente editada, traz uma exceção à tal regra, ao dar nova redação ao artigo 3º do Código Florestal, no entanto, não nos parece que estaria a contemplar a pretensão do empreender, vez que se assim o fosse, teria o mesmo procurado se enquadrar nas exigências ali contidas.

Assim, se a utilização pretendida não se enquadra nas disposições acima mencionadas, não vemos como embasá-la juridicamente. *A*



Apesar do fato de que, em termos de conteúdo, o documento em análise não apresenta nenhuma novidade, a análise da estrutura do documento revela que a mesma foi elaborada com base em informações de fontes não oficiais, o que pode ser observado a partir da análise da estrutura do documento, que apresenta uma organização que não corresponde à estrutura de um documento oficial.

O documento em análise é o registro da consulta ao sistema de informações da Polícia Nacional, que foi realizada em 15 de março de 2011, com o objetivo de obter informações sobre a situação de segurança pública no país. O documento apresenta uma estrutura que não corresponde à estrutura de um documento oficial, o que pode ser observado a partir da análise da estrutura do documento, que apresenta uma organização que não corresponde à estrutura de um documento oficial.

No entanto, a análise da estrutura do documento revela que a mesma foi elaborada com base em informações de fontes não oficiais, o que pode ser observado a partir da análise da estrutura do documento, que apresenta uma organização que não corresponde à estrutura de um documento oficial.

Isso indica que o documento em análise não é um documento oficial, mas sim um documento elaborado com base em informações de fontes não oficiais, o que pode ser observado a partir da análise da estrutura do documento, que apresenta uma organização que não corresponde à estrutura de um documento oficial.

EM BRANCO

Por isso, a análise da estrutura do documento revela que a mesma foi elaborada com base em informações de fontes não oficiais, o que pode ser observado a partir da análise da estrutura do documento, que apresenta uma organização que não corresponde à estrutura de um documento oficial.

Assim, a análise da estrutura do documento revela que a mesma foi elaborada com base em informações de fontes não oficiais, o que pode ser observado a partir da análise da estrutura do documento, que apresenta uma organização que não corresponde à estrutura de um documento oficial.

Assim, a análise da estrutura do documento revela que a mesma foi elaborada com base em informações de fontes não oficiais, o que pode ser observado a partir da análise da estrutura do documento, que apresenta uma organização que não corresponde à estrutura de um documento oficial.

Fls.: 1708
Proc.: 1247/92
Rubr.: In.

Fls.: 155
Proc.: 1247/92
Rubr.: Ração

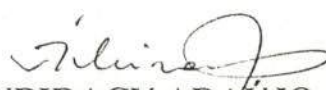
Ressaltamos, no entanto, que o CONAMA editou recentemente a **Resolução 254**, criando uma Câmara Técnica para revisão do Código Florestal e, em face disto, tal questão deveria ser suscitada àquele Conselho, para análise no âmbito da Câmara Técnica acima mencionada, a fim de verificar-se a possibilidade de dar um tratamento jurídico adequado a tal objetivo, através do instrumento legal competente.

Por último gostaríamos de registrar que causou-nos espécie a afirmação contida no **Parecer No. 96/99 IBAMA/DIRPED/PALA/PSL, fls., 1560 a 1562**, de que "...a partir da região do Rio Pardo esta cota foi subindo gradativamente a montante, até a cota máxima de 262,80m...", como se fosse uma mera referência, ao acaso, quando sabe-se que a LO expedida, autoriza a operação do reservatório na primeira fase na cota de 253,00m e, após outras exigências a serem adotadas e demonstradas, na segunda etapa, a cota será de 257/259m.

Ora, para esta Segunda etapa já se previa uma variação de 2 (dois) metros, o que não é pouco, em se tratando do volume de água e da área a ser inundada e agora, pelo que se denota do Parecer referenciado, a variação ainda sofreria um acréscimo de quase 4 (quatro) metros, além do limite máximo anteriormente previsto.

Tal procedimento, em se verificando, além de demonstrar a falta de planejamento adequado para o projeto, irá se constituir em descumprimento da Licença de Operação emitida, sujeitando o empreendedor às sanções cíveis e administrativas constantes do artigo 14 da Lei 6.938/81 e penais, a teor do artigo 60 da Lei 9.605/98.


É o entendimento, que submetemos à consideração de V. Sa.


UBIRACY ARAÚJO
Procurador Autárquico

De acordo.

Do PALA / DIRPED.

Em 24 / 06 / 99


Conselho de Maria Jilbinges Campos
Chefe da Subprocuradoria
PROCURADOR
CAB - JF

EM BRANCO

Fls: 1709
Proc: 1247/92
Rubr: Sm.

Fls: 1756
Proc: 3247/92
Rubr: Raquel

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INFORMAÇÃO Nº 24/99 - IBAMA/DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL/DEREL

Brasília-DF, 23 de julho de 1999.

Assunto: Licenciamento Ambiental da UHE Porto Primavera

Objetivo: Esclarecer questionamento formulado pelo Procurador Autárquico, Dr. Ubiracy Araújo, na Informação PROGE nº 887/99, de 23/07/99.

Embora, tecnicamente tenhamos nos manifestado favoráveis à permanência dos ranchos de Castilho e à exploração de jazidas de argila em área de preservação permanente do reservatório da UHE Porto Primavera, a PROGE informou que não existe amparo legal para tal, não havendo como embasar esta decisão juridicamente.

Neste sentido, a Companhia Energética de São Paulo - CESP deverá ser comunicada sobre a decisão da Procuradoria Geral do IBAMA.

Contudo, gostaríamos de esclarecer alguns aspectos mencionados nos três últimos parágrafos da Informação PROGE nº 887/99, que acreditamos não foram suficientemente entendidas pelo Sr. Procurador.

1. O Parecer nº 96/99 - IBAMA/DIRPED/PALA/PSL menciona, em todo o seu conteúdo, a cota de desapropriação, que varia conforme determina a Resolução nº 30, de 24/02/99, da ANEEL.
2. Cota de desapropriação não significa cota de inundação do reservatório.
3. Com relação ao último parágrafo da Informação PROGE nº 887/99, não se trata de "falta de planejamento adequado para o projeto" e muito menos em "descumprimento da Licença de Operação emitida", vez que o projeto permanece inalterado.

Assim sendo, sugerimos encaminhar a presente Informação à PROGE, para conhecimento dos argumentos acima mencionados.

Posteriormente, sugerimos que seja comunicada à CESP a decisão tomada acerca da retirada dos ranchos de Castilho e da não aprovação da exploração de jazidas de argila, em área de preservação permanente do reservatório da UHE Porto de Primavera.

Dione A. A. Corte
Dione Angelina de Araújo Corte
Coordenadora de Licitação
IBAMA - DE - P. 1-7/SL
Portaria n.º 1.832/97-P. de 22/12/97

Elizabeth - 7822966 (67)
(Ademir)

Data

São Paulo, 4 de outubro de 1999

Ref. CESP

CESP Companhia
Energética de
São Paulo
Protocolo

CT/M/3703/99

IBAMA/DIRCOF

Nº 2477

Data: 13.10.99

Recebido *huf*

2462
RECEBI

13/10/99

aprovada
IBAMA

Fis:	1710
Proc:	1247/92
Rubr:	Im.

Fis:	1754
Proc:	1247/92
Rubr:	Raquel

Ilmo. Sr.
Dr. Rodiney Ritter Morgado
Diretoria de Controle Ambiental - DEREL
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SAIN - Av. L - 4 Norte
Edifício Sede
Brasília - DF

Prezado Senhor,

Vimos reiterar solicitação já apresentada a esse Instituto, para a emissão de parecer sobre as seguintes questões:

- Proposta para a Manutenção dos Ranchos de Pesca e Lazer do Município de Castilho - SP. A proposta foi encaminhada para apreciação pela CT/M/4388/98, em 28/10/98, sendo que, posteriormente, reiteramos pedido de análise, pela CT/M/662/99, em 24/2/99, e pela CT/M/2196/99, em 7/6/99.
- Exploração de áreas de argila para a continuidade da atividade ceramista no Pólo de Três Lagoas - MS. Foi enviado pela CT/M/874/99, em 9/3/99, o Relatório Técnico MPP-PP-PR-RE-030/98, contendo os trabalhos de identificação e prospecção geológica de cinco áreas com ocorrência de argila, e reiterado pedido de análise pela CT/M/2196/99, em 7/6/99.
- Autorização para o desmatamento de 1886,30 ha referente às áreas entre as cotas 253 e 257 m. A solicitação foi encaminhada pela CT/M/1025/99, em 19/3/99, e reiterado pedido de análise pela CT/M/2196/99, em 7/6/99. Foram enviadas informações complementares pela CT/M/3153/99, em 16/8/99.
- Levantamento da capacidade de recepção de fauna dos remanescentes florestais, na área de influência, do reservatório para a cota 257/259m. O documento foi enviado pela CT/M/1024/99, em 19/3/99, e reiterado pedido de análise, pela CT/M/2196/99, em 7/6/99.

VA
- segue -

Al. Ministro Rocha Azevedo, 25
Fone PABX: (011) 2523611
Fax: (011) 2514904
(011) 2515426
01410 - 900 São Paulo - SP

Telex: 1131004 CESP BR
1130496 CESP BR
1131930 CESP BR
1134420 CESP BR

Me orden,
A Di AP
Seli, 13/10/99

Msem

À Dra. Silvia/Aleico/
Maria de Lurdes.

Em, 13/10/99

Derodo
Derlei Lopes Rosado
Gerente da Área
IBAMA/DIROF/DERELZDIAP

Data

Ref. CESP

CT/M/3703/99

Fis.	1711
Proc.	1247/92
Rubr.	dm.


- 2 -

Fls.	3458
Proc.	1247/92
Libr.	Raquel

Considerando que os encaminhamentos e ações necessárias à implementação de cada uma das questões relacionadas requerem tempo e, com o intuito de agilizar os trabalhos, de maneira a não ocasionar atrasos no cronograma de enchimento do reservatório na cota 257/259m, previsto para maio do próximo ano, é que pedimos urgenciar esses pareceres.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossas cordiais saudações, colocando-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se fizer necessário.

Atenciosamente,


Daniel Antonio Salati Marcondes
Diretor de Meio Ambiente

EM BRANCO

3097
RECEBI

22/12/99

marcio
IBAMA

Data

São Paulo, 14 de dezembro de 1999

CESP Companhia
Energética de
São Paulo

Ref. CESP

CT/M/4594/99

Protocolo

IBAMA/DIROF

Nº 4144/99

Data: 22/12/99

Recebidor: Janne

4712
1247/92
Rubricado: Im

Fis. 1459
Proc. 524702
Rubr. Raquel

Ilma. Sra.
Dra. Gisela Damm Forattini
DD. Diretora de Controle Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SAIN - Av. L - 4 Norte
Edifício Sede
Brasília - DF


Prezada Senhora,

Com relação ao item 2.8 das condições específicas contidas na Licença de Operação nº 024/98, da UHE Eng. Sérgio Motta, sobre a localização e construção da infra-estrutura dos pontos de pesca, informamos o segue.

Foi constituída, em 3 de dezembro de 1998, uma comissão executiva composta por membros da CESP e representantes das Colônias de Pescadores de Panorama, Presidente Epitácio e Três Lagoas, com a finalidade de discutir as ações do Programa de Readequação da Atividade Pesqueira. Essa comissão elaborou uma proposta com os locais para instalação dos pontos de pesca e a infra-estrutura necessária, a qual encaminha para aprovação desse Instituto.

Informamos que, pelo termo de compromisso assinado com os Ministérios Públicos Federal e do Estado de São Paulo, a implantação da infra-estrutura nos pontos de pesca deverá ocorrer até 90 dias após o enchimento do reservatório, na cota 257/259 m.

Atenciosamente,


Daniel Antonio Salati Marcondes
Diretor de Meio Ambiente

Anexos: os citados

Al. Ministro Rocha Azevedo, 25
Fone PABX : (011) 2523611
Fax: (011) 2514904
(011) 2515426
01410 - 900 São Paulo - SP

Telex: 1131004 CESP BR
1130496 CESP BR
1131930 CESP BR
1134420 CESP BR

De ordem.

Do Dece

22.12.99

Dayle Rocha Corrêa
Coordenadora
IBAMA/DCA/GAB

De ordem,

Do Dr. Derlei

Em 22/12/99

Mussum

A Dra. Flôres, favor
analisar a proposta
de CESP.

Em, 28-12-99

Jorge



DOCUMENTO

Nº Documento : 10100.006264/99

Nº Original : 227/99

Interessado : COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP

Data : 23/11/1999

Assunto : REITERAÇÃO DE SOLICITAÇÃO SOBRE QUESTÕES AFETAS À UHE ENG. SÉRGIO MOTA - ENCHIMENTO NA 2ª FASE. SOLICITA MANIFESTAÇÃO SOBRE AS QUESTÕES ANEXO.

Fls.	1713
Proc.	1247/92
Rubr.	Im-

Protocolo
IBAMA/DIRCOF
Nº 3332/99.
Data: 23/11/99.
Recebido: *Jaime*

Fls.	5460
Proc.	1247/92
Rubr.	Raquel

ANDAMENTO

De : GABIN
Para : DIRCOF

Data de Andamento: 23/11/1999 16:12:00

Observação: PARA AS PROVIDÊNCIAS EM ARTICULAÇÃO COM AS DEMAIS ÁREAS ENVOLVIDAS.

2.829
RECEBI
25.11.99
aprovado
IBAMA

Assinatura da Chefia do(a) GABIN

Cleonara Calvarros Bueno Ribeiro
Chefe do Gabinete
IBAMA

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

De ordem
Ao DE REL
23.11.99
BCA
GAB/BCA

Dr. Derlei

A supressão está
equacionada.

Quanto aos res-
chos, mandei, pela
3.^a vez, consulta
a PROTE.

Em 24/11/99

Rodney Ritter Morgado
Chefe do DEREL
IBAMA

À Sr. Molu,

Em, 25/11/99

Rosado

Derlei Lopes Rosado
Gerente de Área
IBAMA/DISCOF/DEREL/DIAP

Alvaredo

CESP Companhia
Energética de
São Paulo

Folha	1714
Processo	1247/92
Rubrica	Im.

MPL/227/99
17/11/99

Fls.	3465
Proc.	1247/92
Rubr.	Raquel

Para : Dra. Marília Marreco Cerqueira

Empresa : IBAMA

Fax nº : (067): 322-1058

De : Daniel Antonio Salati Marcondes

Empresa : CESP/M - Diretoria de Meio Ambiente

Fax nº : : (011) 259-4639

MMA - IBAMA

Documento

10100.006264/99-51

GABIN.

Data: 27/11/99 Prazo: / /

Assunto: Reiteração de solicitação sobre questões afetas à UHE Eng. Sérgio Motta - Enchimento na 2ª fase.

Vimos solicitar à V. Sa, manifestação sobre as questões abaixo, que já foram encaminhadas ao IBAMA para análise, em mais de uma oportunidade, permanecendo sem resposta até o presente:

Proposta para a Manutenção dos Ranchos de Pesca e Lazer do Município de Castilho - SP

A proposta foi encaminhada para apreciação pela CT/M/4388/98 em 28/10/98, sendo que posteriormente, reiteramos pedido de análise pelas CT/M/662/99, em 24/2/99, CT/M 2196/99, em 7/6/99 e pela CT/M3703/99 em 4/10/99.

Exploração de áreas de argila para a continuidade da atividade ceramista no Pólo de Três Lagoas - MS.

Foi enviado pela CT/M/874/99, em 9/3/99, o Relatório Técnico MPP-PP-PR-RE-030/95, sobre os trabalhos de identificação e prospecção geológica de cinco áreas com ocorrência de argila, e reiterado pedido de análise pelas CT/M/2196/99, em 7/6/99 e CT/M3703/99, em 4/10/99.

Autorização para o desmatamento de 1886,30 ha referente às áreas entre as cotas 253 e 257 m.

A solicitação foi encaminhada pela CT/M/1025/99, em 19/3/99, e reiterado pedido de análise pela CT/M/2196/99, em 7/6/99 e CT/M3703/99, em 4/10/99.

Foram também enviadas informações complementares pela CT/M/3153/99, em 16/8/99.

Levantamento da capacidade de recepção de fauna dos remanescentes florestais na área de influência do reservatório para a cota 257/259 m.

O documento foi enviado pela CT/M/1024/99, em 19/3/99, e reiterado pedido de análise pelas CT/M/2196/99, em 7/6/99 e CT/M3703/99, em 4/10/99.

EM BRANCO



Companhia
Energética de
São Paulo

Solicitamos que a apreciação das referidas questões seja feita o mais breve possível, a fim de permitir que os encaminhamentos e ações necessárias sejam realizados a tempo, evitando, assim, atrasos no cronograma de enchimento do reservatório na cota 257/259 m, em maio do próximo ano.

No aguardo de manifestação, aproveitamos o ensejo para renovar nossas cordiais saudações

Fls.	1462
Proc.	247/92
Rubr.	Raquel

Fls.	1715
Proc.	4247/92
Rubr.	Im.

Atenciosamente

Daniel Antonio Salati Marcos
Diretor de Meio Ambiente

EM BRANCO

Data

Ref. CESP

CT/M4464/99

São Paulo, 2 de dezembro 1999

Protocolo
IBAMA/DIRECOR
Nº 3851/99
Data: 13/12/99
Recebido *Janne*

Fls. 1763
Proc. 1247/92
Rubr. *[assinatura]*

Ilma. Sra.
Dra. Gisela Damm Forattini
Diretora de Controle Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SAIN - Av. L - 4 Norte
Brasília - DF

Fls. 1716
Proc. 1247/92
Rubr. *Am.*

Prezada Senhora,

Vimos informar a V.Sa. que proprietários de áreas a serem desapropriadas, em função da segunda fase de enchimento do reservatório da UHE Eng. Sérgio Motta, estão construindo "supostas benfeitorias", após ter sido feito o cadastro e avaliação dessas propriedades pela CESP - Companhia Energética de São Paulo.

Informamos, também, que tais "benfeitorias" não serão objeto de indenização por esta empresa, visto que esses proprietários foram, exaustivamente, comunicados sobre a situação de suas propriedades.

Julgamos tratar-se de assunto de relevante interesse e importância, por isso colocamos à disposição desse órgão, no dia 9/12/99, helicóptero para sobrevôo e constatação dos fatos mencionados; para tanto, solicitamos confirmação pelo telefone 11.3138.4584, com o Sr. Alexandre.

Cordialmente,

[Assinatura]
Daniel Antonio Salati Marcondes
Diretor de Meio Ambiente

2924
Recebido
13/12/99
Assinatura
[Assinatura]
IBAMA

De ordem

do DECEL

Para conhecimento
e providências.

10.12.99

Dayse Regina Corrêa
Coordenadora
IBAMA/DCA/GAB

De ordem
do Sr. Jorge Luiz

13.12.99

Ⓢ

A Dra. Silveira, favor
anexar ao processo

Em, 14-12-99

Jorge Luiz Brito Cunha Reis
Gerente da Área
IBAMA/DIRCO/DEREALZDIAP

Escritórios da Cesp são bloqueados

*Manifestantes querem
que empresa libere
recursos para
assentamento*

LUIZ CARLOS LOPES

A NDRADINA - Cerca de 200 assentados do Projeto Lagoa São Paulo, construído pela Companhia Energética de São Paulo (Cesp) para atender posseiros remanejados com a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, no Rio Paraná, bloquearam na manhã de ontem dois escritórios da empresa, em Presidente Epitácio, impedindo a movimentação de veículos e forçando a paralisação de obras que são realizadas ao longo do lago artificial. A Cesp informou que pretendia recorrer à Justiça.

A decisão de bloquear os escritórios foi adotada para forçar a empresa a cumprir acordo celebrado para a execução de obras de infra-estrutura no assentamento e a liberação de R\$ 10 mil

para a construção de moradias. Segundo Maria Aparecida do Amaral Alves, líder dos manifestantes, o assentamento, efetivado em 1980, era composto de 517 famílias, das quais 211 venderam seus lotes. Para atender às 306 que permanecem, a empresa exige que os que compraram áreas desistam do benefício.

O gerente do Departamento de Meio Ambiente da Cesp em Epitácio, Milton Estrela, disse que, além de exigir a desistência dos que compraram lotes de ex-posseiros, originariamente assentados, a Cesp quer que a Câmara Municipal de Epitácio aprove projeto autorizando a prefeitura a receber o loteamento.

Segundo ele, desde 1986 a empresa celebrou acordo com o prefeito da época e o ex-presidente da Câmara, transferindo ao município R\$ 522 mil em equipamentos, para repassar o controle do assentamento. Ocorre que o acordo não foi referendado pela Câmara, o que, segundo os assentados, mantém a Cesp como responsável direta pelo projeto.

Oficial de cartório contesta ministro

BRASÍLIA - O oficial do cartório da comarca de Presidente Bernardes (SP), José Alexandre Ibanez, contestou ontem a inclusão de seu estabelecimento na lista de cartórios suspeitos de ajudar a grilar terras, preparada pelo Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário e divulgada semana passada. "Esse cartório não cometeu esse tipo de crime", garantiu o oficial, disposto a abrir todos os registros de imóveis até para o ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann. "Quero colaborar."

Respondendo pelo cartório desde 1993, Ibanez explicou que a sua tarefa é simplesmente registrar o imóvel, depois de

checadas informações sobre as terras negociadas. Ele diz que não colhe assinaturas de ninguém para a documentação de transferência do imóvel, um encargo do tabelião. Ele enfatiza ainda que a Corregedoria de São Paulo é muito rigorosa e está constantemente fiscalizando os cartórios.

Ibanez contou que o cartório na comarca de Presidente Bernardes foi criado em 1955. E assegura que, dessa data até hoje, nunca houve o tipo de fraude denunciada. "Se houve erro, foi no passado", diz. Desde a publicação da lista dos cartórios suspeitos de grilagem, Ibanez diz não ter tido mais tranquilidade para sair às ruas. (Sandra Sato)

Fls. 1764
 Proc. 1247/92
 Rubr. Im.

Fls. 1718
 Proc. 1247/92
 Rubr. Im.

EM BRANCO

IPHAN

INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E
ARTÍSTICO
NACIONAL14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
SBN Quadra 02 - Edifício Central Brasília - DF 50040-904 Brasília - DF
Telefone: (61) 314-61546 Fax: (61) 226.4948
Página: 10 homepage: www.iphan.gov.br

Rubr.

Ofício nº 738/99 – GAB/14ª SR/IPHAN

Brasília, 16 de dezembro de 1999.

Protocolo

IBAMA/DIRETOR

Nº 4092/99.

Data: 21/12/99.

Recebido: *Janne.*3084
RECEBI

22/12/99

Marcelo Brito
IBAMA

Senhor Diretor,

Considerando os trabalhos desenvolvidos referentes ao “Projeto Arqueológico Porto Primavera/MS – Etapa de Resgate (PAPPMS)”, e para que os mesmos resultem em produção de conhecimento, é fundamental que as condições financeiras e logísticas sejam asseguradas para o seu pleno desenvolvimento.

A revelação de sítios não dimensionados na etapa de levantamento, levaram a uma majoração das necessidades de tratamento de material coletado na etapa de salvamento, o que pressupõe a criação de condições e negociação com a CESP – Companhia Energética de São Paulo para que tais trabalhos tenham bom termo.

Este Instituto, apoiado no que dispõe a Lei nº 3924/61, a Resolução CONAMA nº 001/86 e a Portaria nº 07/88 do IPHAN, espera que sejam garantidas tais atividades.

Assim sendo, venho, por intermédio deste, solicitar ao IBAMA que o órgão licenciador só emita a renovação da licença de operação do empreendimento em tela, mediante execução de programa de acompanhamento e monitoramento da área, nos períodos de seca, tendo em vista o processo erosivo provocado pela oscilação do nível d'água, nas bordas do reservatório, como forma de completar os trabalhos de salvamento arqueológico, conforme o que é recomendado pela metodologia técnico-científica a ser adotada em situações análogas, com a finalidade de verificar se houve evidenciação de sítios arqueológicos não resgatados.

No aguardo de seu pronunciamento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Arq. Marcelo Brito

Superintendente Regional

14ª Superintendência Regional

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Fis.:	1719
Proc.:	1247/92
Rubr.:	<i>Am.</i>

À Sua Senhoria o Senhor

RODNEY RYTTER MORGADO

Chefe do DEREL/Diretoria de Controle Ambiental/IBAMA

Av. L4 Norte Ed. Sede do IBAMA s/n

70.800-200 Brasília – DF

Do Sr. Diretor

pl as providên-
cias,

21.12.99



Rodney Ritter Morgado
Chefe do DEREL
IBAMA

A Dra. Mônica, para
conhecimento,
anexar ao processo.

Em, 28-12-99

Jorge

006

Data

Ref. CESP

CT/M/4642/99

Protocolo

São Paulo, 17 de dezembro de 1999

Fls.:	1720
Proc.:	1247/92
Rubr.:	Im.

IBAMA/DIROF

Nº 4242/99

Data: 30/12/99

Recebido: *Haruy*

Ilmo. Sr.
Dra. Gisela Damm Forattini
DD. Diretora de Controle Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SAIN - Av. L - 4 Norte - Edifício Sede
Brasília - DF

Fls.	1766
Proc.	1247/92
Rubr.	<i>SE</i>

Prezado Senhor,

Em atenção ao ofício IBAMA/DEREL nº 1607/99, de 29/11/99, informamos que a solicitação da renovação da Licença de Operação nº 024/98, da UHE Eng. Sérgio Motta, foi encaminhada à esse Instituto pela CT/M/2804/99, em 19/7/99, nos termos estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 237/97 e também do item 1.6 das Condições Gerais da referida licença.


Naquela oportunidade, foi enviado, também, o Relatório de Implantação dos Programas Ambientais 1999 - RIPA/99, atualizando as informações sobre o desenvolvimento dos programas ambientais do empreendimento, no período de outubro/97, data do último RIPA, até junho/99.

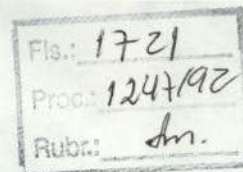
Colocando-nos à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, reiteramos nossas cordiais saudações.


Daniel Antonio Salati Marcondes
Diretor de Meio Ambiente

de ordem
ao Sr. Wlter
03/01/2000
@

À Dra. Silvia,
Em, 03/01/2000


Derlei Lopes Rosado
Gerente de Área
IBAMA/DIROF/DEREL/DIAP



Presidente Epitácio, 16 de março de 2000

Ofício especial 027/Ibama

Senhora Presidente,

Ao tempo que cumprimentos a equipe técnica que vistoria nesta semana os andamentos dos programas de compensação e mitigação ambiental da usina hidrelétrica engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera); e CONSIDERANDO

QUE a referida usina está provocando sérios danos ambientais entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul acarretando prejuízos a fauna e a flora, entre eles, a morte de aproximadamente 500 cervos-do-pantanal, conforme depoimento ao Consema de São Paulo do pesquisador Maurício Barbante da Unesp, campus de Jaboticabal;

QUE, na segunda fase de enchimento, o reservatório vai suprimir no total cerca de 200 mil hectares de várzeas e varjões, um dos últimos remanescentes de ecossistemas associado à planície úmida do rio Paraná;

QUE, com a supressão das várzeas e a transformação do rio em um grande lago de águas semi-paradas, os afluentes do Paraná ganharão importância crescente como área de refúgio da fauna e canal de migração de peixes que "se preservados serão capazes de assegurar a sobrevivência de populações de diversas espécies, dentre as quais, algumas ameaçadas de extinção" e que "além disso "estudos relativos à ictiofauna evidenciaram grande atividades reprodutiva(...) constituindo ainda "pontos de nidificação para aves aquáticas." (página 191, 11. programa de implantação de unidades de conservação (Ucs), Rima, Vol. II);

QUE os estudos de impacto ambiental e relatório de impacto sobre o meio ambiente (Eia/Rima) daquele empreendimento indicou prioritariamente uma área de cerrado, cerradão e várzea com 15.000 (quinze mil) hectares entre os rios Pardo, Inhanduí e Inhanduízinho, no Mato Grosso do Sul, como alternativa para implantação de unidade de conservação;



APOENA

Associação de Pais e Mestres
da Escola Estadual de Ensino Médio
de São Paulo

Presidente Epitácio, 16 de março de 2007

Ofício especial 027/2007

Senhora Presidente,

Após tempo que cumprimentos a equipe técnica que visita nesta semana os
ambientes dos programas de compensação e recuperação ambiental de áreas
hidrelétricas em São Paulo (Projeto Primavera) e CONSIDERANDO

QUE a referida visita provocando sérios danos ambientais entre os estados de
São Paulo e Mato Grosso do Sul acarretando prejuízos a fauna e a flora, entre eles
a morte de aproximadamente 200 cervos-do-pantanal, condecorados pelo
Governo de São Paulo do presidente Márcio Barban de Unesp, campus de
Jardim Botânico;

QUE, na segunda fase de enchimento, o reservatório vai suprir no total cerca de
200 mil hectares de várzea e várzea, um dos últimos remanescentes de
ecossistemas associados à planície inundável do rio Paraná;

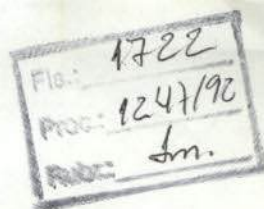
QUE, com a supressão das várzeas e a transformação em grande lago de
águas semi-paradas, os afluentes do Paraná perderão um importante
área de refúgio da fauna e canal de migração de peixes que, se preservados serão
capazes de assegurar a sobrevivência de populações de diversas espécies, dentre as
quais algumas ameaçadas de extinção, e que "além disso" estudos relativos à
ictiologia evidenciam grande importância reprodutiva (...) constituindo ainda
"pontos de nidificação para aves aquáticas". (página 191, II programa de
implantação de unidades de conservação (Ucs), Rima, Vol. II);

QUE os estudos de impacto ambiental e relatório de impacto sobre o meio
ambiente (Eia/Rima) daquele empreendimento indicou prioritariamente uma área
de cerrado, cercada por várzea com 12.000 (doze mil) hectares entre os rios
Paraná, Inhamitanga e Japiarã, no Mato Grosso do Sul, como alternativa para
implantação de unidade de conservação;

EM BRANCO



APOENA
Associação em Defesa
do Rio Paraná,
Afluentes e Mata Ciliar



QUE é do interesse da comunidade ambientalista, acadêmica e científica a preservação destas áreas para fins de pesquisas conforme manifestações da Universidade Estadual Paulista, Unesp, *campus* de Presidente Prudente, e entidades ambientalistas como Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ e SOS Mata Atlântica, em São Paulo, e Ecoa, no Mato Grosso do Sul:

Dirigimo-nos respeitosamente a Vossa Excelência para solicitar:

- 1) a vinculação à renovação da licença ambiental do empreendimento Porto Primavera a aquisição de aproximadamente 15.000 (quinze mil) hectares de várzeas, cerrado e cerradão existentes em estado natural na confluência dos rios Pardo e Inhanduí, nos municípios de Bataguassu e Santa Rita do Pardo, no Mato Grosso do Sul, para criação e implantação de unidade de conservação (Estação Ecológica) e implantação de Viveiro para estudo de Aves.
- 2) criação da Área de Preservação Ambiental do Alto rio Paraná (APAAPA) na área de influência indireta do reservatório da usina engenheiro Sérgio Motta como forma de disciplinar a ocupação econômica e ambiental na bacia de Porto Primavera. Atenciosamente.


DJALMA WEFFORT
Presidente

Excelentíssima Senhora
MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA
Presidente do IBAMA
At. senhor Antonio Claret
Em Mãos

Anexos

1. Ata de reunião da Comissão Especial de Energia do Consema de 21-10-99
2. Cópia do ofício 009/00 ao secretário de meio ambiente do Mato Grosso do Sul
3. Cópias de trechos do Eia/Rima



QUE é do interesse da comunidade ambientalista, acadêmica e científica a preservação destas áreas para fins de pesquisas conforme manifestações da Universidade Estadual Paulista, Unesp, campus de Presidente Prudente, e entidades ambientalistas como Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ e SOZ Mata Atlântica, em São Paulo, e Ecosul, no Mato Grosso do Sul.

Dirigimo-nos respeitosamente a Vossa Excelência para solicitar:

1) a vinculação à renovação da licença ambiental do empreendimento Porto Primavera a aquisição de aproximadamente 12.000 (doze mil) hectares de várzea, cerrado e cerrado existentes em estado natural na confluência dos rios Paraná e Iguazu, nos municípios de Bataguassu e Santa Rita do Pardo, no Mato Grosso do Sul, para criação e implantação de unidade de conservação (Estação Ecológica) e implantação de Viveiro para estudo de Aves.

2) criação da Área de Preservação Ambiental do Alto rio Paraná (APAAR) na área de influência indireta do reservatório da usina engenheiro Sérgio Motta como forma de disciplinar a ocupação econômica e ambiental na bacia do Porto Primavera. Atenciosamente.

EM BRANCO

DIALMA WEFFORT
Presidente

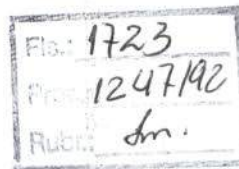
Excelentíssima Senhora
MARILIA MARRICO CERQUEIRA
Presidente do IBAMA
At: senhor Antonio Claret
Em Mãos

- Anexos
1. Ata de reunião da Comissão Especial de Energia do Conselho de 21-10-99
 2. Cópia do ofício 002/00 ao secretário de meio ambiente do Mato Grosso do Sul
 3. Cópia de trechos da Ecarlima



APOENA

Associação em Defesa
do Rio Paraná,
Afluentes e Mata Ciliar



Presidente Epitácio, 16 de março de 2000

Ofício especial 027/Ibama

Senhora Presidente,

Ao tempo que cumprimentos a equipe técnica que vistoria nesta semana os andamentos dos programas de compensação e mitigação ambiental da usina hidrelétrica engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera); e CONSIDERANDO

QUE a referida usina está provocando sérios danos ambientais entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul acarretando prejuízos a fauna e a flora, entre eles, a morte de aproximadamente 500 cervos-do-pantanal, conforme depoimento ao Consema de São Paulo do pesquisador Maurício Barbante da Unesp, campus de Jaboticabal;

QUE, na segunda fase de enchimento, o reservatório vai suprimir no total cerca de 200 mil hectares de várzeas e varjões, um dos últimos remanescentes de ecossistemas associado à planície úmida do rio Paraná;

QUE, com a supressão das várzeas e a transformação do rio em um grande lago de águas semi-paradas, os afluentes do Paraná ganharão importância crescente como área de refúgio da fauna e canal de migração de peixes que "se preservados serão capazes de assegurar a sobrevivência de populações de diversas espécies, dentre as quais, algumas ameaçadas de extinção" e que "além disso" estudos relativos à ictiofauna evidenciaram grande atividades reprodutiva(...) constituindo ainda "pontos de nidificação para aves aquáticas." (página 191, 11. programa de implantação de unidades de conservação (Ucs), Rima, Vol. II);

QUE os estudos de impacto ambiental e relatório de impacto sobre o meio ambiente (Eia/Rima) daquele empreendimento indicou prioritariamente uma área de cerrado, cerradão e várzea com 15.000 (quinze mil) hectares entre os rios Pardo, Inhanduí e Inhanduízinho, no Mato Grosso do Sul, como alternativa para implantação de unidade de conservação;

EM BRANCO



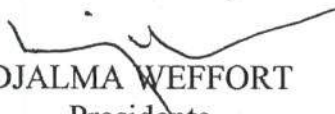
Fls	7768
Proc	1247/92
Rubr	

Fla	1724
Proc	1247/92
Rubr	dm.

QUE é do interesse da comunidade ambientalista, acadêmica e científica a preservação destas áreas para fins de pesquisas conforme manifestações da Universidade Estadual Paulista, Unesp, *campus* de Presidente Prudente, e entidades ambientalistas como Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ e SOS Mata Atlântica, em São Paulo, e Ecoa, no Mato Grosso do Sul:

Dirigimo-nos respeitosamente a Vossa Excelência para solicitar:

- 1) a vinculação à renovação da licença ambiental do empreendimento Porto Primavera a aquisição de aproximadamente 15.000 (quinze mil) hectares de várzeas, cerrado e cerradão existentes em estado natural na confluência dos rios Pardo e Inhanduí, nos municípios de Bataguassu e Santa Rita do Pardo, no Mato Grosso do Sul, para criação e implantação de unidade de conservação (Estação Ecológica) e implantação de Viveiro para estudo de Aves.
- 2) criação da Área de Preservação Ambiental do Alto rio Paraná (APAAPA) na área de influência indireta do reservatório da usina engenheiro Sérgio Motta como forma de disciplinar a ocupação econômica e ambiental na bacia de Porto Primavera. Atenciosamente.


DJALMA WEFFORT
Presidente

Excelentíssima Senhora
MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA
Presidente do IBAMA
At. senhor Antonio Claret
Em Mãos

Anexos

1. Ata de reunião da Comissão Especial de Energia do Consema de 21-10-99
2. Cópia do ofício 009/00 ao secretário de meio ambiente do Mato Grosso do Sul
3. Cópias de trechos do Eia/Rima

EM BRANCO



DOCUMENTO

Nº Documento : 10100.001224/00

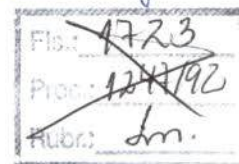
Nº Original : 027/00

Interessado : ASSOCIAÇÃO EM DEFESA DO RIO PARANÁ, AFLUENTES E MATA CILIAR

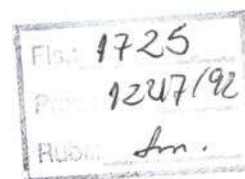
Data : 20/03/2000

Assunto : SOLICITA VINCULAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL DE PORTO PRIMAVERA, COM AQUISIÇÃO DE 15.000 HA DE VÁRZEAS, CERRADO E CERRADÃO E CRIAÇÃO DA APA DO ALTO RIO PARANÁ, NA ÁREA INDIRETA DO RESERVATÓRIO DA USINA ENG. SÉRGIO MOTTA.

Protocolo
IBAMA/DIRCOF
Nº 1664/2000.
Data: 21/03/00.
Recebido: *Janne.*



ANDAMENTO



De : GABIN

Para : DIRCOF

Data de Andamento: 20/03/2000 14:18:59

Observação: DE ORDEM, PARA AS PROVIDÊNCIAS PERTINENTES.



Assinatura da Chefia do(a) GABIN

Eliana Cabral Bueno Ribeiro

Chefe do Gabinete

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

Lo Decel

21.03.00

Decel
Coordenadora
IBAMA/DCA/GAB

A Dona Sílvia, favor
analisar o pedido.

Em, 22-03-2000

João Ly

Fragilidade do país se reflete no Rio do Peixe

Livro mostra como o Brasil encolheu neste século



“O cenário mudou tanto que mal passou pelo vestibular do desmatamento, que é a agricultura. Abriu-se diretamente ao gado”

Comprei num sebo da Internet o livro *Exploração do Rio do Peixe*, edição de 1913. Conta, em texto e fotos, uma viagem de descobrimento ao sertão brasileiro, num tempo em que cientista ainda escrevia com ponto de exclamação. O texto é todo cravejado desses traços. Eles servem para marcar a paisagem: “O picadão mergulha em um trecho de mata lindíssimo, entrecortado de árvores gigantescas e formando uma abóbada sobre o caminho; de repente acaba-se a mata e o terreno cai rapidamente e à nossa vista abre-se um horizonte vastíssimo e grandioso”.

Às vezes, assinalam os riscos da viagem: “O serviço não avançou muito por falta de pessoal trabalhador bem prático e ousado para embrenhar-se naquelas florestas e não temer os ferozes índios Coroados que habitam a região e constituem o terror daquelas zonas!” Coroam a fauna: “À noite também nos acampamentos era comum uma anta passar entre as cordas das barracas e atirar-se abruptamente no rio. Na descida, continuamente se viam entrelaçar entre as canoas porções de antas, capivaras, ariranhas, lontras etc.” Apontam para cima: “Do lado dos pássaros, não só de grande vulto, como cantores, o número era quase ilimitado!” E atiram para baixo: “Quanto aos peixes, era tal a sua quantidade que, cinco minutos depois de chegarmos ao pouso, já estavam pescados os suficientes para a nossa refeição do dia (merecendo perfeitamente o rio o nome que traz!)”.

No fim, acertam o futuro: “Dentro em breve, porém, parece que nova época se vai abrir à prosperidade da região”.

Dito e feito. Aquilo é o oeste do Estado de São Paulo, visitado há menos de um século pela Comissão Geográfica e Geológica do governo Jorge Tibiriçá. O livro vai bem, obrigado. Amarelou pouco e resistiu até agora sem uma página rasgada. O que se desfolhou quase inteiramente nesses 87 anos foi o próprio território do Rio do Peixe, que se reconhece no mapa como o pedaço do Brasil que fica entre a cidade de Presidente Prudente e os confins de Mato Grosso do Sul. Ali o rio corre entre barragens, cercado de pastos por todos os lados. O cenário mudou tanto e tão depressa que mal passou pelo vestibular do desmatamento, que é a agricultura. Abriu-se diretamente ao gado.

“Daquilo tudo que está no relatório de 1913 e era um lugar maravilhoso até a década de 1930, mal sobraram pequenos fragmentos de mata”, diz o engenheiro florestal Helder Farias, que dirige ali perto o Parque Estadual do Morro do Diabo, no Pontal do Paranapanema, e faz doutorado na Universidade de Rio Claro. A maioria dos saltos e cachoeiras sumiu, afogada por represas. Um largo trecho, nas várzeas onde o Peixe deságua no Rio Paraná, desaparecerá até julho, alagado pela hidrelétrica do Salto Primavera, que há dois anos engorda um vasto lago artificial em sua foz. Nas bordas, moram os últimos cervos e onças de São Paulo, à espera do parque estadual que aguarda a assinatura do governador Mário Covas.

Nem tudo cresceu em São Paulo de Tibiriçá a Covas. Ao antigo presidente da província, apresentou-se uma “sucessão de colinas cobertas de imensos mantos formados pelas matas exuberantes”. A Covas, a bagatela de 11.880 hectares.

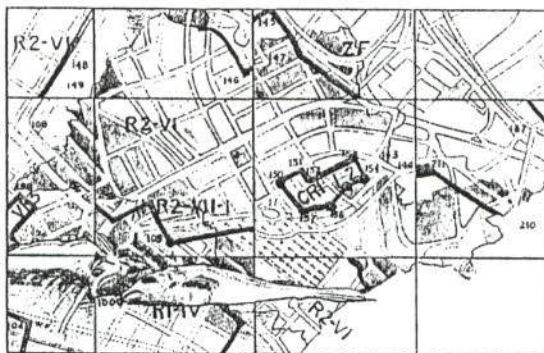


Ilustração: Elizabeth Tognato

EM BRANCO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Is. 1770
Proc. 1247/92
Rubr. 8

Fis. 1727
Proc. 1247/92
Rubr. sm.

**Ata da Reunião da Comissão Especial de Energia do Conselho
Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA**

Data - 21 de outubro de 1999
Horário - 09:30 horas
Participantes - (lista anexa)
Pauta - Ação Ambiental em Três Irmãos

I – Exposição da CESP: Um breve histórico do empreendimento Três Irmãos

No início da década de 80, a CESP iniciou vários empreendimentos no mesmo período, em especial, as UHEs de Porto Primavera, Rosana. A UHE Rosana foi concluída antes da legislação ambiental atual entrar em vigor, que prevê o licenciamento ambiental (Resolução Conama 01/86), e as outras obras se prolongaram após a definição da legislação ambiental. Foi o caso de Três Irmãos e Porto Primavera.

Em 1986, quando a Resolução Conama 01/86 entrou em vigor a UHE Três Irmãos ainda estava em processo de construção. Em 1990 foi solicitado a CESP o EIA/RIMA, que foi protocolado no mesmo ano. Para este empreendimento só foi concedida a licença de operação em 07 de maio de 1990.

Para acompanhar a implantação dos programas ambientais em 1996 foi feito primeiro o que a CESP denomina de Relatório de Implantação dos Programas Ambientais-RIPA, elaborados em 1993, 1997, 1998 e 1999, informando a Secretaria a situação de cada um dos programas ambientais existentes:

Meio Físico

- **Monitoramento hidrogeológico**, do nível d'água, em função dos problemas provocados pela alteração do lençol freático, a CESP recuperou 130 casas no município de Pereira Barreto atingidas pela alteração do lençol.
- **Recuperação de áreas de empréstimo**, foram recuperadas 175 ha de áreas degradadas.

Meio Biótico

- **Desmatamento e limpeza da bacia de acumulação**, na faixa compreendida entre a margem do rio e na cota 328 m.
- **Salvaguarda da população**, no momento que antecedeu o enchimento do reservatório, foi realizado um programa de salvaguarda da população, com a realização de

EM BRANCO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Is. 1771
Proc. 1247/92
Rubr. 8

Fis.: 1728
Proc.: 1247/92
Rubr.: m

palestras em 332 propriedades rurais e em 15 escolas urbanas com o alerta dos riscos do enchimento, distribuição de 3900 cartazes e 42100 folhetos.

- **Resgate de fauna**, durante o enchimento foram resgatados um total de 23.853 animais, 2.128 mamíferos, 20.963 répteis, 161 aves. Esses animais foram relocados em 6 áreas, prioritariamente, e uma boa parte foi para o Instituto Butantã (os répteis)
- **Monitoramento do ambiente aquático**, foram feitos 13 levantamentos e coletadas 1300 amostras em fase de rio; e foram feitas 12 coletas na fase de reservatório; mais 5 levantamentos após a formação do reservatório.
- **Manejo da ictiofauna**, caracterização do rio, com 13 levantamentos realizados e 6048 exemplares coletados; caracterização do reservatório com 19641 exemplares amostrados. Quanto à caracterização de áreas de reprodução de peixes em tributários, foi realizado o levantamento em áreas de reprodução de peixes em 11 tributários (e seleção de 3 para caracterização); foram realizados os levantamentos ictiológicos e limnológicos mensais em 3 tributários, totalizando 18 amostragens. Com relação ao levantamento da produção pesqueira, que é um outro programa previsto, foram realizados vários levantamentos mensais junto a 28 pescadores em 7 núcleos de pesca por dois anos - e esses levantamentos ainda continuam. O repovoamento de peixes foi iniciado em dezembro de 1995, com a introdução de mais de 3,5 milhões de pacu-guaçus, curimbatás, piaparas e piracanjubas.
- **Reflorestamento de áreas**, a CESP procura realizar de 2 formas esse trabalho: em primeiro lugar em áreas da própria CESP, ao longo do reservatório durante um prazo de 10 anos; para tanto foram previstos 2500 ha e reflorestados 1661 ha. Estão previstos 500 ha para 1999 e os restantes 339 ha para 2000. Em segundo lugar, o programa em áreas de terceiros, são previstos 7500 ha, é o programa que a CESP chama de Desenvolvimento Florestal e apresenta problemas porque a CESP não tem como fazer um trabalho eficiente de fomento, pois não tem como convencer o proprietário a plantar na área dele. A CESP já tentou inclusive firmar parceria com a Secretaria da Agricultura, procurando fazer um programa de fomento, para recuperar os tributários que alimentam o reservatório de Três Irmãos. Mas conseguiu-se apenas implantar efetivamente 145 hectares, o que demonstra a dificuldade desse programa. No ano de 1998 foi apresentada uma proposta alternativa de substituir esse fomento em áreas de terceiros para o plantio em áreas da CESP e 1875 ha serão plantados em áreas próprias. Essa proposta foi apresentada ao DAIA, e ainda não obteve-se resposta. A CESP continua a fazer fomento florestal, mas em virtude das dificuldades, seria um compromisso permanente de fazer reflorestamento em áreas próprias.
- **Manejo e conservação de cervo-do-pantanal**, as principais ações desse programa são: criação do Centro de Conservação do Cervo do Pantanal -CCCP em Promissão-SP,

EM BRANCO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

In: 1772
Proc: 1247/92
Rubr: [assinatura]

Fis.: 1729
Proc: 1247/92
Rubr: [assinatura]

reprodução dos animais em regime de semi cativo, rearranjo dos piquetes no CCCP, programa de educação ambiental e de visitação ao CCCP, elaboração de cartilha sobre o cervo do pantanal, acompanhamento do plantel atual do CCCP (17 cervos). As principais observações sobre esse programa foram as seguintes: recentemente, em função da experiência que foi adquirida com esses animais, os piquetes no Centro de Conservação do Cervo do Pantanal foram reorganizados e foi contratada uma médica veterinária para ficar acompanhando esses animais em tempo integral. Foi elaborado o programa de educação ambiental e às 6ª feiras o Centro está aberto ao público para visitação; e também foi redigida uma cartilha sobre o cervo do pantanal que é distribuída durante a visitação e em algumas palestras que são realizadas nas escolas nos municípios vizinhos.

- **Unidades de Conservação**, é um dos problemas do programa ambiental, e foi um dos motivos da criação dessa comissão. Foi apresentada a última proposta sobre a questão para o Instituto Florestal - de áreas para a conservação, pois a Deliberação Consema 13/90 previa 20.000 ha. na várzea do rio Aguapeí e Peixe, mais a conservação dos seis fragmentos utilizados para a realocação de fauna, ao longo do reservatório de TrêsIrmãos.

A CESP em 1996 apresentou uma proposta, em função da previsão desses 20.000 ha a serem implantados no rio Aguapeí Peixe, por conta da UHE de Porto Primavera, uma área a ser implantada no município de Selvíria no Estado de Mato Grosso do Sul, e a Secretaria do Meio Ambiente não aceitou essa proposta. Outra proposta de 1600 ha de várzeas no rio Taguari em Jurumirim foi apresentada, mas a SMA também manifestou-se contrária. Nesse ínterim a CESP também averbou como reserva ecológica a área de várzea do Ribeirão dos Patos, utilizada para conservação do cervo do pantanal. Essa área de 800 ha é uma reserva no município de Promissão.

Programas Ambientais – Socio Econômicos

- **Manutenção da atividade minerária**, os portos de areia e as olarias encostadas na bacia, foram indenizados e realocados. Foram estocados 58.000 m³ de argila para as indústrias oleiro-cerâmicas.
- **Reassentamento de pequenos produtores rurais**, foram reassentados 48 famílias numa fazenda na "Fazenda Nossa Senhora de Fátima", e concedidas 8 cartas de crédito para os pescadores que residiam no local de inundação.
- **Reassentamento urbano**, foram reassentadas 39 famílias em Pereira Barreto, que também foram afetadas pelo enchimento do reservatório e concedidas mais 25 cartas de crédito para auto-relocação urbana.
- **Implantação de complexo hortifrutigranjeiro**, foram implantadas na área de inundação algumas atividades de apicultura, fruticultura e horticultura, e a CESP, para

EM BRANCO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Fls. 1773
Proc. 1247/92
Rubr. 88

Fls.: 1730
Proc.: 1247/92
Rubr.: In.

remanejamento da população dessa área e implantou-se um complexo horti-futi-granjeiro, com 19 lotes para avicultura, 23 lotes para fruticultura e suinocultura, 14 lotes para pecuária leiteira, 15 lotes para horticultura com sistema de captação de água para irrigação, 1 lote para instalação das Cooperativas e do Centro de Equipamentos e Serviços, além de sistema viário, energia elétrica e água encanada.

- **Preservação do patrimônio histórico e arqueológico**, foi elaborado o programa de patrimônio histórico e arqueológico com o resgate do material arqueológico existente na área.
- **Programa de informação e educação ambiental.**
- **Controle sanitário** do Reservatório e a CESP continua hoje ainda realizando esse controle, monitorando os vetores por mais um período de 2 anos, a partir de 99, esse programa está previsto para encerrar-se em 2001, portanto. A CESP continuará o monitoramento malacológico e entomológico por um período de mais 2 anos.
- **Relocação e readequação da infra-estrutura atingida**, foram recompostos 170 km de estradas de rodagem; construídas 03 pontes sobre rio Tietê, construídas 15 travessias ligadas a rodovias, relocada a rede elétrica e a rede telefônica atingida, construído um poço tubular profundo, e o sistema de esgoto, implantado aterro sanitário e construído um columbário.
- **Implantação de áreas de recreação e lazer**, deverão ser implantadas 2 áreas de recreação e lazer. A área de Pereira Barreto já foi entregue em 1993 e está funcionando. A área de lazer que será implantada em Araçatuba ainda está em negociação, pois a Prefeitura não se definiu ainda sobre a sua localização.
- **Indenização de terras e benfeitorias**, foram indenizadas amigavelmente 284 propriedades (14.221,40 ha) e ajuizadas outras 493 (57.851,99 ha), até o início do enchimento do reservatório.
- **Implantação de programas de reflorestamento**, foi um problema porque uma grande parte dos proprietários foram ajuizados e não permitiam o acesso à faixa da CESP para a implantação do reflorestamento. Até hoje, constitui um problema, porque a maior parte da ocupação é pastagem e os proprietários colocam o gado no reflorestamento da CESP e isso compromete a regeneração e o desenvolvimento dos reflorestamentos.

III- Questões levantadas e debates

A CESP colocou-se à disposição para tirar as dúvidas dos conselheiros presentes à reunião e prestar mais informações sobre os relatórios entregues.

EM BRANCO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

1774
Proc. 1247/92
Rubr. 12

Fls.: 1731
Proc.: 1247/92
Rubr.: fm.

Conselheiro Márcio - ambientalista: menciona a dificuldade de obter informações da SMA e afirma que os dados que detém são conflitantes com as informações apresentadas pela CESP, e solicita os relatórios mencionados pela CESP. Informa também que esteve em Promissão e que os fatos que lá presenciou não conferem com a situação descrita pela CESP.

Alexandre Uhlig - CESP: Informa que, todo o trabalho do cervo do pantanal foi feito com poucas informações prévias, pois inexistiam especialistas deste animal e que o trabalho foi desenvolvido dessa forma e é necessário um tempo para fazer essa avaliação. Informa também que em decorrência de questionamentos de promotor de Pereira Barreto - inclusive com a assistência técnica do Professor Barbante (também presente à reunião) foi consolidado um parecer sobre o que estava acontecendo em Promissão. Considerou que a CESP, a partir do levantamento feito para esse parecer procurou atender todas as solicitações; e o professor Barbante que acompanhou esse processo, pode dizer o que aconteceu nesse programa e essa avaliação foi apresentada para o promotor.

Professor Barbante da Unesp: apresentou um histórico do programa do cervo do pantanal para subsidiar os trabalhos da Comissão:

- *"Logo após o fechamento de Três Irmãos, foi feito o resgate de alguns animais, a maioria deles foi levada para o Mato Grosso e solta. Alguns foram trazidos para um sistema de semi-cativeiro que a CESP adotou. Logo em seguida, foi constituída uma comissão de especialistas junto a CESP, da qual eu pude fazer parte, para julgar o que estava acontecendo com os cervos. Havia certos problemas pois os animais estavam morrendo, e ainda era incerto o futuro do programa. Essa comissão de especialistas se reuniu aproximadamente uns 2 anos, fazendo exigências à CESP de algumas ações que seriam necessárias para melhorar a condição dos animais.*

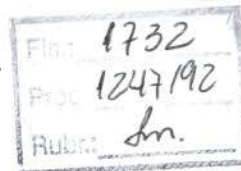
Depois de ter trabalhado 2 anos, a comissão se desfez, porque as exigências não estavam sendo seguidas naquele período e achamos por bem (e a CESP, também achou por bem) destituir aquela comissão. E a comissão se desfez até o ano de 1998, quando houve a ação pública na qual fui chamado para perito do Ministério Público e fiz um levantamento da situação. A situação naquele momento estava sendo modificada, sendo respeitados os padrões que nós havíamos sugerido na época de formação da comissão de especialistas, para que as coisas comesçassem a acontecer efetivamente dentro de Promissão.

Na conclusão dessa ação, eu fui fazer a vistoria como perito, e constatei que a condição tinha melhorado muito, dentro do que havia de conhecimento na época sobre o manejo dos animais e dentro do que se podia identificar se o manejo estava sendo feito corretamente.

EM BRANCO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL



Hoje nós temos uma melhor informação e a constatação de que o manejo vem sendo feito de uma forma correta. Nós poderíamos sugerir outras melhorias como foi sugerido naquela oportunidade. Foram feitos levantamentos dos animais, também foram feitas uma série de coisas nessa época, e a coisa começou a andar. De 1997/ 1998 para cá eu não tenho tido muito contato com o problema em termos de visita lá em Promissão, mas, pelo que me parece, naquela época as instalações já tinham sido melhoradas significativamente. A minha crítica junto ao promotor público em termos de perícia, não foi a população que veio para o cativeiro e sim a população que foi realocada, que não teve um acompanhamento.

Os acompanhamentos subsequentes - que não foram feitos dentro de uma metodologia muito adequada - mostraram que houve na época da relocação um aumento populacional e em seguida um declínio abrupto na população, inclusive em níveis menores do que existia anteriormente. Agora é aí que vem o nosso grande gancho para a UHE Porto Primavera, para não fazermos a mesma coisa; e como consultor da Secretaria, a posição técnica nossa foi que o resgate e localização de fauna tem que ser feitos com muito cuidado, ou se possível até não ser feito, devido a possibilidade da interferência dessa fauna realocada com a fauna local.

Conselheiro Márcio: Lembra que o Professor Barbante da Unesp apresenta informações muito relevantes, que precisam ser consideradas com cuidado pela comissão. Questiona sobre qual é a população estimada que existia em Porto Primavera em cervos anteriormente ao reservatório e o que aconteceu com eles.

Professor Barbante: Informa ao Conselheiro Márcio que dentro do programa de fauna, se responsabiliza pelo programa do cervo do Pantanal. Esse trabalho pode ser defendido tecnicamente. Mas quanto aos outros programas não quer que seu nome seja citado, pois o único programa que acompanhou é o do Cervo do Pantanal.

Informa que existiam mil cervos aproximadamente e que tem um estudo bem claro sobre isso, houve uma mortalidade de aproximadamente 50% da população afetada. Sabe-se que no processo de enchimento morreram 10% dos indivíduos. A partir do momento em que foram retirados da área, os animais começaram a morrer. Quem quiser constatar é só ir lá, os animais estão numa borda de várzea e morrendo de fome. Agora, o que fazer, como vão ser orientados outros trabalhos desse tipo? O professor afirma que:

- "Hoje, fazer resgate de cervo, eu não vejo como fazer resgate de cervo e realocação, pelo estudo que nós fizemos. A população é altamente impactada por enfermidades, e tem uma característica genética totalmente diversa de outras populações, e o que fazer com ela? O ambiente foi tirado, eles vão morrer, a população vai ser perdida. Está-se tentando conservar alguma coisa no cativeiro, que é o que dá para fazer hoje e lutar para que o maior número de reservas sejam criadas, tanto no Mato Grosso, como a montante no

EM BRANCO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Fls. 1733	Proc. 1247/92	Proc. 1776
Rubr. Sm.		Rubr. 1247/92

Estado de São Paulo, no Aguapeí. Mas nós conseguimos conservar muito pouco dessa população e relocar é um crime, no ponto de vista técnico e científico. Eu prefiro que os animais pereçam lá e isso seja divulgado para a opinião pública. Se o governo quer fazer hidrelétricas, é importante que a opinião pública saiba das suas consequências ambientais efetivas, pois áreas enormes são alagadas.

Alexandre Uhlig - CESP: lembra que a CESP teve que realocar essa fauna, em função das exigências do IBAMA.....

Conselheiro Márcio: pondera sobre a responsabilidade do envolvimento do Professor Barbante da Unesp com o Programa do cervo do pantanal, com os seus limites e deficiências. Destacou também os programas de fauna, por exemplo com o cervo, macaco etc, são na verdade experiências que se destinarão à publicações científicas e experiências de pesquisa. Solicitou da CESP mais transparência das informações sobre os programas ambientais. O Conselheiro também ressaltou que só se monitora efetivamente as empresas hidrelétricas quando as áreas alagadas estão em terra indígena.

Professor Barbante: Concorda com o Conselheiro Márcio quando afirma que tem que parar de dizer que a hidrelétrica não mata animais. O resgate de fauna é claro com isso, foram capturados mais de 6.400 macacos de maneira geral (6.000 bugios), e lembra os milhares de mamíferos pequenos que foram mortos, pequenos roedores, pequenos mazurpiais, de tatus, entre outros, que morreram em uma quantidade exorbitante. Lembra que em Promissão é o cativeiro. O grande problema técnico que ocorria é que os animais ficavam soltos em piquetes muito amplos e isso impedia qualquer tipo de monitoramento sobre ele, e ressalta que:

- "Uma das coisas que se sabe já no mundo inteiro, semi- cativeiro não dá certo, não funcionou para nenhum bicho, para o cervo seria a mesma coisa. O que se sugeria é que os animais fossem cerrados em piquetes pequenos, aonde eles seriam controlados, no quanto consomem alimento por dia (totalmente controlado), se está ou não doente, quando pari, entre outros itens. A população foi trabalhada em torno de 6 anos, e o que se ganhou cientificamente com o cervo do pantanal - podia se ter ganho muita coisa em termos de informação biológica - foi muito pouco, porque não se tinha monitoramento adequado. Não se conseguia o monitoramento dos animais, muitos animais morriam e não sabíamos o porque. Para ver os animais precisava de cavalo, de entocar os animais. Isso gerava um total desconhecimento do que estava acontecendo, isso é inadmissível num programa de cativeiro. Hoje continuo a dizer que é o que deve ser feito, é um programa que estamos adotando de cativeiro. pequeno, baias fechadas onde são totalmente monitorados. Esse é o sistema que nós sugerimos desde o começo para diminuir as morte."

EM BRANCO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

1777
Proc. 1247/92
Rubr. *[assinatura]*

Fis.: 1734
Proc.: 1247/92
Rubr.: *[assinatura]*

Alexandre Uhlig: pondera que a capacidade de suporte de uma área é de difícil definição, e que de novo a CESP está tentando fazer uma contribuição com a pesquisa e lembra que a CESP devia cumprir as exigências do órgão licenciador, no caso em questão, o IBAMA. Lembra que a Secretaria disse com todas as letras que não era fazer resgate de fauna.

Professor Barbante: lembra que a Secretaria colocou uma condicionante, de que toda a relocação de fauna teria que ser muito bem monitorada.

Regina Romanini- CESP: lembra que a CESP não pode ser o bode expiatório, pois a CESP faz hidrelétrica porque há demanda, e reforça que fique claro que a CESP cumpre rigorosamente todas as especificações.

Conselheiro Márcio: - *"a CESP pertence ao Governo do Estado. Então acontece o seguinte, bicho não dá voto. Mas tem um problema, bicho tira voto. Quando nós fomos discutir o código ambiental, 90% da discussão estava em uma fauna."*

Alexandre Uhlig: - *"O que está previsto no EIA, o que foi acertado com os órgãos ambientais, e atualmente a prerrogativa é do IBAMA, cabe lembrar que a Secretaria até pode fazer sugestões, mas a decisão final é do IBAMA. A CESP tem cumprido rigorosamente todos os programas, inclusive isso está num termo de compromisso com o Ministério Público. Ou seja, hoje nós temos um acompanhamento do Ministério Público e do órgão ambiental."*

Conselheiro Márcio: Quer saber se a CESP monitora metal pesado na água e nos peixes também, como estão os níveis de mercúrio. E lembra que o órgão que construiu aquela hidrelétrica, tem que monitorar permanentemente, e não fazer em programas só de 4 ou 5 anos.

Alexandre Uhlig - CESP: Afirma que a CESP encaminha para a UNESP fazer as análises e lembra que não é o reservatório que gera o mercúrio.

Alexandre Uhlig - Ainda sobre o programa de fauna informa que está sendo instalado alguns colares em animais, e está tentando inclusive métodos de marcação de animais.

Conselheiro Márcio - *"O IBAMA não tem condição de acompanhar esses programas, a não ser que vocês facilitem, pois o órgão não tem recursos"*.

Conselheiro Bocuhy - *"A UHE Porto Primavera é um absurdo como usina. Vocês da CESP estão defendendo um projeto que é indefensável. O que está em jogo aqui, é justamente a necessidade de um pouco mais de transparência para que não se cometam mais absurdos dessa ordem. O que nós queremos é exatamente saber quantos animais morreram, porque morreram? É isso que o Márcio falou.... e nós temos que levar isso para frente. O objetivo é esse, é para que o EIA/RIMA não seja mais uma peça de ficção. No caso de Porto Primavera eu tenho certeza que foi isso que aconteceu, se pegarmos agora o EIA/RIMA e dermos uma olhada, vamos perceber que quase tudo que foi colocado, não*

EM BRANCO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

1778
Proc. 1247/92
Rubr. [assinatura]

Fis. 1735
Proc. 1247/92
Rubr. [assinatura]

foi cumprido. A Secretaria de Meio Ambiente não acompanhou, quem acompanha? Vocês?

O Consema não tem condições de acompanhar exigências, a sociedade civil não acompanha, não tem condições, nós atendemos uma demanda enorme e não temos condições de acompanhar nada. Nós fazemos parte dessa máquina de cartório que vai legitimando os processos".

Alexandre Uhlig – Informa que: as informações disponíveis estão nos relatórios que a CESP entregou para o Ministério Público que além da Secretaria do Meio Ambiente, está acompanhando as Ações da CESP; no caso da UHE Porto Primavera, quem está acompanhando é o IBAMA, a competência é do IBAMA, e afirma que:

–“Com relação a morte dos animais: os que morrem durante o processo de resgate ou logo após o resgate, eles estão relacionados no relatório que nós entregamos. Esses são efetivamente registrados, mas com relação aos cervos que morrem no enchimento do relatório é difícil uma informação precisa, mas são estimados em função de um censo que é feito antes e depois do enchimento.”

Cristiane Ronza - Lembra que a CEMIG ficou 2 anos planejando para resgatar e. pergunta se no 2º enchimento vão adotar de novo realocação ou não?

Alexandre Uhlig – Lembra aos participante que a CESP estava contando que não ia ter resgate, então não tinha porque estudar área de relocação de fauna. O IBAMA exigiu que fizéssemos rapidamente o que fosse possível fazer e relata que a técnica do IBAMA que avalia a questão da fauna, trabalhou em Tucuruí, e em outras usinas no norte do país, e ela entende que não se deve repetir o que foi feito lá, de se abandonar os animais sem resgate.

Professor Barbante – Comunica à comissão que a SMA e o Probio fizeram recentemente uma reunião na Ilha do Cardoso para discutir triagem e realocação de fauna, e o consenso foi que não se solta um bicho no Estado de São Paulo e afirma que a CESP tem que gastar uma porcentagem da obra para fazer esse estudo, mas não fez.

Alexandre Uhlig – Relata que sobre os outros animais, bugio, cateto, jacaré de papo amarelo, capivara entre outros, são apresentados relatórios semestrais e sobre o cervo os relatórios são anuais, que estão à disposição do Consema.

Cristiane Ronza - Lembra que a reunião foi marcada para discutir a UHE de Três Irmãos e voltou-se a discutir a UHE de Porto Primavera. Destaca também que Três Irmãos fará 10 anos no ano que vem, será renovado o seu pedido de licença e que chega com regularidade ao DAIA pedidos de Prefeitos, querendo ressarcimento financeiro pela inundação e eventualmente Unidade de Conservação (como é o caso do Parque do Aguapeí no Município de Primavera) e relata que: - *“O que foi exigência está sendo relatado pela CESP nos relatórios do DAIA. As solicitações de prefeituras e do Consema*

EM BRANCO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Fis: 1736
Proc: 1247/92
Rubr: Im.

Fis: 1779
Proc: 1247/92
Rubr: Im.

estão sendo apresentadas e ainda aparecem recomendações que estão feitas por prefeitos hoje. E não é muito fácil para a Secretaria e para a CESP, explicar que uma recomendação não é entendida como exigência e que até hoje ninguém cobrou. Então, haverá um momento no ano que vem que será revista a avaliação de impacto ambiental para a reavaliação e renovação das licenças, será feita a revisão dos impactos previstos e os que de fato ocorreram; há um questionamento com relação ao rebaixamento do lençol freático, que extrapolou o que estava previsto e não se sabe ao certo, se é do reservatório ou não."

Alexandre Uhlig- Três Irmãos é um compromisso de 10 anos referente a Unidade de Conservação e a CESP tem interesse em cumprir esse compromisso. Como empreendedor o grande problema em Três Irmãos é a Unidade de Conservação, os outros programas estão andando, é competência do DAIA avaliar se estão ou não cumpridos.

Cristiane Ronza – Comunica que existem revisões que vão ser feitas quando a CESP pedir a renovação da licença. Existem desconformidades da CESP com relação ao licenciamento: a criação de Unidades de Conservação e o reflorestamento, além de alguns outros programas; e solicita informações sobre como a comissão vai trabalhar e que seja feita uma relação das exigências feitas pelo IBAMA (pois o IBAMA não tem informado a SMA), e da deliberação do Consema

IV - Informes

- Alexandre Uhlig da CESP informa que: os relatórios que foram solicitados de qualidade de água e de resgate de fauna da UHE de Porto Primavera já foram protocolados no Consema, e depois serão encaminhados a quem solicitou, para que seja analisados (e também ficou pendente a prestação de a apresentação sucinta de vários programas.)
- A presente ata foi redigida com as anotações do representante da CPLA na reunião, transcrição das fitas da reunião (nos trechos possíveis de serem ouvidos) e consultando cópia das transparências da exposição da CESP.

Kasuo Sakurai
Diretor da DPDA

Eduardo Trani
Coordenador da CPLA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DEREL

Fis.: 1737
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

Fl.: 7780
Proc.: 1247/92
Rubr.: [assinatura]

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 21/03/2000

Local: IBAMA/SEDE

Assunto: Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica Engº Sérgio Motta

Participantes: Lista em anexo

Assuntos Tratados/Decisões Tomadas:

1. A reunião foi solicitada pelo Departamento de Registro e Licenciamento Ambiental – DEREL com o objetivo de definir a questão dos Ranchos de Pesca e Lazer situados no Município de Castilho/SP, os quais se encontram na Área de Preservação Permanente em decorrência do enchimento do reservatório da UHE.
2. Primeiramente o IBAMA fez um breve histórico da situação, esclarecendo os motivos técnicos que justificam a permanência dos Ranchos e informou a existência de um Parecer da Procuradoria Geral do Ibama, que é totalmente contrário por não encontrar amparo legal.
3. O representante do MPF (Dr. Ubiraci) fez algumas considerações sobre o empreendimento, esclarecendo que um TAC para viabilizar a permanência dos Ranchos não poderia ser formulado por contrariar a legislação e lembrou, ainda, que foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta, originado por diversas Ações Cíveis Públicas onde o Ibama era réu, delegando ao Ibama a responsabilidade de fazer o empreendedor cumprir os termos ali definidos, onde consta a obrigatoriedade de desapropriação e reflorestamento da área de entorno do reservatório.
4. Em seguida o Dr. Jorge Cravo, geólogo, representante do MPF, fez uma explanação sobre os possíveis impactos que poderiam ser gerados no meio físico em consequência da permanência dos ranchos à margem do reservatório.
5. A Drª Silvia Regina Alvarez Guedes, técnica do IBAMA, esclareceu que a análise técnica dos estudos inerentes aos Ranchos de Castilho foi realizada por uma equipe multidisciplinar e os aspectos do meio físico foram igualmente considerados quanto comparados ao meio biótico, no que tange ao estado atual da preservação da vegetação ciliar e ao meio sócio-econômico, quanto a permanência de uma atividade que gera empregos e impostos para o município, além de ser um incremento para o comércio local. O Dr. Jorge Luís, funcionário do IBAMA, citou exemplos de áreas onde a degradação ambiental surgiu após a desapropriação, com invasões e desmatamentos. Justificou-se, ainda, que o parecer técnico do Ibama conclui pela permanência dos Ranchos de Castilho quando avalia a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida daquela população.

MEMÓRIA DE RESUMO

Data: 10/05/2000

Lugar: São Paulo

Atividade: Licenciamento Ambiental de Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta

Para leitura, ver em anexo

Assinatura: [Assinatura] Data: 10/05/2000

1. A reunião foi solicitada pelo Departamento de Registro e Licenciamento Ambiental - DERCA com o objetivo de definir a questão dos Rios de Pesca e a situação no Município de Castanho, os quais se encontram na Área de Preservação Permanente em decorrência do enchimento do reservatório da UHE.

2. Primeiramente o IBAMA fez um breve histórico do rio, destacando os pontos técnicos que justificam a permanência dos rios e a importância de um Plano de Ação para a recuperação dos rios, que é fundamental para a recuperação ambiental da região.

3. Em seguida, o MPP (MPP) fez algumas considerações sobre o licenciamento, destacando que um TAC para a recuperação dos rios não pode ser formulado por conta própria, mas sim, após a realização de um TAC de Avaliação de Impacto Ambiental, onde consta a identificação de impactos, a avaliação de impactos, a elaboração de medidas mitigadoras e o monitoramento da área de impacto do reservatório.

Em seguida o Dr. João Carlos, representante do MPP, fez uma explicação sobre os possíveis impactos que podem ser gerados no meio físico, em decorrência da permanência dos rios e a importância do licenciamento.

4. A Dr. Silvia Regina Alves, técnica do IBAMA, explicou que a análise técnica dos estudos realizados nos Rios de Pesca foi realizada por uma equipe multidisciplinar e os aspectos do meio físico foram igualmente considerados quanto aos impactos ao meio físico, no que tange ao estado atual da preservação da vegetação, a situação socio-econômica, quanto à permanência de uma atividade que gera impactos e a importância para o município, além de ser um instrumento para o controle local. O Dr. João Carlos, representante do IBAMA, explicou que a área onde se localiza o reservatório ambiental surgiu sobre a desapropriação com invasões e assentamentos. Justificou-se, ainda, que o parecer técnico do IBAMA, para a permanência dos Rios de Pesca de Castanho, quando analisado, não se trata de uma questão de vida ou morte, mas sim, de uma questão de qualidade de vida dentro da política.

Fls.:	1738
Proc.:	1247/92
Rubr.:	Im.

Fls.	1781
Proc.	1247/92
Rubr.	

6. Os representantes jurídicos do Ibama e do Ministério Público Federal foram unânimes quanto à necessidade de se fazer cumprir a legislação, não aceitando as ponderações da equipe técnica do IBAMA e a premissa de conservação da área por particulares por haver um sistema de fiscalização falho, considerando, inclusive, o fato do empreendimento estar definido há mais de 15 anos e ser verificado que as construções não datam de época anterior.
7. Diante do posicionamento definido, decidiu-se pela retirada dos Ranchos de Castilho e pela oficialização de um documento a CESP, informando sobre a decisão tomada.

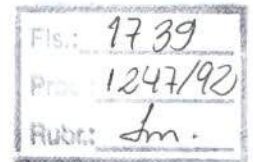
10/10/87
Pág. 2
10/10/87

10/10/87
Pág. 2
10/10/87

Os representantes jurídicos do Ilum e do Ministério Público foram
unânimes quanto à necessidade de se fazer cumprir a legislação, não realizando as
condições da edição técnica do IBAMA e a presença de conservação das áreas por
eles, por haver um sistema de fiscalização falho, considerando, inclusive, o
sua existência, estando definido há mais de 15 anos e os veículos que as
áreas não datam de época anterior.

Em face do posicionamento definido, decidiu-se pela retirada dos Ranchos de
Cachibó e pela oficialização de um documento a CESP, informando sobre a decisão.

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
- IBAMA -

PARTICIPANTES DE REUNIÃO

Local: IBAMA

Data: 21/03/2000

Assunto: Pancho de Castilho - Porto Primavera (UHE)

NOME	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO	TELEFONE
Silvia Regina A. Mendes	Silvia Mendes	IBAMA/DEREL	(61) 3161318
JORGEZUIZ BRITO (RET)	Jorge Brito	IBAMA/DCA	61 3161290
EDMUNDO A. PEGGION	Edo Peggion	IBAMA/DEREL	(06) 7 ³¹⁶⁻¹³¹¹
PAULA SOUZA MAY	Paula Souza May	IBAMA/PROGE	(61) 3161040
USINATEC ANALISO	Thiery	4 ^a CCR/MPF	(61) 3135546
Leopoldo Klosowski	Leopoldo	4 ^a CCR/MPF	(61) 3135437
João Creso	João	4 ^a CCR/MPF	(61) 3106279
Mirko Magalhães Duarte	Mirko	4 ^a CCR/MPF	(61) 3106551
Luiz Flávio	Luiz	IBAMA/PROGE	316-1036
MÔNICA DE ARRUDA CAMARA	Mônica	IBAMA/DEREL	3161311
LIA DRUMOND CHAGAS DORNELLES	Lia	IBAMA/PROGE	3161040
JEFFERSON CHRISTIANES BRANDÃO	Jefferson	IBAMA/PROGE	3161040
ALVARO DE SOUZA JUNIOR	Alvaro	IBAMA/PROGE	316-1037

EM BRANCO

Estância Turística de Presidente Epitácio, 16 de março de 2000.

1783
Proc. 1247/92
Rubr. <i>[assinatura]</i>

Fls. 1740
Proc. 1247/92
Rubr. <i>lm.</i>

Ao

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e
Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Att. Diretora de Controle Ambiental
Sra. Gisela Damm Forantini

Denuncia: Reassentamento urbano de Presidente Epitácio.

Prezada Senhora;

Eu, **RONI VON GÓES DE ANDRADE**, brasileiro, maior, casado, encarregado de obras, residente e domiciliado à Travessa Água Rasa, 205, na cidade da Estância Turística de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG n.º 22.765.341-5 e do C.P.F n.º 117.970.068-76, representante dos ribeirinhos impactados nesta cidade, venho através deste **COMUNICAR** e **REQUERER** de vossa senhoria providências no sentido de cumprimento do compromisso em que a **COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO – CESP**, fez com o **Ministério Público Federal – M.P.F. e IBAMA**, firmado 1998 (cópia anexa), conforme cláusula 14, itens 14.1, 14.2, 14.4, 14.5, 21.1, 21.3, 21.4 e 22.2, e **REQUERER** projetos executivos e o cronograma de implantação, conforme cláusula 14, item 14.6.

Em anexo encaminhamos a vossa senhoria os seguintes documentos:

- fotocópia de fotos, reportagens, documentos e correspondências onde foi feita a comissão para tratar do assunto, pacificamente.
- Cópias das Representações feitas no M.P.F, nos dias 09/01/99, 08/02/00 e 26/01/00, sendo que o M.P.F., no dia 09/11/99, recomendou que nenhuma família mudasse de seus respectivos lugares, e no dia 13/03/00 retirou a referida recomendação.

Esperando contar com o apoio deste conceituado órgão e a devida fiscalização, agradecemos antecipadamente,

Atenciosamente.

Roni Von G. de Andrade
RONI VON GÓES DE ANDRADE

C.C. M.P.F.

EM BRANCO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Rua Reverendo Coriolano, 1536 - Centro
PABX/FAX : (018) 223-2337 - CEP 19015-070
E-Mail: prmpp@prudenet.com.br
Presidente Prudente/SP.

1. 1784
Proc. 1247/92
Rubr. <i>[assinatura]</i>

Fis.: 1741
Proc.: 1247/92
Rubr.: <i>dm</i>

OF/GAB/PRM/PP/Nº 180/2000

Presidente Prudente, 13 de março de 2000.

PREZADO SENHOR,

Pelo presente, cumprimentando-o, encaminho a Vossa Senhoria cópia do ofício nº 179/2000 desta Procuradoria da República dirigida ao Dr. Guilherme Augusto Cirne de Toledo, presidente da CESP, referente a representação nº 08/99 e protocolada sob nº 08123.040236/99-17.

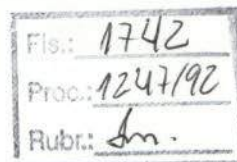
Nesta ocasião, reitero protestos de estima e consideração.

TARCÍSIO H. P. HENRIQUES FILHO
PROCURADOR DA REPÚBLICA

ILMO. SR.

RONI VON GOES DE ANDRADE

DD. REPRESENTANTE DOS RIBEIRINHOS IMPACTADOS EM
PRESIDENTE EPITÁCIO – SP.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Rua Reverendo Coriolano, 1536 - Centro
PABX/FAX: (018) 223-2337 - CEP 19015-070
E-Mail: prmpp@prudenet.com.br
Presidente Prudente/SP.

OF/GAB/PRM/PP/Nº 179/2000

Presidente Prudente, 13 de março de 2000.

Senhor Presidente,

Através do nosso Ofício 831/99 de 23.11.99, mencionando as cláusulas 14.1, 14.2, 14.4 e 14.5 do Termo de Ajuste firmado com essa empresa, havíamos recomendado "a não realização das mudanças das famílias impactadas **pela obra de construção do Porto Pluvial e do Retro-porto de Presidente Epitácio** para o loteamento que está sendo construído na Av. Rio Branco, entre a Vila Real e Alto do Mirante, até que com a interveniência deste órgão ministerial sejam definidas com precisão as famílias a serem indenizadas".

Após diligências realizadas e colhidas por esta Procuradoria, e considerando, ainda, que a situação das famílias residentes na área do Retro-porto pode ser discutida separadamente, não constituindo óbice para a mudança das famílias residentes na área do Porto, vimos através do presente, **retirar** a reportada recomendação contida no ofício supra mencionado.

Nesta ocasião, reitero protestos de estima e consideração.

TARCÍSIO H. P. HENRIQUES FILHO
PROCURADOR DA REPÚBLICA

ILMO.SR.

DR. GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO

D.D. PRESIDENTE DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO
SÃO PAULO - SP



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE
 Rua Revolução Constitucionalista, 1530 - Centro
 PRESIDENTE PRUDENTE - SP - 13240-000
 Fone: (19) 323-2333 - CEP 13240-000
 E-Mail: pmpp@mpf.mec.gov.br
 Presidente Prudente, SP

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Presidente Prudente, 13 de março de 2000.

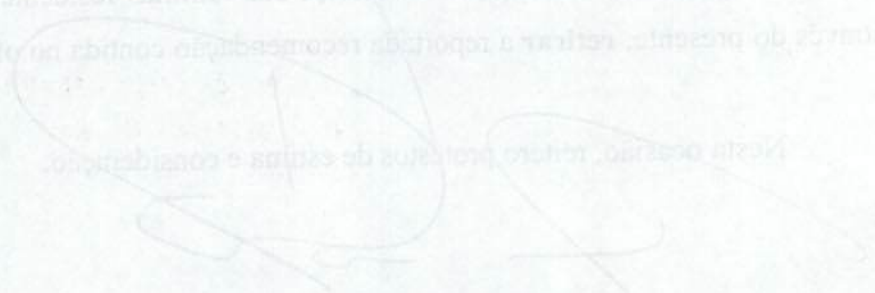
Senhor Presidente,

Atenciosamente, o presente Ofício nº 011/99 de 22.11.99, mencionando as
 cláusulas 14.1, 14.2, 14.3 e 14.4 do Termo de Ajuste firmado com esta corporação, relativos
 ao reconhecimento das mudanças das famílias impedidas pela obra de
 construção do Porto Fertil e do Bairro-porto de Presidente Epitácio para o loteamento
 situado no município de São João do Rio Preto, entre a Vila Real e Alto do Mirante, eis que
 com a realização de um estudo ministerial foram definidas as famílias a serem
 indenizadas.

EM BRANCO

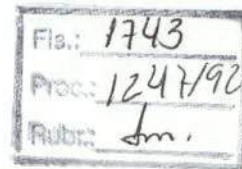
Após diligências realizadas e colhidas por esta Procuradoria, e
 constatado que a situação das famílias residentes no área do Bairro-porto pode ser
 devidamente esclarecida, não constituindo óbice para a mudança das famílias residentes na
 área do Bairro-porto, restou a reportar a recomendação contida no Ofício
 nº 011/99 de 22.11.99.

Nesta ocasião, foram protocolados os autos e conclusões.



TARCÍSIO H. P. HENRIQUES FILHO
 PROCURADOR DA REPÚBLICA

DELEGADO GERAL DE TOLEDO
 DELEGADO GERAL DE SÃO PAULO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Rua Reverendo Coriolano, 1536 - Centro
PABX/FAX : (018) 223-2337 - CEP 19015-070
E-Mail: prmpp@prudenet.com.br
Presidente Prudente/SP.

OF/GAB/PRM/PP/Nº 832/99

Presidente Prudente, 23 de novembro de 1999.

PREZADO SENHOR,

Pelo presente, cumprimentando-o, encaminho a Vossa Senhoria cópia de recomendação efetuada ao Dr. Guilherme Cirne de Toledo, presidente da CESP, referente a representação nº 08123.040236/99-17 – R.08/99, desta Procuradoria da República

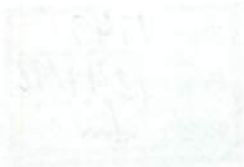
Nesta ocasião, reitero protestos de estima e consideração.

TARCÍSIO H. P. HENRIQUES FILHO
PROCURADOR DA REPÚBLICA

ILMO. SR.

RONI VON GOES DE ANDRADE

DD. REPRESENTANTE DOS RIBEIRINHOS IMPACTADOS EM
PRESIDENTE EPITÁCIO – SP.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE
Rua Rev. João Gonçalves, 1346 - Centro
PRESIDENTE PRUDENTE - SP
CEP 13.240-000
FONE (019) 333-3333 - FAX (019) 333-3333

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Presidência do Ministério Público Federal

PREZADO SENHOR

Este presente, encaminhado a Vossa
Excelência para conhecimento e ciência do Dr. Guilherme, Diretor de Defesa, presidente da
1ª Vara Criminal da Comarca de Presidente Prudente, SP, em razão da representação da

EM BRANCO

Nesta ocasião, tendo presente de ciência a Comarca

[Handwritten signature]

TARCISIO R. P. HENRIQUES FILHO
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Presidência do Ministério Público Federal

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

7787
F. C. 1247/92
Rub. 4

Fls. 1744
Proc. 1247/92
Rub. Am.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Rua Reverendo Coriolano, 1536 - Centro
PABX/FAX: (018) 223-2337 - CEP 19015-070
E-Mail: prmpp@prudenet.com.br
Presidente Prudente/SP.

OF/GAB/PRM/PP/Nº 831/99

Presidente Prudente, 23 de novembro de 1.999.

Senhor Presidente,

Considerando que em nosso Ofício 799/99, datado de 09.11.99, não fizemos a delimitação precisa da população que não deveria ser mudada dos assentamentos provisórios para os definitivos, vimos através do presente, retificando o mencionado ofício, aduzir e por fim recomendar o seguinte:

“14.1. A CESP se compromete a efetuar o reassentamento de todas as famílias consideradas beneficiárias do sub-programa de reassentamento coletivo, atingidas pela cota 253 m, ainda que instaladas em abrigos provisórios, mas em seus lotes definitivos, antes do enchimento do reservatório, respeitados os prazos indicados nas cláusulas abaixo.

14.2. A CESP se compromete a apresentar ao IBAMA, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação judicial do presente acordo, projeto executivo de reassentamento definitivo de todas as famílias atingidas pela cota 253 m,

FRANCO

EM BRANCO

Fis.: 1745
Proc.: 1247/92
Rubr.: In.

7788
Proc. 1247/92
Rubr. 48

em áreas e residências definitivas, devendo conter os cronogramas de cada um, bem como a descrição das etapas de implantação físico-territorial no que diz respeito aos serviços básicos de infra-estrutura sanitária, elétrica e hidráulica, dos serviços de educação e saúde. Com relação aos equipamentos básicos de serviços (centro administrativo e armazém comunitário), a CESP apresentará projetos executivos após 2 anos do reassentamento das famílias. A concepção e a consequente construção destes equipamentos dependerá do processo de discussão com a população, visando garantir a finalidade pretendida que é de torná-los instrumentos de uso comunitário. A CESP se compromete a prestar assistência técnica agrônômica nos reassentamentos rurais por um período mínimo de 5 anos.

14.4. No prazo de 180 (cento e oitenta dias) a partir da data da homologação judicial do presente acordo, a CESP deverá ter concluído as residências definitivas, bem como a implantação da infraestrutura, de todos os reassentamentos destinados à relocação das famílias atingidas pela cota 253 m.

14.5. A CESP deverá adquirir as áreas e promover o reassentamento em lotes definitivos, com residências definitivas, infra-estrutura sanitária, hidráulica e elétrica, serviços básicos de saúde e educação de todas as famílias beneficiárias do sub-programa de reassentamento coletivo atingidas pela cota 257/259m, no prazo de 30 dias antes do início do enchimento do reservatório na cota 257/259m, não podendo iniciar a segunda fase de enchimento

em áreas e residências delimitadas, devendo constar cronogramas de cada um, bem como a descrição das etapas de implantação físico-territorial no que diz respeito aos serviços básicos de infra-estrutura sanitária, elétrica e hidráulica, dos serviços de educação e saúde. Com relação aos equipamentos básicos de serviços (escolas, administração e armazém comunitário), a CESP apresentará projetos executivos após 1 ano do reconhecimento das famílias. A concessão e a consequente construção destes equipamentos dependerá do processo de discussão com a população, visando garantir a sustentabilidade que é de todos, os instrumentos de uso comunitário. A CESP se compromete a prestar assistência técnica especializada nos procedimentos técnicos por um período mínimo de 2 anos.

1.4. No prazo de 180 (cento e oitenta dias) a partir da data da homologação judicial do presente acordo, a CESP deverá ter concluído as residências delimitadas, bem como a implantação da infraestrutura física e sanitária, devendo o reconhecimento das famílias ser realizado até 123 m.

EM BRANCO

1.5. A CESP deverá adotar as áreas e promover o reconhecimento em lotes delimitados com residências delimitadas, infra-estrutura sanitária, elétrica e hidráulica, serviços básicos de saúde e educação de todas as famílias beneficiárias do sub-programa de reconhecimento coletivo, assinadas pela CESP em 25/03/2014, no prazo de 30 dias antes do início do fechamento do reconhecimento na CESP em 25/03/2014, não podendo iniciar a segunda fase do reconhecimento.

Fls.: 1746
Proc.: 1247/92
Rubric.: Sm.

1789
1247/92
Edu.: [assinatura]

enquanto não cumprida tal obrigação. Com relação aos equipamentos básicos de serviços (centro administrativo e armazém comunitário), a CESP apresentará projetos executivos após 2 anos do reassentamento das famílias. A concepção e a conseqüente construção destes equipamentos dependerá do processo de discussão com a população, visando garantir a finalidade pretendida que é torná-los instrumentos de uso comunitário. A CESP se compromete a prestar assistência técnica agrônômica nos reassentamentos rurais por um período mínimo de 5 anos”.

Assim,

RECOMENDO

A não realização das mudanças das famílias impactadas pela obra de construção do Porto Pluvial e do Retro-porto de Presidente Epitácio para o loteamento que está sendo construído na Av. Rio Branco, entre a Vila Real e Alto do Mirante, até que com a interveniência deste órgão ministerial sejam definidas com precisão as famílias a serem indenizadas.

Nesta ocasião, renovo protestos de estima e consideração.


TARCÍSIO H. P. HENRIQUES FILHO
PROCURADOR DA REPÚBLICA

ILMO.SR.

DR. GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO

D.D. PRESIDENTE DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

SÃO PAULO - SP

emprego não compatível tal cargo. Com relação aos equipamentos básicos de serviços (centro administrativo e transmissão de comunicações, a CESP apresentará projetos executivos após 3 anos do restabelecimento das famílias. A concessão e a consequente construção destes equipamentos dependem do processo de discussão com a população visando garantir a finalidade pretendida para tais instrumentos de uso comunitário. A CESP se compromete a prestar assistência técnica especializada nas restaurações rurais por um período mínimo de 5 anos.

Assim,

RECOMENDO

A não restrição das atividades das famílias rurais pela construção do Porto Fluvial e do Hetero-porto de Presidente Epifânio para o rio Araguaia que está sendo construído na Av. Rio Branco, entre a Vila Real e Alto do...

EM BRANCO

JARVISIO R. R. HEYRIGES FILHO
PROCURADOR DA REPÚBLICA

DR. J. L. HERMEL AL COSTO CINE DE TORREDO
DR. J. L. HERMEL AL COSTO CINE DE TORREDO

À
PROCUDORIA DA REPUBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Reverendo Coriolano, nº 1536 – Centro
Presidente Prudente – SP

Ilmo. Sr.
PROCURADOR DA REPÚBLICA
TARCISIO H. P. HENRIQUES FILHO



REF.: FITA DE VÍDEO / DENUNCIA / REQUERIMENTO

Prezado Senhor:

Vimos através dessa, enviar mais uma prova gravada em vídeo no dia 31 de Janeiro de 2.000, onde se comprova as denúncias ora feita a este Ministério Público, onde se vê imagens, de ruas alagadas, sujeiras trazidas pelas enxurradas, calçadas estreitas, poste de energia elétrica sem a mínima medidas de segurança, calçadas, guias e sargetas danificadas, em tão pouco tempo construídas, mostrando então o descaso onde nos foi colocado, sem a mínima opção de escolha, onde mais uma vez, exigimos, que seja cumprido o Termo de Compromisso feito entre o Ministério Público Federal, e a Cesp – Cia Energética do Estado de São Paulo, na cláusula 14ª (décima quarta) item 2, e item 5.

Pedimos então mais uma vez, o cumprimento da multa fixada na cláusula 22.2.

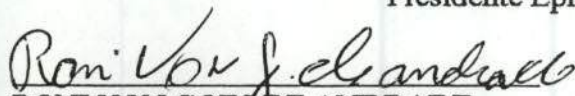
Requeremos ainda a este Ministério que nos mande o cronograma de implantação relativo ao reassentamento urbano de Presidente Epitácio – SP, referencia à cláusula 14.6.

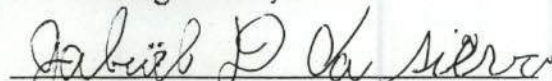
Contamos mais uma vez, com a ajuda deste órgão, aos menos favorecidos, e agradecemos desde já.


N. Termos.

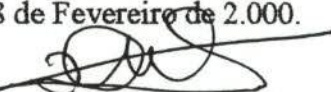
P. Deferimento.

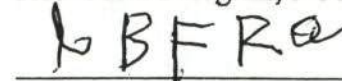
Presidente Epitácio – SP, 08 de Fevereiro de 2.000.

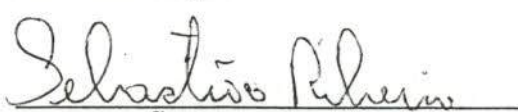

RONI VON GOES DE ANDRADE
RG: 22.76.5.341-5 SSP/SP
Travessa Agua Rasa, 2-05

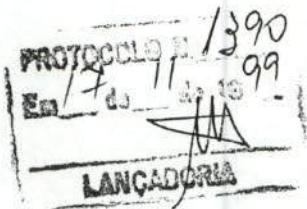

GABRIEL DOMINGOS DA SILVA
RG: 20.911.382-0
Rua Oscar Pelegrini, 3-66


NEUSA BISACHI
RG: 18.234.125
Rua José Ramos Junior, 3-70

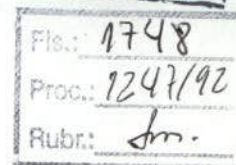

DIONISIO VIEIRA DE SOUZA
RG: 25.190.797-1 SSP/SP
Rua Oscar Pelegrini, 3-30


CLAUDIO HUMBERTO FERREIRA
RG: 36.248.767 – 4
Rua Juca Pita, 9-71


SEBASTIÃO RIBEIRO
RG: 13.549.245
Rua Manaus, 10-39



RONI VON GOES DE ANDRADE
RG: 22.765.341/5 CPF: 117.170.068/76
RUA: TRAVESSA AGUA RASA Nº 2-05



DIONÍSIO VIEIRA DE SOUZA
RG: 25.190.797/1 CPF: 120.886.088.77
RUA: OSCAR PELEGRINI Nº3-30

GABRIEL DOMINGOS DA SILVA
RG: 20.911.382/0 CPF: 097.389.478/47
RUA: OSCAR PELEGINI Nº3-66

CLAUDIO HUMBERTO FERREIRA
RG: 36.248.767/4 CPF: 390.249.891/91
RUA: JUCA PITA Nº9-71

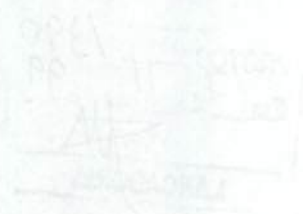
NELSA BISACHI
RG: 18.234.125 CPF: 062.080.278/29
RUA: JOSÉ RAMOS JÚNIOR Nº 3-70

SEBASTIÃO RIBEIRO
RG: 13.549.245 CPF: 017.792.358/1
RUA: MANAUS Nº 10-39

Nestes Termos
P. Deferimento

Presidente Epitácio-SP 09 / Novembro / 1.999.

C/C: CESP E PREFEITURA MUNICIPAL



[Handwritten signature]

DIONÍSIO VIEIRA DE SOUZA
RG: 15.160.791 CTE 120.862.887-7
RUA: OSCAR BELTRAMI N.º 30

EDUARDO GOMES DE ANDRADE
RG: 12.461.115 CTE 112.110.067-7
RUA: JAVESSA AGUA RASA N.º 2-05

18780
CLAUDIO HUMBERTO FERREIRA
RG: 16.115.111 CTE 160.240.210-7
RUA: JUCA RITA N.º 71

117.111.111
EDUARDO DOMINGOS DA SILVA
RG: 16.115.111 CTE 160.240.210-7
RUA: OSCAR BELTRAMI N.º 30

[Handwritten signature]
SEBASTIAO RIBEIRO
RG: 16.115.111 CTE 160.240.210-7
RUA: JUCA RITA N.º 71

[Handwritten signature]
EDUARDO DOMINGOS DA SILVA
RG: 16.115.111 CTE 160.240.210-7
RUA: OSCAR BELTRAMI N.º 30

EM BRANCO

Notas: Terceiro
5. Definição

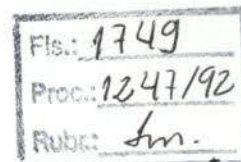
Ata da Comissão de 09/ Novembro/1999
PREFEITURA MUNICIPAL



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Rua Reverendo Coriolano, 1536 - Centro
PABX/FAX: (018) 223-2337 - CEP 19015-070
E-Mail: prmpp@prudenet.com.br
Presidente Prudente/SP.



OF/GAB/PRM/PP/Nº 800/99

Presidente Prudente, 09 de novembro de 1.999.

PREZADO SENHOR,

Pelo presente, cumprimentando-o, encaminho cópia de recomendação efetuada ao Dr. Guilherme Augusto Cirne de Toledo, presidente da CESP, nesta data, em decorrência de representação efetuada por V. Sa. nesta Procuradoria da República no município de Presidente Prudente, protocolada sob n. 08123.040236/99-17 - R. 08/99 - Tutela Coletiva.

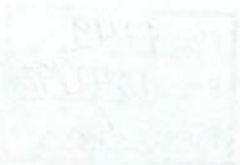
Nesta oportunidade, apresento protestos de estima e consideração.

Tarcísio H. P. Henriques Filho
PROCURADOR DA REPÚBLICA

ILMO. SR.

Roni Von Goes de Andrade

D.D. representante dos ribeirinhos impactados em
PRESIDENTE EPITÁCIO/SP.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Rua Reverendo Cosentino, 1534 - Centro
PRAXEAX 1018-3337 - CEP 13012-070
E-Mail: pmppr@pmppr.org.br
Presidente Prudente-SP

OF. CAR. PRAXEAX 1018-3337

Presidente Prudente, 09 de novembro de 1999

PREZADO SENHOR,

Foto pessoal, acompanhando o encaminhamento de
recursos e/ou eleições ao Ex. Governador Augusto Cury de Toledo, presidente do CESP,
nesta data, em decorrência de representação eleitoral por V. Ex. nesta Procuradoria da
República no município de Presidente Prudente, protocolada sob nº 1018-3337/99.

EM BRANCO

Nesta oportunidade, apresento protestos de estima e

Respeito,
Tarcisio B. F. Henriques Filho
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Respeito,
Tarcisio B. F. Henriques Filho
PROCURADOR DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Fl.	1703
Proc.	1247/92
Rubr.	Raquel

Fls.	1750
Proc.	1247/92
Rubr.	Am.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Rua Reverendo Coriolano, 1536 - Centro
PABX/FAX: (018) 223-2337 - CEP 19015-070
E-Mail: prmpp@prudenet.com.br
Presidente Prudente/SP.

OF/GAB/PRM/PP/Nº 799/99 - el

Presidente Prudente, 09 de novembro de 1.999.

Senhor Presidente,

Pelo presente, cumprimentando-o, informo que chegou ao conhecimento desta Procuradoria da República no município de Presidente Prudente de que a Companhia Energética de São Paulo estaria descumprindo as cláusulas 14.1, 14.2, 14.4 e 14.5, abaixo transcritas, do termo de compromisso efetuado em 23 de outubro de 1.998, em decorrência de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual contra a CESP, com relação aos ribeirinhos impactados:

“14.1. A CESP se compromete a efetuar o reassentamento de todas as famílias consideradas beneficiárias do sub-programa de reassentamento coletivo, atingidas pela cota 253 m, ainda que instaladas em abrigos provisórios, mas em seus lotes definitivos, antes do enchimento do reservatório, respeitados os prazos indicados nas cláusulas abaixo.

14.2. A CESP se compromete a apresentar ao IBAMA, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação judicial

EM BRANCO

Fls.: 1751
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

1247
Fic.: 1247/92
Rubr.: Raquel

do presente acordo, projeto executivo de reassentamento definitivo de todas as famílias atingidas pela cota 253 m, em áreas e residências definitivas, devendo conter os cronogramas de cada um, bem como a descrição das etapas de implantação físico-territorial no que diz respeito aos serviços básicos de infra-estrutura sanitária, elétrica e hidráulica, dos serviços de educação e saúde. Com relação aos equipamentos básicos de serviços (centro administrativo e armazém comunitário), a CESP apresentará projetos executivos após 2 anos do reassentamento das famílias. A concepção e a consequente construção destes equipamentos dependerá do processo de discussão com a população, visando garantir a finalidade pretendida que é de torná-los instrumentos de uso comunitário. A CESP se compromete a prestar assistência técnica agrônômica nos reassentamentos rurais por um período mínimo de 5 anos.

14.4. No prazo de 180 (cento e oitenta dias) a partir da data da homologação judicial do presente acordo, a CESP deverá ter concluído as residências definitivas, bem como a implantação da infraestrutura, de todos os reassentamentos destinados à relocação das famílias atingidas pela cota 253 m.

14.5. A CESP deverá adquirir as áreas e promover o reassentamento em lotes definitivos, com residências definitivas, infra-estrutura sanitária, hidráulica e elétrica, serviços básicos de saúde e educação de todas as famílias beneficiárias do sub-programa de reassentamento coletivo atingidas pela cota 257/259m, no prazo de 30 dias antes do

do presente acordo, projeto executivo de reassentamento definitivo de todas as famílias atingidas pela cota 155 m, em áreas e residências definitivas, devendo conter os cronogramas de cada um, bem como a descrição das etapas de implantação (micro-território) no que diz respeito aos serviços básicos de infra-estrutura sanitária, elétrica e distribuição dos serviços de educação e saúde. Com relação aos equipamentos básicos de serviços (centro administrativo e armazém comunitário), a CESP apresentará projetos executivos após 2 anos do reassentamento das famílias. A construção e a consequente construção destes equipamentos dependem do processo de discussão com a população, visando garantir a finalidade pretendida que é de torná-los instrumentos de uso comunitário. A CESP se compromete a prestar assistência técnica especializada nos reassentamentos, tanto por um período mínimo de 5 anos.

14.4. No prazo de 180 (cento e oitenta dias) a partir da data da homologação judicial do presente acordo, a CESP deverá ter concluído as residências definitivas, bem como o planejamento da infraestrutura de todos os reassentamentos destinados a receber as famílias atingidas pela cota 155 m.

EM BRANCO

14.5. A CESP deverá adotar as áreas e promover o reassentamento em lotes definitivos, com residências definitivas, infra-estrutura sanitária, elétrica e elétrica, serviços básicos de saúde e educação de todas as famílias beneficiárias do sub-projeto de reassentamento coletivo atingidas pela cota 155/229m, no prazo de 30 dias antes do

início do enchimento do reservatório na cota 257/259m, não podendo iniciar a segunda fase de enchimento enquanto não cumprida tal obrigação. Com relação aos equipamentos básicos de serviços (centro administrativo e armazém comunitário), a CESP apresentará projetos executivos após 2 anos do reassentamento das famílias. A concepção e a conseqüente construção destes equipamentos dependerá do processo de discussão com a população, visando garantir a finalidade pretendida que é torná-los instrumentos de uso comunitário. A CESP se compromete a prestar assistência técnica agronômica nos reassentamentos rurais por um período mínimo de 5 anos".

Solicito a remessa, a esta Procuradoria, de relatório a respeito das ações já tomadas por essa Companhia, sob pena de, em não o fazendo, tomarmos as medidas judiciais cabíveis.

Ainda,

RECOMENDO

A não realização das mudanças das famílias impactadas, hoje nos assentamentos provisórios, para os assentamentos definitivos, antes que este Órgão ministerial faça avaliação *in loco* das medidas e obras já realizadas por essa empresa.

Nesta ocasião, renovo protestos de estima e consideração.

TARCÍSIO H. P. HENRIQUES FILHO
PROCURADOR DA REPÚBLICA

ILMO.SR.

DR. GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO

D.D. PRESIDENTE DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO
SÃO PAULO - SP

início do enchimento do reservatório na data 15/12/2011.
não pôde ser iniciada a segunda fase de enchimento
enquanto não coubera tal obrigação. Com relação aos
equipamentos básicos de serviços (centro administrativo e
armazém comunitário) a CESP apresentou projetos
executivos após 2 anos do reassentamento das famílias. A
construção e a consequente instalação destes
equipamentos dependerá do processo de licitação com a
população, visando garantir a finalidade pretendida para o
fornecimento dos instrumentos de uso comunitário. A CESP se
compromete a prestar assistência técnica especializada nos
reassentamentos rurais por um período mínimo de 2
anos.

Solicita a Comissão a esta Procuradoria de relatórios e respostas
sobre a situação desta Companhia, sob pena de, em caso de descumprimento, ser
aplicadas as sanções cabíveis.

Atenciosamente,

RECIBO

EM BRANCO

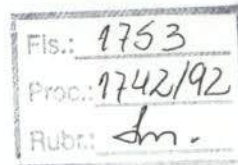
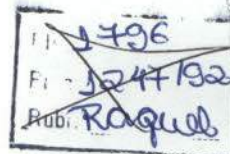
A não realização das reuniões
destas reuniões, para os assentamentos definitivos, para que seja possível
a aplicação de todas as medidas cabíveis e necessárias para a melhoria
desta situação, visando garantir a finalidade pretendida para o
fornecimento dos instrumentos de uso comunitário.

PROCURADOR DA REPÚBLICA
TARCÍSIO H. R. HENRIQUES

PROCURADOR DA REPÚBLICA
TARCÍSIO H. R. HENRIQUES



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Rua Reverendo Coriolano, 1536 - Centro
PABX/FAX: (018) 223-2337 - CEP 19015-070
E-Mail: prmpp@prudenet.com.br
Presidente Prudente/SP.

OF/GAB/PRM/PP/Nº 807/99 - el

Presidente Prudente, 11 de agosto de 1.999

PREZADO SENHOR,

Pelo presente, cumprimentando-o, NOTIFICO-O para comparecer a esta Procuradoria da República no município de Presidente Prudente no dia 18 de novembro de 1.999, às 14:00 horas, a fim de tomar ciência de documentos remetidos a este Órgão, pela Companhia Energética de São Paulo, em função de representação efetuada por V. Sa.

Nesta oportunidade, reitero votos de estima e consideração.

Tarcísio H. P. Henriques Filho
PROCURADOR DA REPÚBLICA

ILMO.SR.

Roni Von Goes de Andrade

D.D. representante dos ribeirinhos impactados em
PRESIDENTE EPITÁCIO/SP



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADOR DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Ilmo. Sr. Dr. João Roberto de Almeida, 1350 - Colina
PARQUEAX (016) 333-3333 - CEP 13061-070
R. M. do Príncipe, 100 - Presidente Prudente, SP

PROCURADOR DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Presidente Prudente, 11 de agosto de 1999

PREZADO SENHOR,

Deixo a presente, cumprimentando-o, NOTIFICANDO para
que, a partir desta data, o Procurador da República no município de Presidente Prudente
passa a ser o Sr. Dr. João Roberto de Almeida, 1350 - Colina, PARQUEAX (016) 333-3333 - CEP 13061-070, R. M. do Príncipe, 100 - Presidente Prudente, SP.

EM BRANCO

Felício H. P. Henriques Filho
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Em 14 de agosto de 1999, às 14:00 horas, a fim de cumprir com o dever de representação
do Sr. Dr. João Roberto de Almeida, 1350 - Colina, PARQUEAX (016) 333-3333 - CEP 13061-070, R. M. do Príncipe, 100 - Presidente Prudente, SP.



Fls. 1797
Proc. 1247/92
Rubr. Raquel

Fls.: 1754
Proc.: 1247/92
Rubr.: Im.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Rua Reverendo Coriolano, 1536 - Centro
PABX/FAX: (018) 223-2337 - CEP 19015-070
E-Mail: prmpp@prudenet.com.br
Presidente Prudente/SP.

OF/GAB/PRM/PP/Nº 21/00 - el

Presidente Prudente, 10 de janeiro de 2000.

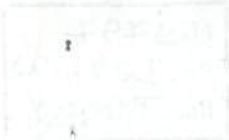
PREZADO SENHOR,

Pelo presente, cumprimentando-o, com a finalidade de instruir a representação n. 0812.040236/99-17 – R. 08/99, solicito seja encaminhada a esta Procuradoria da República no Município de Presidente Prudente cópia do cadastro das famílias atingidas pela construção do porto fluvial e do retro-porto em Presidente Epitácio.

Nesta oportunidade, reitero votos de estima e consideração.

Tarcísio H. P. Henriques Filho
PROCURADOR DA REPÚBLICA

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
RONI VON GOES DE ANDRADE
DD. REPRESENTANTE DOS RIBEIRINHOS IMPACTADOS EM
PRESIDENTE EPITÁCIO/SP



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PRESIDENTE PRUDENTE
Rua R. Severino Condado, 1536 - Centro
PRESIDENTE PRUDENTE - SP
CEP: 13061-900
FAX: (018) 323-3333 - CEP: 13061-900
E-mail: pmprp@pmprp.mp.br

OF. GAB. PMPRP Nº 21/00 - 01

Presidência Prudente, 10 de janeiro de 2000.

PREZADO SENHOR,

Pelo presente, comunicamos a Vossa Senhoria, com a finalidade de
informar a representação nº 0412-040336-09-17 - R. 04/99, solicitando que encaminhe a esta
Procuradoria da República no Município de Presidente Prudente cópia do relatório das
perícias realizadas pela comissão de peritos locais, para fins de análise e
emissão de parecer.

EM BRANCO

Tarciso H. R. Henriques Filho
PROCURADOR DA REPÚBLICA

EXCELSSIMO SENHOR
DEPUTADO GERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

Fis.: 1755
Proc: 1247/92
Rubr: Im-

1798
Proc:
Rubr: Raquel

Estância Turística de Presidente Epitácio, 13 de Janeiro de 2000.

MPF
PRM - P. PTE 1.34.009
2000.000048

Ao.

Exmo. Sr. Procurador Da República
Dr. Tarcísio Humberto P. Henrique Filho
Rua Reverendo Coriolano, 1536 – Centro
Presidente Prudente – SP



Prezado Senhor,

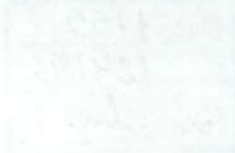
Em cumprimento a vossa solicitação datada em 10 de janeiro de 2000, o qual vossa senhoria requer os cadastros de moradores e imóveis da Vila do Pescado (futuro Retro Porto), localizado na cidade da Estância Turística de Presidente Epitácio à Margem do Córrego do Caiuazinho.

Atendendo a vosso requerimento, estamos enviando cópias destes cadastros, feito pela **COMISSÃO DE MORADORES DOS RIBEIRINHOS IMPACTADOS**, em 10 a 15 de fevereiro de 1999, e protocolado pela CESP, Prefeitura Municipal e pela Câmara Municipal no dia 24/02/99 e lido na sessão da Câmara no dia 26/02/1999.

Certos de podermos contar com vossa estima e consideração,

Atenciosamente.

Roni Von J. de Andrade
RONI VON GOES DE ANDRADE
Representante dos Ribeirinhos Impactados
De Presidente Epitácio



Estado da Bahia de Presidente Epitácio, 13 de Janeiro de 2000.

RECEBUEMOS
EM 13/01/2000
Nº 12.345



Excmo. Sr. Procurador da República
Dr. T. João Humberto P. Henrique Filho
Endo. Cristiano, 1536 - Centro
Presidente Epitácio - SP

Prezado Senhor,

Em cumprimento a vossa solicitação
de 10 de Janeiro de 2000, o qual vosse senhoria requer os cadastros
das propriedades e imóveis da Vila do Pescado (fundo Rocio Porto) localizada
na zona urbana da Fátima, Município de Presidente Epitácio a Margem da
Ribeira do Catanduva.

Atendendo a vossa solicitação,
estando em posse dos cadastros dos
IMÓVEIS DOS RIBEIRINHOS, em 10 a 12 de
Janeiro de 1999, e protocolado pela CESP, Prefeitura Municipal e pelo
Município no dia 24/02/99 e lido na sessão da Câmara no dia

Caros os pedidos com vosso

consideração.

Atenciosamente,

ROSI VON GOES DE ANDRADE

Representante dos Ribeirinhos Impactados
De Presidente Epitácio

A
PROCURADORIA DA REPUBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Reverendo Coriolano, nº 1.536 - Centro
Presidente Prudente - SP

01/04
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República em
Presidente Prudente
26 JAN 2000
Jury
PROTOCOLO

Fis. 1756
Proc. 1247/92
Rubr. sm.

Ilmo. Sr.
Produtor da Republica
Tarcisio Henriques Filho

REF: DENUNCIA SOBRE SERVIÇOS DANIFICADOS

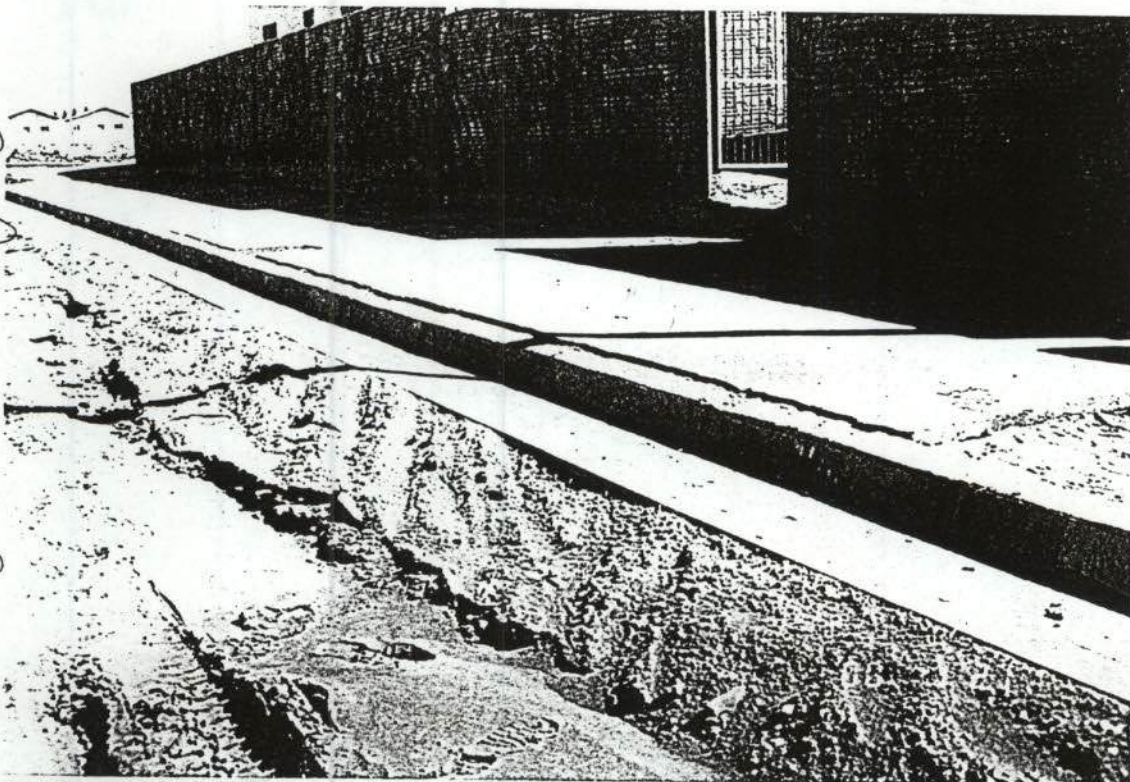
Prezado Senhor:

Em anexo, estamos enviando fotos que comprovam o pouco caso, que vem sendo tratado esta comunidade, como também do dinheiro público.

Pedimos mais uma vez, que verifique o ocorrido, já que a nosso ver, as irregularidades são diversas, como abaixo descreve-mos:

- Foto 1:

Mostra esta foto que as guias e sargetas, cederam sem que as chuvas tivessem tirado a terra debaixo da mesma, cedendo somente com a umidade, comprovando que não foi devidamente socadas.



Colégio Polício

1816

Gabriel D. do S. Silva
Roni Von S. de Andrade

EM BRANCO

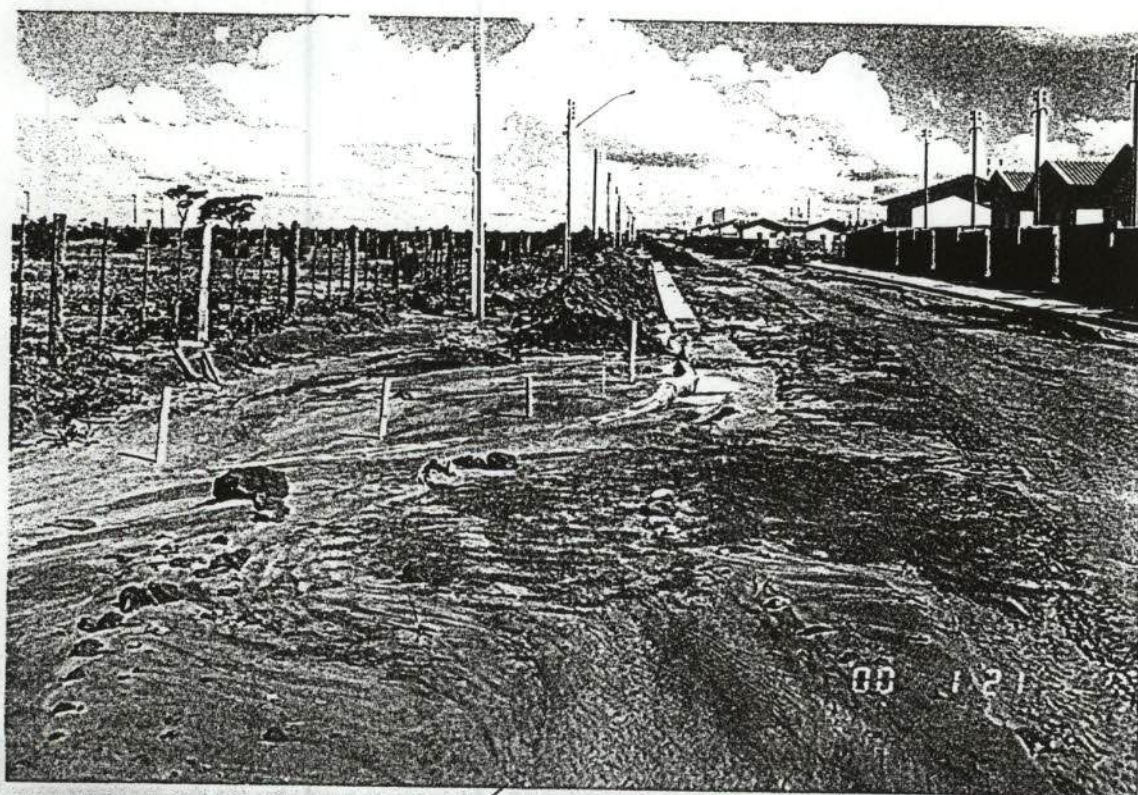
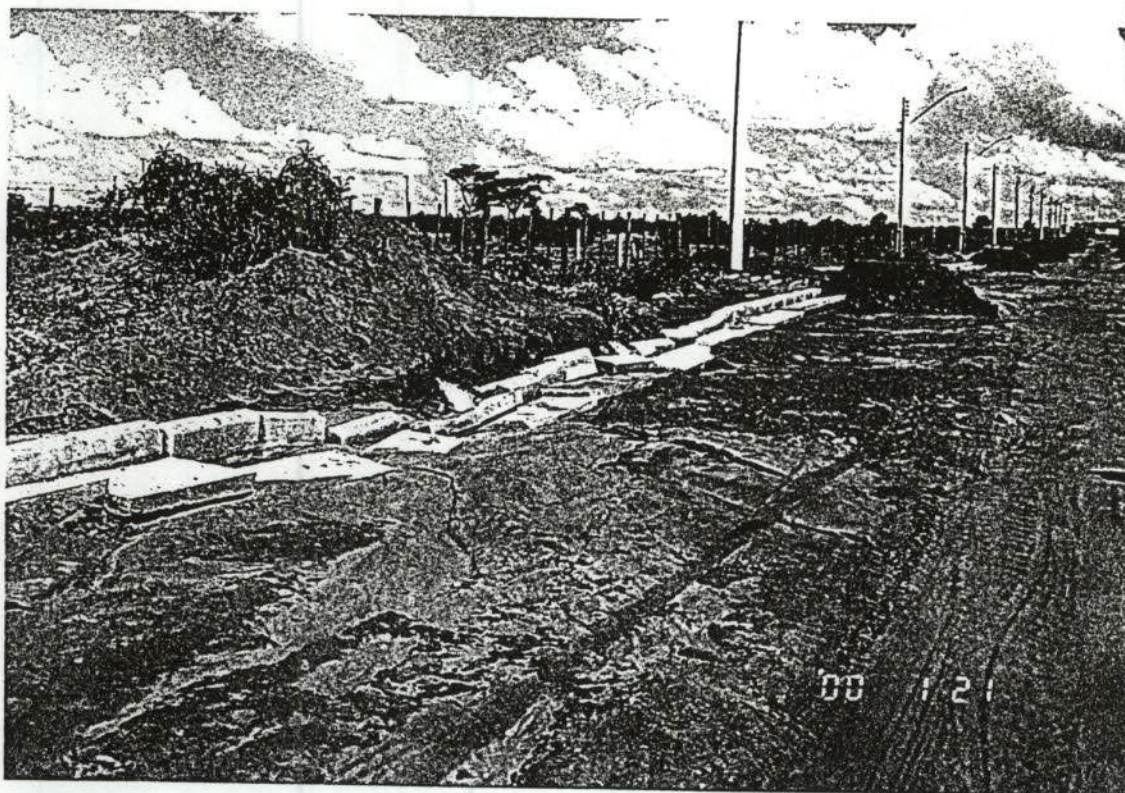
- Foto 2 e 3:

fls. 02/04

1800
F. 1247/92
Rubr. Raquel

Mostra estas fotos a necessidade de drenagem em todo o reassentamento, como também seu asfaltamento, já que se torna intransitável como mostra as fotos.

Fis.: 1757
Proc.: 1247/92
Rubr.: Im.



Seleção Pilares

7 BFR 0

00

Gabriel D. A. Silva
Roni Von Reed, sindaco

1000

1000

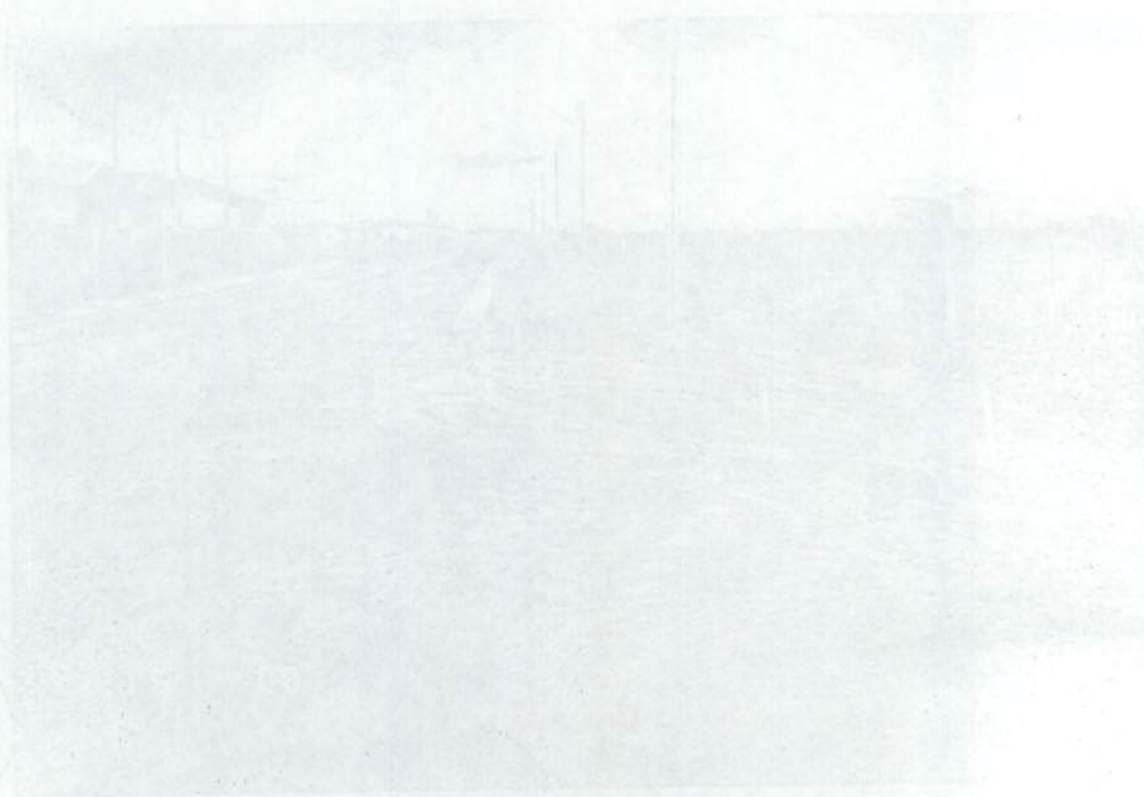
Foto 1-3

Estas fotos a necessidade de drenagem em todo o reassentamento, como também seu
reassentamento, já que se torna insustentável como mostra as fotos

1000



EM BRANCO



1000

1000

1000

1801
 P. 1247/92
 Rubr. Raquel

- Foto nº 4 :

fls. 03/04

Mostra esta foto a entrada para o reassentamento, que como se pode ver as marcas deixadas, tanto pela umidade visual, como o mato e lixos trazidos de outras localidades, podendo verificar a que altura chegam as enchurradas que por ali passam, tornando impossivel o acesso em condições dignas.

Fis.: 1758
 Proc.: 1247/92
 Rubr.: Sm.



Foto nº 5 :

fls. 03/03

Mostra esta foto, a tentativa de um conserto provisório, já que o problema, como se verifica é a falta de compactação, conforme se percebe na foto de nº 1.



Selva do Pádua

LBFRQ

Gabriel D. da Silva
 Ron Von S. Landrad

Solicitamos então:

Fls.: 1759
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

Fls.: 1802
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

fls. 04/04

- a) Que sejam refeitos, todos os serviços, sem prejuízo a esta comunidade, como também ao Patrimônio Público.
- b) Que seja feita perícia técnica, para apurar os possíveis culpados e responsáveis, tanto para com essa comunidade, como também para com o dinheiro público.
- c) Que seja feita perícia sobre os serviços que não sofreram danos, para que sejam comprovado a qualidade dos mesmo.

Anexo, também estamos enviando pedido protocolado por nós na Secretaria da Agricultura Regional, solicitando o volume da chuva que causou os danos, que estaremos remetendo a V. S^a, tão logo esteja em nossas mãos.

Por ser medida de justiça social, contamos com o apoio tão costumeiro deste órgão aos menos favorecidos, e agradecemos desde já por vossa interferência.

N. Termos.

P. Deferimento.

Presidente Epitácio – SP, 25 de Janeiro de 2000.

Roni Von G. de andrade
RONI VON GOIS DE ANDRADE
RG: 22.765.341-5 SSP/SP
R. Travessa Agua Rasa, 2-05

Gabriel P de Silva
GABRIEL DOMINGOS DA SILVA
RG: 20.911.382-0
R. Oscar Pelegrini, 3-66

NEUZA BIZACHI
RG: 18.234.125
R. José Ramos Junior, 3-70

Dionísio Vieira de Souza
DIONISIO VIEIRA DE SOUZA
RG: 25.190.797-1 SSP/SP
R. Oscar Pelegrini, 3-30

Claudio Humberto Ferreira
CLAUDIO HUMBERTO FERREIRA
RG: 36.248.767-4
R. Juca Pita, 9-71

Sebastião Ribeiro
SEBASTIÃO RIBEIRO
RG: 13.549.245
R. Manaus, 10-39

Solicitação nº 100

- 1) Que sejam prestados todos os serviços, sem prejuízo a esta comunidade, como também as instalações físicas.
- 2) Que seja feita periodicamente, para apurar as possíveis irregularidades e responsabilidades, tanto para com esta comunidade, como também para com o município público.
- 3) Que seja feita periodicamente, para apurar as responsabilidades que não sejam desta comunidade, para que sejam tomadas as devidas providências.

Ademais, também estamos enviando pedido protocolado por nós na Prefeitura Municipal, solicitando o volume da cota que caberá ao município, para ser incluída no orçamento municipal, para que seja feita a distribuição dos recursos necessários e adequados desde já por vossa intermediação.

Atenciosamente,

P. Beltrame

Presidente Epitácio - SP, 15 de Janeiro de 2000

DIONÍSIO VIEIRA DE SOUZA
RG: 25.100.707-8 SP/SP
E. O. de 1999, 3-30

EM BRANCO

CECÍLIO ROBERTO FERREIRA
RG: 36.343.707-4
R. de 1999, 3-30

SEBASTIÃO RIBEIRO
RG: 12.500.243
R. de 1999, 10-30

JOÃO CARLOS DE ALMEIDA
RG: 25.100.707-8 SP/SP
E. O. de 1999, 3-30

JOÃO CARLOS DE ALMEIDA
RG: 25.100.707-8 SP/SP
E. O. de 1999, 3-30

JOÃO CARLOS DE ALMEIDA
RG: 25.100.707-8 SP/SP
E. O. de 1999, 3-30



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 30 dias do mês de junho de 2009, procedemos ao encerramento deste volume nº LX do processo de nº 02001.001247/1992-97, contendo 198 folhas. Abrindo-se em seguida o volume de nº X. Assim sendo subscrevo e assino.



EM BRANCO